**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DE
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

O socialismo fora do lugar

Forma literária e matéria social em Manuel Rui

Oswaldo Sebastião da Silva

São Paulo

2019

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DE
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

O socialismo fora do lugar

Forma literária e matéria social em Manuel Rui

Osvaldo Sebastião da Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras

Orientadora: **Prof.^a Dr.^a Tania Celestino de Macêdo**

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586s Silva, Osvaldo Sebastião da
O socialismo fora do lugar: forma literária e
matéria social em Manuel Rui / Osvaldo Sebastião da
Silva ; orientadora Tania Celestino de Macêdo. - São
Paulo, 2019.
210 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Estudos Comparados de Literaturas de
Língua Portuguesa.

1. Manuel Rui. 2. Forma literária. 3. Matéria
social. 4. Angola. 5. Socialismo . I. Macêdo, Tania
Celestino de, orient. II. Título.

SILVA, Osvaldo Sebastião da. O socialismo fora do lugar. Forma literária e matéria social em Manuel Rui. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Ao

Kwi, a quem contei a estória do porco...

Agradecimentos

À Coordenação para o Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pela bolsa de doutorado concedida.

À Profa. Dra. Tania Macêdo, pela orientação rica de sugestões teóricas e metodológicas e pelo exemplo acadêmico e de vida que para mim representa.

À Profa. Dra. Rita Chaves, pelas contribuições dadas no Exame de Qualificação e porque seu conhecimento profundo da literatura angolana é sempre uma fonte de que me alimento.

À Profa. Dra. Salete Cara, pelas aulas de prosa realista e por seus subsídios no Exame de Qualificação.

À Dra. Andrea Muraro, pela recomendação favorável, a qual me permitiu ter acesso ao concurso do Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

Ao Prof. Dr., amigo e colega Nelson Pestana, por ser o “Ministro dos Quadros Nacionais” a quem minha formação acadêmica e humana muito deve.

Ao Dr., amigo e colega Gilson Lázaro, cuja contribuição para as ideias e para o texto deste trabalho eu já não sei onde começa e acaba.

Ao Lic. Cláudio Fortuna e ao Msc. Eduardo Sassa, pelo encorajamento e, sobretudo, por contribuírem para a manutenção das atividades do Centro de Estudos Africanos da Universidade Católica de Angola (CEA-UCAN) durante os últimos meses de minha ausência.

Ao Msc. Joaquim Martinho, pela camaradagem e pelo incentivo durante o tempo de formação que partilhamos fora da *banda*.

À Lourdes Santos, Secretária do Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP, pela simpatia com que sempre me recebeu no seu posto de trabalho.

À Vera Lúcia Mendes, Secretária de Pós-Graduação do DLCV, pela forma afável e diligente como sempre me atendeu.

À minha mãe, Dona Caty, porque não se cansou de apelar para a Mamã Muxima, ainda que eu não *botasse fé*.

Ao meu pai, sr. Tomás, que, além de tudo e talvez sem perceber, partilhou comigo suas memórias da Luanda dos anos 80.

Finalmente, à minha companheira, Matilde da Silva, porque, comigo, superou todas as barreiras que foram surgindo ao longo deste percurso, até mesmo quando as ausências constantes pareciam não acabar.

SILVA, Osvaldo Sebastião da. O socialismo fora do lugar. Forma literária e matéria social em Manuel Rui. 2019. 210 f. Tese de Doutorado — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Resumo

Quem me dera ser onda (1982), de Manuel Rui (Huambo, 1941 -) constitui, reconhecidamente, um momento alto da ficção angolana pós-independência, com implicações extraliterárias muito próprias. Quase por unanimidade, a crítica encarou a narrativa sob ângulo da sátira social ou costumbrista, em que o acento recaiu sobre a caricatura de comportamentos considerados desviantes dos padrões de sociedade almejados pelos ideais revolucionários dos idos de 1980. Sem desmerecermos tais interpretações, antes incorporando-as por entendermos fazerem parte de um processo de acumulação crítica, do qual toda a leitura seguinte se beneficia, nosso argumento vai em sentido diverso, a saber: sem prejuízo da feição caricata, a comicidade a que a conduta das personagens se presta consiste na formalização de um jogo de ambivalências, desajustes e contrassensos que deixam entrever a especificidade de um sistema de relações sociais, aquele que resultou do (de)encontro da *ideologia do proletariado* com a experiência local de uma ex-colônia portuguesa a sul do Saara.

Palavras-chave: Manuel Rui; Forma literária; Matéria social; Angola; Socialismo.

SILVA, Osvaldo Sebastião da. Le socialisme hors de propos. Forme littéraire et matière sociale chez Manuel Rui. 2019. 210 f. Thèse de doctorat — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Résumé

Quem me dera ser onda (1982), de Manuel Rui (Huambo, 1941 -), est certes un point fort de la fiction angolaise de l'après-indépendance, avec ses propres implications extra-littéraires. Presque à l'unanimité, la critique a envisagé le récit sous l'angle de la satire sociale ou costumbriste, dans laquelle l'accent était mis sur la caricature de comportements considérés comme déviants des standards de la société recherchés par les idéaux révolutionnaires des années 1980. Sans nuire à de telles interprétations, comme nous comprenons qu'ils font partie d'un processus d'accumulation critique dont bénéficient toutes les lectures suivantes, notre argument va dans un sens différent, à savoir: sans préjudice de la caricature, la comédie à laquelle se prête le comportement des personnages consiste en une formalisation d'un ensemble d'ambivalences, d'adéquations et de contre-idées révélant la spécificité d'un système de relations sociales résultant de la rencontre de *l'idéologie du prolétariat* avec l'expérience locale d'une ancienne colonie portugaise située au sud du Sahara.

Mots-clés: Manuel Rui; Forme littéraire; Matière sociale; Angola; Socialisme.

Abreviaturas e siglas

CAC	Comité de Acção Amílcar Cabral
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina
CPB	Comissões Populares de Bairro
DISA	Direcção de Informação e Segurança de Angola
FNLA	Frende Nacional de Libertação de Angola
INIC	Instituto Nacional das Indústrias Culturais
INALD	Instituto Nacional do Livro e do Disco
ISCED	Instituto Superior de Ciências da Educação
MAC	Movimento Anti-Colonial
MIA	Movimento para a Independência de Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPLA-PT	Movimento Popular de Angola-Partido do Trabalho
NEP	Nova Política Económica
OCA	Organização Comunista de Angola
ODP	Organização de Defesa Popular
OPA	Organização de Pioneiro Angolano
PCA	Partido Comunista de Angola
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCP	Partido Comunista Português
PIDE	Polícia Internacional e da Defesa do Estado
PLUAA	Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola
POS DR	Partido Operário Social-Democrata Russo
RPA	República Popular de Angola
SEF	Saneamento Económico e Financeiro
UEA	União dos Escritores Angolanos
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

Sumário

Considerações iniciais.....	11
Sobre o <i>corpus</i> e sua opção.....	11
Sobre o problema.....	17
Sobre o método.....	19
Sobre a exposição.....	20
Capítulo 1. O socialismo fora do lugar.....	23
1.1. Ideia de partida.....	24
1.2. Excurso: o socialismo na “mãe Rússia”	29
1.2. Um desajuste de longa duração.....	45
Capítulo 2. Acumulação crítica	80
2.1. Uma “quase pequena obra-prima”	80
2.2. A recepção oficial e editorial	92
2.3. Uma sátira politicamente correta?.....	96
Capítulo 3. Quem me dera ser onda	102
3.1. A propósito da “NOTA DO EDITOR”	102
3.2. “Porco no elevador?”	115
3.3. “Mãe! O pai trouxe leitão!”: porco no apartamento.....	131
3.4. Ruca, Zeca e Beto: miúdos doutro tempo	144
3.5. “As preocupações de um pai de família” angolano	157
3.6. “carnaval da vitória”: um porco burguês?	168
3.7. “Mas entra! A casa é sua”	175
Considerações finais	180
Referências bibliográficas.....	185
A) Obras literárias	185
B) Fortuna crítica da novela e da literatura angolana	186
C) Teoria e crítica literárias	188
D) Filosofia e ciências sociais	190
E) Documentos, entrevistas e discursos	199
Anexos	201

Considerações iniciais

A dado passo de uma palestra acerca de seu livro de ensaios **Duas meninas** (1997), dirigida ao grupo de editores da revista **Praga**, Roberto Schwarz lança, não sem certo intuito polêmico, um convite a seus pares. Trata-se de uma proposta de programa de pesquisa cujo objeto de análise se resume na “exploração literária, em verso tanto quanto em prosa, da especificidade das relações sociais brasileiras”.¹ O crítico parte do pressuposto, em larga medida por ele próprio determinado no famoso e controverso ensaio “As idéias fora do lugar” (1973),² de que a sociedade brasileira é *sui generis*, isto é, tem “um sistema de relações sociais próprio”, por causa, principalmente, “da parte que o trabalho escravo teve na sua formação”.³ No entanto, não ocorreu “que esse sistema tivesse potência estética”, até que fossem publicados os estudos de Antonio Candido sobre **Memórias de um sargento de milícias** (1852), de Manuel Antônio de Almeida, e **O cortiço** (1890), de Aluísio de Azevedo, os quais, por isso mesmo, “abriram perspectivas críticas novas”⁴ não só para a leitura dos romances em particular, mas também para os estudos literários brasileiros em geral.

Noutras palavras, para Schwarz, caso se quisesse produtivo e

¹ SCHWARZ, Roberto. “Conversa sobre ‘Duas meninas’”, in **Seqüências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 231.

² SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”, in **Novos estudos. CEBRAP**. n. 3, São Paulo, 1973, p. 150-61. As principais críticas de que este ensaio foi alvo constam em FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As ideias estão no lugar”, in **Cadernos de debate 1** (História do Brasil). São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 61-64; BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois liberalismos”, in **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 194-246; e BOSI, Alfredo. “Liberalismo ou escravidão: um falso dilema?”, in **Ideologia e contraideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 303-312. A resposta do autor consta em SCHWARZ, Roberto. “Por que ‘ideias fora do lugar’?”, in **Martinha versus Lucrécia. Ensaios e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 165-72.

³ SCHWARZ, Roberto. “Conversa sobre ‘Duas meninas’”, op. cit., p. 230.

⁴ Id. Ibid., p. 230. Vale a pena constar que, noutro lugar, Schwarz refere-se ao ensaio “Dialética da malandragem”, de Antonio Candido, como “o primeiro estudo propriamente dialético” no Brasil. SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”, in **Que horas são?** 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 129.

relevante à luz das condições particulares da periferia do capitalismo, o empreendimento crítico nacional não deveria deixar de conceber a “análise social minuciosa” como “parte íntegra da reflexão estética”⁵, pois só assim seria possível, em função de coordenadas inscritas na tessitura das obras, relativizar o estatuto prestigioso e a natureza supostamente desinteressada dos modelos teóricos e metodológicos importados dos grandes centros internacionais.⁶

Na presente tese, guardando as devidas distâncias, procuramos responder positivamente ao repto em causa, que acreditamos oportuno, apesar do tempo transcorrido, para o panorama atual dos estudos literários angolanos. Não porque havéssemos concluído que a respectiva crítica,⁷ *grosso modo* de sensibilidade interdisciplinar inequivocamente assumida,⁸ não tenha, até então, levado em alta conta as interseções entre arte literária e vida social.⁹ Muito pelo contrário, porque nos propomos contribuir para o aprofundamento dessa perspectiva de abordagem, buscando inspiração no que se convencionou chamar de “crítica literária dialética”, em que se inserem, com reconhecido mérito, os trabalhos dos dois críticos brasileiros

⁵ SCHWARZ, Roberto. “Conversa sobre ‘Duas meninas’”, op. cit., p. 230.

⁶ “É claro que temos de ler a teoria [literária] contemporânea para ficar em dia com o debate, que é sempre significativo de alguma coisa. Mas adotar os seus termos sem mais aquela, não. Muito pelo contrário, a verificação das conceituações atuais a partir da nossa experiência histórica, a relativização e a crítica que podem daí resultar são uma das contribuições que podemos dar de fato.” Id. Ibid., p. 233. Sobre o fundamento analítico dessas considerações, de que nos serviremos, ver SCHWARZ, Roberto. “Adequação nacional e originalidade crítica”, in **Seqüências brasileiras: ensaios**. op. cit., p. 24-45.

⁷ A fim de evitar qualquer mal-entendido, no caso nunca improvável, entendemos por “crítica literária angolana”, genericamente, a conformação dos mais diversos estudos sobre a correspondente literatura feitos dentro e fora de Angola, por angolanos e não angolanos, excluindo, desse modo, os parâmetros de *lugar de enunciação* e de *nacionalidade* ou *identidade* do sujeito do discurso crítico, à diferença do que aparece sugerido em KANDJIMBO, Luís. “Literatura angolana e alteridade do discurso crítico”, in **Apologia de Kalitangi. Ensaio e crítica**. Luanda: INALD, 1997, p. 149-51.

⁸ Para um panorama, ainda que parcial, das manifestações dessa predominância na crítica literária angolana, ver SOARES, Francisco. “Companheiros e camaradas: teoria e crítica literária em Angola na actualidade”. Disponível: <<http://triplov.com>>. Acesso: 26 set. 2015.

⁹ No âmbito da crítica académica, essa perspectiva de abordagem vem sendo mais ou menos determinante, apesar das várias nuances que, sem muito esforço, podem ser notadas.

mencionados.

Partimos, de igual modo, da premissa de que a sociedade angolana possui um sistema de relações sociais que lhe é característico. Tal idiossincrasia resulta não de um substrato cultural atemporal ou de uma essencialidade indefinível qualquer, mas sim de um processo histórico-material definido por momentos sucessivos de formação nacional que compõem pares díspares: sociedades africanas tradicionais e processo colonial, emancipação nacionalista e guerra civil, monopartidarismo de filiação socialista e multipartidarismo com economia de mercado, reconciliação nacional e acumulação capitalista desapiedada. Em face do curso e da substância dessas alternâncias, que não são poucas, a impressão com que se fica é de uma experiência social que tem na interrupção, não raro abrupta, sua matriz definitiva. Uma vez que nada se finda, mas quase tudo se inicia, haveria propriamente saturação e consequente superação em cada uma das transições havidas? Sucede, entretanto, que a descontinuidade jamais se revela absoluta, o que sugere que os momentos sempre estejam de algum modo compenetrados, sendo que uns e outros acabam por influir, com mais ou menos intensidade, na contemporaneidade, gerando tensões objetivas que, em si mesmas, conformam um *ser e estar* angolano no mundo.

Com efeito, podemos afirmar que a) os códigos de conduta tradicionais permeiam todos os momentos, sem exceção; b) as relações coloniais perduraram e perduram sob outras roupagens¹⁰; c) o sentido de nacionalidade existiu desde antes da independência e existe nos tempos que correm; d) a guerra civil tem sua gênese no contexto pré-independência e durou longos anos no pós-independência; e) as ideias socialistas coabitaram com os códigos de conduta tradicionais, a violência da guerra civil e a persistência das relações coloniais, além de terem sido uma das principais fontes de alimentação ideológica do moderno nacionalismo; f) a reconciliação nacional fez-se por tentativa e

¹⁰ Ver, por exemplo, BARBEITOS, Arlindo. **Angola-Portugal. Representação de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades**. Luanda: Kilombelombe, 2011.

erro ao longo de vários anos; e g) a acumulação capitalista, hoje em voga, não deixou de marcar presença no monopartidarismo,¹¹ sendo que foi a matriz da empresa mercantilista europeia sob a égide colonialismo.

O interesse para a literatura — em especial, para a ficção —, dessa complexa combinação de camadas históricas, cujas peculiaridades não se esgota nos limites das circunstâncias nacionais, pois permitem vislumbrar uma ordem planetária de que os eventos locais são parte integrante ao mesmo nível que os internacionais, não passou despercebido pela linha de frente dos escritores angolanos, a quem, aliás, o senso realista diferenciado não têm faltado. É caso para se dizer que, nessa como noutras matérias, a melhor literatura andou sempre à frente da melhor sociologia, da ciência política ou da história, com nuances as mais diversas e resultados muitos dos quais notáveis.

Sobre o *corpus* e sua opção

A essa luz, **Quem me dera ser onda** (1982),¹² de Manuel Rui, constitui uma obra representativa da exploração da especificidade das relações sociais angolanas no contexto da ficção pós-independência. A novela flagra, pelo viés das tensões, um daqueles momentos decisivos da formação nacional, conferindo rentabilidade artística a um dado da vida prática, a saber: o carácter contraproducente que os condicionalismos internos e externos à época reservaram à ideologia do proletariado, adoptada pelo discurso oficial monopartidário em vista da construção da desejada “sociedade socialista”. Qualquer que seja a modalidade em que se apresentem na fatura da narrativa (palavras de ordem plantadas na boca do povo, diretivas burocráticas ou padrão de comportamento), as demandas socialistas fazem, sem apelo, figura facciosa, invertida, disparatada, vexando e sendo vexadas, num

¹¹ Mormente, no sentido de acumulação patrimonialista. Ver, dentre poucos, PESTANA, Nelson. **L'Etat em Angola: discours et pratiques**. These de doctorat représenté sur la Université de Montpellier I, Montpellier: Université de Montpellier I, 2002; e VIDAL, Nuno. “O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista”, in **Estudos ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, set.-dez. 2016, p. 815-54.

¹² RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. Luanda: INALD, 1982.

espelhamento recíproco. A recorrência e o raio alargado dos desajustes, bem como a comicidade a que se prestam em situações, discursos, tempos, espaços etc., permite ter acesso a uma regra de figuração que, por sua vez, aponta para a formalização de uma experiência social singular, à diferença de uma sátira social ou de costumes sem mais.

A título de resumo, a narração preenche certos quesitos da fabulação *tout court*, em sentido genológico. Ela se desenrola com princípio, meio e fim, na voz de um narrador em terceira pessoa, sem marcação de capítulos dos episódios, à maneira solta do contador de *misoso*. Também no plano da ação principal, surpreende-se um assunto banal, para alguns leitores quiçá caricato, em que um indivíduo, Diogo, decide criar um porco com o objetivo de engordá-lo e consumi-lo no sétimo piso de um edifício de apartamentos situado na baixa de Luanda, passados pouco mais de quatro anos da independência do país. Desde a abertura, com a chegada do novo inquilino, percebe-se tamanha desproporção nos termos do conflito que se instala: primeiro, entre Diogo e os demais vizinhos, que se opõem inarredavelmente à presença do porco no edifício; e, depois, entre Diogo e os filhos, Ruca e Zeca, que se afeiçoam ao animal, dão-lhe o nome de “Carnaval da Vitória” e, malgrado, tentam livrá-lo da faca do pai. A gravidade das falas e das atitudes contrasta, desde logo, com o que de fato se controverte. O que seria — e, até segunda ordem, é — apenas uma comédia doméstica, com contornos rocambolescos, ganha feição grandiloquente e imprópria de uma luta de classes despoletada por apetite de carne, benefícios clientelares, oportunismo, clivagens étnicas e regionais, antropomorfismo infantil e autoritarismo patriarcal.

Nesse sentido, a opção por **Quem me dera ser onda** como *corpus* de análise teve em consideração, antes de mais, nosso interesse em compreender melhor a interação entre sua configuração interna e a ordem social que lhe dá sentido. Por outro lado, sua escolha se justifica pelo lugar de relevante que ocupa tanto no conjunto da obra do autor quanto no conjunto da produção ficcional angolana que emergiu depois da independência. De modo que estudar a novela de Manuel Rui

representa, para nós, uma boa oportunidade para entender o processo literário nacional através de uma obra que se situada, cronológica e conteudisticamente, num período decisivo da vida do país independente.

A análise de **Quem me dera ser onda** implica, por isso mesmo, constantes remissões comparativas a obras coetâneas, das quais destacamos **O cão e os caluandas** (1985),¹³ de Pepetela. Não são poucos os aspetos que diferenciam uma novela de outra, quer do ponto de vista da estrutura da narração quer dos motivos, do mesmo modo que não passam despercebidos os aspetos que as aproximam, tais como: a) as datas de publicação de cada um dos livros e os tempos das ações; b) o registo de temas e os perfis das personagens; c) a presença destacada de animais no contexto das relações sociais; e d) o espaço em que as ações se desenrolam, no caso a capital de Angola, funcionando sempre como uma metonímia do país.

Nesse sentido, embora não figure como objeto central de análise, a novela de Pepetela aparece em nossa abordagem como uma espécie de *corpus* complementar, suscitando convergências e divergências. Tal, entretanto, não exclui a alusão a demais obras da produção literária angolana pré e pós-independência, sempre que a interlocução se revelar oportuna e em proveito da apreensão de **Quem me dera ser onda**, fazendo ver como sua originalidade se insere num todo orgânico, de que é possível extrair linhas de continuidade e descontinuidade temática, compositiva, semântica, pragmática e outras.

Ainda assim, não faltam paralelos julgados pertinentes com obras estrangeiras, mormente europeias, a fim de sugerirmos que a figuração das *esquisitices* nacionais não apaga certas marcas de universalidade que a matéria local comporta.

¹³ PEPETELA. **O cão e os caluandas**. Lisboa: Dom Quixote, 1985. Grafaremos o título sempre de acordo com a edição original, e não **O cão e os calús**, apesar de todas as citações serem feitas a partir da edição angolana da União dos Escritores Angolanos (UEA), de 1989.

Sobre o problema

Quase por unanimidade, os estudos acadêmicos e outros trabalhos sobre **Quem me dera ser onda** defendem que a narrativa se enquadram na sátira social ou, quando muito, de costumes. As discussões giram em torno da colisão dos ideais libertários propugnados pela emancipação nacionalista, dentre os quais se destaca a construção de uma sociedade de igualdade e justiça social, com novas e velhas crenças e práticas no pós-independência. Assim sendo, tanto a práxis ritualística das palavras de ordem quanto a conduta estereotipada dos agentes sociais produzem desvios ao traçado da revolução socialista em marcha, a que o efeito desvelador da caricatura põe a descoberto. Alguns conceitos servem para definir a modalidade de figuração adotada: carnavalização, parodia, ironia, humor, grotesco etc. Por consequência, sustenta-se que a novela opera, de dentro da ordem estabelecida em que seu autor empírico se inseria, uma crítica corrosiva aos descaminhos da concretização do projeto de construção da nação angolana, donde suas implicações extraliterárias controversas.

Em sintonia com esse argumento, mas adicionando-lhe certo valor imaterial, algumas abordagens apelam para a dimensão simbólica e alegórica do porco, bem como do ato de sua morte na novela de Manuel Rui. A hipótese é de que haveria, no animal, a projeção da utopia nacional em oposição às forças de opressão do passado ressurgentes no presente. A luta das crianças em prol da sobrevivência do suíno contra o poder autoritário do pai de família é vista como imagem cifradas de um confronto que se revelaria inglório para os sonhos diurnos. Sob esse ângulo, a morte de “carnaval da vitória” assinala não só fim da ingenuidade infantil, mas, sobretudo, o encerramento distópico de um projeto coletivo edificante.

O problema que se nos afigurou enfrentar no quadro do exame da narrativa foi, portanto, formulado em diálogo com essas duas leituras dominantes:

- No que diz respeito à primeira, a questão consiste em saber: em que medida o efeito de comicidade gerado pela figuração da realidade seria o produto da apreensão de um destino histórico-social peculiar, de sorte que haveria uma relação estrutural entre a originalidade compositiva da narrativa e a singularidade das circunstâncias angolanas no imediato pós-independência, em cujo horizonte esteve a modernidade socialista?
- Quanto à segunda, a pergunta que se impõe é: e se “carnaval da vitória” fosse não mais do que um porco, gozando única e exclusivamente de sua condição animal na narrativa e transferindo, em consequência, o centro da figuração para as relações materiais de que as demais são uma extensão?¹⁴

Assim, sem desconsiderar tais estudos, antes mobilizando-os, como parte de um processo de acumulação crítica, para os fins interpretativos aos quais se propôs, nossa leitura buscou um caminho alternativo. E, como qualquer interpretação de texto literário, sempre sujeita ao teste da coerência entre intenção do leitor e intenção do próprio texto,¹⁵ ela não deixa de ser uma dentre outras possíveis, embora estejamos convencidos de seu alto valor explicativo.

¹⁴ A formulação foi-nos sugerida por Michael Löwy, que, na linha da posição defendida por Alfred Döblin, propõe uma interpretação alternativa às leituras metafísicas, fundadas ou não na doutrina cabalística, da obra de Kafka: “Ante a avalanche de interpretações simbólicas e alegóricas, talvez fosse conveniente adotar um pouco mais de prudência: e se o Castelo não for símbolo de alguma outra coisa, mas simplesmente um *castelo*, ou seja, a sede de um poder terrestre e humano?” LÖWY, Michael. **Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva)**. Trad. Paulo Neves, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 74.

¹⁵ “A iniciativa do leitor consiste em fazer uma conjectura sobre a *intentio operis*, conjectura essa que deve ser aprovada pelo complexo do texto como um todo orgânico. Isso não significa que só se possa fazer sobre um texto uma e apenas uma conjectura interpretativa. Em princípio, podemos fazer uma infinidade delas. Mas no fim as conjecturas deverão ser testadas sobre a coerência do texto e à coerência textual só restará desaproveitar as conjecturas levianas.” ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. Trad. Pérola de Carvalho, São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 15.

Sobre o método

Com efeito, embora nossa leitura se disponha a dialogar com a fortuna crítica de **Quem me dera ser onda**, admitimos que os resultados do exame da narrativa implicarão em perdas, inevitáveis quando se fazem opções de método. Pois, como nota Antonio Candido,

Todo crítico precisa fazer opções teóricas e opções práticas. No nível teórico é possível ser coerente e eficaz com certa facilidade, porque se trata de *propor*, sem compromisso imediato com o texto. No nível prático a coerência e a eficácia são mais difíceis, porque se trata de *demonstrar*, e aí surgem os afastamentos entre intenção e realização.¹⁶

Não obstante, a opção de método ao menos evita alimentar falsas expectativas e ausência de foco interpretativo. Com esse intuito, definimos as noções de “forma literária” e “matéria social” como categorias de análise centrais de nossa leitura. A primeira refere-se a uma regra ou um princípio de composição que irradia a totalidade da narrativa e é fruto da inventividade do autor. Em **Quem me dera ser onda**, o princípio de composição é identificado com as tensões algo cômicas que os desajustes produzem, manifestados sob variadas modalidades, mormente contravenções, paradoxos, contrassensos e até contradições.

Já a segunda noção diz respeito a um dado objetivo da vida prática angolana no pós-independência, que, até onde vemos, remete para a impressão de que o socialismo esteve fora do lugar. Sua existência e seus contornos bem delimitados independem, à partida e em última instância, das intenções, posições políticas e inclinações ideológicas de Manuel Rui. Enquanto parte e produto de um processo histórico singular, a “matéria social” preexiste e *subsiste* ante a inventividade do autor.¹⁷

¹⁶ CANDIDO, Antonio. “Sobre Roberto Schwarz”, in CAVASCO, M. e OHATA, M. (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 13, itálicos do autor.

¹⁷ Essa noção de “matéria social” corresponde ao conceito de “forma objetiva”, presente na crítica de arte de extração hegeliano-marxista, em especial alemã e lukacsiana. Segundo essa tradição, a criação estética depende da concretude e historicidade dos conteúdos da realidade, que apresentam uma extração social efetiva,

Diferentemente de um estudo de corte estilístico, em que a “forma literária” é tomada em autorreferência, entendemos que, em **Quem me dera ser onda**, ela tem sempre como referente elementos extraliterários concretos, consubstanciando-se na estilização dos impasses de um sistema de relações sociais. Daí que a liberdade de invenção artística de Manuel Rui, longe de corresponder a uma elaboração arbitrária, equivale à apreensão adequada dos conteúdos da realidade, os quais se tornam autônomos, e não independentes.

Nossa leitura visou, assim, a inteligibilidade das esferas internas da narrativa a partir da compreensão prévia de uma delas (a “matéria social”), vendo até que ponto a articulação entre as duas passa pela adequação precisa, em lugar da documentação da realidade. Para tanto, o procedimento de análise previu duas etapas principais e complementares. Na primeira, circunscrevemos a “matéria social” de que, julgamos nós, o autor lança mão, uma vez que sua transfiguração na narrativa exigiu clarificação extraliterária preliminar. Na segunda, vemos até que ponto essa operação encontra-se subentendida na fortuna crítica da novela. Na terceira e última etapa, centramo-nos na avaliação de como a “forma literária” serve de mediação à elaboração ficcional da “matéria social”, que, sob essa luz, ganha um novo estatuto.

Sobre a exposição

Em conformidade com as etapas do procedimento de exame comparativo das acima enunciadas, a exposição acha-se dividida em três capítulos. No primeiro — “O socialismo fora do lugar” —, esboçamos

ao contrário das concepções positivistas no campo da arte, para as quais a única forma possível é aquela criada pelo artista a partir do caos da realidade. Ver JAMESON, Fredric. **Marxismo e forma. Teorias dialéticas da literatura no século XX**. Trad. I. Simon, São Paulo: Hucitec, 1985. Ao esclarecer a utilidade dessa categoria de análise na comparação surpreendente que faz entre uma obra sem intenção estética (o diário **Minha vida de menina**, 1944, de Helena Morley) e uma das obras-primas da literatura brasileira (o romance *Dom Casmurro*, 1899, de Machado de Assis), Roberto Schwarz afirma: “As pessoas da tradição marxista [...] estão acostumadas a idéia de que o processo objetivo é ele mesmo formado. Isto não quer dizer que o artista não inventa uma forma, mas que existem formas prévias, postas pela vida prática, sobre as quais ele trabalha, o que justamente dá a possibilidade de refletir sobre a forma de uma matéria que tenha sido objeto de uma operação artística separada”. SCHWARZ, R. “Conversa sobre ‘Duas meninas’”, in **Seqüências brasileiras: ensaios**. op. cit., p. 236.

nosso argumento de partida por intermédio de uma reflexão preliminar sobre as complicações em que as ideias socialistas se viram envolvidas em solo angolano, para seu abono e desabono. Seguindo um conhecido conselho de Theodor Adorno, segundo o qual saber da obra de arte por dentro exige saber da sociedade fora dela,¹⁸ procuramos delimitar a série de problemas que a novela de Manuel Rui suscita aparentemente ao acaso, na tentativa de mostrar que a mesma caracteriza as ambiguidades e ambivalências de uma ex-colônia africana, paralisada por atrasos vários, de um lado, e impulsionada por aspirações progressistas, de outro. Ao fim e ao cabo, tratamos de apontar o fundo histórico da especificidade das circunstâncias angolanas, revelando que a decifração de seu enigma não deve apenas ser buscada no interior dos marcos geográficos do país recém-independente, mas também no terreno das desigualdades internacionais, de que a divisão do trabalho é fator decisivo.

No segundo capítulo — “Acumulação crítica” —, enquadrámos **Quem me dera ser onda** em sua época, a década de 1980, com o propósito de compreender como a novela se inscreve no contexto da produção de seu autor e, ao mesmo tempo, da ficção angolana pós-independência. Em adição, constamos a recepção que a novela teve fora e dentro do campo do poder instituído, do qual o autor empírico fazia parte, por assim dizer, como membro cerebral. Discutimos as implicações desse quadro controverso, em que está posto o velho dilema do engajamento em literatura — participar ou criticar? —, vendo como ele jogou contra e a favor da reputação do livro. Nesse passo, uma atenção especial foi por nós dedicada à leitura dominante que compõe a fortuna crítica da novela, evidenciando aquilo que entendemos ser seus acertos e equívocos.

No terceiro e último capítulo — “**Quem me dera ser onda**” — procedemos à análise da novela, dando primazia à conduta das personagens, tendo em conta seu papel pendular na totalidade da

¹⁸ ADORNO, Theodor. W. “Palestra sobre lírica e sociedade”, in **Notas de Literatura I**. Trad. Jorge de Almeida, São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2003, p. 68.

narrativa. Nosso percurso analítico segue, mais ou menos, o desenvolvimento da ação principal da narrativa, que vai da chegada do porco ao prédio à sua matança. Como ficou dito acima, nossa leitura não deixa de parte a interlocução da novela de Manuel Rui com narrativas da ficção angolana pós-independência, e não só.

À guisa de conclusão — “Considerações finais”—, apresentamos uma súmula analítica, na qual procuramos tirar consequência da interpretação da narrativa. Com base em nossa ideia de partida, daremos destaque àqueles aspetos mais discutidos ao longo da exposição.

Capítulo 1. O socialismo fora do lugar¹⁹

E ainda sobre as palavras: o locutor que entrevistava o gatuno ou sabotador e tratava o bandido por camarada?

Manuel Rui²⁰

...nada que não esteja nas obras, em sua forma específica, legitima a decisão quanto àquilo que seu teor, o que foi poeticamente condensado, representa em termos sociais. Determiná-lo requer, sem dúvida, não só o saber da obra de arte por dentro, como também o da sociedade fora dela.

Theodor W. Adorno²¹

¹⁹ Mais do que parafrasear o título — e a ironia que lhe é constitutiva — do ensaio “As idéias fora do lugar” (1973), de Roberto Schwarz, este capítulo procura, na medida de nossas capacidades, dialogar com o referido texto. A tentativa de aproximação encontra fundamento, desde logo e em última análise, nos traços transversais à condição periférica das sociedades em causa, não obstante as diferenças de grau. Como o próprio Schwarz sugere, as ideias da modernidade europeia fazem impressão de que estiveram (e estão) fora do lugar em outros lugares que não apenas o Brasil do século XIX: “[...] nas ex-colônias [...], o liberalismo [o socialismo, diríamos nós] não descreve o curso real das coisas — nesse sentido ele é uma ideia fora do lugar. Não impede, contudo, que ele tenha outras funções. Por exemplo, ele permite às elites falarem a língua mais adiantada do tempo [...]. A gama de funções inclui a utopia, o objetivo político real, o ornamento de classe e o puro cinismo, *mas exclui a descrição verossímil do cotidiano*.” SCHWARZ, Roberto. “Por que ‘ideias fora do lugar’?”, in **Martinha versus Lucrécia. Ensaios e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 170-71, itálico do autor. Com propósito e âmbito de discussão diversos, a mesma formulação aparece no ensaio “Traveling theory” (1983), de Edward Said, sob o argumento de que “as teorias viajam, por vezes, para outros tempos e situações, perdendo nesse processo parte do seu poder original e da sua rebeldia.” Neste sentido, as “ideias fora do lugar” têm seu equivalente nas “teorias no exílio”. Ver SAID, Edward. “Traveling theory”, in **The world, the text, and the critic**. Massachusetts: Harvard University Press, 1983, p. 226-47. Ver, ainda, SAID, Edward. “Reconsiderando a teoria itinerante”, Trad. Manuela Ribeiro Sanches, in SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). **Descolonizar a ‘Europa’: antropologia, artes, literatura e história na pós-colonialidade**. Lisboa: Cotovia, p. 25-42. O próprio autor, quando decidiu escrever suas memórias, não hesitou em intitulá-las por “Out of place” (“Fora do lugar”), expressão que achou mais ajustada à sua condição de permanente desajuste (nos nomes Edward e Said, nas línguas inglês e árabe, no exílio). Ver SAID, Edward W. **Fora do lugar: memórias**. Trad. José Geraldo Couto, São Paulo: Companhia das Letras 2004. Para mais, é interessante notar que, no que propriamente nos diz respeito, esse panorama de deslocamentos já havia sido arrolado, sob a designação de “desventura da consciência nacional”, em **Os condenados da terra** (1961), de Frantz Fanon, como uma espécie de fatalidade a que os países subdesenvolvidos recém e em vias de se tornarem independentes estariam sujeitos. FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Elnice Albergaria Rocha, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010, p. 175-235. Como não ver, nessa desventura, espelhada a sociedade angolana pós-independência, suas estruturas e seus sujeitos?

²⁰ RUI, Manuel. “Vida e cultura das palavras” (Texto no contexto – crônicas), in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 4, Luanda, 5 jul. 1981, p. 2.

1.1. Ideia de partida

Como se construiria a ditadura do proletariado em uma parcela do continente africano onde a esmagadora maioria da população era iletrada²² e de origem e assentamento rurais²³, onde não houvera integração massiva por via do trabalho livre e muito menos luta de classes, no sentido estrito da expressão? Seria a revolução do proletariado possível sem proletariado, isto é, sem sua *raison d'être*? Como edificar o socialismo em uma sociedade matizada por particularismos étnicos, regionais e raciais, herança colonial abjeta sobretudo do ponto de vista econômico, guerra civil inscrita num mundo bipolar, invasão militar patrocinada por vizinhos hostis, sem falar de grande parte de uma elite dirigente que assimilara Marx e Engels senão de forma precária, sob um viés voluntarista? Quem estaria desadequado a quem: a doutrina à realidade, ou o inverso? A qual das partes caberia, no caso, a função de perfumaria? Ou seja, que chão social encontraria, no contexto angolano pós-independência, aquela fantasmagoria que assombrara a Europa da primeira metade do século XIX?

Eis aí, segundo nossa ideia de partida, algumas das indagações que percorrem, em extensão e profundidade, a composição de **Quem me dera ser onda**. Mas, antes de vermos, por meio do exame da narrativa, como Manuel Rui transmuta tais indagações de fator externo — da configuração material da sociedade — em fator interno — da configuração formal das narrativas —, procedendo assim ao que Antonio Candido designa e bem por “redução estrutural”,²⁴ impõe-se

²¹ ADORNO, Theodor. W. “Palestra sobre lírica e sociedade”, op. cit. p. 68.

²² Segundo estimativas da época, reconhecidas oficialmente, em 1975-76, o índice de analfabetismo literal da população angolana economicamente ativa (15 a 65 anos) situava-se na ordem de 85%. Ver NGUVULE, A. **Política educacional em Angola (1976-2005). Organização, desenvolvimento e perspectiva**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP-Universidade de São Paulo, 2006, p. 86.

²³ Em 1975, a população residente e com convivência urbana em Angola não ultrapassava 19,1% (1.304.000 habitantes). Ver United Nations Population Fund *apud* LOPES, Carlos. *et al.*, **A caminho da cidade: migração interna, urbanização e saúde em Angola**. Lisboa: Observatório ACP das Migrações, 2013, p. 7.

²⁴ “[...] isto é, o processo por cujo intermédio a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária, permitindo que esta seja estudada em si mesma, como algo autônomo.” CANDIDO, Antonio. “Prefácio”, in **O**

circunscrevê-las no âmbito da problemática que encerram, além de indicar as implicações particulares delas decorrentes.

Em lugar de reafirmar o argumento — inconsequente, a nosso ver — de que o socialismo esteve *de facto e de jure* fora do lugar na Angola do Partido Único²⁵, a nossa *démarche* visa a: a) identificar a sensação de mal-estar gerada pela presença e circulação das ideias socialistas na sociedade angolana pós-independência, sensação essa que fazia perceber a ideologia do proletariado como postiça, inadequada, farsesca, etc.; b) apontar as razões, no mais históricas, que estiveram — e ainda estarão, se cambiarmos socialismo por capitalismo? — na base daquele desassossego; e, por fim e mais importante, c) servir de chave de leitura crítica da novela de Manuel Rui, permitindo, após a elucidação da matéria social que o autor convoca, a apreensão da originalidade do princípio composição em apreço.

Trata-se, em suma, de um exame prévio da “forma objetiva” da sociedade angolana pós-independência cuja existência precede à essência da “forma literária” de **Quem me dera ser onda**. Pois, a despeito de ter sido um dado estruturante das relações sociais cotidianas no contexto monopartidário, os descompassos entre vida prática e ideário socialista — mormente quando vertido para palavras de ordem, preceitos de conduta e diretivas oficiais — não foram, até aqui, objeto de reflexão específica no campo das ciências sociais, sendo que suas causas, tanto quanto seus efeitos, permanecem, em grande parte, inexploradas. Razão pela qual os estudos sociais angolanos continuam a dever à correspondente crítica literária o necessário arcaboço analítico

discurso e a cidade. 3. ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 9.

²⁵ Regime político que vigorou dos finais de 1975, após a independência, a princípios de 1991, momento em que se deu início, através de um processo negocial envolvendo as partes beligerantes no contexto da longa guerra, a chamada “tripla transição” ocorrida à luz de uma nova Constituição: da guerra para a paz, do monopartidarismo para a democracia multipartidária e da economia planificada para a economia de mercado livre.

auxiliar, principalmente para a interpretação da ficção pós-independência.²⁶

Desde os primeiros anos a seguir à independência, proclamada a 11 de novembro de 1975 sob o desiderato da construção do “Homem Novo”,²⁷ não têm faltado qualificações — umas com intenção maledicente, outras elogiosas, outras ainda nem carne nem peixe — que visam caracterizar e definir a sociedade angolana monopartidária. Sua aplicação generalista abarca o sistema de governo, a burocracia estatal, a orientação económica, desembocando na banalidade da vida de todos os dias. Epítetos como “socialismo esquemático”, “socialismo bantu” e “socialismo tribal”, variadas vezes enunciados quer por simpatizantes quer por detratores assumidos do regime monopartidário, serviam tanto para marcar a diferença desviante em relação aos modelos sobretudo europeus de socialismo realmente existente, quanto para esgrachar sem contemplação nem apelo. Independentemente de quem deles fizesse recurso, eram em si mesmas, por assim dizer, facas de dois gumes.

A expressão “socialismo esquemático”, com o “esquemático” aludindo a toda sorte de contravenções e gambiarras, podia significar a engenhosidade de quem se desobrigava de macaquear, ou apenas macaqueava a forma e procurava dar cor local ao conteúdo do que vinha de fora. Não obstante, podia igualmente significar a inaptidão —

²⁶ Referindo-se à mesma defasagem entre a literatura e os estudos sociais brasileiros, Roberto Schwarz observa: “Na crítica europeia a história social e o conflito de classes estão mais ou menos mapeados. Há terreno comum entre a consciência histórica e a crítica de arte. No Brasil, não. A boa literatura é mais adiantada ou mais diferenciada do que os nossos historiadores e sociólogos. A crítica literária aqui se vê diante da insuficiência dos estudos sociais.” SCHWARZ, Roberto. “Conversa sobre ‘Duas meninas’”, in **Seqüências brasileiras: ensaios**. op. cit. p. 232. No entanto, justiça seja feita, em parte, a alguns trabalhos que, pese embora não tenham como objeto exclusivo a questão do papel das ideias socialistas em Angola, apontam nessa direcção, sendo que neles nos apoiaremos ao longo das páginas seguintes.

²⁷ “Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa do nosso país, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo”. “Texto da Proclamação da Independência de Angola – 11 de Novembro de 1975”, in **História do MPLA (1967-1976)**. v. 2, 2014, p. 451.

congénita ou adquirida, em conformidade com o contexto enunciativo — para a assimilação correta dos empréstimos estrangeiros.

Ao passo que nas expressões “socialismo bantu” e “socialismo tribal”, com o “bantu” e o “tribal” referindo-se explicitamente às sociedades tradicionais africanas pré-existentes ao colonialismo, ganhava relevo a conotação de arcaísmo com tinturas de primitivismo. Mas, surpreendentemente, essas noções pejorativas acoplavam ao “socialismo” certa marca de originalidade fabril e orgulho nacional, do tipo socialismo *made in* Angola, na linha das múltiplas versões do “socialismo africano”, propostas por Léopold Senghor, Baako, Julius Nyerere, Jomo Kenyatta e tanto outros.²⁸

Não foi, decerto, com este último sentido que o controverso jornalista luso-angolano Artur Queiroz, em reação à prisão de alguns intelectuais em Luanda, dentre eles seu amigo Costa Andrade (o escritor Ndunduma We Lépi), ocorrida em fevereiro de 1982, chamou o país de “socialismo de sanzala”.²⁹ O arremesso deliberadamente vexatório, tendo como alvo a incompatibilidade do paraíso das liberdades prometido pelas ideias socialistas com o uso arbitrário do poder, não deixava, em todo o caso, de roçar as malhas do preconceito, pois parecia dar como dado adquirido que houvesse um “socialismo de

²⁸ Ver NYERERE, Julius. **Ujamaa. Essays on socialism**. London: Oxford University Press, 1968. Para uma discussão sobre o assunto, ver, em especial, o capítulo quinto de BENOT, Yves. **Ideologia das independências africanas**. v. 1, Trad. Carlos da V. Ferreira, Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 283-451. Vale notar que, no fundo, as versões do chamado “socialismo africano” constituíram tentativas de abrir uma terceira via entre o capitalismo e o comunismo, tal como esse se apresentava a partir dos modelos soviético e chinês, através da recuperação de um suposto comunismo matricial das sociedades africanas tradicionais. Mas todas essas tentativas se enquadram num ambição maior, a saber: “A ênfase na afirmação de uma “interpretação africana” das coisas, na criação de esquemas próprios de autogestão, na compreensão de si mesmo e do universo, na produção de um saber endógeno — tudo isso levou a demandas por uma ‘ciência africana’, por uma ‘democracia africana’, por uma ‘língua africana’. Esta ânsia de tornar a África única é apresentada como um problema moral e político, a reconquista do poder de narrar a própria história — e, portanto, a própria identidade — parecendo-se tornar constitutivo de qualquer subjetividade. Em última análise, não se trata mais de afirmar o *status* de *alter ego* para os africanos no mundo, mas sim de declarar em alto e bom som sua alteridade.” MBEMBE, Achille. “As formas africanas de auto-inscrição”, Trad. Patrícia Farias, in **Estudos afro-asiáticos**, Ano 23, n. 1, 2001, p. 184.

²⁹ “O socialismo de sanzala e os intelectuais” é o título do artigo publicado por Artur Queiroz, naquele mesmo ano, no jornal português **Expresso**.

cidade” e que a “sanzala”³⁰ fosse uma arena sem lei, onde a autoridade máxima, o soba, fizesse o que quisesse e bem entendesse.

Duas décadas mais tarde, o economista norte-americano Tony Hodges preferiu, na formulação do título de seu livro sobre a transição do poder em Angola, do monopartidarismo ao multipartidarismo, o neologismo “afro-estalinismo”³¹. Neste caso, o acinte é menos pronunciado, mas a coexistência justaposta dos termos reafirma o caráter distorcido da aliança. Ainda assim, a predominância do “estalinismo” salta aos olhos. É, pois, o “afro” (concepções tradicionais africanas de governo) quem mais destorce o “stalinismo” (“socialismo num só país”³²) do que o inverso.

Já Solival Menezes, na falta de melhor designação para descrever o desencontro entre ideologia e vida prática, aspirações e imperativos conjunturais, modelo importado e sua aplicação à experiência local, conclui o seguinte:

Tratou-se de um socialismo ‘específico’, de um regime inusitado, de um ‘socialismo angolano’, ou por outro lado, da negação do próprio padrão original ‘socialista’. De modo mais condescendente, tratou-se, sim, de uma variante ímpar que procurou imitar o padrão do qual dependia (modelo soviético), mas com pouco sucesso em alcançá-lo.³³

Com cambiantes, motivações e intenções as mais diversas, tais epítetos, mercê da força significativa que se reconhece aos nomes, tiveram o mérito de captar, ou, quando menos, intuir a singularidade da experiência social a que se referem. Neles, acham-se implicados os questionamentos do *self* de uma ex-colônia à procura de uma rota de fuga para seu futuro. É certo que, no plano do discurso oficial e a

³⁰ Povoado ou comuna rural, geralmente disposta num espaço formado por cubanas (casas de capim ou de pau-a-pique) e regida por uma autoridade tradicional (moral e religiosa), o soba.

³¹ HODGES, Tony. **Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem**. Trad. Francisco R. Soares *et al.*, Cascais: Principia, 2001.

³² *Slogan* stalinista enunciado ainda no outono de 1924, por meio do qual se apregoa industrialização e o poderio da União Soviética a despeito do êxito da revolução internacional, mormente da revolução socialista proletária na Europa ocidental.

³³ MENEZES, Solival. **Mama Angola. Sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000, p. 380.

desfavor de todas as designações em voga, o MPLA, na voz de Agostinho Neto, havia feito sua opção: “Quando falamos do socialismo falamos a sério. Não se trata do dito ‘socialismo africano’, ou ‘socialismo bantu’, mas do socialismo científico. (Aplausos)”.³⁴ Não obstante, optar, mesmo entre um sem número de bazares e selos comerciais, não implica necessariamente bom-gosto (se é que mau-gosto existisse). O tempo, mestre da vida, esteve aí para demonstrá-lo quanto bastasse.

1.2. Excurso: o socialismo na “mãe Rússia”

Para não fabricar um falso problema, convém realçar, logo de saída, que mesmo lá onde o socialismo se tornaria vitorioso, dominante e — porque não dizê-lo — totalitário,³⁵ sem oposição interna que não fosse varrida, os seus postulados não se encaixaram como uma luva, ao jeito de roupa de loja de departamento pronto-a-vestir, de sorte que, em tais contextos, também se verificou a sensação de que seus postulados estavam perfeitamente fora de órbita. O que implica, pois, tanto o reconhecimento de que, dada a sua ambição universalizante e à

³⁴ NETO, Agostinho. “Sobre a criação das bases materiais e técnicas do socialismo. Extractos do discurso de encerramento da 2.ª Conferência Nacional dos Trabalhadores Angolanos (18 de outubro de 1976)”, in **Tudo pelo povo: selecção de discursos do camarada presidente no período de 1962-1978**. Luanda: Edições MINDEF, 1980, p. 150.

³⁵ Na acepção com que o termo aparece na obra clássica de Hannah Arendt, onde serve para caracterizar e definir, a par do III Reich de Adolf Hitler, a União Soviética sob o regime de Stálin, sobretudo após 1934, momento em que os expurgos são institucionalizados no Partido Comunista Russo (PCUS), conforme anunciado no seu XVII Congresso. ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo, São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 337-531. Note-se que no prefácio que redigiu para a parte do livro em referência, dezessete anos depois da conclusão do manuscrito original, a autora consente, no que diz respeito à China de Mao Tsé-Tung, “usar a palavra ‘totalitarismo’ com cautela”, devido não só à escassez e à incerteza das fontes de informação então disponíveis sobre o comunismo chinês, como à distinção que se exige fazer entre formas de governo propriamente totalitário (Alemanha nazista e Rússia soviética) e formas que mais tendem à tirania ou à ditadura (China pós-Revolução Cultural). Não ignoramos, entretanto, opiniões controversas, a maioria das quais apoiadas na assimetria, aliás reconhecida por Arendt, entre as duas primeiras (“Anti-semitismo” e “Imperialismo”) e a terceira (“Totalitarismo”) partes do livro. Mas concluir que essa heterogeneidade é prova suficiente de que a autora perdera o juízo por intoxicação ideológica norte-americana a que se submeteu no quadro da Guerra Fria, como o faz Domenico Losurdo, é um extravasamento que pouco merece ser levado em consideração. Ver LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. Trad. Ana Maria Chiarini e Diogo Silveira Ferreira, São Paulo: Boitempo, 2018, p. 122-30. Para contraponto, ver LEWIN, Moshe. **Le siècle soviétique**, Paris: Fayard/Le Monde Diplomatique, 2003.

exceção de certos casos-limite, o socialismo não foi completamente inocente do que fizeram dele do Camboja à Venezuela, quanto a constatação, não menos válida, de que, enquanto corpo de ideias em que radicam ao mesmo tempo uma concepção do mundo e um programa de ação transformadora da realidade, sua doutrina foi alvo de interpretações e adaptações, criativas ou rebaixadas, de acordo com a singularidade de cada uma das circunstâncias pré-existentes, com as conveniências do momento e com a maior ou menor perspicácia dos sujeitos intérpretes.³⁶

Tomemos, a título de exemplo paradigmático, a Grande Rússia, essa mãe em cujos peitos, para o bem e para o mal, o empreendimento socialista angolano se nutriu dos primeiros aos últimos anos de vida³⁷. Na “pátria dos mujiques”,³⁸ as leis do materialismo histórico, transplantadas da Europa ocidental, onde descreviam o curso efetivo e ordinário das coisas (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e...), encontraram entraves colossais, sendo um dos mais penosos de contornar, sob ângulo da ação revolucionária pré-1917, “a

³⁶ HABERMAS, Jürgen. “Que significa socialismo hoje? Revolução recuperada e necessidade de revisão de esquerda”, Trad. Márcio Suzuki, in **Novos estudos. CEBRAP**, n. 30, São Paulo, jul. 1991, p. 43-61. Para as especificidades das variantes e crises do(s) marxismo(s) (ocidental e não só), ver ANDERSSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental. Nas trilhas do materialismo histórico**. Trad. Fábio Fernandes, São Paulo: Boitempo, 2018; SANTOS, Boaventura de Sousa. “Tudo o que é sólido se desfaz no ar: o marxismo também?”, in **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 12 ed., São Paulo: Cortez, 2008, p. 23-49; LIPIETZ, Alain. “As crises do marxismo. Da teoria social ao princípio esperança”, Trad. Otacílio Nunes Jr., in **Novos estudos. CEBRAP**, n. 30, São Paulo, jul. 1991, p. 99-110.

³⁷ Sobre o engajamento soviético em Angola, singular na história do envolvimento da União Soviética em África, ver STEVENS, Christopher. “The Soviet Union and Angola”, in **African affairs**, v. 75, n. 299, 1976, p. 137-51. Sobre os motivos e a cronologia da atração, influência e transferência do comunismo de base soviética para as diferentes partes do globo, dando formação ao que ficou conhecido como “campo socialista”, ver HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991**. op. cit., p. 363-390.

³⁸ A expressão é atribuída a Tchekhov, sobretudo depois da publicação de seu polêmico conto “Os mujiques” (1987), numa alusão realista às iniquidades (relações clientelares e patriarcais, analfabetismo, obscurantismo religioso, alcoolismo, prostituição, egoísmo, violência desmesurada, etc., etc) da vida camponesa russa. A ousadia valeu-lhe a conotação de “liberal”, muito embora o autor de **O cerejal** (1903) tenha permanecido, até a morte, cético em relação aos grandes sistemas de pensamento e de ação política. Ver FIGUEIREDO, Ruben. “A ficção da indiferença”, in TCHEKHOV, Anton. **O assassino e outras histórias**. trad. Ruben Figueiredo, São Paulo: Cosacnaify, 2002, p. 7-11.

dissimulação da dominação burguesa de classe pela dominação do poder absoluto”, o que imprimia “à própria teoria socialista da luta de classes um caráter abstrato e propagandístico e à agitação política imediata um caráter sobretudo revolucionário-democrático.”³⁹ Ou seja, aclimatadas em ambiente político retardatário, as ideias estrangeiras, promotoras da emancipação dos explorados e oprimidos, preanunciavam resultados perversos, em escandaloso contraste com o que reza doutrina. Como conceber uma revolução socialista proletária sem a dominação imediata e plena da burguesa, sem que esta tivesse preliminarmente pavimentado o terreno baldio, produzindo o seu “coveiro”, conforme passagem celebre do **Manifesto do Partido Comunista** (1848)⁴⁰? Continuariam a ter, nestas circunstâncias, importância secundária a intenção e ação conscientes dos homens em relação às *forças motrizes* — aquelas alavancas ocultas que, como afirma Engels, “põe em movimento povos inteiros e, dentro de cada povo, classes inteiras”,⁴¹ não sem que antes as forças produtivas atingissem determinado nível de desenvolvimento?

Para quem concluísse não haver outra opção senão seguir à risca as previsões doulas do marxismo, segundo a posição assumida pelos chamados “marxistas legais”, liderados por Piotr Struve e Mikhail Tugan-Baranóvski, a solução era conspirar a favor da maturidade das forças produtivas então retardadas, de que se seguiria a revolução burguesa, de caráter liberal, sem a qual, irremediavelmente, a nação não estaria pronta para a revolução do proletariado e sua subsequente ditadura.⁴² Neste sentido, caberia dar suporte à revolução vindoura, pelo acesso à

³⁹ LUXEMBURGO, R. “Questões de organização da social-democracia russa”, in **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos (1899-1914)**. v. 1, Trad. Isabel Loureiro, São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 152-153.

⁴⁰ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 8 ed., Trad. Marco A. Nogueira e Leandro Konder, Petrópolis: Vozes, 1998, p. 78.

⁴¹ ENGELS, Friedrich. “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”, in MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. v. 3, Trad. José Barata Moura, São Paulo: Alfa-Omega, 1990, p. 199.

⁴² Ver STRADA, Vittorio. “O ‘marxismo legal’, na Rússia”, in HOBBSBAWM, Eric. (org.), **História do marxismo. O marxismo na época da segunda internacional (segunda parte)**. vol. 3, Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 86-105.

modernidade capitalista, e ser o agente da revolução que viria depois daquela, pela transição para o socialismo.⁴³ Já para quem achasse que a filosofia da história em apreço não se aplicava *in totum* à experiência local, como viria a ser o entendimento dos “marxistas revolucionários”, encabeçados por Lênin,⁴⁴ resultava claro a necessidade da queima de etapa, embarcando num experimento contrário ao exigido em condições inglesa, francesa ou até mesmo alemã, ditas normais.⁴⁵ Nos termos nada ortodoxos de Rosa Luxemburgo — que, entretanto, repudiava o ultracentralismo leninista em matéria de organização —, a “tarefa singular e sem precedentes na história do socialismo” que se impunha ao movimento progressista russo não era esperar pacientemente ou, se tanto, interceder pelo surgimento das *condições objetivas ideais*, mas sim criar uma socialdemocracia nas *condições objetivas dadas*.⁴⁶ Significava avançar a linha, ou seja, “suprimir um período do processo histórico e conduzir o proletariado, diretamente da atomização política, que constitui o fundamento do regime absolutista, à mais alta forma de

⁴³ Esta visão determinista e gradualista, segundo a qual o capitalismo representava uma evolução necessária, desejável e, acima de tudo, inevitável na Rússia, já vinha, aliás, sendo defendida por Plekhánov, o decano dos marxistas russos e, por um bom tempo, amado mestre do jovem Lênin, contra os *narodnik* (*intelligentsia* populista), e viria ser oficialmente propugnada pela ala menchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR). Ver, a propósito, DROZ, Jacques. **O socialismo democrático**. Trad. Sílvia Cunha, Luanda/Mangualde: Mulemba/ Pedago, 2014, p. 139-150.

⁴⁴ “Lênin difere de muitos outros marxistas russos ao dar a impressão de desejar ativamente uma revolução proletária em vez de simplesmente prever que uma acabaria acontecendo. Esse era um traço que sem dúvida teria agradado a Karl Marx, a despeito de que isso demandava alguma revisão do marxismo ortodoxo. A ideia de que a burguesia liberal devesse ser a líder natural da revolução antiautocrática russa nunca foi de fato aceitável para Lênin”. FITZPATRICK, Sheila. **A revolução russa**. Trad. José G. Couto, São Paulo: Todavia, 2017, p. 49-50. Ver, do próprio, ULIANOV, V.L. (LENIN), **Duas táticas da social-democracia**, São Paulo: Livramento, 1975. Trotsky alinhava no mesmo diapasão, e, aliás, chegou a ir mais longe: “Ele foi, antes de 1917, o único a considerar não somente o papel hegemônico do movimento operário na revolução russa — tese defendida também por Parvus, Rosa Luxemburgo e, em certos textos, Lênin — mas também a possibilidade de ultrapassar e superar a revolução democrática transformando-a imediatamente em revolução socialista.” LÖWY, Michel. “Trotsky, profeta da Revolução de Outubro”, trad. Juarez Duayer, in **Revista Outubro**, n. 3, fev. 1999, p. 54.

⁴⁵ “O que a posição de Lenin tinha de novo em relação à de seus principais rivais, os mencheviques, era o fato de ele reconhecer que, dada a fraqueza ou ausência da burguesia, a revolução burguesa deveria, por assim dizer, ser feita sem burguesia.” HOBBSBAWN, Eric. **A era dos impérios 1875-1914**. 12 ed., Trad. Sieni Campos e Yolanda de Toledo, São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 412.

⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 153.

organização — a de uma classe combativa e consciente de seus objetivos”.⁴⁷ E assim sucedeu, numa escalada que foi desde a Revolução de 1905 e o derrube de Nicolau II em fevereiro de 1917, passando pelas “teses de abril”⁴⁸ e pelas Jornadas de Julho, até os “dez dias que abalaram o mundo”,⁴⁹ na contramão da maior parte das expectativas, mas com um preço alto a ser pago.⁵⁰

Na verdade, conforme lembra Francisco de Oliveira, mesmo se excluída a defasagem político-constitucional em relação às potências imperiais do período, consubstanciada na sobrevida de uma autocracia apoiada em reformas de fachada,⁵¹ a Rússia czarista poderia ser considerada o primeiro caso de “subdesenvolvimento”, no sentido cunhado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)

⁴⁷ Id., Ibid., p. 153. Sobre as divergências e convergências, neste e noutros pontos, entre Rosa Luxemburgo, Lênin e Trotsky, ver GERAS, Norman. **The legacy of Rosa Luxemburg**. London: New Left Books, 1976.

⁴⁸ Título sob qual viriam a ser reunidos os discursos pronunciados por Lênin em abril de 1917, após seu regresso do exílio suíço no princípio do mês. Neles, o líder bolchevique faz uma avaliação exasperada da situação política vivida com a queda da monarquia e exorta, quase solitariamente, seus camaradas para o golpe ao poder, pois era sem razão continuar a alimentar a agonia da democracia burguesa e, com isso, perder a oportunidade histórica de “assaltar os céus”. LÊNIN, Vladimir. **Teses de abril e cartas de longe**. Belo Horizonte: Veja, 1979.

⁴⁹ Conforme o título da memorável obra de John Reed, **Os dez dias que abalaram o mundo** (1919).

⁵⁰ “[...] se a revolução russa se tornar o sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade em comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução (*Entwicklung*) comunista.” MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. “Prefácio à edição russa de 1882”, in **Manifesto do Partido Comunista**. 8 ed., Trad. Marco A. Nogueira e Leandro Konder, Petrópolis: Vozes, 1998, p. 44. Deste modo, “O próprio Karl Marx, no fim da vida, [e já muito depois de ter lido “Cartas sem endereço”, de N. G. Tchernichevski, e “A situação da classe operária na Rússia”, de V. N. Bervi], tinha esperado que a Revolução Russa agisse como uma espécie de detonador, disparando a revolução proletária nos países ocidentais industrializados mais desenvolvidos, onde estavam presentes as condições para uma revolução socialista proletária.” HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos. O breve século XX 1914-1991**. 2 ed., Trad. Marcos Santarrita, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 64.

⁵¹ O auge da Revolução de 1905 foi o “Manifesto de Outubro”, de Nicolau II, “em que ele reconhece a proposta de uma constituição e promete criar um parlamento nacional eleito, a Duma. [...] É verdade que a autocracia agora consultava um parlamento eleito, e que partidos políticos foram legalizados. Mas a Duma tinha poderes limitados; ministros continuavam respondendo unicamente à autocracia; e, depois das duas primeiras Dumas se mostrarem insubordinadas e foram dissolvidas de modo arbitrário, introduziu-se um novo sistema de voto que, na prática, privava do direito de voto alguns grupos sociais e aumentava pesadamente a representação da nobreza fundiária.” Id., ibid., p. 52-54. Ver, também, HOBBSAWN, E. **A era dos impérios 1875-1914**. 12 ed., Trad. Sieni Campos e Yolanda de Toledo, São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 366.

para interpretar, quase meio século depois, a formação das economias e sociedades latino-americanas *para além* da dominação colonial.⁵² Como Lênin e, mais tarde, Trotsky formularam em reflexões sobre o capitalismo e a revolução,⁵³ o país, atolado até o pescoço no pântano do feudalismo e puxado para fora dele pela locomotiva da modernização das relações produtivas, era a amostra perfeita de um gigante com pés de barro fruto do “desenvolvimento desigual e combinado”,⁵⁴ próprio da divisão mundial do trabalho sob o capitalismo. O velho estatuto de provedor de matéria-prima e consumidor de produtos manufaturados provenientes das economias nucleares europeias não deixaria de existir, não obstante se configurasse um novo em pequena escala, que consistia na industrialização tardia e a toque de caixa, patrocinada pelas receitas fiscais estatais e pela capitalização estrangeira, nomeadamente francesa e alemã. A defasagem e combinação de ritmos de desenvolvimento verificadas no plano externo reproduziam-se internamente, por meio da sobreposição de camadas diversas, da interpenetração de fases distintas, da amálgama de formas arcaicas com formas modernas — reprodução essa mesma que, temperada com uma

⁵² OLIVEIRA, Francisco de. “O momento Lênin”, in **Novos estudos. CEBRAP**. São Paulo, n. 75, São Paulo, julho, 2006, p. 24. Para uma análise da originalidade das ideias cepalinas tanto em relação à teoria clássica e seus desdobramentos contemporâneos, quanto à produção marxista desde **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**, de Lênin, ver CARDOSO, Fernando H. “A originalidade da cópia: a CEPAL e a ideia de desenvolvimento”, in **As ideias e seu lugar. Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento**. São Petrópolis: Vozes, 1980, p. 17-56; OLIVEIRA, Francisco de. “A navegação venturosa”, in **A navegação venturosa. Ensaio sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 11-38.

⁵³ Ver TROTSKY, Leon. **História da revolução russa**. Trad. E. Huggins, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 3 v. A respeito da primeira obra, Florestan Fernandes considera que ela “dissocia a teoria da análise, mas atesta, por isso mesmo, o quanto Lenin dominava as doutrinas econômicas de Marx e o quanto, por sua vez, era capaz de interpretar, segundo critérios marxistas rigorosos, uma realidade histórica diferente, de modo original, independente e construtivo.” FERNANDES, Florestan. “Apresentação”, in LENIN, V.I. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. 2 ed., Trad. Marcelo Braz, São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 270.

⁵⁴ A formulação teórica, em linhas gerais, é da lavra de Marx, mas foi com Lênin e Trotsky que ela ganhou concreção, vale dizer, aplicação a uma formação social historicamente concreta. Ver, em particular, o primeiro capítulo de MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboço da crítica da economia política**. Trad. Mario Duayer e Nélcio Schneider, São Paulo: Boitempo, 2011. Para uma breve aproximação à teoria do “desenvolvimento desigual e combinado” em Trotsky, ver, LÖWY, Michel. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, Trad. Henrique Carneiro, in **Revista Outubro**, n. 3, fev. 1999, p. 73-80, artigo de que nos valem sem citação.

conjuntura de guerra imperialista, abria a *possibilidade* de uma revolução socialista proletária precoce, abortando, assim, a revolução burguesa em início de gestação.⁵⁵

Assim, com o triunfo da Revolução de Outubro,⁵⁶ os bolcheviques arrancaram das mãos de Kiérenski, a quem ninguém mais no Governo Provisório prestava cavaco,⁵⁷ as rédeas de uma sociedade multiétnica e essencialmente agrária,⁵⁸ mal saída da servidão,⁵⁹ com extensão territorial descomunal (das fronteiras do Japão oriental às da Polónia ocidental) e imensa população (cerca de 130 milhões de habitantes, em 1912), a maioria fixada na vastidão do mundo rural (75%) e a minoria (cerca de 20%) amontoada nas principais cidades, como São Petersburgo e Moscou. Foi para esses centros urbanos que a fumaça preta das chaminés dos parques industriais atraía contínuas vagas de camponeses que deixavam a carestia de suas aldeias em busca de trabalho não agrícola, gerando a figura típica do *otkhódniki*.⁶⁰ Este viria

⁵⁵ Sobre o tema do “elo mais fraco”, por meio do qual Lênin explica por que a Revolução de Outubro foi possível e vitoriosa, ver, em particular, ŽIŽEK, Slavoj. **As portas da revolução: escritos de Lênin de 1917**. Trad. Daniela Jinkings, São Paulo: Boitempo, 2005. Já para uma interpretação desta teoria, a partir dos conceitos de “contradição” e “sobredeterminação” em Marx, ver ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Trad. Maria F. R. Loureiro, Campinas: Editora Unicamp, 2015, p. 71-106.

⁵⁶ Na realidade, a deposição do Governo Provisório pela falange dos soviets, vestidos de soldados, aconteceu em 7 de novembro, já que, até a data, a Rússia seguia o calendário juliano, que fixava treze dias atrás do calendário gregoriano seguido em todas as demais partes do mundo cristão.

⁵⁷ Uma síntese das principais etapas da Revolução de Outubro encontra-se em TRÓTSKY, Leon. **A revolução russa**. Trad. Daniela Jinkings, São Paulo: Boitempo, 2017.

⁵⁸ “[...] a Rússia europeia e as regiões ocidentais relativamente avançadas do império permaneciam em grande medida rurais e não urbanizadas. Havia uma meia dúzia de grandes centros industriais, em sua maioria frutos de expansão recente e rápida [...]. Foi somente na década de 1890 — mais de meio século depois da Grã-Bretanha — que a Rússia assistiu um crescimento em larga escala da indústria e uma expansão urbana. Mesmo assim, a criação de uma classe operária urbana permanente era inibida pelos termos da Emancipação dos servos dos anos 1960, que os mantinha amarrados às aldeias.” FITZPATRICK, Sheila. **A revolução russa**. op. cit., p. 29-33.

⁵⁹ Após a Emancipação, “A servidão sobreviveu na Rússia, como na Arménia, sobretudo nas áreas de produção de grãos com densa população camponesa, onde os senhores podiam compensar fraqueza competitiva com o aumento da mão-de-obra, ou esperar baixar pelo mesmo método, mesmo que temporariamente, os preços no mercado de exportação de grãos.” HOBSEBAWN, Eric. **A era do capital 1848-1875**. 14 ed., Trad. Luciano C. Neto, São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 259.

⁶⁰ Trabalhador sazonal. Designação usada para os camponeses que “frequentemente se ausentavam por muitos meses a cada ano, deixando para trás as famílias, que

ser a encarnação do mínimo denominador comum entre a modernidade capitalista e a generalidade da estrutura de relações sociais atada ao atraso: ora era operário membro do soviete, ora era elemento da indistinta massa humana submersa no patriarcado, no analfabetismo, praticando agricultura de subsistência ou trabalhando sob contrato nas plantações da nobreza fundiária.⁶¹ Procede daí, em grande medida, a impotência da burguesia e o conservadorismo arraigado no seio dos senhores de terra, bem como a fragmentação do campesinato e a natureza inorgânica (falta de intrusão e fraca consciência da polarização de classe) do operariado industrial, características essas desajustadas para um diagnóstico marxista de seu potencial revolucionário. Em suma,

Nenhuma das condições que Marx ou qualquer um de seus seguidores tinham até então considerado essenciais para o estabelecimento de uma economia socialista esteve presente nessa enorme massa de território que era praticamente um sinônimo de atraso econômico e social na Europa.⁶²

Acresce que, uma vez instalados no poder e dado início à construção do primeiro Estado socialista da história,⁶³ os bolcheviques ainda teriam pela frente os imponderáveis internos do anarquismo, do terrorismo e do separatismo. Ainda assim, tais eram provocações menos duras, se comparadas à incapacidade militar e administrativa de controle

continuavam cultivando suas terras na aldeia”, para labutar como temporários na construção, na mineração ou em quaisquer outras atividades eventuais nos centros urbanos. “[...] uma em cada duas famílias camponesas da Rússia europeia incluía um membro que deixava a aldeia para trabalhar [nas cidades]”. FITZPATRICK, Sheila. **A revolução russa**. op. cit., p. 31.

⁶¹ “Muitos camponeses estavam na verdade vivendo com um pé no mundo rural tradicional e outro no mundo completamente diverso da cidade industrial moderna. Até que ponto os camponeses permaneciam dentro do mundo tradicional variava não somente de acordo com a localização geográfica, mas também com a idade e o gênero.” Id. *ibid.*, p. 31. A este propósito, numa passagem do prefácio à edição francesa de **A revolução permanente** (1928), em que critica a tese stalinista do “socialismo num só país” e o seu uso fetichizado da lei do “desenvolvimento desigual e combinado”, Trotsky diz: “A originalidade do tipo nacional e social não é senão a cristalização das desigualdades de sua formação.” TROTSKY, Leon. “Prefácio à edição francesa”, in **A revolução permanente**. Trad. Hermínio Sarcchetta, São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 42. A apreensão ficcional

⁶² HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991**. 2 ed., Trad. Marcos Santarrita, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 366.

⁶³ À luz do previsto em LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Estado e revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. Trad. Paula Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.

integral do território, ao ônus do envolvimento na Primeira Grande Guerra, ao isolamento internacional que se prolongaria por décadas, às constantes ameaças de invasão por parte das Potências Aliadas e à imediata reação das forças legalistas do Exército Branco, culminando numa guerra civil de proporções dramáticas. A esse propósito, Domenico Losurdo afirma, com base na reivindicação exasperada de Lênin sobre a necessidade urgente de se alcançar a Paz de Brest-Litovsk,⁶⁴ que “nem mesmo para o país protagonista da Revolução de Outubro, a contradição principal seria entre socialismo/capitalismo ou proletariado/burguesia”.⁶⁵

Em face de um cenário deveras imprevisto no espírito e na letra da doutrina, a fatura de falsetes, disparates, ambiguidades, paradoxos, etc., não tardou a ser cobrada, e, o que era pior, sob juro.⁶⁶ A inflação galopante, durante o “comunismo de guerra”, passou a ser aberrantemente confundida com o definhamento da moeda, ambicionado como o princípio do fim do valor de troca e demais reificações.⁶⁷ O mesmo se deu a propósito da crise da habitação, graças a qual as moradias comunitárias estavam longe de significar a concretização do fim do individualismo egoísta burguês e o começo do igualitarismo, como se queria crer.⁶⁸ Ainda naqueles anos, diante do

⁶⁴ É como ficou conhecido o tratado assinado entre Trotski (da parte da nascente República Soviética) e Hoffmann (da parte da República de Weimar) a 3 de março de 1918, marcando assim a retirada da Rússia da Segunda Grande Guerra. Ver TRÓTSKY, Leon. **A revolução russa**. op. cit., p. 127-30.

⁶⁵ LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. op. cit., p. 55.

⁶⁶ Em tom inflado e invectivas não raro injustas, algumas dessas contradições foram apontadas no calor da hora em LUXEMBURGO, Rosa. “A revolução russa”, in **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos (1914-1919)**. v. 2, Trad. Isabel Loureiro, São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 175-212. Para um enquadramento das questões suscitadas pelo referido texto, ver LUKÁCS, Georg. “Notas críticas sobre a ‘Crítica da revolução russa’, de Rosa Luxemburgo”, in **História e consciência de classe. Estudos sobre a dialética marxista**. Trad. Rodnei Nascimento, São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 489-522.

⁶⁷ FITZPATRICK, Sheila. **A revolução russa**. op. cit., p. 126.

⁶⁸ No conto ostensivamente sarcástico “A crise” (1925), de Mikhail Zóschenko, o narrador-protagonista, um homem anônimo de fala simples, relata aos “camaradas” da aldeia como experimentou a crise da habitação “na própria pele”. Ao transferir-se para a agora capital da República Soviética, não encontra lugar para morar em Moscou, dada a carência de moradia e a alta especulação imobiliária. Após completar duas semanas “zanzando pelas ruas, com as minhas tralhas na mão”, a ponto de a barbicha

desmoronamento da velha máquina burocrática herdada do czarismo, tinha-se quase certeza de que o Estado estava sendo suprimido à medida que o socialismo avançava. Quando a poeira assentou, o governo por decerto e a concentração do mando pelo Comitê Central e pelo Politburo não condiziam, antes desdiziam, com a atribuição de “todo poder aos soviets”. Afinal, a autogestão da produção por meio dos Comitês de Fábrica representava ou não o primeiro passo para o alcance do comunismo, ou seja, para a extinção das classes?⁶⁹ De igual modo, o confisco de grãos, a coletivização militarizada da agricultura, a “deskulakização” e a criação de *sovkhózi*⁷⁰ e *kolkhózi*⁷¹ tinham escasso, quiçá nenhum, amparo no programa de aliança com o campesinato, resultando de um imperativo prático de difícil justificação ideológica.⁷²

crescer e cobrir o rosto inteiro, não lhe sobra outra opção a não ser alugar, por trinta rublos, um quarto de banho num “apartamentinho comunitário”, em que muita gente boa vive, dividindo tudo: “— [...] Pois pode ir vivendo nele. Sem janelas, infelizmente... em compensação, tem porta. E água ao alcance da mão. Deu vontade, enche a banheira e fica mergulhando o dia todo se quiser.” Daí a um mês, casa-se e a esposa vem morar consigo. Em menos de um ano, a esposa engravida, e passam a morar os três. “Ali mesmo no quarto de banho, a gente dava banho nele (Volódka, o bebê) — e ia vivendo. [...] Só um incômodo — à noite, os moradores [trinta e dois] do coletivo se ajuntavam pra tomar banho. Nessa hora, a família toda zunia pro corredor.” A seguir, a mãe da esposa junta-se à família, sequiosa de embalar o neto, momento em que, para o narrador, a situação torna-se insustentável. “E pra esposa eu disse: — Vem mais algum parente seu pra cá, cidadã? Se vem, diga logo, não fique enrolando. Ela respondeu: — Talvez o meu irmãozinho, no ferido do Natal... Nem esperei o irmãozinho, saí de Moscou. O dinheiro pra família eu mando pelo correio.” ZÓSCHENKO, Mikhail. “A crise”, Trad. Denise Seales, in GOMIDE, Bruno B. (org.), **Nova antologia do conto russo (1792-1998)**. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 443-447.

⁶⁹ Para um bom enquadramento histórico do problema, ver BETTELHEIM, Charles. **Les luttes de classes em URSS**. Paris: Maspero, 1974-83, v. 4. Ver, ainda, CERDEIRA, Bernardo. “Bolchevismo e stalinismo: um velho debate”, in **Revista Outubro**, n. 3, fev. 1999, p. 63-72.

⁷⁰ Fazenda estatal. O equivalente socialista da agricultura capitalista em larga escala, com administradores nomeados supervisionando a labuta de trabalhadores que trabalhavam por salários.

⁷¹ Fazenda coletiva. O oposto da agricultura tradicional ou individual de pequena propriedade camponesa.

⁷² Pergunta feita a Aleksievitch Svetlana por uma de suas entrevistadas, Margarita Pogrebítskaia: “Deve perguntar como se conciliava isto: a nossa felicidade e que viessem a meio da noite prender alguém?” O testemunho vem em seguida: “Isto foi nos anos trinta... anos da coletivização... Na Ucrânia havia uma grande fome, *golodomor* em ucraniano. Morreram milhões... morriam aldeias inteiras... Não havia quem enterrasse os mortos... matavam ucranianos porque eles não queriam entrar para os *kolkhozes* [fazendas coletivas]. Matavam-nos à fome. [...] E morriam a fome como gado. Tiravam-lhes tudo, até à última migalha. Cercavam-nos de tropas, como num campo de concentração. [...] Como na aldeia deles uma mãe matou o seu próprio filho

Em perspectiva invertida, a própria concepção de economia planificada centralmente, em vista de ser materializada após a completa dissolução do Estado, nos moldes previstos em **ABC do comunismo** (1919), de Bukhárin e Preobrajénski, soava a utopismo extravagante, sem a mínima conexão com a realidade passada, presente e futura.⁷³ No âmbito dos costumes, o amor livre e o ato sexual como “copo d’água”, duas das bandeiras dos jovens do Komsomol, eram encarados pela velha-guarda como uma afronta à seriedade da Revolução, ao contrário de um ato de abolição da “prostituição oficial” representados pelo casamento e a família burgueses.⁷⁴ Mais do que um conflito de gerações puro e simples, trava-se do embate de duas concepções de socialismo nos limites de uma mesma quadra: o socialismo científico à la Marx e o

com um machado, para o cozer e dar a comer aos outros. O seu próprio filho...” No entanto, nada abala a nostalgia de uma grande ideia: “Vivi toda a vida nesta fé: nós somos os mais felizes, nascemos num país belo, extraordinário. Não havia outro país igual!” ALEKSIEVITCH, S. **O fim do homem soviético. Um tempo de desencanto**. Trad. António Pescada, Porto: Porto Editora, 2015, p. 90-98. “Cálculos recentes baseados em dados de arquivos soviéticos estimam o número de mortos pela fome de 1933 entre 3 e 4 milhões.” FITZPATRICK, Sheila. **A revolução russa**. op. cit., p. 205. Ver, também, DAVIES, R. W. e WHEATCROFT, Stephen. **The years of hunger: soviet agriculture, 1931-33**. New York: Basingstoke, 2004.

⁷³ Tal concepção despersonalizada da vida social foi, contemporaneamente, objeto de satirização ácida em *Nós* (escrito em 1920, publicado, pela primeira vez em inglês, em 1924, e só depois em russo, em 1927), de levguêni Zamiátin. É voz corrente que essa obra antecipou, no que a dimensão distópica diz respeito, os romances **O admirável mundo novo** (1932), de Aldous Huxley, e **1984** (1949), de George Orwell. O autor, a quem Trotsky, no período de sua deriva autoritária jacobina (1920-23), incluiu na lista dos “companheiros literários de viagem da revolução” e chamou de “filisteu”, criticava os bolcheviques sob o pseudônimo M. Platanov, até ser publicamente desmascarado e vilipendiado pela turma stalinista, em 1929. A sua partida para o exílio em França, em 1932, só foi possível depois da intervenção de Górkí e com a autorização expressa de Stálin. Ver TROTSKI, Leon. “Os companheiros literários de viagem da revolução”, in **Literatura e revolução**. Trad. Luiz A. Bandeira, Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 89; e SCHAIDERMAN, Boris. “‘Glasnost’ e memória cultural”, in **Revista USP**, n. 10, São Paulo, junho-agosto, 199, p. 6-34.

⁷⁴ As palavras de Marx e Engels sobre o assunto são conhecidas: “Abolição da família! Até os mais radicais ficam indignados com essa infame intenção dos comunistas. Sobre que fundamento repousa a família atual, a família burguesa? Sobre o capital, sobre o lucro privado. A família plenamente desenvolvida existe apenas para a burguesia; mas encontra seu complemento na ausência forçada da família entre os proletários e na prostituição pública. [...] O casamento burguês é, na realidade, a comunidade das mulheres casadas. Portanto, no máximo seria possível censurar os comunistas por desejarem substituir uma comunidade das mulheres hipocritamente dissimulada por outra comunidade franca e oficial. De resto, é evidente que com a abolição das atuais relações de produção desaparecerá também a comunidade das mulheres que deriva dessas relações, ou seja, a prostituição oficial e não-oficial.” MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 8 ed., Trad. Marco A. Nogueira e Leandro Konder, Petrópolis: Vozes, 1998, p. 83-84.

“socialismo romântico” que se tornaria ideologia do *noródnitchestvo*⁷⁵ e que, malgrado toda zombaria para com a nostalgia dos valores da Rússia rural, o bolchevismo trazia no seu ADN.⁷⁶ Já a Nova Política Econômica (NEP), descrita por Lênin como um recuo estratégico imposto pelas circunstâncias econômicas extremas, pariu um comunismo de jaqueta de couro (os *Nepmen*⁷⁷) na percepção dos veteranos do Exército Vermelho. Enfim, a esperada e desejada revolução do proletariado europeu, em especial dos países centrais, não ocorreu e, em consequência, a convicção de que era possível tocar o barco a solo descumpria um dos mandamentos sagrados da doutrina: “proletário de todo mundo, uni-vos!”

Era natural, por tudo isso, que, na sociedade russa, as ideias socialistas fossem sentidas como farsa, incompatíveis com o modo de

⁷⁵ Populismo russo. Refere-se ao movimento socialista surgido na segunda metade do século XX, com a divulgação das ideias de Aleksánder Herzen, defensor do mundo agrário e adversário da perspectiva industrializante advogada pelo marxismo. Para Francisco de Oliveira, enquanto concepção política ancorada no caráter especial e nas bondades do povo russo, o populismo russo “Não está muito longe do que a literatura depois atribuiu aos regimes chamados populistas da América Latina da época da arrancada da industrialização autoritária.” OLIVEIRA, Francisco de. “O momento Lênin”, in **Novos estudos. CEBRAP**. São Paulo, op. cit., p. 24 (nota 3).

⁷⁶ Sobre as relações de continuidades e descontinuidades entre o populismo, na sua vertente radical-jacobina, e o marxismo russos, ver VENTURI, Franco. **Roots of revolution**. Trad. Frances Haskeel, New York, 1961. Ver, também, a resenha de FRANK, Joseph. “O populismo russo”, in **Pelo prisma russo. Ensaios sobre literatura e cultura**. Trad. Paula C. Rolim e Francisco Achcar, São Paulo: Edusp, 1992, p. 91-97. O próprio Lênin enquadra-se nesse escopo: ele era um marxista com provas dadas, sem deixar de ser um populista radical jacobino — sua brochura **Que fazer** (1902), cujo título é tomado de empréstimo do famoso romance de Nikolai Tchernichévski, **O que fazer** (1863), a bíblia do radicalismo russo, já apresenta um esboço de sua definição do revolucionário socialdemocrata russo (mais tarde, o bolchevique) como “um jacobino indissoluvelmente ligado à organização do proletariado com consciência de classe”. Por trás desta definição, está a concepção do partido como um grupo de (conspiradores) profissionais, obedecendo a uma disciplina rigorosa e encarregado da organização e conscientização da classe operária, a qual serviria de falange de apoio do golpe revolucionário e do processo por ele desencadeado. A isso, Rosa Luxemburgo chamará “de ultracentralismo blanquista”, que dará lugar, na sequência da Revolução de Outubro, à ditadura do Comitê Central Bolchevique sobre o proletariado. LUXEMBURGO, R. “Questões de organização da social-democracia russa”, in **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos (1899-1914)**. v. 1, op. cit. p. 156. Florestan Fernandes, no entanto, tem uma lúcida explicação: “O que Lenin faz com o marxismo só pode ser definido de uma maneira: ele converte o marxismo em processo revolucionário real. Se o faz em vista as condições políticas do tsarismo e da sociedade russa, disso ele não se poderia livrar...” FERNANDES, Florestan. “Apresentação”, in LENIN, V.I. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. op. cit., p. 272.

⁷⁷ Novos ricos que frutificaram da liberalização do mercado, no contexto da NEP.

organização da vida popular que haviam encontrado. Sem prejuízo da função utópica, que aliás permanece viva transcorridos mais de duas décadas da *perestroika* e da *glasnost* de Gorbatchov,⁷⁸ o ideário socialista teria, dentre outras, as funções de legitimação do arbítrio de um novo déspota (o Partido Bolchevique, e não o proletariado) e ornamento discursivo de uma *Novi* ciência (o marxismo) que, assim como seus adversários e antecessores diretos (a razão positivista e a teologia cristã), explicava com perfeição o Ocidente mas claudicava em baixíssimas temperaturas,⁷⁹ onde fazia figura derrisória. Na visão das comunidades aldeãs, poucas diferenças existiam entre o ímpeto autoritário do novo regime e as pretéritas investidas de Stolípín, o Presidente do Conselho de Ministros czarista que pretendeu desenvolver o capitalismo agrícola a fórceps, apostando nos “moderados” e “fortes”, os quais, ao prosperarem, adquiririam a mentalidade pequeno-burguesa do agricultor camponês francês. Ambos os projetos modernizadores visaram liquidar o *mir*⁸⁰ e a *obschina*,⁸¹ considerados como resquícios da pré-história, mas que para os populistas eram instituições tradicionais positivas, fontes da ordem social justa e democrática, emanção da alma do povo,⁸² e cuja capacidade de resiliência desmentia a

⁷⁸ Embora o clima geral seja de *degele* e rebaixamento neoliberal, ou talvez por isso mesmo, diversos testemunhos transcritos no livro de Aleksievitch, já acima referenciado, provam a existência, dentro da ex-União Soviética dos nossos dias, de uma utopia socialista melancólica.

⁷⁹ Ao se referir aos “escritores rústicos e aqueles que cantam o mijique”, Trotski defende a incompatibilidade entre estes e a Revolução: “A maioria dos companheiros de viagem compõem-se de intelectuais que cantam o mujique. Ora, a *intelligentsia* não pode aceitar a Revolução apoiando-se no mujique sem dar prova de tolice. [Pois] O mijique, como se sabe, tenta aceitar o ‘bolchevique’ e rejeitar o ‘comunismo’.” Para explicar essa passagem, o tradutor nota: “‘Morrão os comunistas! Vivam os bolcheviques’ — assim gritavam os camponeses na Rússia durante a época revolucionária. Segundo eles, os bolcheviques lhes deram as terras, mas os comunistas requisitaram o trigo.” TROTSKI, Leon. “Os companheiros literários de viagem da revolução”, in **Literatura e revolução**. op. cit., p. 85-86 (nota 4).

⁸⁰ Assembleia da aldeia. O equivalente, em Angola, aos conselhos de anciãos, mantidos em muitas localidades onde as autoridades tradicionais se fazem presentes.

⁸¹ Comuna.

⁸² “[Os bolcheviques] eram intrusos em assuntos de aldeia, como Stolípín; e embora não pudessem em princípio compartilhar o entusiasmo pela pequena burguesia agrária, tinham ainda uma arraigada aversão ao atraso camponês, suficiente para que dessem prosseguimento à política de Stolípín de fundir as faixas de terra dispersas das famílias em sólidos terrenos propícios para a moderna agricultura em pequena escala.” FITZPATRICK, Sheila. **A revolução russa**. op. cit., p. 124.

universalidade quer dum quer doutro projeto. No limite, é como se o socialismo viesse concluir o trabalho inacabado pelas reformas capitalistas.

Percebe-se, por conseguinte, que, desde a primeira hora, em razão do que se poderia chamar de malformação social de base, as ideias socialistas teriam, em solo russo, o mesmo destino relativo que tiveram as ideias do liberalismo europeu décadas atrás. Também estas, a partir do momento em que se tornariam presença assídua nos periódicos, nos corredores da burocracia, nas galerias dos palácios patriarcais e na escrivania do bem-pensante homem de letras, causaram furor e dividiram a *intelligentsia* entre prós e contras, ocidentalizados e eslavófilos, envergonhados e orgulhosos, entusiastas e céticos. Os primeiros viram nelas o mais alto estágio do progresso espiritual e material da raça humana, quase impossível de se atingir no fim-do-mundo gélido, salvo a golpes de martelo.⁸³ Os segundos, por sua vez, notaram que a decadência estava por conta daquelas ideias

⁸³ “O que em outros povos [especialmente da Europa ocidental, herdeiros da gloriosa civilização greco-romana] é apenas hábito, instinto, vemo-nos obrigados a cravar em nossas cabeças a golpes de martelo. Nossas lembranças não vão além do dia de ontem; é como se fôssemos estranhos a nós mesmos. Desfilamos no tempo de forma tão inacreditável que, à medida que avançamos, o passado desaparece para nós irreversivelmente. É a consequência natural de uma cultura inteiramente emprestada e imitativa. Entre nós falta, definitivamente, um desenvolvimento interno, um progresso natural; [...] Crescemos, mas não amadurecemos; avançamos de forma tortuosa, ou seja, por linha que não conduz a um objetivo. Parecemos aquelas crianças a quem nunca fizeram raciocinar sozinhas, de modo que, quando crescem, não têm nada próprio [...]” TCHAADÁIEV, Piotr. “Primeira carta filosófica”, Trad. Cecília Rosas, in GOMIDE, Bruno B. (org.), **Antologia do pensamento crítico russo (1802-1901)**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 72-73. O autor foi, num primeiro momento, um dos principais representantes do movimento liberal russo, de pendor naturalista, sendo o texto, cujo manuscrito em francês se localiza em Necrópolis (metáfora mórbida de Moscou) e datado de dezembro de 1829, o mote de um debate que se prolongara ao longo do século. “[...] o verdadeiro impacto se deu com a sua publicação em russo na revista **Teleskop** (O Telescópio), no começo de outubro de 1836. Atingindo um público muito maior, em uma época na qual os periódicos se consolidavam como o meio fundamental de discussão de ideias, a carta suscitou a indignação do establishment imperial: a revista foi suspensa, o editor Nadiéjdin foi punido, e Tchaadáiev foi declarado oficialmente louco e colocado sob supervisão médica.” GOMIDE, Bruno B. “Piotr Tchaadáiev”, in **Antologia do pensamento crítico russo (1802-1901)**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 65. Muitos anos depois, em **Apologia de um louco** (?), Tchaadáiev protagoniza uma reviravolta: não abandona suas ideias anteriores, mas decide tirar delas novas conclusões, nas quais a falta de desenvolvimento russo, segundo os padrões ocidentais, era, na verdade, uma considerável vantagem, na medida em que a Rússia, ao construir o seu futuro usando a experiência das nações europeias, teria então a oportunidade de não repetir os erros cometidos por aquelas.

pretensamente ilustres e universais, que no fundo se revelaram estreitas e nocivas a seus fundamentos ao longo da aventura civilizadora pelo planeta.⁸⁴ Para aqueles, a modernidade capitalista simbolizava a providência e o atraso nacional, humilhação, enquanto para estes o atraso nacional simbolizava privilégio e a modernidade capitalista, catástrofe. Num ponto, porém, os dois lados da contenda pareciam se pôr de acordo: as conquistas da ilustração ocidental — a centralidade do indivíduo, o cálculo do lucro, a civilidade urbana ou a superioridade da técnica — eram sem cabimento, ou melhor, eram de cabimento outro no Império Russo, estavam aí deslocadas, com sentido impróprio.⁸⁵ Formava-se, assim, uma trama histórico-social, algo como uma mina de ouro ideológica em que os maiores expoentes da literatura russa do segundo e terceiro quartéis do século XIX irão extrair os motivos de seus romances, contos e novelas. Um bom exemplo é “O crocodilo” (1864), de Dostoiévski, em que comparece a figura de Ivan Marviéitch, um burocrata culto e, não obstante, aloprado, tipicamente gogoliano, que, enquanto admirador da vida glamorosa europeia, acaba involuntariamente vivendo dentro de um crocodilo, vítima da

⁸⁴ Ver KHOMIAKOV, Aleksei. “Algumas palavras sobre a ‘Carta filosófica’. (Carta à senhora N.)”, Trad. Denise Sales, in GOMIDE, Bruno B. (org.), **Antologia do pensamento crítico russo (1802-1901)**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 89-97. Datado de 1836, o presente artigo foi a resposta imediata ao texto de Tchaadáiev. Resposta mais substantiva apareceria dezoito anos depois, na pena de um dos principais artífices das ideias do movimento eslavófilo, por meio da comparação historicizante das singularidades das formações sociais ocidental e russa, para vantagem desta última: “Lá, a existência de fronteiras hostis entre as classes; na Rússia antiga, a sua conjugação unânime diante da natural diversidade. Lá a ligação artificial entre castelos dos cavaleiros e suas pertencas formam Estados separados; aqui o consenso conjunto de toda a terra expressa, espiritualmente, uma unidade indissolúvel. [...] Lá a estrutura de leis é logico-formal; aqui ela se origina da vida. [...] Lá o capricho da moda; aqui, a estabilidade dos costumes. Lá, a inconsistência da autorregulação individual; aqui, a fortaleza dos laços familiares e sociais. Lá a garridice do luxo e a artificialidade da vida; aqui, a simplicidade das necessidades da vida e o vigor da bravura moral.” KIRIÉIEVSKI, Ivan. “Sobre o caráter da ilustração da Europa e a sua relação com a ilustração da Rússia. (Carta ao conde le. le. Komaróvski)”, Trad. Denise Sales, in GOMIDE, Bruno B. (org.), **Antologia do pensamento crítico russo (1802-1901)**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 229-230. A essa luz, o atraso russo tornasse adiantamento, o avanço ocidental redundava em atraso. É como o autor provasse a máxima segundo a qual “adiantar não é chegar”.

⁸⁵ Este debate está panoramicamente documentado em WALICKI, Andrezej. **A history of russian thought**. Trad. Hilda Andrews-Rusiecka, Stanford: Calif., 1979. Para uma resenha bem informada deste livro, ver FRANK, Joseph. “Pensamento russo. O caminho para a revolução”, in **Pelo prisma russo. Ensaio sobre literatura e cultura**. Trad. Paula C. Rolim e Francisco Achcar, São Paulo: Edusp, 1992, p. 61-79.

racionalidade econômica que muito cultua.⁸⁶ O que prova, em fim de contas, como da dissonância vexatória de uma nação periférica pode germinar uma arte tão ou mais bem conseguida que a das prestigiosas nações do centro do Capital.⁸⁷

Seja como for, é fato que, contra todas as adversidades, o socialismo veio, viu, venceu, e fê-lo antes do capitalismo, numa inversão de ordem inédita com consequências paradoxais palpáveis. O capitalismo não constituiu o único caminho possível rumo ao socialismo. Muito pelo contrário, o “socialismo real”, de Lênin, e o “socialismo num só país”, de Stálin, antecederam a predação capitalista de Eltsin, Gaidar e Pútín, sem que, entretanto, a armadilha do desenvolvimento desigual e combinado fosse desarmada.⁸⁸ A essa luz, Trotski não poderia ser mais assertivo:

A possibilidade de saltar os degraus intermediários não é, entenda-se bem, absoluta; afinal, ela é limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Um país atrasado, aliás, rebaixa freqüentemente aquilo que ele empresta ao exterior para se adaptar à sua cultura mais primitiva. O próprio processo de assimilação toma, nesse caso, um caráter contraditório.⁸⁹

Algo de comparável às metamorfoses operadas ao longo do percurso chinês. A cobiçada reserva de plantação do ópio deu lugar à

⁸⁶ DOSTOIEVSKI, Fiódor. **O crocodilo e notas de inverno sobre impressões de verão**. Trad. Boris Schnaiderman, São Paulo: Editora 34.

⁸⁷ Roberto Schwarz chega mesmo a sugerir a superioridade do realismo russo — parente longínquo do de Machado de Assis — em relação ao seu homólogo francês: “Diante desta [a literatura russa do século XIX], ainda os maiores romances do realismo francês faziam impressão de ingênuos. [...] Dentro de seu atraso histórico, o país [Rússia] impunha ao romance burguês um quadro mais complexo. A figura caricata do ocidentalizado, francófilo ou germanófilo, de nome frequentemente alegórico e ridículo, os ideólogos do progresso, do liberalismo, da razão, eram tudo formas de trazer à cena a modernização que acompanha o Capital. Estes homens esclarecidos mostravam-se alternadamente lunáticos, ladrões, oportunistas, crudelíssimos, vaidosos, parasitas etc.” SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”, op. cit. p. 160. Sobre a singularidade da formação social russa e sua presença na obra, literária e não só, de Dostoiévski, ver a terceira parte de FRANK, Joseph. **Pelo prisma russo. Ensaio sobre literatura e cultura**. Trad. Paula C. Rolim e Francisco Achcar, São Paulo: Edusp, 1992, p. 121-200.

⁸⁸ Ver POMERANZ, Lenina. **Do socialismo soviético ao capitalismo: a transformação da sistêmica da Rússia**. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2018. Para uma avaliação subjectiva dos dois momentos, ver ALEKSIEVITCH, Svetlana. op. cit.

⁸⁹ TROTSKY, Leon. **História da revolução russa**. v. 1, Trad. E. Huggins, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 20-21.

longa ocupação estrangeira por consórcio, sucedida pela cisma nacionalista do Koumitang que culminou na queda da dinastia Qing. Na sequência, e depois de muito sangue rolado nos campos de batalha, a Longa Marcha dos *soviets camponeses* chega à última estação, a proclamação da República Popular da China. É com a morte de Mao, o Grande Timoneiro, que o poder vermelho cede passagem ao reformismo sem peias de Deng Xiaoping, podendo hoje a acumulação capitalista, com tentáculos imperiais, conviver com o antiamericanismo, o Partido Único tomar *green tea* com Adam Smith, a brutal miséria no campo e a restrição descarada do exercício das liberdades civis existirem na maior potência tecnológica do mundo.⁹⁰

1.3. Um desajuste de longa duração

Isso posto, os paralelos possíveis de serem traçados entre as circunstâncias e características da edificação do socialismo na Rússia dos anos 1920 e em Angola de finais dos anos 1970 não são poucos e saltam aos olhos, nomeadamente: a) desproporção abissal entre operários e camponeses, para vantagem numérica destes, fruto de processos de industrialização tardios e insipientes; b) inexpressividade ou mesmo inexistência da burguesia; c) subdesenvolvimento, com larga massa da população iletrada; d) partido único autoritário, com monopólio do poder do Estado; e) sistema de direção econômica centralizada; f) marxismo-leninismo imposto, ainda que apenas retoricamente, como pensamento único; g) guerra civil na sequência de um processo de emancipação política; e h) violação das fronteiras nacionais por exércitos estrangeiros e forças mercenárias. Não surpreende, portanto, que alguns dos empasses com os quais os bolcheviques se viram confrontados tenham sido experimentados, em graus equiparados de

⁹⁰ Resumos históricos e analíticos deste percurso podem ser achados, respetivamente, em SPENCE, Jonhathan D. **Em busca da China moderna. Quatro séculos de história**. Trad. Tomás R. Bueno e Pedro M. Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 1996; e ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do século XXI**. Trad. Beatriz Medina, São Paulo: Boitempo, 2008. Como complemento, ver SZELÉNYI, Iván. "Capitalisms after Communism", in **New left**, n. 106, nov.-dez. 2015, p. 39-51.; CHAOHUA, Wang. "China's first revolution", in **New left**, n. 106, jul.-aug. 2017, p. 125-140.

complexidade, a milhas e milhas de distância, pelo que se justificava a opção pelo modelo de socialismo científico soviético. A República Popular de Angola (RPA), à semelhança da República Soviética, viu-se a braços com condicionalismos internos e externos de monta, suficientemente capazes de colocar em xeque perpétuo a viabilidade do socialismo em terras tropicais, tanto quanto em terras gélidas.

No entanto, a aproximação revela-se frágil, e pouco se sustenta, uma vez que perde de vista as especificidades de cada um dos processos históricos, à luz das quais as semelhanças não se apagam, mas passam a integrar dissemelhanças estruturais. O empreendimento socialista angolano não estava para o russo assim como o dromedário para o camelo. Em Angola, diferentemente do que ocorrera na Rússia, o socialismo foi uma das munições ideológicas do nacionalismo triunfante, do mesmo modo que o liberalismo, na sua vertente econômica, foi a ideologia do colonialismo (retardatário e avançado). Muito embora a questão nacional pudesse ser posta na relação entre a Rússia e a Europa ocidental, justificando a conjugação da revolução do proletariado com o grito de liberdade do colonizado, como sustenta Losurdo em sua **La lotta di classe. Una storia politica e filosofica** (2013),⁹¹ uma coisa era ser colônia indireta de impérios centrais, outra, bem diferente, era ser colônia direta de um império periférico. Considerada ao detalhe e numa perspectiva de *longue durée*, essa diferença faz toda a diferença.

Como se sabe, a inserção do que viriam a ser o povo e o território de Angola na ordem global capitalista foi obra e graça devidas ao colonialismo português nas vestes de manifesto da expansão mercantilista europeia desde seus primórdios, em finais do século XV e princípios do XVI.⁹² Ao mesmo tempo em que fundava uma *geografia de identidade* — Angola como invenção portuguesa, na esteira de África

⁹¹ LOSURDO, Domenico. **Luta de classes. Uma história política e filosófica**. Trad. Silvia De Bernardinis, São Paulo: Boitempo, 2015, p. 159-78.

⁹² Não obstante, Portugal praticara já o tráfico negreiro e a escravidão (trabalho escravo em Lisboa, por exemplo) durante cerca de meio século antes de Diogo Cão arribar às terras de Manicongo, em 1482. Ver SAUNDERS, A. C. **A social history of black slave and freedmen in Portugal 1441-1555**. Cambridge: Cambridge Press, 1982.

como invenção das ordens do discurso europeu, que se reproduz traiçoeiramente nas vozes da autenticidade⁹³ — e alicerçava-se num *juízo de identidade* — o negro como invenção da fantasia do branco, que se ressignifica na radicação da diferença e na reivindicação de pertencimento a uma originalidade racial⁹⁴ —, a empresa expansionista europeia, em qualquer uma de suas faces e fases (pilhagem e expropriação de toda sorte, tráfico negreiro, colônia de plantação, exploração, degredo e povoamento apartheidizado), instaurava a modalidade mais bárbara de governabilidade e extração do mais-valor,⁹⁵ fosse em parceria com as realezas e elites locais, fosse com sua contestação e resistência aguerrida.⁹⁶ O imaginário de uma

⁹³ Esta é a tese de Mudimbe, um pouco na trilha aberta por Edward Said, em *Orientalismo* (1978). Ver MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Trad. Ana Medeiros, Luanda / Mangualde: Mulemba / Pedago, 2013; MUDIMBE, V. Y. **A ideia de África**. Trad. Ana Medeiros, Luanda / Mangualde: Mulemba / Pedago, 2014.

⁹⁴ Ver MBEMBE, Achille. “As formas africanas de auto-inscrição”, op. cit. p. 171-2009.

⁹⁵ Com as diferenças ulteriores de cada caso, já que as experiências coloniais foram singulares, embora o “sentido da colonização” fosse permanente, ver PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo. Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Para uma relação entre os dois casos, ou seja, entre a formação econômica do Brasil e de Angola, ver ALENCASTRO, Luiz. F. de. **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. O argumento central da tese de Alencastro, diferente daquela na qual o Brasil aparece no prolongamento da Europa, é de que “a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola.” Id. *ibid.*, p. 9. Para um alargamento dessa tese à América em geral, incluída a América do Norte, e, do outro lado, à África Atlântica, incluída as ilhas de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, ver os artigos reunidos em THOMAS, Benjamin *et al.* (dir.), **The Atlantic Word in the age of empire**. Boston: Houghton Mifflin Company, 2001. Sobre Angola em particular, ver MILLER, Joseph. **Way of death. Merchant capitalism and the angolan slave trade, 1730-1830**. Madison: University of Wisconsin Press, 1996. No entanto, e sem desprimor para **Angola, estrutura econômica e classe sociais** (1979), de Henrique Guerra, o equivalente angolano de **A formação econômica do Brasil** ainda está por se escrever.

⁹⁶ Com o risco do exagero, é precisamente nesse ponto que o debate culturalista entre “crioulistas” e “neonativistas” perde pertinência. Os primeiros têm razão ao partir de uma resultante histórica incontestável, de que “o qualificativo angolano só pode ser aplicado àquilo que apresenta integrado no resultado duma acção histórica, processada pela Presença Portuguesa, que é aquela mesma que deu significado à palavra ‘Angola’”. OLIVEIRA, Mário António de. “Literatura angolana. Contributo para uma definição”, in **Ultramar**, v. 1, n. 15, Lisboa, p. 90. Os segundos, por sua vez, têm razão ao repudiar o suposto diferencial colonial português, ou seja, a concepção do processo colonial como pautado pela suposta capacidade peculiar portuguesa de integrar nos trópicos amalgamando-se às populações autóctones, de que os *crioulos* (biológicos, culturais etc.) seriam a amostra incontestável. Ver KANDJIMBO, Luís.

África *sauvage* e sua posterior ocupação e partilha, bem como a estereotipia da alma e do corpo negros, tiveram eficácia performativa, em última instância, no quadro de uma economia política concreta, ou melhor, de uma *economia biopolítica*.⁹⁷ Como não deixou de reconhecer um arguto crítico da raça e do racismo, com o mergulho da modernidade ocidental nas águas batismais do Atlântico, “pela primeira vez na história humana, o princípio da raça e o tema com o mesmo nome foram instaurados sob o signo do capital, e é precisamente este ponto que distingue o tráfico negreiro e as suas instituições das formas autóctones de servidão”.⁹⁸ Daí porque o ingresso do reino do Kongo — e, em seguida, dos demais reinos proto-angolanos⁹⁹ — no comércio transatlântico de escravos e outros bens-mercadoria marca a entrada, pela porta dos fundos aberta pelas relações coloniais e num caminho sem volta, das economias locais na economia-mundo, vale dizer, no desenvolvimento desigual e combinado.¹⁰⁰ Tal evento inaugural

“Angolanidade: o conceito e o pressuposto”, in **Apologia de Kalitangi. Ensaio e crítica**. Luanda: INALD, 1997, p. 15-23. A razão duns é a desrazão doutros. Onde, a nosso ver, os sentidos da *angolanidade* deveriam ser buscados em outras plagas, longe quer da *ficção* de uma herança pré-colonial imutável, quer da *ficção* de uma herança colonial harmoniosa.

⁹⁷ É aquilo a que Mudimbe chama de “estrutura colonizadora”, a qual consiste em três ações interligadas: “o domínio do espaço físico, a reforma das mentes nativas, e a integração de histórias econômicas locais segundo a perspectiva ocidental”. MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. op. cit., p. 16.

⁹⁸ MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Marta Lança, Lisboa: Portugal, 2014, p. 31. É claro que não pretendemos, aqui, entrar no velho debate sobre a relação de (in)compatibilidade racional entre colonialismo e capitalismo, muito menos saber quem veio primeiro, se as motivações religiosas, passionais ou até demográficas (o ovo) ou aquelas puramente econômicas (a galinha). Se tendo sido “acidente histórico” ou não, o colonialismo foi uma realidade empírica que produziu efeitos práticos duradouros, muito além do “jogo equívoco das identidades” que igualmente persistem. A esse propósito, ver BARBEITOS, Arlindo. op. cit.

⁹⁹ “Embora os Portugueses continuassem a explorar escravos de Mpinda e Loango para o Brasil via São Tomé, ao longo de todo o século XVI, Angola tornou-se a principal fonte de fornecimento de escravos depois da fundação de Luanda, 1575.” BOXER, C. R. **O império marítimo português 1415-1825**. Trad. Inês S. Duarte, Lisboa: Edições 70, 2014, p. 111.

¹⁰⁰ É ilustrativa a conduta bipolar de Nzinga Mvemba. Atormentado pela cupidez dos negreiros, que lhe despovoavam a terra, mas buscando guardar para si o monopólio do comércio externo, bem como escapar à intermediação de mercadores (sobretudo portugueses, mas também franceses, ingleses e holandeses, de que já havia presença no Kongo desde a data) e praticar intercâmbio direto com a Europa, d. Afonso I toma duas diligências: primeiro, anuncia a el-rei de Portugal sua vontade em acabar com o comércio de escravos na área de jurisdição de seu reino, pelo que careceria de sua

determinou, em toda a linha, o rumo e a velocidade dos acontecimentos, de que as mazelas nacionais e as respectivas tentativas de superação são partes.¹⁰¹

Quando, após um longo retrocesso,¹⁰² finalmente e apesar dos pesares, o capitalismo conquistou o estatuto de reformador social no Império Russo, por ação das reformas de Alexandre II (1855-81), uma de suas imediatas tarefas foi a abolição da servidão e a integração jurídica da massa camponesa,¹⁰³ ao passo que, em além-mar as ideias

ajuda; e, segundo, solicita, ao mesmo d. João III, licença para comprar um navio em Portugal. Depois de dez anos de espera, o Mani Kongo recebe as seguintes respostas de seu homólogo: “Dizeis em vossas cartas que não quereis em vosso reino haja resgate de escravos, isto porque vos despovoa a terra [...], a mim não parece hora vossa nem de vosso reino, porque mais de louvar lhe é tirarem-se cada ano de Congo 10.000 escravos e 10 mil manilhas [de cobre] e outros tantos dentes de marfim, que dizer-se [que] já em Congo não há resgate nenhum. [...] O não quererdes vós que se levem mercadorias a Kongo é contra a condição de todas as terras, porque a Portugal vem de todas as partes do mundo e compra e vende quem quer. [...] Mandais-me mais pedir navio, de que muito me espanto, pois os meus são vossos [...] para o que vós quiserdes, tendes meus navios como se vossos fossem”. “Cartas do rei do Congo 1526” e “Cartas de d. João III 1529” Mani Kongo cit. ALENCASTRO, Luiz. F. de. op. cit. p. 72. Ou seja, Nzinga a Mvemba parece não enxergar que Nzinga a Nkuwu, seu pai, lhe havia legado não apenas o cristianismo e o batismo da Santa Igreja, a língua portuguesa e a arte da escrita, os espelhos e a marmoraria, mas também a participação, como mais novo membro subalterno, num mercado livre, transnacional e a vir a ser planetária, onde a concorrência brava não admite interferência arbitrária muito menos lamurias. As regras, em todo caso, não valiam para todos, pois não só o comércio de escravos não tinha como objeto-mercadoria seres humanos europeus, como o rei português, numa retórica lambuzada de cinismo, descumpra a lei das vantagens comparativas ao recusar a venda do navio ao rei congues. De nada ou pouco serviram os informes queixosos feitos chegar ao Vaticano, ao Papa, isso depois de romperem o biombo da monarquia lusitana. Segue-se que d. Afonso recupera o controle sobre o comércio de escravos e, em 1540, escreve novamente a el-rei, agora já para fazer apologia das trocas comerciais, incluindo do negócio negreiro, no Congo. Para outras cartas de Nzinga a Mvemba, ver FERRONHA, António (org.). **Cartas de D. Afonso Rei do Congo**. Lisboa: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

¹⁰¹ “Assim, as bases espirituais [para formação das quais as relações matérias concorrem] da angolanidade, nomeadamente o espírito universal, devem ser encontradas e explicadas nesta primeira ‘ocidentalização’ da sociedade kongo.” PESTANA, Nelson. “O nacionalismo angolano oitocentista”, in **A escrita da diferença (colectânea de textos académicos)**. Luanda: CEIC, 2011, p. 15.

¹⁰² A entrada da Rússia na modernidade ocidental teve, praticamente, início no reinado de Pedro, o Grande, que foi quem mandou construir São Petersburgo em terrenos à tona da água nas margens do Neva, assentando a primeira pedra a 16 de maio de 1703. Fernand Braudel insere essa cidade em sua interpretação das diferentes velocidades do capitalismo na Europa. Ver BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. Tomo 1 – As estruturas do quotidiano: o possível e o impossível**. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992., p. 471-76.

¹⁰³ Ver POMERANZ, Lenina. **Do socialismo soviético ao capitalismo: a transformação da sistémica da Rússia**. op. cit., p. 19-42.

da burguesia atravessaram os séculos (XVII, XVIII e XIX) incólumes, em plena coabitação com sua negação categórica: o escravismo¹⁰⁴, as guerras de conquista, a ocupação de terras “gentílicas” ou “indígenas” e a segregação racial. Longe da Europa ocidental — *locus* originário em que, a princípio, se destinava a dar luta contra o privilégio de classe —, o liberalismo andou de mãos dadas com a negação da humanidade ao longo dos tempos, tendo o colonialismo como selo da aliança. O ato abolicionista de 1836 e as consequentes pressões diplomáticas, promovidos sob o tacão da Grã-Bretanha, não só não evitaram que Portugal continuasse por largos anos a praticar a pirataria de mercadoria escrava, como deixaram intocada a escravidão e outras modalidades de exclusão intramuros, a exemplo do trabalho forçado instituído por força do Regulamento do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas, de 1899.¹⁰⁵

Enquanto Stolípin camuflou em finas roupagens ilustradas sua voragem exploradora da força de trabalho camponesa, Oliveira Martins dizia, na mesma época, que “O ocidente não lhes dará [às populações autóctones africanas], como espécies por ellas assimiláveis, mais do que panos para se vestirem, aguardente para se embriagarem, pólvora para se exterminarem.”¹⁰⁶ Ainda que noutras palavras, a frase poderia ter sido enunciada por outros ideólogos da colonização portuguesa, tais como António Enes e Mouzinho de Albuquerque. Nem antes o liberalismo de Sá da Bandeira, Ministro da Marinha e Ultramar em 1835-36, nem depois o desenvolvimentismo e o “respeito cristão pelo homem de cor” de Norton de Matos, Governador-geral em 1912-14 e Alto-Comissário em 1921-23, propuseram-se a pôr em causa a estrutura compartimentada e fixa do mundo colonial, caracterizada, por um lado,

¹⁰⁴ Para dar uma ideia da dimensão do problema, “Em 1850 quase metade (6.020 de 12.565) [o equivalente a 1 em cada 2,5] da população de Luanda era composta por escravos.” BENDER, Gerard. **Angola sob domínio português: mito e realidade**. Luanda: Mayamba, 2013, p. 254.

¹⁰⁵ Ver VERA CRUZ, Elisabeth Ceita. **O Estatuto do Indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa. O caso Angola**. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.

¹⁰⁶ MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira. **O Brasil e as colónias portuguesas**. 3. ed., Lisboa: Guimarães Editores, 1887, p. 287.

pelo espaço da Civita, e, por outro, pelo espaço do *indiginato*,¹⁰⁷ falaciosamente ligados pelas passarelas da miscigenação e assimilação.¹⁰⁸ De igual modo, “revolução” e “reforma”, palavras charneiras muito usadas nas legendas de certas organizações de defesa dos direitos trabalhistas em Angola, que se constituíram com a advento da República em Portugal, em 1911, acomodavam-se sem remorsos à exclusão da maioria da mão-de-obra do trabalho livre.¹⁰⁹ Ao contrário da humilhação por que passava o russo bem-pensante em face do progresso das ideias e da técnica no Ocidente, a presença do liberalismo político e econômico na colônia não fazia moça a ninguém.¹¹⁰ E se representasse o mínimo peso de consciência, a origem do mal estaria no atraso de Portugal no quadro europeu, pois as relações coloniais apresentavam exceção consentida.¹¹¹

¹⁰⁷ “Mundo compartimentado, maniqueísta, imóvel [...]. Esse é o mundo colonial. O indígena é um ser confinado, o *apartheid* é apenas uma modalidade da compartimentação do mundo colonial.” FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. op. cit. p. 68-69.

¹⁰⁸ “O trabalho forçado sob o regime republicano era tão mau ou pior do que no período mais decadente da monarquia de Bragança.” WHEELER, Douglas e PÉLISSER, René. **História de Angola**. Trad. Pedro G. Pereira, Lisboa: Tinta da China, 2011. Norton de Matos, que, no seu primeiro mandato, intentou mitigar as incongruências graves do regime republicano, esbarrou, em parte, no conluio da burguesia colonial. Quanto à política assimilacionista, Conceição Neto demonstra que a assimilação não só não foi propósito de seus ideólogos, mas também não foi o resultado que a política colonial portuguesa buscou e muito menos alcançou. NETO, Maria da Conceição. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola do século XX”, in **Lusotopie**, n. 4, 1997, p. 327-57. Neste sentido, a oposição entre “defensores do darwinismo social” e “defensores da assimilação uniformizadora”, tinha na manutenção da relação colonial o ponto de encontro.

¹⁰⁹ Conceitos como “neomercantilismo” (Clarence-Smith) e “proto-capitalismo” (Adelino Torres), usados para definir o quadro econômico predominante até a década de 1910 no Império português, pouco ajudam para explicar a ordem mundial desigual e combinada, pese embora a reconheçam. Ver CLARENCE-SMITH, Gervase. **O terceiro império português (1825-1910)**. Lisboa: Teorema, 1990; TORRES, Adelino. **O império português entre o real e o imaginário**. Lisboa: Escher, 1991.

¹¹⁰ Como mostra Cristina Portela, o republicanismo português manifestou, desde antes de sua chegada ao poder, uma dualidade de posição. Na metrópole, era libertário, ao passo que, na colônia, assinava por baixo da política colonial. PORTELA, Cristina cit. PESTANA, Nelson. “O nacionalismo angolano e longa duração”, in **Lucere. Revista Académica da UCAN**. Número especial, Luanda: Angola Catholic University Press, set. 2014, p. 253, nota 208.

¹¹¹ “Um exemplo elucidativo das dificuldades da burguesia colonial, é o caso da empresa Viúva Bastos & Filhos que, com base nas medidas de Norton de Matos em relação a mão-de-obra africana, publicou um panfleto, no qual acusa o governador de violar o direito à liberdade da agricultura e da indústria, afirmando que tais medidas provocavam a perda de cerca de 85% da força de trabalho.” LOURENÇO, João Pedro

Do ângulo da emancipação do colonizado, considerada em sua gênese, as incongruências do ideário liberal em contexto colonial colocavam-se com menor escândalo, mas, nem por isso, deixaram de dar a impressão de deslocamento. É como se houvesse formado, com disparidades de tons, uma homologia entre o desajuste colonialista e o desajuste nacionalista. Mesmo quando se tornariam ideias de vanguarda no discurso protestatário e reivindicativo dos publicistas, no período da *Imprensa Livre* (1866),¹¹² o direito à autodeterminação e a universalidade da justiça não abalavam, na prática, as fundações da exploração e opressão. Na esteira de Nelson Pestana, mas sem necessariamente estar de acordo com suas ilações, podemos dividir esse nacionalismo de matriz liberal em duas vertentes principais.¹¹³ De um lado, a corrente “evolucionista”, tendo como chefe de fila Carlos Silva, que viria a ser diretor do jornal **Arauto africano** (1888-1990), defendia a independência progressiva de Angola, com a continuidade da tutela colonial até se verificarem reunidas as condições políticas, econômicas e sociais que garantiriam a emancipação definitiva,¹¹⁴ o que era crer na “missão civilizadora” lusitana. De outro, a corrente “revolucionária”, capitaneada por José de Fontes Pereira, advogado

da Cunha. “O discurso contestatário dos africanos na imprensa: reflexões à volta da ‘Carta Aberta ao Bacharel Balthazar Britto Rocha D’Aguaim’”, in **Actas do III Encontro Internacional de História de Angola**. v. 2, Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2014, p. 33. Ou seja, interromper o trabalho forçado, ainda que sob a manutenção da condição de subjugação do colonizado na esfera do trabalho, era atentar contra a “liberdade da agricultura e da indústria”. O impensável da Europa era visto como conformação, para não dizer *naturalidade*, na colônia.

¹¹² Ver LOPO, Júlio Castro. **Para a história do jornalismo em Angola**. Luanda: Museu de Angola, 1952. “Data de 1881 o aparecimento do primeiro jornal de africanos, o *Echo de Angola*, cujo exemplo abria caminho ao despertar de novos órgãos da chamada imprensa africana, redigidos tanto em quimbundo como em português: **O Futuro de Angola**, em 1882, **O Pharol do Povo**, em 1883, **O Arauto Africano**, em 1889, o **Muen’exi**, em 1889, **O Desastre**, ainda em 1889, **O Polícia Africano**, em 1890, etc.” ERVEDOSA, Carlos, **Roteiro da literatura angolana**. 4 ed., Luanda: UEA, s/d, p. 26.

¹¹³ PESTANA, Nelson. “O nacionalismo angolano oitocentista”, op. cit. 22-7.

¹¹⁴ Pedro Félix Machado, romancista, poeta e também jornalista, resume nos seguintes termos tais condições: a) que os habitantes de Angola, “com maturidade como cidadãos, como portugueses e, se necessário como angolanos *sui juris*, defendam o seu presente e seu futuro para lá de seus interesses pessoais”; b) que eles tenham ideias políticas e que se filiem num partido político, que eles reflitam sobre a forma de governo conveniente para o país, “afastando-se do terreno das represálias mesquinhas; c) que o partido republicano se organize, se normalize, limitando-se a preparar a nação e os angolanos para “uma vida própria e independente”. MACHADO, Pedro Félix cit. Id. Ibid., op. cit. 23.

provisionário e articulista virulento, defendia o fim imediato da tutela portuguesa em controvérsia aberta com as teses da primeira corrente,¹¹⁵ o que soava a miragem dada a inexistência de, no mínimo, uma das condições invocadas pelos “evolucionistas”, que consistia na constituição de uma plataforma política capaz de aglutinar a massa pensante na base de uma visão programática e, em consequência, levar adiante o desiderato postulado. O gradualismo estrábico daqueles e o radicalismo míope destes representavam as duas feições gerais que o republicanismo tomou na cabeça da elite intelectual angolana oitocentista,¹¹⁶ sem prejuízo de seu papel decisivo na formação da consciência nacional.¹¹⁷

Nas primeiras décadas do século XX, com o advento da Imprensa Profissional (1912)¹¹⁸ e a alteração da conjuntura política na colônia e na metrópole, houve uma espécie de simbiose das duas mencionadas correntes,¹¹⁹ em que o desfrute do estatuto de “português *sui generis*” fez parilha com a chama independentista. Mário Pinto de Andrade vê

¹¹⁵ Ver PEREIRA, José de Fontes. “A independência de Angola (I)”, in **O futuro d’Angola**, n. 46, Luanda, set. 1886, p. 1; Id., “A independência de Angola (II)”, in **O futuro d’Angola**, n. 47, Luanda, set. 1886, p. 1.

¹¹⁶ “[...] a ideia de uma subordinação do pensamento republicano angolano aos chefes-pensantes e aos interesses dos líderes do Partido Republicano (português) é uma leitura que não é confirmada pelos republicanos angolanos da corrente revolucionária do nacionalismo oitocentista, embora não necessariamente pelos demais da corrente evolucionista. PESTANA, Nelson. “O nacionalismo angolano e a longa duração”, in **Lucere. Revista Académica da UCAN**. Luanda: Angola Catholic University Press, set. 2014, p. 252.

¹¹⁷ Ver, por exemplo, WHEELER, Douglas. “An early angolan protest: radical journalism of José de Fontes Pereira (1823-1891)”, in ROTBERG, Robert e MAZRUI, Ali (ed.). **The tradition of protest in black Africa**. London: Oxford, 1970, p. 123-36; e SILVA, Rosa Cruz e. “O nacionalismo angolano. Um projecto em construção no século XIX?”, in MATA, Inocência e PADILHA, Laura Cavalcante (org.). **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Colibri, 2000, p. 231-77.

¹¹⁸ “Mas já em 1912, através dum novo semanário **O Independente**, se davam os primeiros passos a caminho do profissionalismo. Combativo e republicano, *O Independente* vibrava com o ardor da juventude dos que nele escreviam, desde o seu director, o Dr. António Simões Raposo, aos seus colaboradores mais próximos, como Mimosos Moreira e o Dr. António Videira.” ERVEDOSA, Carlos. **Roteiro da literatura angolana**. op. cit., p. 51.

¹¹⁹ Nelson Pestana prefere considerar ter havido um “refluxo dos ideais nacionalistas”, devido a “mudanças sociais na sociedade colonial que conduziram a uma marginalização social dos filhos do país, à restrição das suas liberdades, à degradação da sua condição de riqueza”. PESTANA, Nelson. “O nacionalismo angolano e a longa duração”, op. cit., p. 243.

nessa ambiguidade uma deficiência gritante, a ponto de não reconhecer suficiente maturidade nacionalista no pensamento dos assim chamados “nativistas”. A designação que lhes atribui, levando por tabela as gerações anteriores, é de “protonacionalistas”,¹²⁰ o equivalente ao grau zero do nacionalismo angolano, cujo equívoco, entretanto, já ficou demonstrado.¹²¹ Talvez o que tivesse escapado ao autor de **Na noite grávida de punhais** (1975) é que a integração na modernidade das Luzes, que o colonialismo proporcionava a essa elite, não impedia, antes endossava, quer a afirmação de sua identidade cultural diferencial e a reivindicação independentista, quer o paternalismo para com o irmão nativo não-evoluído, não-civilizado ou não-assimilado. Veja-se, por exemplo, que um “filho da terra” como Pedro da Paixão Franco, publicista talentoso, amante da democracia e conjurador da independência de seu país, jamais encarara como iguais aqueles que (ainda) não haviam sido tocados pela ação civilizadora do colonizador: “Quem já viu n’uma emballa¹²², os selvagens baterem com a cara no chão, e homens idosos, rasteiramente servis, varrerem a terra com a barba branca aos pés do régulo, em sinal de homenagem [...]”¹²³ Comentando a passagem, Mário António diz:

Repare-se, antes de mais, que a africanidade de Paixão Franco, como de resto acontecia com quase todos os escritores crioulos, era uma africanidade que excluía a maioria dos seus conterrâneos africanos, na medida em que

¹²⁰ ANDRADE, Mário Pinto de. **As origens do nacionalismo angolano**. Lisboa: Dom Quixote, 1997, p. 54.

¹²¹ Sem deixar de reconhecer o contributo válido de seu ensaio para o conhecimento de aspetos fatuais e teóricos da história dos movimentos contestatários na colônia à época da 1ª República portuguesa, Nelson Pestana demonstra que Mário Pinto de Andrade parte de um critério parcial para definir o nacionalismo angolano, a saber, “a reivindicação inequívoca da independência”. Mas, mesmo aí, Mário Pinto de Andrade, se não ignora, ao menos não considera os discursos dos sujeitos, nos quais o tema da independência de Angola está presente desde o terceiro quartel do século XIX. PESTANA, Nelson. “O nacionalismo angolano oitocentista”, op. cit., p. 11-29. A discussão é reeditada, com um enquadramento metodológico antes ausente, em PESTANA, Nelson. “O nacionalismo angolano e longa duração”, op. cit., p. 227-53.

¹²² Comunidade rural.

¹²³ FRANCO, Paixão cit. OLIVEIRA, Mário António de. “Para uma perspectiva crioula da literatura angolana. *História de uma traição*”, in **Reler África**. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1990, p. 352.

atenta só àqueles que haviam apreendido significativamente a cultura europeia.¹²⁴

É, pois, com essa *africanidade parcelar e parcial* que a geração seguinte do nacionalismo angolano iria romper, não sem evitar novos desajustes. Com a emergência da geração que ficou conhecida como a dos Novos Intelectuais de Angola (1951), apoiada — não só, mas sobretudo — no referencial socialista, as ambiguidades ideológicas do *nacionalismo republicano* saíram de cena para dar lugar às do *nacionalismo marxista*. As primeiras impressões de deslocamento pronunciaram-se nas condições de necessidade e possibilidade de criação do Partido Comunista de Angola (PCA), fundado clandestinamente em Luanda, a 12 de novembro de 1955.¹²⁵ Ora, quais as bases criar “um partido operário de tipo marxista-leninista”¹²⁶ numa colônia de exploração em que a massa operária não passava de 40.000,¹²⁷ proporcionalmente bastante abaixo do proletariado russo de princípio do século XX, ainda que com boas perspectivas de transição para uma era de industrialização? Que consciência de classe existiria no seio da mão-de-obra “indígena” inserida do escasso tecido industrial, quando inexistia uma tradição de lutas sindicais? Não seria pôr a carroça na frente dos bois, quando o mais indicado era *esperar* pela “formação da elite capitalista angolana”¹²⁸? Haveria força de pensamento e ação igual ou superior a do Partido Bolchevique para *subverter as etapas da história*? Como repetir a proeza num *ghetto* colonial em que “a doutrina

¹²⁴ Id. Ibid., p. 352. Note-se que não era uma questão de preconceito racial antropológico, pois Paixão Franco, assim como Silvério Ferreira e outros confrades seus, até tinham o tom de pele escura. Se não for ir longe demais, um exemplo dessa ambiguidade pode ser surpreendido na poesia de Cordeiro da Matta, o “poeta do Rio Kwanza”, mormente nas alusões à mulher negra.

¹²⁵ A ata é assinada, com “nomes de guerra”, por António Jacinto (“Carlos Duarte”), Ilídio Machado (“Paulo Costa”), Mário António de Oliveira (“José Nunes”) e Viriato da Cruz (“Mon’ a Mundu”). “Acta da Fundação do Partido Comunista de Angola”, in MPLA. **História do MPLA (1940-1960)**, v. 1, Luanda: CDI, 2014, p. 386.

¹²⁶ Id. Ibid., p. 385.

¹²⁷ DIOGO, Alberto. cit. ROCHA, Alves. “Apresentação”, in **Lucere. Revista Académica da UCAN**. Luanda: Angola Catholic University Press, dez. 2016, p. 18.

¹²⁸ CRUZ, Viriato da. “Extratos da carta de Viriato da Cruz a Noémia de Souza – 29 nov. 1952”, in ROCHA, Edmundo *et al.* (coord.). **Angola – Viriato da Cruz, o homem e o mito**. Luanda / Lisboa: Chá de Caxinde / Prefácio, 2008, p. 369.

científica de Marx, Engels, Lênin e Stálin”¹²⁹ minguava em segunda mão, já *renviesada* pelas edições dos aparelhos de propaganda dos partidos comunistas satélites (brasileiro e português) do PCUS¹³⁰? E, já agora, que socialismo resultaria de um projeto que juntava o cérebro de Marx e o *gulag* de Stálin num mesmo balaio de gatos? Que futuro haveria para o socialismo no seio de um grupo em que só um membro, Viriato da Cruz, estava em dia com a respetiva “doutrina científica”, conforme confessa *a posteriori* Mário António¹³¹? Como, enfim, aplicar o dito ensinamento do “camarada Stálin” para ultrapassar as diferenças “entre os membros do Partido e a restante massa operária sem partido”, diferenças essas não apenas de classe, mas também e tão fraturantes quanto, de raça e etnia¹³²?

¹²⁹ “Acta da Fundação do Partido Comunista de Angola”, in MPLA. **História do MPLA (1940-1960)**, v. 1, Luanda: CDI, 2014, p. 385.

¹³⁰ Vinte e nove anos depois, Mário Pinto de Andrade diria: “Quando se observam os estatutos do Partido Comunista Angolano [*sic*], o que eu pude fazer pois tive conhecimento dele, enviaram-mos com vista à minha adesão, em Paris, esses estatutos são uma cópia do Partido Comunista Brasileiro [PCB]: não havia originalidade.” LABAN, Michel. **Mário Pinto de Andrade: uma entrevista**. Lisboa: João Sá da Costa, 1997, p. 108. É claro que Mário de Pinto Andrade exagera. A falta de originalidade existe, mormente na natureza (“partido político da classe operária, a vanguarda consciência e organizada da classe operária”) e nos objetivos finais (“construir, em Angola, o socialismo e edificar a sociedade comunista”), mas existem também contextualizações exigidas pela luta anticolonial, tal como a tarefa, ainda que subordinada ao imediato, de “conquistar a completa independência nacional”. “Estatutos do P.C. de Angola”, in MPLA. **História do MPLA (1940-1960)**, v. 1, Luanda: CDI, 2014, p. 387. Para uma discussão sobre o assunto a partir da comparação com os Estatutos do PCB, de 1954, ver PESTANA, Nelson. “O Partido Comunista de Angola, de Viriato da Cruz”, in **Lucere. Revista Académica da UCAN**. Luanda: Angola Catholic University Press, dez. 2016, p. 133-50.

¹³¹ “Só havia um comunista feito, era o Viriato da Cruz, era o único comunista, os outros indivíduos estavam a aprender comunismo, portanto foram percebendo umas coisas, foram lendo umas coisas, foram interrogando sobre essas coisas.” OLIVEIRA, Mário António de. “Entrevista com Mário António”, in **Reler África**. op. cit., p. 535. Acresce que nem mesmo Viriato da Cruz poderia ter acesso à obra de Marx e Engels nos textos originais, não apenas pelo fechamento político-social, mas também porque havia a barreira linguística. A inexistência de estudos universitários em Angola à época era outro impedimento para uma recepção coletiva e criativa do marxismo, a exemplo do que ocorrera noutras contextos. Essas condicionantes subjetivas eram, como é óbvio, próprias à vida prática da colônia.

¹³² “[...] tudo leva a crer que o pequeno grupo de intelectuais que girava à volta de Viriato da Cruz, de Ilídio Machado e de António Jacinto, feito essencialmente de mestiços, com exceção de Jacinto, tinha poucas relações com o mundo dos trabalhadores africanos e menos ainda com o mundo dos muçiques [*sic*], para não falar da Angola profunda.” ROCHA, Edmundo. “Viriato da Cruz: itinerário político”, ROCHA, Edmundo. *et al.* (coord.) **Angola – Viriato da Cruz, o homem e o mito**. op. cit., p. 124.

Postas as mesmas questões noutra formulação, o chão colonial tinha especificidades que impunham sempre dificuldades acrescidas à modernidade europeia, as quais pareciam desincentivar a adoção das armas do progresso do pensamento, e, se adotadas, a não as assinar de cruz, ainda assim sem garantias de não fazer um papelão. Ficar sem elas estava, obviamente, fora de questão, pois a modernidade europeia se insinuava sem pedir licença, de modo que o melhor destino possível era ser moderno a sua maneira e medida. Não à toa, Fanon, que conhecia a dialética hegeliana e havia lido Marx e os marxistas com o distanciamento que a experiência local aconselhava¹³³, teve como uma de suas principais preocupações precisar a originalidade do contexto colonial em face da razão materialista da história. Diferentemente do que se verificava nas metrópoles, onde a divisão social do trabalho correspondia às aparências de liberdade e igualdade perante a lei, servindo de anteparo à exploração,

A originalidade do contexto colonial é que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não conseguem nunca mascarar as realidades humanas. [...] Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é a consequência: alguém é rico porque branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente distendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial. Até mesmo o conceito de sociedade pré-capitalista, bem estudado por Marx deveria ser repensado aqui.¹³⁴

Não obstante a dogmatismo programática patenteada na “Acta da Fundação” e nos “Estatutos”, os fundadores do PCA, ainda em 1955, não desconheciam essa demanda fanoniana. Tanto assim que sabiam que era sua tarefa “aplicar o marxismo-leninismo, de maneira criadora, às condições concretas de Angola”.¹³⁵ Essa visão, antes mesmo da opção pela luta armada, lhes permitiu ultrapassar certas limitações próprias do nacionalismo de velho tipo, lançando-se ao conhecimento quanto profundo possível da estrutura social que pretendiam libertar

¹³³ Sobre a singularidade do pensamento de Fanon à luz da teoria marxista, ver SAID, Edward. “Reconsiderando a teoria itinerante”, op. cit.

¹³⁴ FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. op. cit., p. 56.

¹³⁵ “Acta da Fundação do Partido Comunista de Angola”, in MPLA. op. cit., p. 386.

politicamente e destravar do atraso econômico. Basta compulsar alguns dos escritos de Viriato da Cruz da década em referência, entre os quais o famoso “Manifesto” (1956),¹³⁶ para perceber que a disposição para a ação transformadora não negligenciava o diagnóstico da realidade e, com feito, a consciência plena dos empecilhos: condições de vida das populações nativas, mecanismos de dominação colonial, ecos das independências africanas e das revoluções em curso mundo afora, problema racial nas organizações nacionalistas etc.¹³⁷ É como se marxismo dogmático que cultivava, em grande medida reflexo de um meio social filosoficamente apagado, conflitasse com sua acuidade empírica.

Mas estar plenamente ciente dos problemas não é garantia de superá-los, e assim como esclarece, dependendo das circunstâncias e do modo como é assimilado, o marxismo também obscurece. A verdade é que, ao contrário das projeções feitas por Viriato da Cruz, os acontecimentos vieram a demonstrar que o ideário socialista, tal como assumido na forma de “partido operário de tipo marxista-leninista”, não tivera pernas para andar na colônia. As razões invocadas por alguns protagonistas e estudiosos do assunto variam, mas todas assumem a impressão de que o PCA estivera deslocado, ou seja, de que o modelo de luta que Viriato da Cruz e seus camaradas haviam escolhido não se ajustava às condições políticas, econômicas e socioculturais de então.¹³⁸

¹³⁶ Parece terem sido dissipadas todas e quaisquer dúvidas acerca da autoria desse documento sem título, datado de dezembro de 1956, em que se conclama o surgimento do “mais amplo Movimento Popular de Libertação de Angola”. “Documento sem título, que viria a ser o manifesto do MPLA”, in LARA, Lúcio. **Documentos e Comentários para a História do MPLA (até fev. 1961)**. Lisboa: Dom Quixote, 199, p. 58. Reconhece-se, ainda, que, após sua elaboração por Viriato da Cruz, o documento sofrera “adaptações” feitas por Ilídio Machado, Matias Miguéis, André de Sousa e Higinio Aires de Sousa e Almeida. Ver ROCHA, Edmundo. **Angola – contributo ao estudo do nacionalismo moderno angolano (período 1950-1964). Testemunho e estudo documental**. Luanda: Kilombelombe, 2002, p. 119-20; ROCHA, Edmundo. “Viriato da Cruz: itinerário político”, op. cit. p. 126-28.

¹³⁷ Ver, dentre outros textos, “O problema racial dentro das organizações nacionalistas africanas (extrato de uma carta a um responsável a União Geral dos Estudantes d’África Negra”, in ROCHA, Edmundo. *et. al.* (coord.), **Angola – Viriato da Cruz, o homem e o mito**. op. cit., p. 387-88.

¹³⁸ “Quando, mais tarde, discuti com Viriato da Cruz, fiz-lhe notar que as condições sociológicas e políticas do momento não deviam conduzir os angolanos a criar um

A par da intensificação da repressão levada a efeito pelo regime salazarista, de tipo colonial-fascista, e da forte oposição das células do Partido Comunista Português (PCA) instaladas em Angola, que reivindicavam para si o monopólio da revolução proletária,¹³⁹ o obstáculo maior prendia-se ao fato de, “Nesta época, a contradição social e política principal não era a luta de classes, como se observava então nas sociedades industriais europeias, mas sim a luta entre colonizadores e colonizados”.¹⁴⁰ Assim, o PCA obteve fraquíssima adesão junto quer dos trabalhadores africanos quer dos sectores intelectuais nacionalistas, no seio dos quais havia “certa resistência à palavra comunismo”.¹⁴¹ Uns por formação religiosa, outros por nacionalismo de forte base étnica, outros ainda por mero preconceito ou receios legítimos,¹⁴² todos consideravam que a inserção da causa nacionalista no campo socialista só traria desvantagens para aquela. Ou seja, a luta de classes não parecia compaginável com a luta nacionalista, antes pelo contrário, a consciência de classe apresentava-se como um estorvo à consciência nacional. Em proporção inversa ao argumento segundo o qual a autodeterminação dos povos solapava a frente comum do proletariado, dado seu carácter particularista, conforme defendia parte dominante do marxismo militante e teórico da Europa ocidental, onde a questão nacional também irrompeu com as duas Grandes Guerras,¹⁴³ na colônia era a unidade do proletariado que não tinha cabimento.

Partido Comunista, mas uma frente, e foi o que se fez, depois, com o MPLA.” ANDRADE, Mário Pinto de. **Mário Pinto de Andrade: uma entrevista**. op. cit., p. 108.

¹³⁹ À semelhança dos republicanos, os comunistas portugueses assumiram uma conduta ambígua em relação ao regime colonial, pois só reconheceram a necessidade e inevitabilidades da luta anticolonial muito tardiamente.

¹⁴⁰ ROCHA, Edmundo. “Viriato da Cruz: itinerário político”, op. cit. p. 123.

¹⁴¹ OLIVEIRA, Mário António de. “Entrevista com Mário António”, op. cit., p. 537.

¹⁴² “Entre os que não aderiram ao projecto do PCA encontra-se Tomaz Jorge que teria retorquido a Viriato: “[...] **não eram precisas ideias importadas**, para fazer avançar as coisas’ e também ‘não se sai debaixo da pata de um coelho [o colonialismo português?], para nos metermos na pata de um urso [o PCUS?]” ROCHA, Edmundo. “Viriato da Cruz: itinerário político”, op. cit. p. 124, *itálico* nosso.

¹⁴³ LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. op. cit., p. 69-118.

Isso, em todo o caso, não acarretou a morte das ideias socialistas no pensamento e na ação do nacionalismo angolano. O desaparecimento da sigla (PCA) foi, no fundo, uma via encontrada pelos comunistas para submergir a aliança entre anticolonialismo e anticapitalismo em outras organizações nacionalistas que pipocaram até o surgimento do MPLA.¹⁴⁴ Este veio a ser, por assim dizer, o último herdeiro do PCA, de modo que, mesmo sem ter sido abertamente adotado, o socialismo fez-se presente sobretudo através dos apoios captados junto dos países da Europa do leste, de Cuba e da China, influenciando as opções política e militar do Movimento.¹⁴⁵

Por sua vez, Viriato da Cruz, após romper o isolamento intelectual a que estava sujeito em Angola, mudou significativamente em termos ideológicos¹⁴⁶: Stálin deixou de ser uma referência (ou deixou de ser louvado para ser criticado)¹⁴⁷ e o maoísmo passou a ser a atração,

¹⁴⁴ “Face à fraca adesão ao Partido Comunista Angolano, os seus fundadores decidem então mudar de roupagem exterior e alteram o nome para o de Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o qual também não teve grande receptividade. [...] O feito mais importante do PLUAA foi o de ter lançado o controverso MANIFESTO, em 10 de Dezembro de 1956, o qual marcaria a matriz ideológica da corrente nacionalista marxista, tanto nos pequenos grupos nacionalistas luandenses, MIA [Movimento para a Independência de Angola], MLNA [Movimento de Libertação Nacional de Angola], MLA [Movimento de Libertação de Angola], como no MAC [Movimento Anti-Colonial], e, mais tarde, no MPLA.” ROCHA, Edmundo. “Viriato da Cruz: itinerário político”, op. cit. p. 126.

¹⁴⁵ Ver, dentre outros, MONTY. **Luta de libertação, exército nacional e revolução**. Luanda: UEA, 1978; e JIKA (Gilberto Teixeira da Silva). **Reflexões sobre a luta de libertação nacional**. Luanda: UEA, 1979. Fato assinalável é que as obras trazem prefácios assinados por dois escritores angolanos, Manuel Rui e Ndunduma We Lépi, respectivamente. Ver, também, MPLA. **Angola: documentos do MPLA**. Lisboa: Ulmeiro, 1977, v. 1.

¹⁴⁶ A partir deste momento, Viriato passa a conhecer melhor o exemplo em que pretendia espelhar sua ação revolucionária nos idos de 1950. Em carta dirigida à sua amiga Monique Chajmowiez, datada de 2 de junho de 1970, na qual, com grande poder de síntese, tenta provar a hipótese de que, após o chamado “Comunismo de Guerra”, a economia da República Soviética entrara para um período de “transição”, ele anota: “É claro que em 1921, na Rússia, o socialismo significava simplesmente que o poder político tinha sido conquistado pelo partido revolucionário da classe operária. [...] Já sabemos que a Rússia não era (e aliás nunca foi) um ‘país socialista’ sob o plano económico, pela simples razão que naquela altura a economia estava ainda longe de atingir o estágio do capitalismo monopolista de Estado.” “Cartas de Viriato da Cruz a Monique Chajmowiez”, in LABAN, Michel (coord.). **Viriato da Cruz: cartas de Pequim**. Luanda: Chá de Caxinde, 2003, p. 70-71. Aliás, por inteiro, esta carta pode ser definida como uma apreciação marxista de como o socialismo esteve fora do lugar na Rússia bolchevique.

¹⁴⁷ Ver MESSIANT, Christine. “Viriato da Cruz em Pequim: as provações de um revolucionário angolano. Esboço de um percurso e tentativa de interpretação”, in

assim como as leituras já não se limitaram aos doutos ensinamentos do “marxismo-leninismo”,¹⁴⁸ embora a fidelidade a Marx, Engels, Lênin e também ao bolchevismo tivesse sido abalada.¹⁴⁹ Seu fim trágico em Pequim explica-se — senão em todo, ao menos em parte — por essas mudanças havidas na compreensão do modo de aplicação das ideias socialistas ao contexto angolano, em particular, e africano, em geral.¹⁵⁰

Tudo indica que as hesitações, no seio do MPLA, quanto à assunção oficial das ideias socialistas deveram-se, por um lado, à necessidade de diversificação dos apoios diplomáticos, e, por outro, à campanha interna contra o comunismo promovida ao longo dos anos pelos movimentos de libertação concorrentes, sobretudo a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que via na luta de classes um estrangeirismo dos mestiços e *assimilados* — a “elite crioula” originária dos centros urbanos —, visando pôr em causa a compreensão da luta nacionalista como um conflito racial entre colonizado e colonizador¹⁵¹. Mas não eram as únicas razões, pois também havia o não menos

LABAN, Michel (coord.). **Viriato da Cruz: cartas de Pequim**. Luanda: Chá de Caxinde, 2003, p. 314-25.

¹⁴⁸ Segundo testemunha Monique Chajmowiez, em finais de 1960 e princípios de 70, Viriato demonstrava ter lido grande parte da obra de Trotsky, o que provavelmente não se verificasse até antes de sua saída de Angola, em virtude deste teórico e líder revolucionário russo ter sido proscrito pelo PCUS e, logo, por seus satélites.

¹⁴⁹ “No marxismo de Viriato são flagrantes tanto a sua fidelidade a Marx e a Lénine — e durante muito tempo, não só ao marxismo, mas também ao leninismo” MESSIANT, Christine. “Viriato da Cruz em Pequim: as provações de um revolucionário angolano. Esboço de um percurso e tentativa de interpretação”, op. cit., p. 314.

¹⁵⁰ Ver FERNANDES, Moisés. “O percurso chinês de Viriato da Cruz, 1958-1973”, in LABAN, Michel (coord.). **Viriato da Cruz: cartas de Pequim**. op. cit. p. 255-342. Sobre os problemas raciais e o afastamento de Viriato da Cruz do cargo de Secretário-geral do MPLA em 1962, ver ROCHA, Edmundo. **Angola: contributo ao estudo do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964)**. Testemunho e estudo documental. v. 2, Luanda: Kilombelombe, 2002, p. 36-46.

¹⁵¹ Essa compreensão, forjada com base na experiência de luta nacionalista da FNLA, é sustentada por John Marcum, que, em particular no segundo volume de seu estudo sobre a revolução angolana, se dedica às relações entre as influências ideológicas externas e o desenvolvimento do nacionalismo angolano. Ver MARCUM, John A. **The angolan revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)**. v. 1 e 2, Cambridge and London: The Mit Press, 1978. Para um contraditório, ver SERREANO, Carlos. **Angola. Nascimento de uma nação. Um estudo sobre a construção da identidade nacional**. Luanda: Kilombelombe, 2008, p. 74-5.

importante problema da precária apropriação da doutrina, donde um marxismo mais de convicção do que de estudo e análise. E por mais que se procurasse sublimar, as marcas do mal-estar tornaram-se manifestas desde antes da consagração da independência.

Ao analisar a questão da escolha do modelo político-ideológica por parte do MPLA em sua tese de doutorado, originalmente intitulada **Dissidences et pouvoir d'Etat: le MPLA face à lui-même (1962-1977)**, Jean-Michel M. Tali documenta a sequência de dúvidas e rodeios que impregnavam os pronunciamentos de Agostinho Neto em diversas entrevistas concedidas entre 1972 e 1974. Perante a ausência “de um discurso programático capaz de deixar prever *a priori* a instauração de algum regime ‘comunista’ ou ‘socialista’ em Angola”,¹⁵² aqui e ali, Neto evitava autodefinir-se como marxista e enquadrar o MPLA no campo socialista. Antes preferia ser vago, tergiversando em torno de noções gerais, porventura mais maleáveis, tais como “democracia”, “justiça”, “liberdade”, “independência” e “igualdade”. Tali assinala que essa posição em nada se distingue daquela assumida pelo Programa Maior do MPLA, em que define um “projeto de sociedade bastante moderado, que permaneceu ambíguo e não adota uma identidade precisa”¹⁵³. No entanto, o autor pondera: “um projecto de sociedade pode ser somente o resumo táctico de uma estratégia política mais elaborada, mais radical e mais profunda. Seria este o caso do programa do MPLA de 1974?” As evidências demonstram, em conclusão, que, sem prejuízo de sua “relação privilegiada com a URSS e com os principais países do bloco comunista e também com os movimentos operários radicais e partidos comunistas de todo o mundo”,¹⁵⁴ o MPLA não era, em sua essência, um movimento socialista, muito menos comunista.

Mesmo que o discurso analítico dos seus mais altos dirigentes fosse efetivamente influenciado pela filosofia

¹⁵² TALI, Jean-Michel M. **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante a si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política**. v. 2, Trad. Manuel Ruas, Luanda: Editorial Nzila, 2001, p. 151.

¹⁵³ Id. Ibid., p. 152.

¹⁵⁴ Id. Ibid., p. 165.

marxista-leninista, a ideologia marxista nunca nele foi assumida, a não ser de uma maneira subterrânea — ou mesmo envergonhada — por uma pequena minoria de intelectuais sem qualquer peso do ponto de vista do capital simbólico aos olhos da maioria dos militantes. Em contrapartida, foi realmente uma ideologia nacionalista, voluntarista, progressista e verdadeiramente radical que caracterizou a prática dos dirigentes do Movimento.¹⁵⁵

Na verdade, para Neto, que não ignorava as implicações de fundo próprias à atitude voluntarista, a dificuldade na opção sem reservas pelo socialismo prendia-se, entre outras razões, ao fato de ser o MPLA, à semelhança da nação, internamente diverso, “constituído por povos politicamente e ideologicamente diferentes”.¹⁵⁶ Daí que o problema fundamental consistia em saber “Como realizar a unidade [do Movimento e da nação] sem trair os princípios revolucionários”.¹⁵⁷ Ou seja, diante da multiplicidade étnica — de crenças, línguas, hábitos e costumes — e das diferenças de interesses defendidos por camadas sociais heterogêneas até mesmo no interior do Movimento, a homogeneização inerente à revolução proletária e à unidade nacional parecia, assim, quase impossível. Como inserir a futura nação independente na órbita internacionalista da emancipação socialista sem o devido acerto de contas com o passado pré e colonial? Como manter intocados privilégios e práticas arreigados, de cariz “reacionário”, fixados nas identidades étnicas, quando o fim último da Revolução uma sociedade de iguais, do “Homem Novo”, sem exploração e dominação do homem pelo homem?

Basicamente, as hesitações persistiram até o I Congresso Ordinário do MPLA, realizado em dezembro de 1977, momento em que o “marxismo-leninismo” enfim foi adotado como doutrina oficial, ideologia de Estado e horizonte de transformação das estruturas econômicas e sociais, tendo o Movimento dado lugar, “sob o olhar silencioso de Lénine”,¹⁵⁸ ao Partido do Trabalho (MPLA-PT). No entanto, a realidade

¹⁵⁵ Id. Ibid., p. 165-166.

¹⁵⁶ Agostinho Neto cit. Id. Ibid., p. 155.

¹⁵⁷ Id. Ibid., p. 157.

¹⁵⁸ NETO, Agostinho. “Palavras do Camarada Presidente no Encerramento do Congresso”, in **I Congresso Ordinário do MPLA (4 a 10 de dezembro de 1977)**, Luanda: Secretariado do Bureau Político, 2012, p. 73. A alusão ao “olhar silencioso”

não se subsumiu ao oficialismo, e o “socialismo científico”, longe de surfar na pista, viu-se às noras com ondas gigantes. As incoerências ficavam, cada vez mais, a descoberto, para quem as quisesse contemplar e cultivar. Incoerências que a ambiguidade da nova denominação já anunciava, pois o partido de vanguarda da classe operária nasceu sem que o movimento de libertação morresse: “A decisão de manter a sigla MPLA foi, sem dúvida, a que obteve mais ampla unanimidade. O ‘PT’ foi, por esse facto, uma concessão”.¹⁵⁹

Por sua vez, primeiro parágrafo dos Estatutos do MPLA-PT, aprovados naquele I Congresso, não só não escondia nada, como escancarava, à partida, a adoção copiosa de um modelo partidário, que parecia fadado ao alienigenismo. As mesmas questões levantadas à volta do surgimento do PCA retornavam, uma vez que Angola pós-1975 não era a Rússia pós-1917. Em Angola, os operários permaneciam longe de compor uma classe social, além do fato de sua existência ser demograficamente diminuta.¹⁶⁰

O MPLA-Partido do Trabalho é o partido de vanguarda da classe operária, que une numa aliança sólida os operários, os camponeses, os intelectuais revolucionários e outros trabalhadores dedicados à causa revolucionária do proletariado.¹⁶¹

Para, mais uma vez, citar Frantz Fanon, que alertara para o equívoco dessa opção artificiosa com mais de uma década de antecipação:

deve-se à presença do busto de Lênin, moldado em bronze, no centro da sala em que o congresso teve lugar. Ver, na imagem da página 74 do referido documento.

¹⁵⁹ TALI, Jean-Michel M. op. cit. p. 237.

¹⁶⁰ Em 1974-75, os trabalhadores operários nacionais, quase todos empregados na indústria transformadora, perfaziam apenas cerca de 6,8% da população angolana economicamente ativa. Ver FERREIRA, Manuel. **A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)**. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, 1999, p. 332.

¹⁶¹ “Programa e Estatutos do MPLA – Partido do Trabalho”, cit. NETO, Agostinho. **Tudo pelo povo: selecção de discursos do camarada presidente no período de 1962-1978**. Edições MINDEF, 1980, p. 1. Com a diferença apenas do nome do partido, a frase é a mesma que consta do primeiro artigo dos Estatutos do PCP. Uma prova de que o referencial programático deixou de provir do PCB, que ocorreu no tempo do PCA.

O grande erro, o vício congênito da maioria dos partidos políticos [nacionalistas] nas regiões subdesenvolvidas foi ter seguido o esquema clássico, dirigindo-se prioritariamente aos elementos mais conscientes: o proletariado das cidades, os artesões e os funcionários, isto é, uma parte ínfima da população, que não representa muito mais de um por cento.¹⁶²

O que, à primeira vista, parecia ser um feito progressista — a fundação de um partido de vanguarda operária, em sintonia com as mais altas aspirações das massas —, encerrava, ao contrário, uma atitude moralmente regressiva, ela sim, um resquício de complexos coloniais que as elites se propunham eliminar da conduta das massas camponesas. Por extensão, o mesmo se aplicava às esferas da atividade cultural e artística, incluída a literatura. Muito mais do que as figuras do intelectual e operário, o camponês raramente assumiu papel relevante na representação artística angolana pós-independência. Quando muito, a sua posição foi sempre de coadjuvante, ou mesmo de figurinista, relegado à mera geografia humana pitoresca e folclórica. A mesma irrelevância coube ao espaço rural, retratado como amorfo, no qual nenhum evento ficcional verdadeiramente importante tinha lugar. No mais das vezes, era encenado como espaço de trânsito por onde as personagens principais eventualmente se aventuravam.¹⁶³

¹⁶² FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. op. cit., p. 130. Na mesma linha, Iba D. Thiam e James Mulira firmam que: “[...] os partidos que se reivindicavam abertamente marxistas eram pouco numerosos: quando existiam, especialmente na África do Sul, na Argélia, no Egito, no Senegal e no Sudão, a sua influência era limitada por múltiplos fatores (fraqueza da classe operária, obstáculos das ideologias tradicionais, resistência das religiões. THAIM, Iba D. e MULINA, James Mulira. (com a colaboração de Christophe Wondji). “A África e os países socialistas”, in **História geral da África**. 2 ed., Trad. Luís H. P. Mendoza, São Paulo: Cortez, 2011, p. 969.

¹⁶³ “O que podemos perceber, até o momento, pelas obras realizadas no período [após a independência] e pelas poucas entrevistas obtidas, é que esses homens [intelectuais, artistas e governantes] tenderam a construir uma imagem congelada da tradição. Pode-se dizer que o tradicional foi aproximado do folclórico, no sentido de distanciamento do cotidiano, do vivido. O que, se não necessariamente representa um ataque aos costumes e tradições, certamente os desqualifica como maneiras de enxergar o mundo, tecer relações e atuar politicamente. Os filmes elaborados no período [o chamado “cinema socialista”], os documentários televisivos e as matérias jornalísticas assumiram um tom de confrontação entre o que seria o tradicional e o que seria o moderno. Os documentários para a televisão, mais baratos e afeitos às pretensões do regime, trataram dos povos pastores do centro-sul e dos pescadores do norte, como se vivessem num outro mundo, num outro tempo. **A Angola supostamente real aparecia nos filmes sobre o Carnaval e, sobretudo, na série de episódios sobre o operariado.**” BITTENCOURT, Marcelo. “Angola: tradição, modernidade e cultura política”, in REIS, Daniel Aarao (org.) et al., **Tradições e modernidades**. Rio de

Como os primeiros anos de experiência socialista acabaram por comprovar:

Embora se tivesse tentado organizar os camponeses em cooperativas mediante a nacionalização ou confisco das terras abandonadas pelos colonos [...], o papel dos camponeses no exercício do poder real foi nulo. Do mesmo modo, a designação dos operários como 'classe dirigente' do processo revolucionário foi um mito — considerando a proporção ocupada por esta classe nos órgãos de direcção [do Movimento-Partido].¹⁶⁴

Ocorre, no entanto, que a precariedade generalizada que presidia — e, de certo modo, ainda preside — à vida nas comunidades rurais estava longe de ser um equívoco de julgamento da burocracia do Partido Único. O obscurantismo, com suas nuances de analfabetismo, credence popular, redes de vassalagem e cumplicidade étnica, era um legado do passado longínquo (sociedades africanas tradicionais) e recente (colonialismo), com o qual Estado pós-independência se viu a braços. Neste sentido, como mantê-lo ou conciliá-lo com princípios de igualdade, justiça social e consciência de classe, que pressupunham horizontalidade e relações materiais, ao invés de privilégios e lealdade personalista?

Por consequência, o socialismo granjeou adeptos e cétricos na sociedade angolana de então. Os primeiros defendiam a necessidade de a Revolução seguir o seu curso a qualquer custo, o que se podia traduzir na continuidade do combate contra o “imperialismo” e seus “fantoques”¹⁶⁵ e na “proclamação contra fenómenos sociais e culturais considerados retrógrados – o racismo, o tribalismo, o regionalismo e

Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 143-44, negrito nosso. Não sem exceções, a mesma avaliação se aplica ao artesanato e às peças teatrais encenadas pelos principais grupos da época, como Tchinganje (1975-76), Xilenga-Teatro (1977/80), Grupo de Teatro da Faculdade de Medicina de Luanda (1984-87) e Elinga Teatro (1988). Tanto no cinema de cariz independente quanto na literatura, talvez as únicas verdadeiras exceções fossem as obras de Uanhenga Xitu e de Ruy Duarte de Carvalho, que, especialmente neste último caso, beneficiaram da alteridade etnológica e da autonomia relativa em relação ao campo do poder.

¹⁶⁴ TALI, Jean-Michel M. op. cit. p. 242.

¹⁶⁵ Qualificativo usado para se referir, pejorativamente, a FNLA e a União para a Independência Total de Angola (UNITA) — os outros movimentos beligerantes na guerra civil —, por causa das suas ligações com o regime do Apartheid, na África do Sul, e com os regimes norte-americano e zairense, respectivamente.

também o feiticismo etc. [...]”.¹⁶⁶ Para estes, era preciso o quanto antes empreender o salto qualitativo, o novo substituir o velho, e alcançar-se um estágio em que predominasse a ideologia científica das massas exploradas. Contudo, quando emergiram as divergências à luz do dia e a face repressora do novo poder deu-se a ver, o MPLA passou a ser encarado como um partido que representava a pequena-burguesia em ascensão, populista nas palavras e fascista nos atos, sem qualquer interesse, portanto, de realizar a democracia popular.¹⁶⁷ Em um rasgo de polêmica aberta com essas posições mais radicais e dogmáticas assumidas por certos Comitês de Ação, Agostinho Neto deixa claro que as ideias estrangeiras não se aplicavam em Angola tal qual na Europa:

Porque têm muito tempo para ler livros de autores revolucionários, conhecem muito de Lênine e de Marx, de Mao e de outros; repetem constantemente frases desses livros sem querer saber da realidade angolana. Às vezes mandam umas cartinhas para me convencerem das suas razões e de duas em duas linhas têm que citar uma frase de um grande revolucionário: ‘como disse fulano’, ‘como disse cicrano’, e o que fulano e cicrano disse tem de ser bíblia para nós.¹⁶⁸

Os céticos, por sua vez, viam no socialismo uma ideologia excludente, incompatível com as identidades culturais dos povos. A única utilidade que atribuíam à doutrina era a de servir de moeda de troca na relação com os países socialistas, de onde provinham a solidariedade e o apoio material de que o país muito carecia. Afinal, quem, em sã consciência, deixaria de estar em dia com as conquistas da modernidade socialista no que elas ofereciam de deleite material e prestígio social (um televisor a cores de marca TVC 388, um Lada Niva,¹⁶⁹ um ventilador Órbita ou mesmo um filho diplomado no Leste europeu etc.)? Afora isso: “O discurso marxista-leninista, mesmo sendo mais uma conveniente que uma prática realmente assumida, teve o

¹⁶⁶ Id. Ibid., op. cit., p. 161.

¹⁶⁷ Comité Amílcar Cabral (CAC) cit. TALI, Jean-Michel M. op. cit. p. 284.

¹⁶⁸ NETO, Agostinho. cit. Id. Ibid., p. 85.

¹⁶⁹ Também chamado de “Land Rover Comunista”, o Lada Niva é um carro de origem soviética e que foi exportado para os países com intensa relação comercial com a URSS, dentre eles Angola.

efeito de espantinho” em diversos setores da sociedade angolana, até nos mais moderados, próximos do MPLA.¹⁷⁰

O rebaixamento era mútuo e a coexistência inevitável. Porque incompatíveis com as ideias mais avançadas do tempo, as idiosincrasias nacionais eram simplesmente sinónimo de inferioridade civilizacional. Porque não aludiam diretamente à experiência local, aquelas ideias é que seriam estranhas e inferiores, mais ou menos imprestáveis, sobretudo quando tomadas ao pé da letra. Visto pelos adeptos, os cétricos não passavam de anacrónicos, presos ao atraso. Invertido o olhar, os adeptos e entusiastas eram alienados, desligados das determinações objetivas de seu tempo e espaço.

Num artigo recentemente publicado — “O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista” (2016) —, Nuno Vidal lembra que o mal-estar, em sede do qual adeptos e cétricos consideravam a experiência local equidistante das ideias estrangeiras, foi também vivida no interior da própria nomenclatura. As posições assumidas por uns e outros enformavam alas que se confrontavam pela hegemonia interna no Partido-Estado. Embora sua gênese possa ser localizada desde antes mesmo de 1975, foi apenas no pós-independência que os antagonismos, reflexo de contradições objetivas, se acirraram, deixando entrever visões de mundo forjadas em clivagens étnicas e de origem social. Afirmando uma clara intransigência em relação aos preceitos socialistas, a ala “progressista-socialista”, cujos membros mais proeminentes eram Lúcio Lara, Carlos Dilolwa, Iko Carreira e António Jacinto, defendia

um sistema determinado por critérios ideológicos-revolucionários progressista-internacionalista, onde as posições estratégicas de topo do partido/Estado deveriam ser ocupadas por uma vanguarda versada na teórica marxista-leninista, empenhada na construção do Socialismo.¹⁷¹

¹⁷⁰ Id. Ibid., p. 243.

¹⁷¹ VIDAL, Nuno. “O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista”, op. cit. p. 819.

Em oposição, a ala “pragmática-nacionalista”, em que pontificavam Agostinho Mendes de Carvalho, Domingos Paiva da Silva, Manuel Pedro Pacavira e Imperial Santana, nutria um profundo descrédito pelas políticas de coletivização da terra (a propriedade étnica por excelência) e advogava

um sistema de liderança ‘nacionalista’ que respeitasse o peso demográfico de cada segmento da elite [...] do MPLA, mediante o qual, ainda que menos assimilados, do interior e genericamente menos versados em teoria marxista-leninista, poderiam finalmente atingir a primazia política.¹⁷²

Também no plano da gestão econômica, as contradições não eram menos viscerais e contundentes. Em um dos raros estudos sobre a indústria em Angola, amplamente assente em fontes primárias (mais de uma centena de decretos, despachos e resoluções; dezenas de relatórios, programas e outros documentos oficiais; dezenas de pareceres elaborados por diversas instituições estatais etc.), Ennes Ferreira chega a conclusão, antes aventada mas nunca demonstrada por A+B, que

na encruzilhada da política, da economia e da ideologia, a estratégia da industrialização por substituição de importações aplicada em Angola teve o paradoxal (mas não inesperado) resultado de desembocar exatamente no seu inverso: ou seja, numa política de facto de promoção de importações.¹⁷³

Isto é, uma economia planificada e centralizada, baseada no intervencionismo estatal de inspiração soviética, acabou funcionando como uma economia de mercado, alimentando o sistema mundial de mercadorias. É como se a economia angolana tivesse ido ao encontro do precipício que a todo o custo procura distanciar-se. As razões dessa “ironia trágica”¹⁷⁴ são mais ou menos conhecidas. Desde logo, elas estavam visivelmente sedimentadas na Lei Constitucional de 1975. Se, por um lado, postulava que “A República Popular de Angola promoverá a

¹⁷² Id. Ibid., p. 819.

¹⁷³ TORRES, Adelino, “Prefácio”, in FERREIRA, Manuel Ennes. **A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)**. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, 1999, p. XXXVI.

¹⁷⁴ Id. Ibid., p. 18.

instauração de relações sociais justas em todos os sectores da produção, impulsionando e desenvolvendo o sector público e fomentando as formas cooperativas”,¹⁷⁵ por outro, constava que “A República Popular de Angola reconhece, protege e garante as actividades e a propriedade privadas, mesmo de estrangeiros, desde que úteis à economia do país e aos interesses do Povo Angolano”.¹⁷⁶ Ao citar os dois Artigos, Manuel Ennes Ferreira comenta:

Esta ambiguidade, senão mesmo contrassenso, quanto ao apoio e papel do sector privado, será uma constante não apenas destes anos iniciais mas permanecerá praticamente até o final do período analisado neste trabalho [1975-91].¹⁷⁷

No entanto, a ambiguidade antecedia à lei, na medida em que era o reflexo do impasse intrínseco à condição do país: ao mesmo tempo autodeterminado e dependente. Embora planificada e orientada para o fomento da agricultura, a economia angolana continuava atrelada, em mais de 75% de suas fontes de financiamento, ao setor petrolífero, cujo controle, quer em termos de produção quer de consumo, sempre esteve nas mãos dos “países capitalistas”, através de suas multinacionais. Simplificando um pouco, podemos dizer que o projeto de socialismo, em Angola, era financiado pelo capitalismo internacional. A esse propósito, Solival Menezes afirma:

Não obstante a opção dos dirigentes do MPLA pelo ‘socialismo’, desde cedo a economia angolana se mostrou dependente de um grande volume de recursos (para financiar a organização inicial do país, sustentar suas atividades bélicas e recolocar Angola no caminho do desenvolvimento) que não podia provir — pela sua própria magnitude — da ‘cooperação socialista’. [...] O ‘enclave do petróleo’ (assim como os demais ‘enclaves’, embora parciais, como os hotéis) permitiu a existência de empresas ocidentais capitalistas operando inteiramente alheias ao Estado angolano, em que pese serem tributárias do governo mediante a transferência de parte de suas receitas.¹⁷⁸

¹⁷⁵ “Lei Constitucional” (Art. 9º), in **Diário da República**, n. 31, 1ª série, de 1978, p. 10.

¹⁷⁶ Id. *ibid.* (Art. 10º), p. 10.

¹⁷⁷ FERREIRA, Manuel Ennes. **A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)**. op. cit., p. 337.

¹⁷⁸ MENEZES, Solival. **Mama Angola. Sociedade e economia de um país nascente**. op. cit., p. 209-210. De acordo com o autor, as evidências históricas indicam que

Gillian Guun apelidou essa dança das cadeiras de “angolan paradox”, uma contradição a que estiveram sujeitos os “regimes afro-marxistas” do terceiro mundo.¹⁷⁹ Retomando a expressão como título e objeto de estudo de sua tese de doutorado, José Nunes Pereira aponta que

Angola viveu, durante cerca de década e meia, um paradoxo que pode ser resumido, para uma rápida apreensão, da seguinte forma: a sua economia dependeu, desde o tempo colonial, sobretudo o mais recente, do Ocidente, tanto em termos de mercado quando de investimentos e tecnologia; seu principal produto, o petróleo (nunca inferior a 80% na aquisição de divisas no período pós-independência — actualmente mais de 97%) tinha, e tem, nos Estados Unidos de América, o seu maior comprador e investidor, através de petrolíferas americanas como a Chevron, Texaco e outras, incluindo europeias.

Em contraste com esta realidade, o modelo de Estado e partido único escolhidos pouco depois da independência (1977) foi marxista-leninista. Mais paradoxal ainda: a aliança política-militar que Angola estabeleceu então (herança quase inexorável do período de luta armada pela independência) foi com o bloco socialista, mais especificamente, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Cuba.¹⁸⁰

Os desajustes na materialização da política externa tiveram fundamentação no discurso oficial, que veiculava, com desdobramento formidável, uma coisa e seu contrário à luz do dia. Numa alocução pública, já acima citado, com que encerra a 2ª Conferência Nacional dos Trabalhadores Angolanos, ocorrida a 18 de outubro de 1976, Agostinho Neto reconhece, com suficiente clarividência, a inevitabilidade da continuidade da presença norte-americana em Angola, mormente através da Gulf Oil Company, multinacional que então detinha o monopólio da extração de petróleo nos mares de Cabinda, sem, em seguida, deixar de insistir na socialização dos meios de produção contra os monopólios capitalistas estrangeiros.

“Esses mercados [...] praticamente nasceram com a independência política e a instauração do ‘socialismo’, em 1975 [...]” Id. *ibid.*, p. 270.

¹⁷⁹ GUNN, Gillian. “The angolan economy: a history of contradictions”, in KELLER, E. e ROTHCHILD, D. (ed.). **Afro-marxist regimes: ideology and public policy**. Bould: Lynne Rienner, 1987, p. 112.

¹⁸⁰ PEREIRA, José Nunes. **O paradoxo angolano: uma política externa em contexto de crise (1975-994)**. Luanda: Kilombelombe, 2015, p. 45.

Podemos dizer que somos completamente independentes quando é a Cabinda Gulf Oil quem explora os petróleos de Cabinda? Evidentemente que não. Chegámos à verdadeira independência política mas não à verdadeira independência económica [...]. Podemos resolver este problema por decreto? Podemos resolver isto com um editorial inflamado dizendo que os patrões não engordem com o suor dos trabalhadores? Evidentemente que não. O petróleo de Cabinda extrai-se por meio de uma tecnologia avançada. Temos nós essa tecnologia avançada? Não! Possuem essa tecnologia os países que são nossos amigos e aqueles que mais nos ajudam? Também não. [...]

Quando nós vemos aqui a companhia Gulf Oil — será que ela ganhará alguns lucros aqui em Angola? Claro que sim. Engorda com suor dos nossos trabalhadores e as nossas riquezas? Sim. Poderemos rejeitar esta situação? Claro que não.

[...] Paralisar, agora, a produção de petróleo seria trazer, contra nós. Contra o povo angolano, privações desnecessárias.

[...]

Nós não queremos enganar a ninguém. Não queremos enganar os monopólios estrangeiros, capitalistas, esconder que vamos seguir o caminho da socialização os nossos meios de produção, das finanças, do comércio, dos serviços, que tudo o que nós possamos socializar e o mais rapidamente possível.¹⁸¹

A consciência aguda da permanência em situação de dependência económica, sobretudo financeira e tecnológica, não desmanchava nem serenava as pretensões socializantes, por mais inexecutáveis que estas fossem. Ou melhor, era possível opor-se ao imperialismo norte-americano e sustentar o Produto Interno Bruto (PIB) nacional com suas notas verdes. Da mesma maneira que aquele imperialismo, que não reconhecia a independência proclamada a 11 de novembro de 1975 e apoiava um dos principais movimentos rivais, a FNLA (um dos “lacaio do imperialismo”, como também era fartamente designada a UNITA), não derogou os contratos de concessões industriais com os “comunistas”.¹⁸²

Tudo se resumia na chamada “política de não-alinhamento”, em cuja lógica não se via qualquer contradição em serem as mãos que

¹⁸¹ NETO, Agostinho. “Sobre a criação das bases materiais e técnicas do socialismo. Extractos do discurso de encerramento da 2.ª Conferência Nacional dos Trabalhadores Angolanos (18 de outubro de 1976)”, op. cit., p. 149.

¹⁸² Qualquer semelhança com a(s) Venezuela(s) de Hugo Chavez e Nicolás Maduro não é mera coincidência.

colocavam pedras nos alicerces da revolução socialista mundial¹⁸³ aquelas que assinavam os acordos de cooperação com “o inimigo principal”,¹⁸⁴ desde que houvesse vantagens de parte a parte:

[...] temos favorecido todas as ligações que nos possam conduzir a uma normal relação com qualquer país do Mundo. De resto isto é uma orientação prática da nossa orientação política de não-alinhamento, política de estabelecimento de laços de cooperação com todos os países, seja qual for o seu sistema político.

Três meses depois, dirigindo-se as massas populares no bairro Golfe, em Luanda, Agostinho Neto reafirma:

Nós continuamos a ser aliados leais e honestos em relação aos países que nos ajudaram durante a luta. Mas isso não quer dizer que não procuramos a cooperação doutros países, mesmo que tenham regimes diferentes, para que o nosso desenvolvimento se faça de uma maneira, talvez, mais rápida, talvez com mais eficácia. E, estamos seguindo esta política.

Vamos continuar a aplicar, activamente, a política de não-alinhamento, a política de cooperação com todos os países, desde que haja vantagens iguais.¹⁸⁵

Ainda de acordo com Ennes Ferreira, não só inexistiam, no tecido económico angolano, as condições necessárias à adoção da estratégia de industrialização por substituição de importações, “como, sobretudo, foram inconscientes e inadequadas as medidas tomadas para promover os objectivos dessa industrialização”.¹⁸⁶ Ignorou-se, por exemplo, que os pressupostos do comércio internacional haviam sido substancialmente alterados e que a correlação de forças no quadro da bipolarização do

¹⁸³ Antes o sujeito poético netiano diria: “As minhas mãos colocaram pedras/ nos alicerces do mundo/ mereço meu pedaço de pão.” NETO, Agostinho. “Confiança”, in **Sagrada esperança**. Luanda: UEA, 1994, p. 51.

¹⁸⁴ “[...] diremos que o inimigo é o colonialismo, o sistema colonial, é ainda o imperialismo, que sustenta o primeiro, sendo até o inimigo principal.” NETO, Agostinho. “Quem é o inimigo? Qual é o seu carácter?”, in **Tudo pelo povo: selecção de discursos do camarada presidente no período de 1962-1978**. op. cit., p. 93.

¹⁸⁵ NETO, Agostinho. “‘É em torno da defesa dos interesses das classes trabalhadora, que forjaremos a unidade no seio do partido.’ Discurso proferido pelo camarada Dr. Agostinho Neto, no Bairro Golfe. 17/12/78”, in **Discursos**. Luanda: MPLA-DEPPI, 1980, p. 40.

¹⁸⁶ TORRES, Adelino. “Prefácio”, op. cit., p. XXXIV. Um dos muitos méritos do estudo de Manuel Ennes Ferreira, segundo Adelino Torres, consiste em mostrar que a política de industrialização em Angola foi posta em prática sem relação com uma política orçamental, monetária, financeira, cambial, de preços ou fiscal, que lhe desse ao menos alguma coerência.

mundo já não era a mesma, razão pela qual a referida política industrial viria a ser, anos atrás, abandonada pelos países da América Latina¹⁸⁷. As consequências negativas desse quadro foram sentidas com maior impacto nos centros urbanos devida à dependência dos produtos importados (de acesso escasso) e da circulação do dinheiro. Com a proliferação de mercados paralelos pelas cidades (também designados genérica e indistintamente, no vocabulário da época, por “mercado negro”), a norma foi obrigada a conviver com a transgressão, o legal com o ilegal, o oficial com o paralelo:

Ao lado do ‘sistema oficial’, funcionava, praticamente desde os primeiros dias de libertação, um ‘mercado paralelo’ (chamado no país de *kandongá*) de bens, serviços e câmbio, possuindo dinâmica própria e inteiramente ignorado (oficialmente) pelas autoridades do governo. Esse ‘mercado paralelo’, ao longo do tempo, possibilitou o aparecimento de uma ‘elite econômica’ que logo se aliaria à ‘burocracia estatal’, formando a classe dos ‘empresários angolanos’ (fornecedores ou intermediários das compras do governo, assim denominados já no período de transição para a ‘economia de mercado’), com modo de vida bastante distinto do restante da população.¹⁸⁸

Como se constata, as contradições estavam em todas as esferas da vida social, incluídas aquelas encaradas como exclusivamente privadas. Em última análise, a realidade impunha-se acima de convicções e polémicas, sem, no entanto, negá-las a existência. O nervo dela estava justamente no funcionamento conflitante das partes coexistentes. No funcionalismo público, por exemplo, o procedimento administrativo, fundado na despersonalização do relacionamento e no carácter universal da norma, convivia, alegre e absurdamente, com a *cunha* parental e a predileção étnica,¹⁸⁹ do mesmo modo que o *mujimbo*

¹⁸⁷ Ver, dentre outros, OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

¹⁸⁸ MENEZES, Solival. **Mama Angola. Sociedade e economia de um país nascente**. op. cit., p. 217.

¹⁸⁹ Em uma lista contendo treze exemplos de “oportunismo”, publicada em 1976, de autoria de Brito Júnior, essa contradição ocupa o primeiro lugar: “HOJE em dia ouve-se falar muito em **oportunismo**, uma palavra que está em voga. Um cidadão é apodado de oportunista por tudo e por nada. Existem oportunistas? Claro que sim e em abundância. É que muito indivíduos apodam outros de oportunistas quando eles próprios, pelas atitudes que tomam, estão mesmo a mostrar o seu reles oportunismo. Mas o que quer dizer oportunismo? Vamos dar alguns exemplos elucidativos: 1 – Um camarada ocupa um lugar importante, com poder de mando, na vida político-militar-

corria de mãos dadas com a informação oficial, isso quando não a antecipava em dias. Não era incomum o caso do membro da nomenclatura que, sendo um fervoroso defensor das *condições objetivas*, frequentasse quimbandas ou recorresse, em situação de desvantagem ou mesmo em vista de dividendos de qualquer natureza, à retórica da *authenticité* negro-africana.¹⁹⁰ No campo da fé e da consciência religiosa, era possível ser ateu materialista sem deixar de ser católico inconfesso e crer nos espíritos dos antepassados.

Volvidas quase três décadas do fim do Partido Único, o momento socialista angolano não é questão pacífica. Há quem ainda questiona se o regime monopartidário fora mesmo socialista, não faltando, porventura em número menor, quem afirma em alto e bom som tê-lo sido. Tratou-se, sugerem os primeiros, de uma estratégia de poder pura e simples, enquanto, para os segundos, de um socialismo igualmente possível, como aqueles do Leste europeu, da China maoísta ou de Cuba castrista. De sorte que, embora variando a percepção de suas funções, ninguém se finge de avestruz e nega que as ideias estrangeiras circularam em solo pátrio.

É evidente que, vista apenas à luz da teoria, a destreza prática de Neto esteve bastante aquém do pragmatismo de Lênin¹⁹¹, do mesmo

governativa do País. Aproveitando-se disso, beneficia os membros da sua parentela, do seu círculo de amigos, colocando-os, com a sua influência, em postos de trabalho bem remunerados, para os quais, muitas vezes, não possuem qualificação. **Isto é oportunismo.**” BRITO JÚNIOR, M. M. de. “O oportunismo”, in **Semanário angolense**, n. 91, Luanda, set. 1976, p. 36, negrito do autor.

¹⁹⁰ Por mais intrigante que possa parecer, a inspiração desse discurso não era Negritude, e sim o movimento de retorno às origens africanas lançado no princípio da década de 1970 pelo ditador zaireense Mobutu Sese Seko, quase sempre referido pelo regime angolano em termos abomináveis (absolutista retrógado, bárbaro, além de “agente do imperialismo norte-americano em África”). Em 1971, Mobutu chegou a mudar o nome do país (de Congo para Zaire) e seu próprio (antes Joseph-Désiré Mobutu para Mobutu Sese Seko Kuku Ngbendu Wa Za Banga).

¹⁹¹ Na mesma perspectiva, outras aproximações revelam-se temerárias, como, por exemplo, a de que “de la même manière que Vladimir I. Lénine avait utilisé comme instrument politique la violence de la société capitaliste, de la Russie d’avant 1917, Agostinho Neto va aussi se servir du sentiment de révolte et des soupçons des ouvriers et paysans par rapport aux intellectuels, vite associés à la petite-bourgeoisie (peut-être une façon actualisée de dire ‘assimilé’, occidentalisé, aliéné) c’est-à-dire éloignés de

modo que o *tamodismo*¹⁹² de Nito Alves¹⁹³ jamais rivalizou com as extravagâncias utopistas de Bukhárin. O mesmo valeria para Viriato da Cruz, que, certamente, não foi o Plekhánov angolano. Digamos, então, que, em Angola, o socialismo deu (e dá) a impressão de ter estado (estar) duplamente fora do lugar: primeiro, em relação a doutrina científica de Marx e Engels, e, segundo, em relação ao campo do socialismo realmente existente, no qual buscava encontrar o manual de instrução, qualquer que fosse a variante ideológica e correspondente opção de alinhamento.

Essa espécie de desajuste ao quadrado, gerando o que podemos chamar, parafraseando Roberto Schwarz, de uma *comédia ideológica à angolana*,¹⁹⁴ era, no entanto, uma existência objetiva, ou melhor, um *fato social*¹⁹⁵ nacional com raízes e implicações internacionais. Não era marca de atraso *de per si*, resultante única e exclusivamente do livre-arbítrio de quem importou as ideias estrangeiras ou de quem as tentava macaquear, e sim parte integrante da reprodução contraditória da ordem

l'africanité, pour couper court à leur action comme intellectuels dans le parti révolutionnaire e la société." PESTANA, Nelson. **L'Etat en Angola: pratiques et discours**. op. cit., p. 195.

¹⁹² O neologismo, recorrente na gíria luandense, refere-se aos escandalosos desajustes linguísticos do protagonista de **Mestre Tamoda** (1974), de Uanhenga Xitu.

¹⁹³ Bernardo Alves Batista (1945-1977) foi um dirigente do MPLA que se destacou, primeiro, como guerrilheiro na 1ª Região Político-Militar (ao norte de Luanda) nos últimos anos da luta armada de libertação e, logo após à independência, como um dos líderes da campanha contra as diferentes correntes autônomas da extrema esquerda angolana. Sua relação com o PCUS e a admiração que manifestava pelo socialismo soviético fizeram com que desejasse que o MPLA fosse, de certa forma, uma cópia do Partido Bolchevique, o que encontrou forte resistência por parte doutras tendências ideológicas de dentro, resultando numa crise interna sem precedentes, que ganhou as ruas com confrontos armados a 27 de maio de 1977 e que, durante pouco mais de um ano, saldou milhares de desaparecidos, dentre os quais o próprio Nito Alves. Ver TALI, Jean-Michel M. op. cit. p. 181-224.

¹⁹⁴ SCHWARZ, Roberto. "As idéias fora do lugar", op. cit. p. 151.

¹⁹⁵ Vale lembrar que, para um dos pais fundadores da sociologia científica, os fatos aos quais cabe "atribuir e reservar a qualificação de *sociais* [...] consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, e dotados de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõem. Por conseguinte, não podem confundir-se com os fenómenos orgânicos, visto que consistem em representações e em ações; nem com fenómenos psíquicos, que não têm existência senão na consciência individual, e devido a ela. [...] poderia crer-se [...] que só há factos sociais onde houver organização definida. Mas há outros factos que, sem apresentar estas formas cristalizadas, têm a mesma objectividade e o mesmo ascendente sobre o indivíduo. São as chamadas correntes sociais." DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9 ed., Trad. Eduardo Lúcio Nogueira, Editorial Presença, 2004, p. 39-40.

mundial desde a expansão colonialista da empresa mercantil europeia até a Guerra Fria. Mesmo sem querer e não sabendo, ela não teve apenas lição a receber, como facilmente se suporia, mas também a dar, mostrando o quanto de perverso há no progresso, sobretudo quando é da periferia do mundo que se cuida.

Assim, para efeito de nossos propósitos, pouco importa ter ou não certeza de que Neto foi um verdadeiro marxista, ou um impostor que utilizou a ideologia do proletariado como capa de seus desatinos autocráticos¹⁹⁶. Tão pouco é caso de dar como provado que houve a intensão de adotar o socialismo como “ornamento da massa”, para falar com Siegfried Kracauer.¹⁹⁷ Ou, ainda, não se trata de confirmar ou infirmar que a hegemonia do MPLA foi “moulée dans une idéologie dont le décor est le marxisme-leninisme, [quando, na realidade, o poder que dela surgiu] emprunte à l'autoritarisme colonial ses principales méthodes e institutions”.¹⁹⁸

A despeito dessas e outras questões controversas, que exigem pesquisa histórica específica, com verificação empírica em profundidade, o que importa constatar é que o socialismo foi um horizonte emancipatório que ganhou generalidade ambígua na sociedade angolana pós-independência, sem, no entanto, deixar de participar, ao lado dos códigos das culturas africana e portuguesa, na constituição da identidade nacional. A aliança operariado-camponato, simbolicamente sacralizada pela presença da roda dentada e da catana na Bandeira Nacional, bem como o internacionalismo progressista, ainda hoje glosado pela Letra do Hino Nacional (“Angola Avante!”),¹⁹⁹ de coautoria

¹⁹⁶ É o que se procura demonstrar numa exposição de pouco mais 800 páginas, baseada, fundamentalmente, nos arquivos da PIDE/DGS, em PACHECO, Carlos. **Agostinho Neto, o perfil de um ditador. A história do MPLA em carne viva**. Lisboa: Veja, 2016, vol. 2. Neste sentido, a tese de Pacheco polemiza, dentre outras, com a apresentada em CARREIRA, Iko. **O pensamento estratégico de Agostinho Neto**. Lisboa: Dom Quixote, 1996.

¹⁹⁷ KRACAUER, Siegfried. **O ornamento da massa: ensaios**. Trad. Carlos Eduardo Machado e Marlene Holzhausen, São Paulo: Cosac Naify, 2009.

¹⁹⁸ PESTANA, Nelson. **L'Etat en Angola: pratiques et discours**. op. cit., p. 193.

¹⁹⁹ “Marchemos combatentes angolanos/ Solidários com os Povos oprimidos/ Orgulhosos lutaremos pela Paz/ Com as forças Progressistas do mundo [...]” “Hino

do próprio Manuel Rui Monteiro, provam a contribuição das ideias estrangeiras na formação do Estado-nacional. A soberania popular em vista da “construção da Sociedade Socialista”, constante como princípio fundamental a partir da revisão de 7 de janeiro de 1978 da Lei Constitucional,²⁰⁰ é outro exemplo incontestável. Também no plano da experiência local imediata, o socialismo ficou gravado na toponímia, mormente da capital (Rua Friedrich Engels, Avs. Ho-Chi Min e Revolução de Outubro, Largo Lénine, Cine Karl Marx, etc.), no nome civil e de guerra dos indivíduos (Natacha, Ivan, Vladimir²⁰¹, Valódia, Bakalof, Petroff, Matrosse, etc.), nas composições da música popular urbana da época²⁰² e nas artes visuais, de que o pouco que restou são as emblemáticas pinturas murais nas paredes do Hospital Militar de Luanda dirigidas pela artista plástica Teresa da Gama²⁰³. Para mais, o socialismo esteve em praça pública: na confraternização das comadres e no *parlapié*²⁰⁴ dos vizinhos, sob modalidades múltiplas e imprevistas.

A linguagem falada em Luanda nos anos 80 (e desde a independência) está recorrentemente marcada por um léxico político partidário. A vivência ideologizada moldou-a por *tiques* de cartilha. Desde o princípio, porém, o desencanto e a degradação que sempre lhe segue trouxeram ao quotidiano

Nacional – ‘Angola Avante!’”, in **Constituição da República de Angola**. Luanda: Plural Editores, 2010, p. 74.

²⁰⁰ “Lei Constitucional” (Art. 2º), op. cit., p. 9.

²⁰¹ A esse propósito, é provável que haja quem, tendo nascido na década de 1980, se chamasse “Vladimir Bragança Chitumba”. Não existiria, provavelmente, melhor exemplo de condensação das camadas da formação nacional angolana.

²⁰² Ver MORMANN, Marissa J. **Intonations: a social history of music and nation in Luanda, Angola. From 1945 to recent times**. Ohio: Ohio University Press, 2008.

²⁰³ Refletindo sobre o rarefeito engajamento político-ideológico das artes no final da década de 1970, Henrique Abranches diz: “Estão os intelectuais e artistas eruditos (passa o termo) engajados no mesmo estilo de trabalho [revolucionário levado a efeito no dia-a-dia pelas massas populares]? Se exceptuarmos nobres criações que não desmentem o conteúdo revolucionário do nosso processo cultural, como as pinturas murais especialmente as das paredes do Hospital Militar que foram dirigidas pela artista Teresa da Gama a que ficamos a dever uma vitória no domínio da cultura como a de uma guerra popular, certas cenas do excelente ballet da peça ‘História de Angola’, certos dramas dos grupos de teatro que actuam na capital, certamente algumas outras realizações que desconhecemos ainda, se excluirmos estas raras realizações de uma cultura já científica e já inspirada da expressão cultural popular, o que nos fica, capaz de participar activamente na formação das massas?” ABRANCHES, Henrique. “Encorajar a linha justa instituindo uma cultura ao serviço do povo”, in **África – literatura, arte e cultura**, v. 1, n. 3, ano I, Lisboa: África Editora, jul., 1978, p. 47.

²⁰⁴ Conversa.

pós-independência uma corrosiva ironia, a par de uma subtil desestruturação da tecelagem partidária, ironicamente metaforizada nos mercados paralelos.²⁰⁵

Quer dizer, sem querer ficar atrás, a linguagem popular adotou

os conceitos e jargões marxistas, quanto utilizados a torto e a direto, mesmo que inapropriadamente, para dar maior autoridade às assertivas. Frequentemente, transferia-se analogicamente um termo político de seu sentido estrito para o vocabulário cotidiano sentido analogicamente lato. [...] Ironizava-se a excessiva repetição das palavras de ordem revolucionária, muitas vezes de forma imprópria e fora do contexto, nas situações mais prosaicas do cotidiano, inclusive para justificar quaisquer reivindicações. A excessiva utilização desses slogans repetição esvaziava a sua força política.²⁰⁶

Foi, portanto, dessa Caixa de Pandora que as melhores penas da literatura angolana, em especial Manuel Rui, cataram a matéria-prima de sua ficção, reiterando o deslocamento das ideias estrangeiras em nível da forma literária, o que os colocou em dia com a complexidade objetiva da experiência social em apreço.

²⁰⁵ SOARES, Francisco. **Notícia da literatura angolana**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, p. 278-79.

²⁰⁶ CARVALHO FILHO, Sílvio de Almeida. **Angola: nação e literatura (1975-1985)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994, p. 258.

Capítulo 2. Acumulação crítica

...a história das obras prepara a sua crítica e, em consequência, a distância histórica aumenta o seu poder.

Walter Benjamin²⁰⁷

2.1. “uma quase pequena obra-prima”

Quem me dera ser onda marca, sem dúvida, um momento de viragem tanto no percurso de seu autor, que à época já contava com uma produção diversificada e substantiva,²⁰⁸ quanto no panorama da ficção angolana pós-independência. É a primeira narrativa — mesmo sem esquecer o conto “Na m’banza do Miranda” (1984),²⁰⁹ de Arnaldo Santos, e o romance **Os anões e os mendigos** (1984), de Manuel dos Santos Lima, ambos publicados ainda antes do fim da primeira metade da década de 1980²¹⁰ — que aborda, no plano do assunto, mas

²⁰⁷ BENJAMIN, Walter. “As afinidades eletivas de Goethe”, in **Ensaios reunidos: escritos sobre Goethe**. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2009, p. 13.

²⁰⁸ Até a publicação de **Quem me dera ser onda**, Manuel Rui era já autor de nove livros de poesia (**Poesia sem notícias**, 1967, **A onda**, 1973, **11 poemas em novembro**, 1976-81,84, e **Agricultura** (1978), além de poemas publicados em revistas e suplementos literários, tais como **Vértice**, **Mensagem** (da Casa dos Estudantes do Império – CEI), **Planalto** e **República**; dois livros infanto-juvenis (**A caixa**, 1977 e **Assalto**, 1981); dois livros de contos (**Regresso adiado**, 1973 e **Sim camarada!**, 1977); uma novela (**Memória de mar**, 1980); bem como variadas crónicas, textos de opinião e ensaios dispersos, publicados em Angola e no estrangeiro.

²⁰⁹ SANTOS, Arnaldo. “Na m’banza do Miranda”, in **Na m’banza do Miranda**. Luanda: INALD, 1984, p. 10-26.

²¹⁰ Com o 2^a Congresso Ordinário do MPLA-PT, realizado em dezembro de 1985, dá-se um conjunto de reformas que concorrem para certa abertura política e económica, a qual viria a concretizar-se com o programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), 1988. É a partir desse acontecimento que se passa a reconhecer abertamente a má administração, a corrupção e a indisciplina como obstáculos tão graves quanto a guerra civil à edificação de uma sociedade socialista. Ver, por exemplo, ROCHA, Manuel Alves. “As políticas económicas em Angola desde a independência”, in **As transformações económicas estruturais na África subsaariana**. Luanda: Mayamba / CEIC-UCAN, 2013, p. 135-58. Daí a mencionada data ser um momento a ter-se em conta, inclusive no que concerne a possibilidade de um maior exercício da liberdade artística.

sobretudo da forma, os desacertos advindos da tentativa de concretização dos ideais socialistas no quadro da nação ora libertada do jugo colonial português.

Por razões ligadas direta e indiretamente a esse ineditismo, é bem provável que **Quem me dera ser onda** seja, ainda hoje, o livro da literatura nacional — para não falar das Letras angolanas, em geral — que detém o maior número de recordes: mais lido e comentado, mais reeditado e traduzido (inclusive para algumas das línguas nacionais ou étnicas²¹¹), com o maior número de tiragens,²¹² mais adaptado para o teatro e para a televisão.²¹³ E se tudo isso não bastasse, note-se ainda que, à exceção de **Sagrada esperança** (1941), de Agostinho Neto, é a única obra cujo título nomeia um concurso literário de abrangência nacional, o Concurso Infanto-Juvenil ‘Quem Me Dera Ser Onda’, promovido pela UEA, desde 2009.²¹⁴

Não por acaso, e ainda que emitidas em diferentes lugares e tempos e formuladas sob perspectivas de análise distintas, as opiniões convergem a propósito. Escrevendo quatro anos depois da publicação do livro, Manuel Ferreira, o desbravador das literaturas africanas de língua portuguesa, afirma que **Quem me dera ser onda** preenche os requisitos de “uma quase pequena obra-prima da narrativa africana

²¹¹ Ver, por exemplo, a edição bilingue umbundo-português: RUI, Manuel. **Nda nda kaile ekimba / Quem me dera ser onda**. Luanda: Nzila, 2000. A tradução esteve a cargo do conhecido filósofo, político e homem de cultura Jaka Jamba.

²¹² Testemunhos orais atestam que a segunda edição do livro esgotou em menos de 4 meses. Infelizmente, não havia (e continua a não haver) em Angola registros editoriais fiáveis.

²¹³ “É raro o angolano alfabetizado que não tenha ao menos ouvido falar do autor e de sua obra, traduzida em línguas nacionais e outras ocidentais, também foi adaptada para o teatro e para a televisão. Nestes 30 anos, já atingiu a marca 200 mil exemplares, o que é um verdadeiro feito para o contexto angolano!” MURARO, Andrea. **Luanda: entre camaradas e mujimbos**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012, p. 10. Ver, também, CAMPOS, Graça. “Cinquenta e sete perguntas ao homem, ao jurista e ao escritor. Entrevista”, in **Semanário angolense**, ano 5, n. 272, jul. 2008, p. 16-24.

²¹⁴ Trata-se de um concurso destinado aos estudantes dos 13 aos 17 anos de idade, com o objetivo de incentivar a prática da escrita criativa no seio da camada adolescente.

actual”.²¹⁵ Razão pela qual seu estatuto nacional equivale ao de **Vozes anoitecidas** (1986), de Mia Couto, na literatura moçambicana, e **Xaguate** (1987), de Teixeira de Sousa, na literatura cabo-verdiana.²¹⁶ Para Inge Zeedijk, a novela inscreve-se na linha de sucessão da tradição da prosa realista angolana anterior à independência, de que destacam **Terra morta** (1949), romance que inaugura a chamada “Trilogia do Camaxilo”, de Castro Soromenho, e **Luuanda** (1963), de Luandino Vieira.²¹⁷ Com sua publicação, abre-se, portanto, uma nova fase, “une phase plus mûre”, em que a literatura da jovem nação “a comencé à exercer um nouvelle fonction”.²¹⁸

Nas palavras de um poeta e crítico, que reitera a precedência da mencionada tradição da prosa realista angolana, incluindo **Nga mutúri** (1882), de Alfredo Troni, e **O segredo da morta** (1934), de António de Assis Júnior, a transição temática operada pela narrativa de Manuel Rui coloca “le problème de l’opposition entre l’*utopia* — représentée par un projet politique concret qui est marqué par le volontarisme et le dogme populiste — et la *réalité*, inscrite dans espace social donné.”²¹⁹ Por sua vez, Russel Hamilton, o decano dos especialistas norte-americanos das literaturas africanas de língua portuguesa, considera o livro um precursor

²¹⁵ FERREIRA, Manuel. “Recensão crítica a ‘Cinco vezes onze poemas em novembro’, de Manuel Rui”, in **Revista Colóquio/Letras**. Recensões críticas, n. 89, Lisboa, jan. 1986, p. 118.

²¹⁶ Idem. “Recensão crítica a ‘Capitão de Mar e Terra’, de Teixeira de Sousa; ‘Xaguate’, de Teixeira de Sousa”, in **Revista Colóquio/Letras**. Recensões críticas, n. 103, mar., 1988, p. 102.

²¹⁷ Incluindo outras obras, é o que Rita Chaves chama de narrativas de “formação do romance angolano”. CHAVES, Rita. **A formação do romance angolano. Entre intenções e gestos**. São Paulo: Via Atlântica, 1999.

²¹⁸ ZEEDIJK, Inge cit. RUI, Manuel. “Évolution de la langue et de l’écriture”, in **Notre librairie – revue du livre: Afrique, Caraïbes, Océan Indien**, n. 115, Paris: Clef, Octobre-Décembre 1993, p. 37.

²¹⁹ Bonavena, E. “Manuel RUI: Crónica de um mujimbo (Chronique d’une rumeur), Luanda: Éd. UEA (Union des Écrivains Angolais), 1989”, in **Notre librairie – revue du livre: Afrique, Caraïbes, Océan Indien**, n. 115, Paris: Clef, Octobre-Décembre 1993, p. 129-130. Com outra formulação, o autor empírico retoma a apreciação em sua tese de doutorado: “Cet ouvrage emblématique marque l’avènement de la littérature de l’altérité et pose le problème de l’opposition entre l’utopie du projet révolutionnaire alors en cours et la réalité sociale, le problème du rapport entre le politique et l’imaginaire social, et dégage une vie coupure entre l’imaginaire révolutionnaire et l’imaginaire social.” PESTANA, Nelson. **L’Etat en Angola: discours et pratiques**. op. cit., p. 212-13.

do “pós-otimismo” em Angola, sendo esse neologismo entendido como uma estratégia discursiva que consiste no “desmantelamento das estruturas e instituições herdadas do colonialismo”, sem, entretanto, deixar de ser “uma maneira estético-literária de questionar, senão de contestar, os regimes instalados depois da independência política”.²²⁰

De fato, embora não deixasse de constituir tema de reflexão cotidiana por parte dos escritores coetâneos, incluído o próprio Manuel Rui, mormente em crônicas de jornal,²²¹ nunca antes a singularidade do sistema de relações sociais que emergiu da coabitação entre a ideologia do proletariado e as mazelas locais, sob a égide do regime monopartidário, havia sido ficcionalmente abordada como *problema*, impasse ou através de motivos que configurassem tensões insanáveis. De sorte que os impasses sancionados pela vida prática ganhariam direito de cidade na ficção, uma vez reelaborados de maneira aparentemente despretensiosa e em termos propriamente reflexivos, isto é, sem recurso à dualidade simplista ou ao fantástico triunfante, de que a prosa do autor fora insigne em obras anteriores, designadamente nos contos de **Sim camarada!** e na novela **Memória de mar**.²²²

Assim sendo, com **Quem me dera ser onda**, Manuel Rui abandona quer o “coro entusiástico da vitória”, quer a “exaltante tarefa

²²⁰ HAMILTON, Russel. “A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial”, in **Via Atlântica**, n. 3, São Paulo: FFLCH, 1999, p. 19.

²²¹ Ver, por exemplo, ABRANTES, José Mena. “Crise da ‘intelligentsia’ ou crise pouca inteligência. A propósito de reacções à crítica a um filme de Resnais”, in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 4, Luanda, 5 jul. 1981, p. 3; RUI, Manuel. “Vida e cultura das palavras” (Texto no contexto – crônicas), in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 4, Luanda, 5 jul. 1981, p. 2; Idem. “O visto está visto!” (Texto no contexto – crônicas), in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 59, Luanda, 1 ago. 1982, p. 1,4; e MELO, Aníbal João. “Três flagrantes burocráticos” (Câmara escura – crônica), in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 99, Luanda, 5 jul. 1983, p. 8.

²²² Em apreciação severa de **Memória de mar**, David Mestre diz: “Se a proposta desta ficção é singular no quadro da literatura angolana, consistindo numa onírica viagem através da nossa histórica mais recente (passado, presente e futuro conjugados num mesmo eixo geo-social), ela acaba por se articular através de experientes e enfeites que as mais das vezes lhe conferem um carácter enedótico, demasiado superficial, fornecendo-nos o *naïf* da caricatura da imaginação onde teria lugar o sonho da experiência da realidade. MESTRE, David. “Recensão crítica a ‘Memória de mar’, de Manuel Rui”, in **Revista Colóquio/Letras**. Recensões críticas, n. 62, Lisboa, jul. 1981, p. 98.

colectiva da reconstrução”,²²³ duas modalidades de engajamento originalmente perseguidas nos **11 poemas em novembro**, conjunto de cadernos, como o título sugere, publicados por ocasião de cada um dos aniversários da independência do país durante seis anos consecutivos, de 1976 a 1981,²²⁴ e um esparso, 1984.²²⁵ Observe-se, no entanto, que

²²³ MESTRE, David. [Orelha do livro], in RUI, Manuel. **11 poema em novembro (ano dois)**. Luanda: UEA, 1977.

²²⁴ Antes da edição em livro, nos cadernos da coleção “Lavra & Oficina” da União dos Escritores Angolanos (UEA), alguns poemas desta série, em particular os de 1980 e 81, foram publicados no frontispício de **Vida & Cultura**, sob o título geral de “Poemas para novembro”. Ver, por exemplo, **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 22, Luanda, 8 nov. 1981, p. 1. Os poemas dos cinco primeiros cadernos, um total de 55, viriam a ser reunidos pelo autor no livro **Cinco vezes onze** (1984). Num artigo publicado em 1982, Pires Laranjeira, na esteira de Eugénio Lisboa, classificou esses poemas como um “caso de retrocesso criativo”, supostamente resultante do despreparo do autor “em teoria estética e história social”, bem como de sua adesão à “pré(con)ceitos jdanovistas de ‘realismo socialista’.” LARANJEIRA, José Pires. “A inovação na literatura angolana”, in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 54, Luanda, 27 jul. 1982, p. 3 e 7. Em resposta a essas e outras apreciações negativas, Manuel Rui, na exasperação que lhe é peculiar, afirma que “foi uma necessidade colocar no nosso espaço poético este tipo de poesia. Porque a poesia que nós tínhamos era a poesia que falava contra o colonialismo, a prosa que nós tínhamos era a prosa que falava contra o colonialismo. Portanto, *11 poemas em Novembro*, que abrem a colecção [Lavra & Oficina], já são escritos sobre o tempo que se está a viver, o tempo de transformações. É o primeiro livro de poesia deste tempo. [...] Muita gente pensando que foi encomendado! Eu nem sou militante do Partido por não ter vocação. Mas estou inteiramente com os seus princípios e, nos meus versos, em boa parte deles, assumi-me como militante do Partido no terreno da poesia. [...] Quantas vezes as pessoas não estão a fazer obras de arte encomendada por si próprios... A menos que chegássemos à conclusão de que a obra de arte era uma espécie de orgasmo, uma coisa instantânea, que vinha de um rasgo, da preparação no laboratório interior de cada escritor, nos papelinhos que ele vai registando, vai guardando, para depois colocar e construir um texto... E mesmo para quem pensa em arte assim orgásmica... O orgasmo também se pode controlar...” RUI, Manuel. “Encontro com Manuel Rui”, in LABAN, Michel. **Angola. Encontro com os escritores**. v. 2, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991, p. 723-27.

²²⁵ Publicado dois anos depois de **Quem me dera ser onda**, esse sétimo caderno contrasta com os anteriores, não obstante Manuel Rui diga que “Desde o primeiro livro *11 poemas em Novembro*, é sempre um engaje com crítica.” RUI, Manuel. “Encontro com Manuel Rui”, in LABAN, Michel. **Angola. Encontro com os escritores**. op. cit., p. 721. A maioria de seus poemas trazem escancaradas, na voz do sujeito poético, as marcas das ambivalências e tensões impostas pelo choque entre o ideal e a realidade. Certeza subjetiva e frustração objetiva relacionam-se alternadamente no passo a passo dos versos, como mudanças climáticas bruscas. A título de exemplificação, leia-se um poema precisamente intitulado “Depoimento”: “Eu tenho aqui nas mãos tudo o que tenho/ o que ainda não dei e quase tudo o que senti/ a canjonjar [poupar] quase despojos de onde venho/ numa esperança adoecida mas que não perdi/ Eu tenho aqui nas mãos onze poemas/ versos que sempre fiz com os meus olhos o meu Povo/ e respirando os areais entre as calemas/ seja depois de mim eu sei que há dia novo/ Eu tenho aqui nas mãos tanta tristeza/ que não cabe no céu de um contentor/ tão iludido em fontes de riqueza/ que nem descobre a multidão do amor/ Eu tenho aqui nas mãos as mãos imensas/ eu tenho nas mãos os pés pequenos/ eu tenho aqui nas mãos coisas suspensas/ do que poderia ser a mais e é a menos./ Eu tenho aqui nas mãos onze poemas/ para uma alegria que não pode envelhecer/ Novembro tem teoria tem

a ruptura não anulou certa continuidade, de que se desponta a verve satírico-cômica, mormente notável no desenho de situações, caracteres e comportamentos humanos, vindo a afirma-se como uma das principais características da escrita ficcional do autor. Pois, conforme anota Francisco Soares,

Estudando as relações entre a metaconsciência poética, a ideologia oficial e a literatura jovem produzida nos anos 80 em Angola, observamos que a absorção das técnicas compositivas das décadas anteriores, especialmente a de 70, vai sair, não só uma engenharia mestiça, mas também o irónico desarmamento da retórica ideológica, nas narrativas de Pepetela, Manuel Rui e outros.²²⁶

Indo mais longe, Soares chega a dizer que Manuel Rui “se tornou um escritor indiscutível quando descobriu que era satírico”.²²⁷ Com menor ênfase, contudo no mesmo sentido, Teresa Salgado aponta que

Talvez seja Manuel Rui o escritor angolano que mais tem explorado os recursos do cômico através de toda a sua produção ficcional. Mais do que uma marca em seu estilo, podemos supor, mesmo sem estudar aqui a maioria de seus textos, que as formas de comicidade aí presentes mostram-se sempre renovadas, proporcionando-nos diferentes ângulos reflexivos.²²⁸

Aliás, não obstante os sete anos de distância, bem como a clara diferença de construção das intrigas e da circulação de temas e motivos, não foram poucos os que sugeriram existir, sob múltiplos aspectos, uma relação de continuidade entre **Quem me dera ser onda** e **Crónica de um mujimbo** (1989).²²⁹ A essa luz, Maria Luiza Pereira sublinha que

seus temas/ mas é uma vontade colectiva de viver.” RUI, Manuel. **11 poemas em novembro (ano sete)**. Luanda: UEA, 1984, p. 7. Entretanto, é interessante saber que Manuel Rui pretende voltar a publicar poemas em e para novembro: “Os 11 Poemas em Novembro saíram durante sete anos, queria pelo menos chegar aos dez anos. [...] Precisava de ter uma pessoa que me arrumasse os poemas. Este ano já vou tarde, mas para o ano vou retomar.” RUI, Manuel. “Não troco este país por outro” (Entrevista realizada por Isaque Cori), in **Jornal de Angola**, 11 nov. 2018. Disponível: <http://jornaldeangola.sapo.ao/entrevista/nao_troco_este_pais_por_outro>. Acesso: 15 fev. 2019.

²²⁶ SOARES, Francisco. **Notícia da literatura angolana**. op. cit., p. 268.

²²⁷ Id. Ibid., p. 264.

²²⁸ SALGADO, Maria Teresa. “A presença do cômico nas literaturas africanas de língua portuguesa”, in LEÃO. Ângela Vaz (org.). **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**. Minas Gerais: Editora PUC Minas, 2003, p. 116-17.

²²⁹ Ver BONAVENTA, E., op cit., 1993, p. 130; LABAN, Michel., op cit., p. 733; FERREIRA, Manuel. “Recensão crítica a ‘Yaka’, de Pepetela; ‘O cão e os caluandas’,

A leitura de *Quem me dera ser onda* (1984 [sic]) e de *Crónica de um mujimbo* (1989) permite traçar um perfil geral do que nos parece ser a proposta literária desse autor, pelo menos em sua prosa: a tematização do povo angolano e da realidade social e cultural do país, especialmente no cenário urbano de Luanda, através de um processo narrativo específico em que se destacam o ponto de vista reflexivo e crítico, a elaboração cuidadosa dos personagens e o estilo ao mesmo tempo ágil, elegante e econômico.

Além desses aspectos marcantes da escrita de Manuel Rui, a leitura conjunta das duas narrativas obras permite observar uma questão de fundo que nos parece fundamental nos dois livros. Trata-se da reflexão que conduz à crítica do processo revolucionário, desenhada sobretudo através da visão de mundo dos diversos segmentos sociais que compõem a sociedade urbana de Luanda.²³⁰

Tal indica que, até do ponto de vista cronológico, é possível afirmar que houve o fim dum ciclo e o início doutro na oficina do autor, sendo que esse jamais abdicara dalguns de seus traços anteriores. É interessante notar, ademais, que essa operação acontece antes mesmo de 1991, ou seja, do fim do monopartidarismo e, por conseguinte, das chances de uma via angolana para o socialismo.

Como explicar a ruptura relativa, senão mesmo a evolução estética ocorrida? Por que o autor empírico, então participe do processo revolucionário,²³¹ se achou desiludido e entrou em dissidência, ainda que não declarada extraliterariamente? Por que concluiu que era chegada a hora de um balanço da revolução? Por que, simplesmente, se cansou do *cantalutismo*²³² que vinha levando a cabo, sobretudo na

de Pepetela”, in **Revista Colóquio/Letras**. Recensões críticas, n. 96, mar. 1987, p. 130; e LARANJEIRA, Pires. “Recensão crítica a ‘Crónica de um mujimbo’, de Manuel Rui”, in **Revista Colóquio/Letras**. Recensões críticas, n. 31, jan. 1994, p. 250.

²³⁰ PEREIRA, Maria Luiza. “Identidade em questão e questões de identidade em duas obras de Manuel Rui”, in CHAVES, Rita *et al.* (orgs.) **A kinda e a missanga. Encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo / Luanda: Cultura Acadêmica / Nzila, 2007, p. 98.

²³¹ Durante os anos 80, Manuel Rui Monteiro exerceu, dentre outros, os cargos de Director da Faculdade de Letras do Lubango e do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), isso depois de ter sido, dentre outras coisas, Ministro da Informação no Governo de Transição formado às vésperas da independência (1975), Procurador Popular (Juiz de Acusação) no célebre julgamento dos mercenários ao serviço da FNLA pelo Tribunal Popular Revolucionário (1976) e membro da mal afamada Comissão de Lágrimas, responsável por identificar os participantes da alegada tentativa de golpe de Estado a 27 de maio de 1977.

²³² O termo, que alude à chamada “literatura revolucionária” ou de “construção nacional” produzida no imediato pós-independência, deriva do correlato “cantalutistas”, neologismo cunhado por João Vário (ou, com outro pseudónimo, Timóteo Tio Tioje),

poesia? Várias outras indagações podem ser lentadas dentro do campo do biografismo,²³³ no sentido de descobrir e explicar como os reveses político-ideológicos de Manuel Rui Monteiro influenciaram determinadamente sua obra.

No entanto, para nossos propósitos, é pouco provável que tais hipóteses acertem o alvo a abater, pois sempre é possível desencantar-se com um projeto político, descrever de uma visão de mundo, dissentir com o poder, balancear uma gesta nacional ou cansar-se do monolitismo do discurso oficial sem lograr a captação do nervo de uma experiência social em andamento. O mesmo é dizer que, quando ocorrem, as verdadeiras guinadas estéticas são uma certeza em nível da regra de figuração, e incerteza em nível da consciência do autor, já que aquela raras vezes resulta do que esta previu. Como afirma Engels em suas famosas considerações sobre a força do realismo balzaquiano:

Claro que, por suas concepções políticas, Balzac era legitimista. Sua grandiosa obra é uma permanente elegia acerca da irremediável decomposição da alta sociedade; suas simpatias estão com a classe condenada a desaparecer. Mas ao mesmo tempo, sua sátira nunca é tão aguda, nem a sua ironia é mais amarga, como quando faz agir os homens que mais o atraem: os aristocratas. [...] Considero que uma das maiores vitórias do realismo, um dos traços mais valiosos do velho Balzac, é que ele se viu forçado a escrever contra as suas próprias simpatias de classe e preconceitos políticos, que tenha visto o caráter inevitável da ruína dos seus aristocratas prediletos e os tenha descrito como homens que não mereciam sorte melhor e que visse os verdadeiros homens do futuro precisamente onde eles se encontravam.²³⁴

poeta cabo-verdiano autor do extensíssimo poema épico **O primeiro livro de Notcha** (1975). Ver VARELA, João Manuel. “Um poeta singularmente plural. ‘Os nossos países não precisam de cantalutistas mas de verdadeiros poetas!’ Entrevista de David Mestre”, in **Vida & Cultura – suplemento cultural do ‘Jornal de Angola’**, n. 51, Luanda, 6 jul. 1982, p. 5 e 21. Francisco Soares, inadvertidamente, atribui a autoria do termo a E. Bonavena, que, na verdade, o atualiza em moldes cáusticos, dois anos depois, num dos poemas de seu **Ulcerado de mingua luz** (1987) datado de 15 de março de 1984. SOARES, Francisco. **Notícia da literatura angolana**. op. cit., p. 268.

²³³ Enquadrado na chamada análise pré-textual, o biografismo visa delinear os meandros de significação da obra através da elucidação das circunstâncias de implicação individual da vida do autor. Desde os trabalhos de Sainte-Beuve, essa perspectiva de análise tem subjacente a concepção de que o texto literário é, de algum modo, o espelho fiel da alma do escritor. Ver REIS, Carlos. **Técnicas de análise textual**. 3 ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1992, p. 64-9.

²³⁴ ENGELS, Friedrich. “Carta a M. Harkness, inícios de abril de 1888”, in MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura (textos escolhidos)**. Trad. José Paulo Netto e Miguel Makoto Yoshida, São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 68-9.

Por isso, o que para nós importa saber é em que consiste a especificidade ou originalidade da forma literária em causa. Nesse sentido, a pergunta a ser feita é outra: sob que princípio de construção narrativa a edificação do socialismo em Angola — uma (im)possibilidade historicamente peculiar, localmente cheia de complicações e perfeitamente inserida na ordem do mundo contemporâneo — é tomada como matéria? A resposta, como é óbvio, deve ser buscada em sede do exame da narrativa, e não das avaliações apriorísticas.

De qualquer modo, é desde logo evidente que a novidade de **Quem me dera ser onda** não se resume na representação *transparente* da realidade angolana pós-independência, como alguns estudiosos sugeriram.²³⁵ Até porque o mesmo já se observa, ainda que sob outra focalização, por exemplo, em “Cinco dias depois da independência”, a novela que, com mais quadro contos, compõe **Sim camarada!** Mais do que isso, a novidade esteve, antes de tudo, no tino para a potência artística dos fatos banais do dia-a-dia. Os desentendimentos à volta da criação de um porco de engorda no sétimo piso de um edifício da Luanda dos anos 80 não tem, em si mesmo, qualquer pertinência — pelo menos a pertinência que até então se reconhecia aos principais temas da literatura de cariz nacionalista. Toda a ação narrativa, da chegada à matança do suíno, não mereceria mais de três linhas na rubrica dos absurdos da vida urbana numa cidade africana ruralizada. Sua força de revelação, entretanto, resulta de nela estarem implicadas as aspirações de modernidade de um digno membro do terceiro-mundo. Não passaria de uma mera charge sem a situação específica de um país que deseja alçar o futuro sem poder (ou sem conseguir) abandonar as amarras do presente e do passado.

Por outro lado, o fator decisivo esteve no rendimento do procedimento literário, no espelhamento cômico dos desajustes, por cujo

²³⁵ Helena Riaúzova, num ensaio de balanço dos dez primeiros anos de literatura angolana pós-independência, afirma: “A novela seguinte [**Memória de mar**] de Manuel Rui, *Quem Me Dera Ser Onda* (1982), é a única narrativa angolana até agora publicada na qual está plasmada diretamente a realidade nacional após a independência.” Helena Riaúzova, **Dez anos de literatura angolana: ensaio sobre a moderna literatura angolana (1975-1985)**. Luanda: UEA, 1986, p. 86.

intermédio a empiria se tornou elemento constitutivo da narrativa, uma vez que toda a figuração tem como condição indispensável o trabalho de lapidação de seu objeto. Como observa Lukács,

O profundo conhecimento da vida jamais se limita à observação da realidade cotidiana, mas consiste, ao contrário, na capacidade de captar os elementos essenciais, bem como inventar, sobre tal fundamento, personagens e situações que [...] estejam em condições de revelar, à luz da suprema dialética das contradições, as tendências e forças operantes, cuja ação é dificilmente perceptível na penumbra da vida de todos os dias.²³⁶

Isso significa que, em **Quem me dera ser onda**, importa considerar tanto a maneira pela qual os fatos banais são figurados e se tornam estruturantes na narrativa, quanto a peculiaridade dos mesmos fatos, de modo inadequação histórico e composição literário vão de par.

Mas para dar a ideia do interesse dessa novidade, que exigiu certa ousadia em vista da vigilância a que a literatura angolana do período se via submetida, vale a pena insistir no fato de que Manuel Rui urdiu, com recuo reflexivo, contradições reais (re)conhecidas pela maioria dos seus pares dentro do que podemos designar por campo literário angolano em formação.²³⁷ Os contrassensos entre a ideologia do proletariado e sua realização prática no contexto pós-independência

²³⁶ LUKÁCS, György. “A fisionomia intelectual dos personagens artísticos”, in **Marxismo e teoria da literatura**. 2 ed., Trad. Carlos N. Coutinho, São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 189. Antonio Candido diz algo parecido, não obstante a diferença de perspectiva, quando afirma que “o que interessa à análise literária é saber [...] qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra, isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou redução estrutural dos dados externos.” CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, in **O discurso e a cidade**. 3 ed., São Paulo: Duas Cidades / Ouro sobre Azul, 2004, p. 28.

²³⁷ Segundo Bourdieu, o conceito de “campo literário”, à semelhança dos outros campos (campo econômico, religioso, cultural etc.), designa uma estrutura relativamente autónoma de relações objetivas entre posições que ocupam os indivíduos ou grupos envolvidos numa situação de concorrência pela legitimidade. Ele se distingue dos outros campos na medida em que, no seu interior, a relação de força tem como instrumentos as obras literárias, as editoras, o mercado livresco, a crítica, as premiações, as academias de letras, as instituições de ensino e, não menos importante, o lugar que os escritores ocupam no campo do poder. BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l’art. Genèse et structure du champ littéraire**. Paris: Éditions du Seuil, 1998. Ver, ainda, BOURDIEU, Pierre. “O mercado dos bens simbólicos”, in **A economia das trocas simbólicas**. 6 ed., Trad. Sérgio Miceli et al., São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 99-181; e BOURDIEU, Pierre. “Modos de produção e modos de percepção artísticas, in op. cit., p. 268-336.

eram, por assim dizer, consabidos quer pelos escritores filiados ao poder, como eram os mais velhos membros da UEA e os jovens membros das Brigadas Jovens de Literatura,²³⁸ quer pelos não-filiados ao regime monopartidário, como eram os jovens ligados à tertúlia “O canteiro”²³⁹ e os mais velhos diaspóricos, a exemplo de Manuel dos Santos Lima.

No que diz respeito à poesia, dada sua natureza elíptica, não são raras as obras que sintomatizam o mal-estar.²⁴⁰ Já no terreno da ficção, embora fosse consensual a necessidade de abordagem de temas atuais,²⁴¹ as dificuldades tinham a ver, desde logo, com as precauções que o escritor tinha de tomar para não correr o risco de (ser acusado de) “fazer o jogo da contrarrevolução”. O que se esperava da literatura, em especial da ficção, era a adesão sem reservas ao projeto de uma nova sociedade, que tinha como finalidade a abolição da exploração do homem pelo homem. Digamos que as tarefas de reconstrução nacional, das quais não podia deixar de fazer parte a glorificação do processo revolucionário, aliadas à escassez de massa cinzenta, colocava a prosa narrativa e seu potencial mimético numa posição de charneira, para privilégio ou ingratidão de seus cultores. Nesse contexto, as expectativas eram acrescidas em relação àqueles ficcionistas com reponsabilidades oficiais, como era Manuel Rui. Ele próprio, que chegou a admitir “gosto

²³⁸ A primeira Brigada foi proclamada em Luanda, na sede da UEA, a 5 de Julho de 1980 e passaria a ser uma espécie de Brigada-mãe das que foram surgindo um pouco por todo o país. Conforme testemunho de Lopito Feijó, um dos seus fundadores, “Foi uma maneira que os jovens, naquela altura, encontraram [...] para se organizarem, para traçarem linhas comuns e partirem para uma ‘carreira’ literária.” Porém, “A maior parte dos membros[-fundadores] eram dirigentes mesmo da organização juvenil do Partido [MPLA]. [...] No princípio, a actividade era muito politizada. [...], já numa fase muito posterior, voltou-se ao controle da Juventude do Partido, mas já noutros termos: em moldes de uma Brigada Nacional”. FEIJÓ, Lopito. “Encontro com jovens escritores (António Azzevas, E. Bonavena, J.A.S. Lopito Feijó K., Eduardo Fernandes Pimenta”, in Michel Laban, **Angola. Encontro com os escritores**. op. cit., p. 867-69.

²³⁹ O mesmo grupo viria, em 1985, a fundar a *Archote*, revista efêmera que teve apenas cinco números publicados.

²⁴⁰ Para um resumo, ver SOARES, Francisco. **Notícia da literatura angolana**. op. cit., p. 249-92.

²⁴¹ Michel Laban, **Angola. Encontro com os escritores**. op. cit.

de chupar²⁴² quando escrevo”,²⁴³ não ignorava os condicionalismos sociopolíticos a que sua escrita estava sujeita:

O escritor aqui, estando integrado neste processo, produz sempre a pensar como uma pessoa pensa quando integra uma família e quando vai falar da família fora do agregado familiar. Há uma necessidade de oportunidade do que se escreve. [...] Aqui, o escritor, estando inserido, tem que ponderar a sociedade no seu todo. Eu posso numa grande obra literária dar o flanco ao sul-africano [vale dizer, ao regime do *Apartheid*, cujas tropas chegaram a invadir e ocupar parte do território angolano a sul] no sentido de desideologizar o pensamento de certas parcelas da colectividade — o que, no momento actual, se torna perigoso.²⁴⁴

A omissão da realidade pós-independência pela maior parte dos ficcionistas chegou a ser definida como uma crise da novelística angolana. Boa parte do que se publicava eram obras escritas em outro tempo, da guerrilha nos *maquis*. Raras excepções eram aqueles escritores que, para contornar as alusões explícitas à realidade presente, faziam recurso à figuração do passado pré e colonial.²⁴⁵ A produção literária angolana vivia como que na expectativa de uma nova ficção. Num texto de 1980, em que saúda a iniciativa oficial de difusão de livros de autores africanos em Angola, tais como **A flecha de Deus** (1964), do nigeriano Chinua Achebe, e **Pobre Cristo de Bomba** (1971), do camaronês Mongo Beti, David Mestre consta que

A ficção angolana permanece num impasse que, salvo as devidas excepções, é roupa à medida de uma época (histórica, social e literária) que o tempo, jogando como joga pelo progresso, já datou e arrumou na prateleira do passado. É pois altura de avançarmos para uma outra idade da nossa novelística, senhora de uma trajectória que lhe não permite

²⁴² Consumir álcool.

²⁴³ RUI, Manuel. “Inquérito ao escritor. Responde Manuel Rui”, in **Lavra & Oficina – gazeta da UEA**, n. 17, 18 fev.-mar. 1980, p. 7.

²⁴⁴ RUI, Manuel. “Encontro com Manuel Rui”, in LABAN, Michel. **Angola. Encontro com os escritores**. op. cit., p. 731.

²⁴⁵ Pepetela admite tê-lo feito na peça de teatro **A revolta da casa dos ídolos** (1980) e em **Lueji: nascimento de um império** (1988), um dos dois romances históricos que publicou ainda na década de 1980. PEPETELA. “Encontro com Pepetela”, in LABAN, Michel. **Angola. Encontro com os escritores**. op. cit., p. 798.

demorar-se em cada época mais do que lhe for necessário para atingir o seu ponto mais alto.²⁴⁶

É nesse ambiente rarefeito que **Quem me dera ser onda** surge, não como simples presentificação mimética da realidade, mas, sobretudo, como apreensão das pautas centrais das circunstâncias locais. É como se, independentemente de sua intenção declarada, Manuel Rui escondesse por trás da “observação sarcástica de comportamentos”²⁴⁷ um segredo por revelar.

2.2. Recepção oficial e editorial

Todavia, a novela foi imediatamente saudada por sua dimensão explícita, a começar pela conquista do Prêmio Literário “Caminho das Estrelas”, promovido pelo Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD),²⁴⁸ logo na primeira edição, de 1980.²⁴⁹ O que resultou na sua publicação sob a chancela do mencionado órgão oficial encarregue pela implementação da política cultural nas áreas da literatura e da música.²⁵⁰ Essa consagração teve como contrapartida, além do apadrinhamento oficial, a inclusão de uma “NOTA DO EDITOR” nas primeiras páginas do livro, cuja forma e conteúdo examinaremos no capítulo seguinte, tendo em conta a interlocução que estabelecem com a narrativa.

Desde então, a novela foi encarada como uma crítica social em prol da revolução. A ideia que preside a essa interpretação, de viés

²⁴⁶ MESTRE, David. “Nota a propósito da difusão do livro de autores africanos em Angola”, in **África – literatura, arte e cultura**, v. 2, n. 9, ano 2, Lisboa: África Editora, jul.-set. 1980, p. 504.

²⁴⁷ RUI, Manuel. “Encontro com Manuel Rui”, in LABAN, Michel. **Angola. Encontro com os escritores**. op. cit., p. 731.

²⁴⁸ Atual Instituto Nacional das Indústrias Culturais (INIC).

²⁴⁹ A dado momento, o prêmio passou a chamar-se Prêmio Literário ‘Sagrada Esperança’.

²⁵⁰ Como se soube, pelo menos um dos membros do júri do prêmio não considerou a obra plenamente conseguida, embora tenha dado voto favorável à sua publicação. Mas as ressalvas tiveram fundamentação ética, e não estética. Para António Cardoso, stalinista assumido, faltou a Manuel Rui certa acuidade, pois pretendeu “denunciar à pressão” falhas que deveriam ser consideradas como normais no âmbito de um processo revolucionário, ademais sem apontar soluções. CARDOSO, António. “Encontro com António Cardoso”, in LABAN, Michel. **Angola. Encontro com os escritores**. op. cit., p. 366.

sociológico-conservador, é de que o autor retrata a conjuntura angolana pós-independência do ângulo dos desvios comportamentais que solapam o bom andamento do processo revolucionário. No fundo, o livro acabou sendo uma espécie de manual de intrusão de condutas indesejadas ou melhor, uma coleção de exemplos do que não devia ser em matéria de conduta social. Desse retrato regressivo, parece apenas ser desculpável a conduta das crianças. Em primeiro lugar, porque são crianças, e, em segundo, porque, apesar de participarem dos vícios sociais, se salvam por seu amor ao porco, o verdadeiro protagonista da narrativa.²⁵¹

Daí não ser incomum a inserção da novela na categoria de literatura infanto-juvenil, apesar das malcriações que crianças praticam. É o que atesta tanto sua participação no leque de textos narrativos de apoio à didática da língua portuguesa no ensino angolano desde o final dos anos 80,²⁵² quanto a institucionalização do mencionado Concurso Infanto-Juvenil 'Quem Me Dera Ser Onda'.

Assim, **Quem me dera ser onda** teve um destino bastante diferente, senão mesmo contrastante, daquele que viria a ter, três anos depois, **O cão e os caluandas**. Houve mesmo quem tivesse visto no *efeito de real* da novela de Pepetela uma provocação, porque visado

²⁵¹ A imagem do porco como o herói da narrativa, bem como da obra como um atributo à Revolução, está plasmada no modo como Manuel Rui dá destino ao prêmio atribuído à novela: "De notar que o autor distribuiu o montante e os documentos do prémio desta forma: os cinquenta mil kwanzas em numerário ao militar das FAPLA que foi o primeiro artilheiro angolano a abater um avião sul-africano; o símbolo do prémio à Brigada Jovem de Literatura; e o diploma à União Nacional dos Artistas e Compositores [UNAC]. **Nota insólita de humor foi a entrega que Manuel Rui fez a António Cardoso, Secretário-Geral da U.E.A, de um porco — gesto alusivo ao personagem central da obra premiada: um porco conhecido por 'Carnaval da Vitória'.**" Lavra & Oficina – gazeta da UEA, n. 7, Luanda, jul.-dez. 1982, p. 30, negrito nosso.

²⁵² Num panorama da literatura angolana dedicada a criança produzida até 1986, a professora e autora de estórias infantis Cremilda Lima insere **Quem me dera ser onda** na literatura infantil, embora recomende a obra apenas para a fase da adolescência (12/15 anos). LIMA, Cremilda. "Panorama da literatura infantil actual em Angola", in **Mensagem – revista angolana de cultura**, n. 6, Portugal, 1991, p. 61. Assim, ainda hoje, Manuel Rui é conhecido como o autor do "Porco Burguês", título comumente atribuído a excertos da narrativa em manuais de ensino da língua portuguesa, alguns dos quais universitários. Ver, por exemplo, MIGUEL, Maria Helena e ALVES, Maria António. **Convergências – manual universitário de português**. 2 ed., Luanda: Nzila, 2008, p. 144-47.

pelos comportamentos ficcionalizados, reação que obrigou o autor a levar as mãos qual Pôncio Pilatos:

Sobretudo pessoas que acharam que estavam a ser atacadas no livro. A minha resposta sempre foi a mesma: se as pessoas se sentem atacadas, é porque pensam ter comportamentos que merecem críticas: então, mudem os seus comportamentos... Porque, realmente, não atacava ninguém nesse livro que seja atacado como pessoa — é um ou outro comportamento. Aquilo é ficção... Agora, se as pessoas enfim o barrete, como nós costumamos dizer, então o problema é delas e não meu...²⁵³

Não é difícil presumir que determinados aspetos da novela de Manuel Rui, não encontráveis na novela de Pepetela²⁵⁴, tenham contribuído para sua aclamação oficial e sucesso de público. O mote foi dado pelo título, que expressa o desejo de uma das personagens infantis, numa manifestação desejante bastante apelativa. Outro dado importante é o fato de a narrativa privilegiar o diálogo, abundantemente em discurso direto, em desfavor da narração e da descrição por meio da voz narrativa, transmitindo maior vivacidade à narração.

Nesse ponto, importa referir que a formatação do livro, enquanto suporte físico com influência na comunicação literária, teve (e continua a ter) seu peso relativo. A maior parte das edições, invariavelmente, encurtam o âmbito da narrativa ao imaginário das crianças, com base na exploração da presença significativa das personagens infantis e de sua relação afetiva com o porco. Na primeira edição, completamente ilustrada por Alceu Saldanha Coutinho, o livro aparece em tamanho A4, com o título no cimo da capa e em letras garrafais, acrescido, ao centro, de um imagem lusco-fusco que reproduz o momento em que o animal faz as delícias das crianças e da professora no recreio da escola,²⁵⁵ isso

²⁵³ PEPETELA. “Encontro com Pepetela”, in LABAN, Michel. **Angola. Encontro com os escritores**. op. cit., p. 804-05.

²⁵⁴ Na verdade, Pepetela, que deixou o cargo de Vice-ministro da Educação depois das provas de **O cão e os caluandas** estarem prontas para a edição, já havia experimentado os sabores causados pela verossimilhança externa quando da publicação de **Mayombe** (escrito em 1971 e só publicado em 1980), seu primeiro romance. Para o efeito, teve de recorrer à autoridade simbólica de “presidente Neto”, que havia lido e aprovado o manuscrito, ainda que discordando com “os problemas morais” abordados pela narrativa. Id. Ibid., p. 793-94.

²⁵⁵ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**, op. cit., p. 37-8.

depois de Zeca e Ruca terem desobedecido à determinação do pai de manter o porco dentro de casa.²⁵⁶ As mais de quarenta ilustrações que acompanham o texto, em intervalos de apenas uma página, reforçam a supremacia do universo infantil, devido não só aos traços carregados e minimalistas dos desenhos — aliás, uma especialidade do desenhista português²⁵⁷ —, mas também à quantidade de vezes em que as crianças e o animal são representados. Enquanto apenas imaginamos os rostos de dona Liloca e pai Diogo, dos vizinhos Faustino e Nazário, as principais personagens adultas, vislumbramos com exatidão — a *exatidão sugestiva* que a ilustração faculta ao leitor — as traços físicos de Ruca, Zeca, Beto e de “carnaval da vitória”.²⁵⁸

As outras edições, estrangeiras em grande parte, preferiram, desde as respectivas capas, afunilar ainda mais o âmbito temático do livro à figura do porco. Este aparece como: a) o melhor amigo das crianças, ocupando o lugar tradicional do cão, como se vê na edição portuguesa da Cotovia, em que uma criança abraça alegremente um porco;²⁵⁹ b) o herói da narrativa, como na edição francesa da DAPPER, com tradução de Michel Laban, que, inclusive, substituiu o título original por “Le porc épique”;²⁶⁰ e c) a vítima do apetite dos adultos, a exemplo da edição italiana da La Nuova Frontiera,²⁶¹ em que duas figuras, uma delas uniformizada, aparecem de faca e garfo nas mãos diante de um porco que grunhe sobre uma mesa coberta por uma toalha enxadrezada.

Em todas essas capas, há uma exaltação da imagem do porco, seja pela sua vitimização, seja pela possibilidade que sua existência proporciona às crianças de sonharem. Comparando as diferentes

²⁵⁶ Ver Anexo 1.

²⁵⁷ Como exemplo, ver **Xigubo** (Edição 70, 1972), de José Creveirinha, livro também ilustrado Alceu Coutinho.

²⁵⁸ Sobre a função da ilustração na literatura infanto-juvenil, ver, especialmente, MARQUES, António Soares. “A função da ilustração na literatura infanto-juvenil”, in **Máthesis**, n. 3, Viseu, 1994, p. 239-49.

²⁵⁹ Ver Anexo 3.

²⁶⁰ Ver Anexo 5.

²⁶¹ Ver Anexo 6.

ilustrações de “carneval da vitória”, percebe-se que o porco brasileiro, da última edição da Gryphus,²⁶² é o mais simpático, o polaco da edição Finnish,²⁶³ o mais estranho, ao passo que o mencionado francês, talvez em razão da sua aura épica, o mais arruaceiro, parecendo antes um javali sem chifres.

2.3. Uma sátira politicamente correta?

Na entrevista a Michel Laban, concedida em 1988 — portanto ainda em plena vigência do Partido Único —, Manuel Rui garante que, em **Quem me dera ser onda**, seu propósito foi de “criticar a sociedade dentro de uma óptica daquilo que se pretende e dos caminhos que devem ser seguidos”.²⁶⁴ Repare-se que a mesma garantia é dada por Pepetela, referindo-se a **O cão e os caluandas**: “os aspectos críticos que aparecem nesse livro não são fundamentalmente críticas estruturais, são de comportamento — que eu considerava, e considero, comportamentos errados...”.²⁶⁵ Tal significa que, a despeito da ambiguidade da realidade figurada e, ademais, da figuração ambígua da realidade, os autores foram movidos pelas melhores das intenções, a saber: contribuir para o aperfeiçoamento da revolução. Mas, como nenhum autor, ainda que sendo leitores privilegiados em relação aos demais, tem o monopólio da significação de sua narrativa,²⁶⁶ bem como

²⁶² Ver Anexo 9.

²⁶³ Ver Anexo 4.

²⁶⁴ RUI, Manuel. “Encontro com Manuel Rui”, in LABAN, Michel. **Angola. Encontro com os escritores**, v. 2, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991, p. 732. Como crítico, que também é, Manuel Rui teve a mesma interpretação do conto **Na M'Banza do Miranda**: “Em nosso entender trata-se de uma narrativa a colocar os nossos olhos sobre modelos organizacionais de estruturas novas desta sociedade emergente a partir de padrões ideológicos diferentes daqueles dominantes na sociedade colonial. A degeneração acontece pelo desvio do modelo para o culto da directorice dos intermédios que criam a sua própria pirâmide.” RUI, Manuel. “Prefácio”, in SANTOS, Arnaldo. “Na m'banza do Miranda”, in **Na m'banza do Miranda**. Luanda: INALD, 1984, p. 7.

²⁶⁵ PEPETELA. “Encontro com Pepetela”, in LABAN, Michel. **Angola. Encontro com os escritores**. op. cit., p. 804.

²⁶⁶ “Quando se tem um texto a ser questionado, é irrelevante perguntar ao autor. Ao mesmo tempo, o leitor não pode dar nenhuma interpretação simplesmente com base em sua imaginação, mas deve ter certeza de que o texto de certo modo não apenas legitima, mas também encoraja determinada leitura.” ECO, Umberto. “Autor, texto e

essas não se reduzem a seus bons ofícios, pensamos ser uma das tarefas da leitura crítica avaliar em que medida o *dever ser* dos autores (*intentio auctoris*) coincide com o *ser* das obras (*intentio operis*).

Não obstante, também pelo olhar da fortuna crítica, a significação da novela de Manuel Rui foi apreendida sob a chave da sátira social ou de costumes. Note-se que “sátira”, aqui, não está na acepção de *forma de figuração*, mas sim no sentido clássico de afastamento irreduzível “das coisas em relação à natureza” e da contradição estática “entre a realidade e o ideal”, entre “a realidade degenerada e a realidade tal como deve ser”.²⁶⁷ Digamos que a noção de que **Quem me dera ser onda** se propõe a corrigir os *desvios* de curso do caudal da revolução angolana veio a ser uma tese crítica.

Vejamos algumas leituras nesse sentido, menos para com elas discutir e mais apenas para exemplificar.

Num artigo em que identifica as novas modalidades de escrita na literatura angolana, Inocência Mata sustenta a existência de “uma escrita de representação satírica do real”, de que é exemplo paradigmático, juntamente, **Quem me dera ser onda**.²⁶⁸ Não “obstante o didactismo de intenção autorial [sic], a [novela] é uma obra de intenção conscientemente satírica, visando uma **correção e melhoramento do comportamento dos agentes sociais**, sem contudo propugnar por um moralismo.”²⁶⁹ Portanto, para a estudiosa, assim como **O cão e os caluandas**, a narrativa de Manuel Rui é de “inspiração satírica”, de uma “sátira militante e combativa” que procura demolir o *status quo*,

interpretação”, in **Confissões de um jovem romancista**. Trad. Marcelo Pen, São Paulo: Cosacnaify, 2013, p. 34-5.

²⁶⁷ LUKÁCS, Gyorgy. “Questão da sátira”, in **Arte e sociedade. Escritos estéticos 1932-1967**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 163-78.

²⁶⁸ MATA, Inocência. “A representação satírica do real na literatura angolana”, in **Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta**. Lisboa: Mar além, 2001, p. 149-50. Ver, também, OLIVEIRA, Marta de. **Na(rra)ção satírica e humorística: uma leitura da obra de Manuel Rui**. Porto: CEAUP, 2008.

²⁶⁹ Id. Ibid., p. 156, negrito nosso.

demonstra bem “a maturidade da literatura angolana, abandonada que está certa linguagem panfletária ou de colagem política [...]”.²⁷⁰

Pires Laranjeira apresenta uma leitura análoga, partindo do argumento de que a novela se insere no “discurso ideológico do contrapoder”,²⁷¹ uma das duas modalidades discursivas predominantes na ficção angolana pós-independência. Este discurso “não discute a nacionalidade”, mas, diferentemente do discurso do poder, “pode discutir o modo como ela se legitimou, recuando às origens. Ou pode simplesmente silenciá-la, enquanto tema, ou secundarizá-la.”²⁷² Nessa conformidade, a crítica social de Manuel Rui não tem como alvo “os fundamentos da nação, porque os aceita”, e sim o “fundamentalismo através do humor [...] costumbrista, social e cultural.”²⁷³ Em conclusão, Laranjeira considera que

O riso, velha fórmula de exorcismo e catarse, atravessa nesses escritores o filão narrativo de apreciação sociológica do quotidiano. A função dessa literatura, depois de um momento de crispação, em que foi mal recebida por sectores de vigilância ideológica, foi a de contribuir para a crítica da sociedade e o **aperfeiçoamento da revolução**, sem mexer no esquema fundamental do poder e do seu abuso.²⁷⁴

Nessa senda, Isabel Pires de Lima defende que

A novela de Manuel Rui assenta numa estratégia carnavalesca que, recorrendo a ironia, põe perante o leitor o mundo às avessas, às avessas das normas dimanadas pelo imperativo nacional revolucionário, se bem que tais normas

²⁷⁰ Id. Ibid., p. 165, negrito nosso.

²⁷¹ LARANJEIRA, Pires (com a colaboração de Inocência Mata e Elsa Rodrigues dos Santos). **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 164.

²⁷² Id. Ibid.

²⁷³ Id. Ibid., p. 165.

²⁷⁴ Id. Ibid., negrito nosso. Noutra ocasião, Laranjeira diz: “Manuel dos Santos Lima, após transpor para a ficção a sua experiência nos dois lados da barricada da guerra colonial [em *As lágrimas e o vento*, 1975], surgiu com um *romance-panfleto* [*Os anões e os mendigos*] que constituiu violenta diatribe contra o estado da nação, ultrapassando, em vigor crítica de costumes e a crítica social de Manuel Rui e de Pepetela, em livros como *Quem Me Dera Ser Onda* e *O Cão e os Calus*.” LARANJEIRA, Pires. “Literatura, cânone e poder político”, in **Mar além – revista de cultura e literatura dos países de língua oficial portuguesa**, n. 1, fev. 2002, p. 39.

sejam a todo o instante reclamadas pelas personagens, pelo menos ao nível do exercício da linguagem.²⁷⁵

Já Luís Kandjimbo aponta a “hilaridade” e o “patético” como marcas centrais das situações em **Quem me dera ser onda**, justificando-se, assim, a definição da novela como “uma sátira mordaz a respeito de fenômenos de mobilidade social de determinadas categorias, do mimetismo dos novos ricos, e do populismo político.”²⁷⁶

A denúncia, aliada ao teor pedagógico ou didática já mencionado, foi outro tópico explorado pela fortuna crítica da novela. Sob essa ótica, Carla Ferreira argumenta que

Nela se inscreve o exercício da escrita literária como crítica, ironia ou denúncia, mas também como pedagogia, mostrando o afeto pelo povo e valorizando a sua aprendizagem, através do seu tesouro de esperança, centrado no protagonismo do universo infantil.²⁷⁷

Embora olhando de uma perspectiva de abordagem mais histórica do que estética, Silvio Carvalho Filho afirma que a literatura angolana dos dez primeiros anos do Estado independente foi sobremaneira marcada pelo propósito da denúncia. Uma denúncia que viajava “da condenação draconiana do colonial à **sátira dos desvios** cometidos pela nova sociedade que se organizava.”²⁷⁸ Como parte dessa última variante, a “crítica de Manuel Rui, em *Quem me dera ser onda*, e de Pepetela, em *O cão e os caluandas*, visava uma **transformação do comportamento social dos indivíduos**, mas não possuía um caráter meramente moralizador.”²⁷⁹ Assim sendo, as duas novelas

denunciavam, de forma clara, a ainda pouca penetração dos ideais socialistas em várias camadas, inclusive em militantes

²⁷⁵ LIMA, Isabel Pires de. “Em busca de uma nova pátria: o romance de Portugal e de Angola após a descolonização”, in **Via Atlântica**, n. 1, São Paulo: FFLCH, mar. 1997, p. 138.

²⁷⁶ KANDJIMBO, Luís. “Para uma breve história da ficção narrativa angolana”, in **Revista de Filología Romántica**. Anejo 2, n. 11, 2001, p. 176.

²⁷⁷ FERREIRA, Carla. Na filiação da palavra pedagógica. Uma leitura de ‘Quem dera ser onda’ de Manuel Rui Monteiro, in **Latitudes – cahiers lusophones**, n. 41-2, Paris, jan. 2012, p. 78.

²⁷⁸ CARVALHO FILHO, Sílvio de Almeida. **Angola: nação e literatura (1975-1985)**. op. cit., p. 89, negrito nosso.

²⁷⁹ Id. Ibid.

do partido, assim como exíguo controlo popular do Estado, saldo negativo para um socialismo que se pretendia de cunho democrático.²⁸⁰

Alberto Carvalho chega à conclusão diversa, mas mantém a mesma linha de raciocínio na apreciação que faz de **Quem me dera ser onda**. De acordo com o crítico, a novela seria uma autocrítica narrativa através da qual Manuel Rui via a ideologia socialista, de origem europeia, como mal explicada pelos intelectuais ao povo, de mentalidade africana semi-urbanizada. De modo que o desejo expresso pelo título do livro sugere uma confissão por parte do autor.²⁸¹ Francisco Soares concorda com o argumento, e fala em “leitura de correcção tentada em *Quem Me Dera Ser Onda*”.²⁸² Assim feita, a apreensão dos contrassensos na linguagem cotidiana da sociedade pós-independência enferma, segundo Soares, de dois vícios:

o primeiro consiste em não ver o verdadeiro problema político, ou seja, em não aceitar que o povo lucidamente percebeu que o socialismo estava a funcionar como estratégia de comercialização, promoção, e venda de poder; o segundo deriva de um olhar paternalista sobre esse mesmo povo, que não teria condições culturais para perceber o socialismo — e, por isso, a desestruturação e a ironia, popularmente praticadas face o discurso partidário, eram vistas como resultantes apenas da desadequação dos destinatários do discurso político. Não se concebia que fosse a própria doutrina desadequada.²⁸³

Em síntese, para parte considerável da crítica, o sentido da obra de Manuel Rui acha-se na deslegitimação das anomalias sociais, ainda que variando as conclusões que daí se possam tirar. A sátira denunciativa, pedagógica e mordaz não deixaria de ser, em vários sentidos, um exercício de extrema utopia. “Essa arqueologia da destruição [de comportamentos, do poder instituído etc.] é, em si

²⁸⁰ Id. “O imaginário social sobre a nação na literatura angolana (1975-1985)”, in **Atas do Iº seminário das literaturas africanas de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras – UFRJ, 1996, p. 18.

²⁸¹ CARVALHO, Alberto. “A quem, *Quem me dera ser onda*?”, in **Angolê**, n. 1, Mar. 1990, p. 26-29.

²⁸² SOARES, Francisco. **Notícia da literatura angolana**. op. cit., p. 278-79.

²⁸³ Id. *Ibid.*, p. 279.

mesma, a fabricação de algo novo, que, embora não esteja dado, se impõe em qualquer perspectiva contestatória.”²⁸⁴

No quadro do exame da narrativa, objetivaremos mostrar, com base em nossa ideia de partida, como, à luz das alternâncias constantes das ambiguidades que a conduta das personagens sugere, uma coisa (a inadequação da doutrina socialista à vida popular) não anula a outra (a inadequação da vida popular à doutrina socialista). O que implica perceber como a novela fala por si, independentemente da possível pretensão didática, crítica ou até mesmo paternalista de seu autor.

²⁸⁴ BORTOLETO, Bruno. “Revolução, camarada porco”, in **Via Atlântica**, n. 27, São Paulo, jun. 2015, p. 36.

Capítulo 3. Quem me dera ser onda

...o que interessa à análise literária é saber qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra...

Antonio Candido²⁸⁵

3.1. A propósito da “NOTA DO EDITOR”

Antes de aceder à narrativa, o leitor de **Quem me dera ser onda** defronta-se com a “NOTA DO EDITOR”, datada de setembro de 1981, não muito tempo depois do livro ter dado às tampas e granjeado a simpatia do público. O procedimento, que em si não tem nada de curioso, muito menos era invulgar no contexto editorial angolano do referido período, traz uma marca de inadequação específica. Qual o seu verdadeiro âmbito e oportunidade? Qual o seu real interesse para a interpretação da narrativa? Haveria alguma vinculação a assacar, ou não passaria de um dado incidental? Para respondermos a essas interrogações, faz-se necessário considerarmos o paratexto na íntegra, com a paciência que sua extensão solicita:

NOTA DO EDITOR

‘VIVER A CULTURA ANGOLANA SIGNIFICA COMPREENDER O POVO TAL COMO ELE É DEFINIDO. SER UM ELEMENTO DO POVO. ESQUECER PRECONCEITOS E ULTRAPASSAR A CLASSE. CARICATURAR A PEQUENA BURGUESIA, OU DESCREVÊ-LA, É TÃO VÁLIDO COMO EXALTAR O CAMPONÊS OU O OPERÁRIO’, disse o Guia Imortal da Revolução, Camarada Presidente Agostinho Neto.

Hoje, numa sociedade outra, em construção, onde o velho e o novo se debatem por entre as contradições que, inevitavelmente, em qualquer processo revolucionário a luta de classes desencadeia, o aparecimento de uma novela que caricatura a pequena burguesia, que a descreve com os seus vícios e desvios, mas ao mesmo tempo inserida no processo

²⁸⁵ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, in **O discurso e a cidade**. 3 ed., São Paulo: Duas Cidades / Ouro sobre Azul, 2004, p. 28.

e nele participando como um dos seus elementos, vem actuar como instrumento que, qual esmeril eliminando arestas, servirá para, denunciando, criticando, corrigir erros que, mesmo sendo consequência lógica do processo revolucionário, o entravam e como tal não podem persistir.

E, nesta novela, Manuel Rui, utilizando as ferramentas de que, como escritor, dispõe, cumpre, com objectividade e coerência, aquela directriz do Guia da Revolução Angolana.

É, pois, neste contexto que devemos inserir ‘Quem Me Dera Ser Onda’, obra onde o autor, com graça e leveza; mas com espírito crítico notável, num assunto à primeira vista vulgar para, sem apelo nem agravo, dissecar situações que são, hoje ainda, um facto no nosso país e que, por constituírem uma ameaça à resolução dos problemas do Povo, têm de ser combatidas. Fustigando o comportamento pequeno-burguês, os seus vícios, o autor escarpaliza o ‘modus operandi’ daqueles que aproveitando-se das carências que ainda temos, da falta de mecanismos de controlo adequado, pretendem benefícios pessoais à custa do bem-estar das massas trabalhadoras, lançando grãos de areia nas engrenagens de que o povo angolano dispõe para construir o Socialismo.

‘Quem Me Dera Ser Onda’ é, por tudo isso uma novela corajosa e, sobretudo, necessária e oportuna, a merecer o prémio que lhe foi atribuído e a sua publicação.

‘Quem Me Dera Ser Onda’ vai sair à luz do dia no decorrer do ANO DA DISCIPLINA E DO CONTROLO, no ano em que, mais do que nunca, o Partido, na Voz do Camarada Presidente José Eduardo dos Santo, declarou luta aberta e sem tréguas ‘aos sabotadores, corruptos e negligentes que conseguiram instalar-se na direcção de algumas empresas e organismos para fazer o jogo da contra-revolução’, luta aberta contra o espírito pequeno-burguês descrito e caricaturado na novela.

Setembro, 1981

INALD²⁸⁶

A princípio, há um único e exclusivo propósito, a saber: justificar o merecimento da obra, ou seja, o reconhecimento oficial de que a mesma foi alvo, conforme respaldado, por um lado, na atribuição do Prémio Caminho das Estrelas ‘80’, pela conquista do primeiro lugar no Concurso de Literatura ‘Camarada Presidente’, e, por outro e em consequência, na publicação sob a chancela do organismo promotor do mencionado concurso, o INALD, acrónimo que serve de assinatura ao paratexto. Embora prevendo um eleitor compatriota e socialisticamente engajado, sintonizado com os ideais da revolução em marcha, para quem intimamente se dirige, o “EDITOR” empenha-se em demonstrar a eficácia

²⁸⁶ RUI, Manuel. *Quem me dera ser onda*. op. cit., p. 9-10, itálico do editor.

ao mesmo tempo extra e literário da novela de Manuel Rui, ainda que sem qualquer alusão a personagens ou situações ficcionais que avalizem seu esforço. Daí que não seja descabido supor que seus comentários corroborem, e, a páginas tantas, reproduzam as alegações favoráveis do corpo de jurado que consagrou oficialmente **Quem me dera ser onda**.²⁸⁷

Segue-se, entretanto, que os argumentos invocados se excedem tanto em tamanho quanto em conteúdo, gerando certa quebra de propósito. Ademais, enveredam por assertivas mais políticas do que estéticas, as quais, a despeito da moldura paratextual, preanunciam os mesmos deslocamentos ideológicos reelaborados, de maneira mais sutil e mediada, pela narrativa na sequência. Onde uma espécie de metadiscorso que, inadvertidamente, mimetiza a natureza de seu objeto.

Digamos que, por via inesperada, a “NOTA DO EDITOR” deixa de ser apenas um apêndice, com funcionalidade editorial plausível, e torne-se, também ela, numa questão literária digna de relevo, estabelecendo correspondências estruturais com a narrativa cuja significação pretensamente descodifica. Por esse motivo, faz todo o sentido que a encaremos numa dupla perspectiva: a) como um “protocolo de leitura”,²⁸⁸ a que o regime monopartidário se achou na necessidade de recorrer para justificar seu aval à obra e, com efeito, dizer como ela deve ser lida; e b) como uma prefiguração dos desajustes implicados na matéria social narrada, aos quais nos vimos reportando com base em nosso argumento de partida.

No plano expositivo, a “NOTA” ocupa, por inteiro, as duas primeiras páginas do livro, extensão devida, até certo ponto, às citações que incorpora no princípio e no fim. Além disso, pontificam redundâncias, quer terminológicas quer de ideias, em dissonância

²⁸⁷ Até onde sabemos, a ata do concurso que atribui o prêmio a **Quem me dera ser onda** não foi tornada pública.

²⁸⁸ Na acepção estrita do conceito cunhado pelos mais recentes estudos no campo da história da cultura e das práticas de leitura. Ver, por exemplo, CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. Trad. Cristiane Nascimento, São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

acentuada com a concepção de “nota editorial” no sentido exato do conceito. Pois, como consta um dos principais especialistas no assunto,

Uma nota é um enunciado de tamanho variável (basta uma palavra) relativo a um segmento mais ou menos determinado de um texto, e disposto seja em frente seja como referência a esse segmento. O caráter sempre parcial do texto de referência e, conseqüentemente, o caráter local do enunciado em nota, parece-me ser o traço formal que melhor distingue esse elemento de paratexto e que o opõe, entre outros, ao prefácio — inclusive aos prefácios que, modestamente, se intitulam ‘Nota’ [...].²⁸⁹

Ora, por que designar por nota o que, em boa verdade, preenche os requisitos de prefácio? Por simples modéstia? Ou por desfaçatez? Via de regra, o editor não prefacia, delegando a tarefa a uma pessoa particular, quando muito ao autor da obra, que fala e assina em nome próprio. É uma maneira de resguardo, de não pôr a foice em seara alheia, em reconhecimento dos limites entre os campos de atuação de cada um. E quando se encarrega de redigir uma ou várias notas, sua intervenção vê-se obrigada à precisão e ao comedimento, excluindo a avaliação judiciosa, que cada leitor guarda para si. Do contrário, estaria a ingerir-se no trabalho criativo de outrem, com danos irreparáveis para a recepção da obra.

Assim, a inadequação do título resulta evidente. A julgar pelas prerrogativas oficiais de que o sujeito da enunciação em paratexto usufrui, a “NOTA” fica claramente descaracterizada, logo, sem efeito preciso, pairando à laia de chancela para os ajuizamentos a que o “EDITOR” se presta. Ela jamais se parece com o que designa, ou inverso, dando tudo no mesmo. Em vez de “NOTA”, o mais ajustado seria se o texto do “EDITOR” fosse intitulado de “OPINIÃO”, quer dizer, “OPINIÃO DO EDITOR”, de modo que seus juízos de valor, bem como suas assertivas políticas sobre a obra, teriam pleno cabimento, ao menos do ponto de vista da coerência entre ser e parecer. Uma vez que tal não se verifica, é como se, no fundo, a impostura não fosse para

²⁸⁹ GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Trad. Álvaro Faleiros, São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 281.

disfarçar, que o sujeito do discurso reconhecesse as normas (no título) para em seguida as atropelar (no corpo do enunciado em paratexto).

O exercício da prerrogativa oficial se aplica ao fato da “NOTA” se fixar nas primeiras páginas do livro. Já que o enunciado em paratexto não tem caráter local, por que não o ter fixado na orelha ou noutro local que não no miolo do livro? Se assim fosse, porventura, a inadequação resultaria menos gritante e intrusiva. É o que acontece, por exemplo, na primeira edição angolana de **O cão e os caluandas**, em que, apesar de não se tratar do mesmo editor, a pequena nota na contracapa também procura assinalar o mérito da novela de Pepetela e, inclusive, faz recurso à primeira das duas citações, sendo o paralelo explícito com **Quem me dera ser onda**, além de inevitável, prova derradeira da uniformidade e (oni)presença do discurso oficial monopartidário nos campos das artes e da cultura,²⁹⁰ sobretudo quando em causa estivesse a intenção de delimitar o sentido daquelas obras notadamente escorregadias, senão mesmo incômodas, vinda de dentro do campo literário estabelecido.²⁹¹

²⁹⁰ “Um dos méritos indiscutíveis desta obra é a recriação de comportamentos fósseis uns, embrionários outros, tentando cumprir no plano que lhe é legítimo o combate que todos temos o dever de travar, com as armas da nossa área específica, contra a buganvília da contra-revolução. Com o ‘Cão e os Calús’ (como com ‘Quem me dera ser onda’ de Manuel Rui) nossa literatura vai cumprindo minimamente o ensinamento de Agostinho Neto quando, clarividente escreveu: ‘Caricaturar a pequena burguesia ou descrevê-la é tão válido como exaltar o camponês e o operário’. Ver PEPETELA, **O cão e os calús**. op. cit. (Contracapa). No entanto, porque aparece na contracapa e sem título, mais como uma etiqueta do que como uma nota editorial, esse enunciado em paratexto não produz a mesma intrusão que a do outro.

²⁹¹ Diferentemente do que ocorria com aquelas obras de autores malvistas ou mesmo considerados malditos, cuja circulação de edições estrangeiras sequer era permitida. Sobre a recepção que seus dois romances tiveram junto do poder monopartidário, Manuel dos Santos Lima apresenta a seguinte versão em entrevista a Michel Laban, a 21 de maio de 1989: “Acontece é que tanto *As lágrimas e o vento* como *Os anões e os mendigos* estão naquilo a que eles chamam o ‘gabinete de leitura’ — que é a censura do regime —, de que fazem parte escritores que me conhecem perfeitamente. Essas obras estão desde 75 e 84, respectivamente, à espera do parecer do ‘gabinete de leitura’, antes que seja autorizada a venda nas livrarias do país. Quanto a *As lágrimas e o vento*: a primeira remessa, de mil exemplares, que chegou a Luanda, foi vendida em três dias... Em seguida apareceu a famosa censura e até hoje nada meu foi mais vendido na capital do país. Quanto a *Os anões e os mendigos*, finge-se ignorar a sua existência. A obra circula clandestinamente, em fotocópias...” LIMA, Manuel dos Santos. “Encontro com Manuel dos Santos Lima”, in LABAN, Michel. **Angola: encontro com os escritores**. op. cit. v. 1, p. 460.

Em consequência, o “EDITOR” dispõe-se, quase descaradamente, a intrometer-se na leitura da narrativa. Muito antes do que quer que seja, é seu discurso intrusivo que dá a impressão de não ter sido convidado, de estar fora do lugar, pois descumpre regras, embora no estrito cumprimento de seu dever revolucionário ao assumir-se como emanção de uma voz coletiva em contraponto a uma possível voz oficiosa ou individual, que seria a de um prefaciador. Ou seja, em respeito a um dos mais importantes princípios éticos do engajamento nacionalista e proletário, o “EDITOR” não fala nem em nome próprio nem no estrito interesse profissional, e sim de acordo com um interesse coletivo maior, ainda que, para tanto e como ocorre, tenha de suspender os preceitos editoriais a que sua função se vincula.

Em que medida vem a ser essa, ao menos em parte, a razão que explica o porquê da “NOTA DO EDITOR” não mais comparecer nas edições angolanas subsequentes do livro, uma vez encerrado o momento socialista?²⁹² Não é difícil de prever que, se ainda comparecesse, o risco de ideologização e datação imediatas da obra seria grande, com prejuízo lastimável para a sua recepção contemporânea, sem nivelar por baixo o respectivo leitor. Mas também não é fácil de ignorar que, posto fora de circulação, o enunciado em paratexto deixa de dar seu testemunho (ao mesmo tempo histórico, político, cultural e, sobretudo, literário), revelando-se uma perda para a crítica,²⁹³ que, salvo opinião contrária, fica assim sem uma peça complementar de exame, além de poder ser entendido como sintoma de

²⁹² Referimo-nos às edições de cunho oficial, ainda que com o concurso de editoras particulares ou independentes, a exemplo da concebida no âmbito do “Amo Angola” — Programa de Educação Patriótica e de Promoção Nacional e Internacional da Marca Angola —, através da qual **Quem me dera ser onda** é incluída na primeira série dos “11 Clássicos da Literatura Angolana”, partilhando essa etiqueta canônica com livros como **Espontaneidades da minha alma** (1849), de José da Silva Maia Ferreira, e **Delírios** (1899), de Joaquim Dias Cordeiro da Matta. RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. Luanda: Amo Angola, 2013. Ver, igualmente, RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. Porto / Luanda: Asa / UEA, 1989.

²⁹³ Foram poucas, de fato, as análises de **Quem me dera ser onda** que a levaram em conta. Em alguns casos, a “NOTA DO EDITOR” foi mencionada, mas para efeito de corroboração. Ver, por exemplo, FERRAZ, Salma e TENFEN, Jonas. “Quem me dera ser onda” in **IPOTESI**, v. 14, n. 2, Juiz de Fora, jul.-dez. 2010, p. 239-241. Uma das raras exceções é MURARO, Andrea. **Luanda: entre camaradas e mujimbo**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012, p. 32-4.

certa má-consciência (de Manuel Rui? do MPLA, que ainda hoje detém as rédeas do Estado? ou da sociedade como um todo?) em relação aos sonhos diurnos do passado.²⁹⁴

Quanto à enunciação propriamente dita, a oficialidade da “NOTA”, em termos que poderíamos definir como burocráticos, afirma-se, desde logo, com as palavras de Agostinho Neto no início, e refirma-se com as palavras de José Eduardo dos Santos no fim. Tal se prolonga em nível da construção do discurso, pois as marcas gramaticais de assunção coletiva são manifestas. Em nenhuma passagem se surpreende, ainda que subentendido, a primeira pessoa do singular. Onde se impõe a individualização, é sempre e exclusivamente a terceira pessoa do plural convocada (“devemos”, “nosso”), não deixando dúvidas quanto ao consentimento patriótico do leitor. Esse *nós*, à semelhança do maniqueísmo do discurso oficial, coloca-se em relação de conflito aberto com um *eles*, quais sejam, “aqueles que aproveitando-se das carências que ainda temos, da falta de mecanismos de controlo adequado, pretendem benefícios pessoais à custa do bem-estar das massas trabalhadoras”. É provável, aliás, que a “NOTA” tenha, realmente, resultado de trabalho intelectual coletivo e até sido escrita a muitas mãos datilográficas, cérebros e mãos que se dispuseram ao serviço da revolução.

Não que não haja entidades individualizadas ao longo do enunciado, mas essas não contam como tal, porque são sempre a expressão de vozes coletivas. Veja-se, por exemplo, que a “Revolução Angolana” fala na voz do “Camarada Presidente Agostinho Neto”, do

²⁹⁴ No dizer de Sartre, estar de má-consciência é saber muito precisamente da verdade dos conteúdos mentais conscientes para escondê-los de si mesmo de maneira cuidadosa. SARTRE, Jean-Paul. **L'être et le néant**. Paris: Gallimard, 1943, p. 83. Essa *mentira para si* é exemplificada, por Genette, com o caso de Rousseau, que, em 1763, “suprime grande número de notas originais de La Nouvelle Héloïse, que tinham desagradado os leitores (mas restabeleceu-as à mão em seu exemplar pessoal, e as edições modernas as retomam). E não falo das supressões póstumas, iniciativas malfadadas de ‘editores’ apressados, como a edição de Michelet para a coleção Bouquins. Mas ocorre também, e com mais frequência, a coexistência das notas de idades diversas, com ou sem indicação de data: em Scott, em Chateaubriand, em Senancour, por exemplo. GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Trad. Álvaro Faleiros, São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 283-84.

mesmo modo que o “Partido” fala na “Voz do Camarada Presidente José Eduardo dos Santos”. Já o “povo angolano” e as “massas trabalhadoras”, cujo bem-estar é prejudicado pelo comportamento pequeno-burguês, têm como porta-vozes o autor.

O “povo angolano” e as “massas trabalhadoras” parecem, sob esse ângulo, selar a aliança entre nacionalismo e socialismo. E se dúvidas restassem sobre esse casamento, bastaria notar que “Povo” e “Socialismo” são as únicas palavras isoladas que aparecem com iniciais maiúsculas, como que a sugerir a vênica gráfica que as grandes ideias e os valores supremos merecem, a exemplo de Deus ou Diabo. Significa que o discurso do “EDITOR”, em relação intertextual declarada com o discurso oficial, une o que a teoria diz serem incompatíveis: o caráter particularista dos ideais nacionalistas e o caráter universalista dos ideais socialistas. Com isso, ele não deixa de reconhecer um dos maiores incómodos que atravessam o regime monopartidário, o qual se torna manifesto, como apontamos atrás, tanto na ambiguidade da designação adotada em dezembro de 1977 (MPLA-PT), quanto na oposição interna entre os defensores do “internacionalismo progressista marxista” e os partidários do “pragmatismo liberal-nacionalista”.

Da primeira à última linha, a “NOTA” bitola a novela de Manuel Rui, arregimentando-a à estratégia definida pelo regime monopartidário para a área da cultura, onde as artes se viam incluídas. Assim, para o “EDITOR”, **Quem me dera ser onda** demonstra, na prática, que “CARICATURAR A PEQUENA BURGUESIA, OU DESCREVÊ-LA, É TÃO VÁLIDO COMO EXALTAR O CAMPONÊS OU O OPERÁRIO”, em perfeita conexão com uma das teses que Agostinho Neto defendera, precisamente, em seu discurso de posse do cargo de Presidente da Assembleia Geral da UEA, em 1977²⁹⁵. Quer dizer, pois, que o autor esqueceu seus preconceitos e compreendeu o povo. Outrossim, o “EDITOR” argumenta que Manuel Rui mostra estar engajado nas tarefas

²⁹⁵ NETO, Agostinho. “Sobre a literatura (Discurso no acto de posse do cargo de Presidente da Assembleia Geral da União dos Escritores Angolanos, em Luanda, a 24 de novembro de 1977)”, in ...**Ainda o meu sonho (Discursos sobre a cultura nacional)**. Luanda: Ministério da Cultura, 2009, p. 13-22.

de seu tempo, fazendo na criação ficcional o que os dirigentes fazem na política de Estado, a saber, declarar “luta aberta contra o espírito pequeno-burguês”, em conformidade com a declaração feita pelo mais alto dignitário da nação em seu discurso de ano novo, em janeiro de 1981,²⁹⁶ ano em que se perspectivava a publicação da obra.²⁹⁷

Dizendo o mesmo noutras palavras, o “EDITOR” concebe **Quem me dera ser onda** como uma amostra angolana de realismo socialista, malgrado a condenação de Agostinho Neto dessa escola estética.²⁹⁸ A diferença em relação aos modelos da literatura propagandística russa do período bolchevique, consistiria apenas numa questão de alternância, ou seja, Manuel Rui opta pela “caricatura a pequena burguesia”, em vez de exaltar o operário e outros aspectos positivos da realidade criada pelo processo revolucionário.²⁹⁹ Do ponto de vista substantivo, não há diferença. Exaltar e caricaturar servem a um único fim, que é o de defender a Revolução contra “o jogo da contra-revolução”. Por isso, valorizar virtudes proletárias ou denunciar “vícios” e “desvios” do comportamento pequeno-burguês constituem cara e coroa da moeda do engajamento.

²⁹⁶ SANTOS, José Eduardo dos. “Mensagem de ano novo do Chefe de Estado angolano: ‘adaptar à nossa realidade actual o princípio do controlo operário da produção e distribuição’”, in **Jornal de Angola**, ano 4, n. 1797, Luanda, 1981, p. 2.

²⁹⁷ Consta-se que a obra foi publicada no princípio do ano seguinte, 1982, e não em finais de 1981, como o editor deu como anunciado.

²⁹⁸ “[...] não podemos cair em esquemas ou estereótipos como os teóricos do realismo socialista. A par da nossa capacidade nacionalista, teremos de intervir de modo a inscrevermo-nos no mundo, à medida que formos assumindo a realidade nacional. Na nossa primeira fase e do ponto de vista cultural há que analisar. Não adaptar mecanicamente. Há que analisar profundamente a realidade e utilizar os benefícios da técnica estranha só quando estivermos de posse do património cultural angolano.” NETO, Agostinho. “Sobre a cultura nacional (Discurso no acto de posse do corpo dirigente da União dos Escritores Angolanos para o biénio 1979/1980, em Luanda, a 8 de janeiro de 1979)”, in **...Ainda o meu sonho (Discursos sobre a cultura nacional)**. op. cit., p. 27.

²⁹⁹ Para um ponto de vista mais aprofundado sobre as concepções do realismo socialista, ver ROBIN, Régine. **Le réalisme socialiste. Une esthétique impossible**. Paris: Payot, 1986. Ver, também, ANDRADE, Homero Freitas de. “O realismo socialista e suas (in)definições”, in **Literatura e sociedade**, n. 13, São Paulo: USP, 2010-1, p. 152-65.

Menos do que uma avaliação, a “NOTA” formula, assim, uma legitimação e, no limite, uma delimitação de significação da obra, por meio da qual se estabelece o horizonte de expectativas do leitor.

É interessante reparar, a propósito, que alguns dos estudos sobre **Quem me dera ser onda** mencionados no capítulo anterior reforçaram, de certo modo, essa bitola (por mera coincidência? por subscrição deliberada? por afinidade com as demandas oficiais em causa?), ao operarem, especialmente no que concerne à conduta das personagens, com a noção sociológica de “comportamentos desviantes”, a que a sátira de costumes, no caso vertente, toma como objeto de caricatura. Podemos mesmo afirmar que um segmento da crítica ratificou, ainda que de maneira involuntária, o “controle do imaginário”³⁰⁰ a que a obra foi submetida a partir do prelo pelo “EDITOR” no papel de censor cultural de plantão do regime monopartidário.

Não foi sem ironia, contudo, que o aspeto mais simpático e celebrado da narrativa — a comicidade, aquela que afirma o que parece estar negando — fez com que a obra, de certo modo, resistisse a todo e qualquer tipo de arregimentação pro-revolucionária. Em vista do elevado grau de ambivalências captado pela figuração da narrativa, o mais crível é que, quando, ainda hoje, acham graça do comportamento dito vicioso e desviante das personagens, os angolanos, dentre eles o “EDITOR”, riem-se de si próprios, de sua condição social desajustada. O testemunho da escritora Ana Paula Tavares, que primeiro ouviu falar do livro e só depois o leu, vai neste sentido:

It [a contradição com o ideal do Homem Novo socialista] was unthinkable for the book to have been published prior to the 1980s, and even when it was, there was a almighty fuss. In the same decade, Manuel Rui's *Quem Me dera Ser Onda* was also published — a small book which did, and actually, this book shows us how literature can anticipate history. It isn't

³⁰⁰ “Bem sabemos que a censura é o controle explícito, tão evidente que não apresenta problemas teóricos algum. Mas será preciso que a censura se escancare para compreender-se a existência do controle? Pode-se entretanto responder que não se duvida de haver controle senão do que chamo de controle do imaginário.” LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 33.

possible to write a history of the present, but it is possible to write literature about the present. If we still remember that a demijohn was called a 'Ramalho Eanes', or that a glass of beer was referred to as a 'Búlgaro', or that there was such a thing as the 'Carnaval da Vitória', it is because of that little book by Manuel Rui and all the tales that were told and did the rounds about it.³⁰¹

Deste modo, ao contrário da polifonia em que o discurso do “EDITOR” parece radicar, seus juízos de valor acerca da obra sustenta uma monotonia cacofônica, posto que a narrativa é entendida em sentido único e repetitivo, sem deixar em aberto a possibilidade de outras leituras, antes encerrando-a numa espécie de panfletismo anti-pequeno-burguês³⁰². A “caricatura a pequena burguesia” dá o mote à ladainha da qual jamais se sai, marcando presença, raramente de maneira implícita, em todos os parágrafos. As repetições somam-se em palavras como “vícios”, “processo”, “construção”, “espírito”, estando elas ao menos por duas vezes situadas em contextos enunciativos invariáveis. Também nos muitos verbos fortes de que a “NOTA” se vale, em sua maioria de viés performativo, para apontar o mérito do autor, há um quê de alcance circular: denunciar, escarpelizar, descrever, caricaturar, criticar, dissecar, fustigar, corrigir etc., querem dizer o mais do mesmo.

Em linha análoga, as diferenças de contexto enunciativo, que existem, por mais ligeiras que sejam, entre a primeira e a segunda citação são suprimidas. O “EDITOR” torna ambos intertextos palatáveis a seu desígnio. Com efeito, aquilo que os distingue não tem a ver com o conteúdo que veiculam, mas sim com o fato de as palavras de Agostinho Neto terem sido grafadas em caixa alta e situadas no introito, diversamente das de seu sucessor, que são grafadas em caixa baixa e situadas no cabo. O que, não sendo pouco, remete para a reverência,

³⁰¹ TAVARES, Ana Paula cit. RIBEIRO, Maria Calafate. “A heritage of one’s own: a conversation with Ana Paula Tavares”, p. 148. Disponível: <ces.uc.pt>. Acesso: 5 abr. 2019.

³⁰² Embora sem explorá-lo analiticamente, o descompasso entre voz coletiva e voz unívoca na “Nota do Editor” foi apontado por Muraro: “Assim, o que acena para uma certa polifonia, porque tem-se a impressão de que falam as autoridades [Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos] e o editor em nome das massas, é, no entanto monofonia; pois no contexto não se pode ignorar que a nota é construção típica de aparelho ideológico de Estados autoritários [...]” MURARO, Andrea. op. cit., p. 34.

senão mesmo a louvação, aos que vêm e vão primeiro, aos mais-velhos e mortos. A menção ao “Guia Imortal da Revolução Angolana”, a exemplo do que Lénin fora transformado logo após sua morte, sublinha o culto da personalidade do chefe, ao arrepio da iconoclastia marxista. De modo que a crença na providência dos antepassados, condizente com a cultura tradicional africana, e a desmistificação materialista da história, falsificadora da eternidade burguesa e inscrita na modernidade ocidental europeia, não obstante o desacordo em tese, coincidem no quadro de um mesmo argumentário. Em fim de contas, o editor constrói uma escala discursiva convergente, apesar de rigidamente hierarquizada, em que a voz de Neto ocupa o topo, a de José Eduardo dos Santos, o miolo, e a de Manuel Rui, a base, servindo seu discurso de elo.

Tal como nas ruas de Luanda dos anos 80, o jargão socialista está por toda a parte (“o velho e o novo”, “luta de classes”, “pequena burguesia”, “contradições”, “processo revolucionário”, “massas trabalhadoras”, “contra-revolução”), bem como não faltam expressões de eleição nacionalista (“povo angolano”, “nosso país”). Num e noutro caso, ou melhor, no conjunto, o objetivo é conferir autenticidade o quanto baste ao enunciado em paratexto. Concorrem para igual fim as afirmações sentenciosas, certamente tiradas do linguajar militarista do período, determinado por uma guerra civil. São exemplos disso “não podem persistir” e “tem de ser combatidos”, construções que acabam servindo para caracterizar a narrativa, que, por essa via, assume uma missão equiparada a do soldado na frente de batalha: “novela corajosa e, sobretudo, necessária e oportuna, a merecer o prémio que lhe foi atribuído e a sua publicação”, assim como é prezada e reconhecida a bravura em sede das forças armadas. A noção de narrativa de combate é reforçada por metáforas (“como instrumento”, “qual esmeril”, “ferramentas de que, como escritor, dispõe”, “fustigando”, “grãos de areia nas engrenagens” etc.) em que o trabalho artístico ganha equivalência do trabalho manual.

Talvez a parte da “NOTA DO EDITOR” que se salve, do um ponto de vista crítico, sejam suas incidências analíticas, embora, até mesmo

aí, se observem desarranjos. O acerto, até onde vemos, está na identificação do desequilíbrio entre a graça e leveza da prosa e a vulgaridade do assunto, por um lado, e o “espírito crítico notável”, por outro. De fato, uma das questões latentes e cruciais com que se defronta a leitura crítica de **Quem me dera ser onda** consiste em saber como de um conflito banal, narrado em linguagem graciosa e leve, resulta uma obra engenhosa. Ao procurar enfrentar essa questão, o EDITOR desenvolve um breve comentário de pendor materialista, à luz do qual o raciocínio dialético, todavia, culmina em decretação.

O “EDITOR” começa por reconhecer que a novela tem como matéria social as contradições de uma “sociedade em construção”, cuja principal característica é a luta dos contrários, a confrontação entre o “velho” e o “novo”. Considerado inevitável, o conflito de classes é visto no plano mais amplo, “de qualquer processo revolucionário”, pelo que não corresponderia a um epifenômeno da circunstância angolana. Neste sentido, os “erros”, “desvios” e “vícios” da conduta pequeno-burguesa são “consequência lógica do processo revolucionário”. No entanto, porque o “entravam” ou representam uma “ameaça à resolução dos problemas do povo”, tais condutas “não podem persistir”, pelo contrário, “têm de ser combatidas”. E é precisamente em função desse não *poder ser*, desse imperativo categórico monopartidário, que a novela, “qual esmeril eliminando arestas”, cumpre sua missão revolucionária.

Desse modo, em lugar de ver a narrativa como uma arena onde as contradições são (ou deixam-se) encenadas de maneira imparcial, o “EDITOR” conclui (como quais fundamentos textuais?) que a mesma toma partido, do lado da denúncia, da correção, da disciplina, do controlo etc. Não lhe ocorre, por exemplo, que Manuel Rui não sugere, sequer implicitamente, a suposta *conduta correta* a servir de contraponto ao suposto “espírito pequeno-burguês descrito e caricaturado na novela.” Numa narrativa em que nem mesmo as crianças se saem bem na fotografia, onde estariam os “erros” a “corrigir”, senão em todo o lugar e, portanto, em lugar nenhum? Não seriam antes os “desvios” parte das regras, e as regras parte dos “desvios”?

Diante da narrativa, o leitor facilmente percebe que, além de um meta-discurso, o enunciado em paratexto guarda certo parentesco com os discursos das personagens. Pelo que não se distingue sua utilização estereotipada dos conceitos e palavras de ordem.

3.2. “Porco no elevador?”³⁰³

Na contramão da bitola do “EDITOR”, mas em sintonia com seus desajustes ideológicos, a abertura de **Quem me dera ser onda** não poderia ser mais plena de consequências, constituindo-se, por conseguinte, numa boa porta de entrada para a leitura crítica. Logo nos primeiros parágrafos, somos introduzidos, sem encontros nem antecedentes, no busílis da narrativa, a que o curso da ação procura desdobrar e conferir multiplicidade de sentido. Trata-se da deflagração do conflito central, em cujas breves linhas a verificação satírica de comportamentos agrega um conteúdo de verdade outro, latente, consubstanciado na condensação da feição problemática de um processo social e histórico a ser esmiuçado. É como se, de entrada e de maneira um tanto ou quanto abrupta, Manuel Rui resumisse o princípio de composição que adotara, sem, no entanto, dar de barato a chave de sua decodificação, ao contrário do que à vista desarmada se possa concluir.

A cena dramatiza um desaguisado entre vizinhos, moradores de um edifício de apartamentos na capital angolana nos inícios de 1980, poucos anos passados da independência do país. Em causa está a inusitada presença de um porco no elevador do edifício, a caminho do sétimo piso. Aparentemente, tudo se resume em saber se o animal tem ou não direito de ser transportado no equipamento, que, a princípio, se considera reservado a pessoas e bichos de estimação. Sem muito esforço, as posições suplantam-se, e não se chega a entendimento. Quem interpela e censura tenta vincar que seu interlocutor é um fora-da-lei, ao passo que quem transporta o animal não se dá por convencido e

³⁰³ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 13.

muito menos por vencido, pelo que jamais admite que comete infração alguma, antes devolve o opróbrio em veia escrachada. Nos seus próprios termos, o bate-boca é trivial: desimportante em assunto, limitado em recursos, insolente em dicção e com algo de apalhaçado.

Faustino só tirava o dedo do botão quando o elevador aparecia.

— Como é? Porco no elevador?

— Porco não. Leitão, camarada Faustino.

— Dá no mesmo em matéria de interpretação de leis.

— Quais leis?

— O problema é que a gente combinou na assembleia de moradores e o camada estava presente. Votação por unanimidade. Aqui no elevador só pessoas. E coisas só no monta-cargas.

— Mas leitão é coisa?

— Nada disso. Bichos ficou combinado cão, gato ou passarinho. Agora se for galinha morta depenada, leitão ou cabrito já morto, limpo e embrulhado, passa como carne, também está previsto. Leitão assim vivo é que não tem direito, camarada Diogo, cai na alçada da lei.

— Alçada como? Primeiro o monta-cargas está avariado. Um dia inteiro que a sua mulher andou a carregar embambas³⁰⁴ para cima e para baixo. E depois o monta-cargas, está a ver? Em segundo o leitão está em trânsito, não anda de cima para baixo e de baixo para cima. E foi este leitão que trouxe o catolotolo³⁰⁵ aqui no prédio?³⁰⁶

De imediato, Faustino e Diogo aproximam-se, respetivamente, de nga Zefa e Bina, personagens de “Estória da galinha e do ovo”, de Luandino Vieira.³⁰⁷ As duas vizinhas protagonizam enorme celeuma no musseque Sambizanga por conta de um simples ovo, que a galinha Cabíri da primeira botou no quintal da segunda. Analogamente, a questão fulcral consiste em saber a quem pertence o ovo, se à dona da galinha ou à do quintal. A resposta, que é óbvia num primeiro momento, revela-se complexa, com argumentos e contra-argumentos, garantindo pano para manga ao bate-boca e, com efeito, à narração. Sem querer forçar a nota, o conflito assemelha-se a uma disputa pela atribuição de

³⁰⁴ Bagagem com pertences. Quando utilizada no contexto do discurso em português, como é o caso, a palavra implica, quase sempre, conotação pejorativa, referindo-se à migração do campo para a cidade.

³⁰⁵ Chikungunya.

³⁰⁶ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 13-14.

³⁰⁷ VIEIRA, Luandino. “Estória da galinha e do ovo”, in **Luuanda**. Lunda / Lisboa: UEA / Texto Editores, 2015, p. 147-176.

nacionalidade, no âmbito da qual se discute o que deve prevalecer: *jus sanguinis* ou *jus soli*? Um problema de galinha e de ovo transformado em problema de direito público, sendo essa metamorfose, na verdade, o roteiro para o desvelamento das contradições que informam a totalidade das relações no contexto da sociedade colonial.

Vindo à contemporaneidade, a cena faz lembrar o debate entre o zeloso cobrador do Kapossoka, que se parece com Faustino, e os passageiros desbocados do ferribote nacional, que se parecem com Diogo, no “Primeiro Episódio: Outra Versão Possível” de **O cão e os caluandas**. Tal como aqui, o motivo da discordância é a presença — indesejada para um, normal para os demais — do cão pastor-alemão no barco. Para o cobrador, a presença do cão é descabida de sentido, daí pretender enxotá-lo. Ao passo que para os passageiros, que protestam contra a atitude do cobrador, o que menos faz sentido é impedir a presença de um cão num ferro velho ou cobrar bilhete de passagem a um animal. Dadas as inúmeras e intrigantes parecenças, vale a pena citar o diálogo:

O cobrador espumou de raiva. Fez tudo para o tirar do barco, apesar dos protestos dos passageiros. Pontapé é que não lhe deu, os olhos do cão infundindo respeito; cobrador é trabalhador zeloso mas até ao ponto de arriscar uma canela.

— Deixo nada. Kapossoka não é para cão.

— Ora! — disse outro passageiro. —Tão sujo, tão enferrujado, não sei porquê não é também para cão.

— Não pode. Não pagou bilhete.

— Afinal cão paga bilhete?

— então! Se quer atravessar o canal, paga como qualquer passageiro. Ordens são ordens. Kapossoka tem de dar lucro.

— Cão não tem pasta para guardar dinheiro, meu — disse uma garina.³⁰⁸ —Como vai pagar? Deixa lá ele ir.

Tantas foram as insistências que cobrador desistiu.

— Se o fiscal vier, vocês é que pagam o bilhete dele.

O cão marimbava-se³⁰⁹ para a discussão, estava era a olhar para a cidade, da proa do barco.³¹⁰

Já para um paralelo novelístico estrangeiro, o clima é de briga dos dois Ivans, também eles vizinhos entre si, com a diferença de que, no

³⁰⁸ Moça.

³⁰⁹ Fazer-se de desentendido.

³¹⁰ PEPETELA. **O cão e os caluandas**. op. cit., 181-82.

caso vertente, o despeito chega a ser menos desabrido ou mais subentendido, ainda assim não menos aviltante.³¹¹ Em lugar da política da boa vizinhança, que manda aconselhar, pedir, sugerir ou até mesmo persuadir, mas nunca bombardear os que conosco partilham o mesmo espaço de moradia, Diogo e Faustino, assim como seus pares ucranianos, Ivánovitch e Nikíforovitch, enveredam pela bravata e desqualificação recíproca, sem que, até segunda ordem, haja motivo para tamanha crispação. O caráter por assim dizer prosaico do fato em discussão contrasta, desde logo, com a gravidade das falas, bem como o acirramento dos pontos de vista, conferindo ao confronto a irrelevância de uma tempestade em copo d'água. E porque os dois se peitam, despeitam e embrulham a tal ponto, a zanga dos compadres faz supor a existência de desavenças não resolvidas, rancores antigos e inconfessos, os quais, agora, veem a oportunidade de se tornarem manifestos, a despeito do que em concreto se controverte, como fica mais ou menos claro na sequência, através dos comentários depreciativos que os vizinhos fazem um do outro pelas costas.

Aos olhos de hoje, cerca de três décadas depois, a polêmica não passa de escaramuça de condomínio, uma micro-guerrilha urbana, em que os oponentes são, de um lado, o vizinho que usurpa as funções de selador³¹² e intromete-se na vida de toda a gente, achando-se o guardião da fortaleza, e, de outro, o vizinho que não tem consideração pelas normas de coabitação e faz o que lhe dá na veneta, colocando seus apetites acima do interesse da coletividade. Este tende a privatizar o espaço público, na contramão do ideal de cidadania, enquanto aquele tende a escrutinar publicamente o que é do âmbito da vida privada,

³¹¹ Como Ivan Ivánovitch insiste, após pedidos não atendidos e recriminações injuriosas, em levar vantagem sobre seu vizinho, tentando obter uma arma em troca de uma “porca parda”, Ivan Nikíforovitch exaspera e manda-o às favas: “— O senhor que beije a sua porca, e, se acaso mão quiser, vá para o diabol!”. Em resposta, Ivánovitch chama Nikíforovitch de “criança” e compara a sua arma a “um brinquedo novo”, ao que recebe o epíteto de “galinha”. É partir daí que as coisas desandam, e dois respeitáveis cidadãos de Mírgorod, uma vila no interior da Ucrânia, nas primeiras décadas do século XIX, tornam-se inimigos mortais. GÓGOL, Nikolai. **A briga dos dois Ivans**. 2 ed., Trad. Graziela Schneider, São Paulo: Grua, 2014.

³¹² Na designação do livro, o responsável pela Comissão de Moradores.

rouçando à vigilância.³¹³ Apesar da contraposição, ou talvez mesmo por sua causa, tanto um quanto outro fazem figura reprovável, distante do padrão de bom-senso requerido ao convívio moderno. A imagem de Diogo convoca, por contraste, a figura de uma madame, de preferência enrodilhada em casaco de pele de urso panda, carregando seu *poodle* por meio de uma corrente banhada em ouro. Já a imagem de Faustino destoa da genuína indiferença do burguês habitante da metrópole contemporânea, para quem o lirismo irônico de Bertolt Brecht endereça seu “Poemas de um Manual para Habitantes das Cidades”.³¹⁴

Um e outro estão plantados em campos extremados, dos quais não arredam pé. A comunicação que estabelecem está longe de ser um exemplo de esclarecimento intersubjetivo. Sem prejuízo da minudência, as perguntas e respostas, as réplicas e tréplicas, não visam aclarar ou dar consequência à interlocução. Muito pelo contrário, são trunfos que saem de um baralho de cartas, como coelhos da cartola, para deixar o adversário acuado, de calça nas mãos. Parece que os vizinhos dialogam sem se falar, respondem-se sem se ouvir. Assim como o gato que quisesse capturar a própria cauda, os discursos andam à roda da vida, pululam, mas não saem do lugar, com invocações novas para dizer o que já se disse atrás. Onde a impressão de esterilidade, de travamento conversacional, ou ainda, no popular luandense, de um *taco-a-taco*³¹⁵ de rabugentos, que, em última análise, corresponde a um exercício verbal de força, como quem dissesse “vamos ver quem pode mais, se a tua lábia ou a minha”.

Com efeito, à primeira vista, assistimos à tensão ligeiramente cômica entre o excesso de zelo na observância das normas de coabitação, protagonizado por Faustino, e a disposição folgada no

³¹³ Como ainda veremos, essa atitude de Faustino fica completamente explicitada nas cenas seguintes, quando promove uma campanha contra a presença do porco no apartamento do vizinho, fazendo recurso à figura do fiscal do Instituto de Habitação.

³¹⁴ “[...] Se encontrar seus pais na cidade de Hamburgo ou em outro lugar/ Passe por eles como estranho, vire na esquina, não os reconheça/ Abaixo sobre o rosto o chapéu que eles lhe deram/ Não, oh, não mostre seu rosto/ Apague as pegadas! [...]” BRECHT, Bertolt. “Poemas de um Manual para Habitantes das Cidades”, in **Poemas 1913-1956**. 6 ed., Trad. Paulo César de Souza, São Paulo: Editora 34, 2001, p. 57.

³¹⁵ Empate.

desrespeito das mesmas, patente na atitude de Diogo. Uma tensão que não fica por aí (no elevador), assumindo contornos variados, alguns dos quais rocambolescos, ao longo da narrativa, e não se resolve senão ao fecho, nas últimas páginas do livro, em espécie de *grand finale*, com a cessação das hostilidades entre os vizinhos desavindos à roda de boa música, cerveja gelada e churrasco do porco em dia de Carnaval, numa familiaridade comensal bem à *mwangolé*.

Por esse motivo, podemos dizer que, quanto ao encadeamento, a ação de **Quem me dera ser onda** assemelha-se às sequências de uma fábula simples,³¹⁶ estruturalmente ascendente, composto por uma situação inicial perturbadora, que se metamorfoseia ao longo do entrecho, e por uma situação final reconciliatória, em que a paz vinga.³¹⁷ Mais adiante, entretanto, verificamos que, afora essa característica estritamente formal, a novela nada tem de fabulação, nos sentidos maravilhoso e pedagógico do termo. Mesmo que encarado apenas sob a perspectiva dos adultos, o desfecho em amena cavaqueira — que no quadro dos interesses das crianças (Ruca, Zeca e o vizinho Beto) significa um anticlímax — não acarreta a superação das oposições de fundo, armadas a partir do desaguisado, mas sim contempla a acomodação pura e simples de contradições por intermédio do convívio dos oponentes, o que, por outro lado, configura uma metáfora dos antagonismos sociais ocultados pelo *porreirismo nacional*,³¹⁸ em que tudo acaba com “estamos juntos, camadas!”. Ou seja, veremos que, diversamente do que a cena de abertura projeta, de acordo com uma concepção abstrata da lógica narrativa, a desavença entre os vizinhos

³¹⁶ Enquanto subgênero narrativo, e não como eventos fundamentais da ação narrativa situados numa etapa anterior à sua reelaboração ficcional. Ver REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de narratologia**. 7 ed., Coimbra: Almedina, 2002, p. 157-159.

³¹⁷ Sobre esse e outros subgêneros de narrativas africanas orais, analisados e classificados sob o escopo estruturalíscio-etnográfico, ver PAULME, Denise. **Morphologie du conte africain**. Paris: Gallimard, 1976. Ver, ainda, ROSÁRIO, Lourenço Joaquim da Costa. **A narrativa africana de expressão oral**. Lisboa / Luanda: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Angolê-Artes e Letras, 1989.

³¹⁸ Na falta de melhor definição, a expressão pode ser entendida como a afabilidade alimentada por um afeto coletivo de nacionalidade que, não raro, tem como finalidade a partilha de vantagens (materiais ou morais).

não só não é levada até as últimas consequências como se resolve sem resolução, paradoxo que é capital, oferecendo-se, a um só tempo, como incoerência narrativa e achado realista. Por ora, importa observar o *tête-à-tête* mais de perto, como que à lupa, dando-lhe outros enquadramentos e revelando-lhe facetas encobridas ou nada expostas, complementares àquelas de primeiro plano.

Considerado o revezamento das falas à luz de seu dinamismo interno, o ritmo do diálogo chega a causar vertigem. Eis o efeito característico de toda a vacuidade que não resulta, necessariamente, do inexato. São enunciados que se deslegitimam e rechaçam reiterada e sistematicamente, formando descompassos regulares. As alternâncias de perspectivas desembocam em seu contrário, ou seja, na ausência de quaisquer alternativas.

“Porco no elevador?” é uma pergunta que não é, quer dizer, que dispensa resposta, porque já a traz sugerida no bojo. Quem questiona é quem constata o fato *in loco*. Diferente seria se o ponto de interrogação viesse cortejado pelo de exclamação (“Porco no elevador?!”), caso em que a dualidade de expressão se imporia, pese embora o predomínio do tom interrogativo sobre o emotivo, de admiração ou espanto. O mesmo vale para a interpelação antecedente (o “Como é?”), que funciona como vocativo, com objetivo de dar início a um colóquio, e não como interrogação ou manifestação de alarme, à semelhança do que ainda é comum no português falado em Luanda. Assim, sem expressar assombro e mais do que pretender obter uma explicação razoável, vinda do passageiro do lado, sobre a presença inapropriada do animal no elevador, o propósito sub-reptícia da pergunta de Faustino é, antes de tudo, expor e explorar o *nonsense* da situação, em favor da qual não há o que filosofar. E mesmo que se tente respondê-la, a pergunta tem a vantagem de assegurar a resposta desejada. De fato, “porco” e “elevador” são palavras que cabem mal numa mesma frase. *Ipsis litteris*, o porco está fora do lugar. Acontece, no entanto, que o achincalhamento contém um equívoco imperdoável, que o desmoraliza ele mesmo, já que nem todo porco é leitão, ainda que todo leitão seja porco. É uma

daquelas distinções primárias, que desmobilizam os automatismos, perceptivos e silogísticos. Não obstante, observados a certa distância, porco e leitão não passam de meras categorias taxonômicas no interior de uma mesma espécie animal. No fundo, os dois não se distinguem, ou a distinção é irrelevante, uma vez que as leis, que regem a vida dos homens e às quais os suínos estão indiretamente sujeitos, não discriminam os animais por tamanho, idade, sexo, cor etc. Noutras palavras, apesar de respaldada nas nuances da realidade, a agudeza de Diogo não tem apoio na universalidade da lei, logo não vem ao caso. Com isso, ainda uma vez, Faustino comete um deslize, confunde leis com regras de condômino (“Quais leis?”). Seja como for, a imprecisão não retira o que está posto, se levado em conta que a deliberação da assembleia de moradores, da qual Diogo participara, é clara em relação ao uso do elevador e do monta-cargas: “Aqui no elevador só pessoas. E coisas só no monta-cargas”. Ocorre que leitão não é “coisa”, não sendo, por isso, transportável no monta-cargas. Contudo, para que fosse admissível no elevador, o leitão já devia ter sido “morto, limpo e embrulhado”, classificado “como carne”, e não sendo carregado vivo. Ora, mesmo que pretendesse proceder segundo às regras, Diogo não poderia fazê-lo, dado que o monta-cargas está avariado, devido, aliás, ao mal-uso por parte da mulher do próprio Faustino, carregando “embambas para cima e para baixo”. Acresce que “o leitão está em trânsito, não anda de cima para baixo e de baixo para cima”. A sua presença, aliás porque inusitada, não faz do elevador um local de constância, contrariamente às trochas da vizinha, que, como baratas tontas, parecem não ter destino, além de serem a causa de danos ao patrimônio coletivo. E ao que tudo indica, não há nada que pese contra o leitão recém-chegado: “E foi este leitão que trouxe catolotolo aqui no prédio?”. De sorte que o diálogo se encerra na mesma toada que principiou, com uma indagação igualmente cínica e de propósito insultuoso.

Tudo dito e ponderado, a questão inicial — na verdade, a raiz do braço-de-ferro — subsiste e com maior ênfase: afinal, tem ou não

cabimento a presença do porco no elevador? Como não admitir que Faustino tem do seu lado a norma (“a gente combinou na assembleia de moradores”) e Diogo, as circunstâncias fatuais (“leitão não é coisa”, “monta-cargas está avariado”, “leitão está em trânsito” etc.)? Decidir a favor da norma, porque a realidade não coincide com a norma, ou decidir a favor da realidade, porque a norma não coincide com a realidade? Como ficamos? Não ficamos, pois o que prevalece, de uma ponta a outra do bate-boca e a despeito da validade desconstrutivista de cada um dos pontos de vista, é o vaivém antitético dos juízos, avesso a qualquer forma de síntese ou súmula conclusiva. Os argumentos e contra-argumentos variam e reforçam-se a cada passo, por mais curta que seja a frase, mas ninguém verga ninguém. A razão parece estar com os dois lados, sem estar com lado nenhum.

O diferendo mostra-se irremediável até mesmo no que a gramática diz respeito. No plano sintático, a correlação entre as falas não se faz sem o uso de conectivos concessivos, condicionais e, principalmente, adversativos. Eles constituem o eixo pendular que permite a passagem de uma intervenção para a outra. Mesmo que não constem expressamente no texto, a leitura é obrigada a tê-los em conta, no lugar e momento precisos, para efeito de *logização* e compreensão, como a paráfrase acima mostra.

Por conseguinte, no plano semântico, quando não há contestação aberta, há relativização do ponto de vista do interlocutor, rebaixado sempre em algum aspecto ou mesmo na generalidade de seu conteúdo. Esse rebaixamento não se limite ao arranjo do sentido frásico, descendo até o seu núcleo sêmico, isto é, a palavra, por meio da formulação de antíteses, seja por simples oposições, seja com alternâncias e simetrias, sugeridas quando não explícitas.

No contexto, “elevador”, lugar onde o porco se encontra, faz oposição com chiqueiro (o *non-dite*), lugar onde o porco deveria estar, da mesma maneira que “lei”, o que Faustino apregoa, não combina com infração, o que Diogo pratica. Em linha análoga, a) “leitão” (objeto animado) opõe-se a “coisa” (objeto inanimado); b) bichos não

comestíveis (“cão, gato ou passarinho”) contrasta com bichos comestíveis (“galinha”, “leitão ou cabrito”); c) “morto, limpo e embrulhado”, o modo “previsto” como o leitão deveria entrar no elevador, opõe-se a “vivo”, sujo e descoberto, o modo não previsto como o leitão entrou no elevador; d) elevador em funcionamento alterna e contrasta com monta-cargas avariado; e) “de cima para baixo” faz paralelo invertido com “de baixo para cima” etc., etc. Num e noutro plano, não há convergências, pontos discursivos ou alegações em que os vizinhos se dão as mãos, desacordo que não exclui a interdependência. As falas se reconhecem como faces opostas de um mesmo atrito, na qualidade de reversos e complementos umas das outras.

A própria arquitetura do diálogo está arranjada sob o signo do equilíbrio. Feitas as contas, a distribuição das falas é equitativa, já que cada um dos vizinhos fala em quatro vezes, e de forma alternada. Se um tem a primeira palavra, ao outro cabe a última. A primeira intervenção de Faustino termina com um ponto de interrogação, tal como a última de Diogo. Se a fala do primeiro é vexatória, expondo ao ridículo inegável a conduto do segundo, a fala deste não fica atrás, mostrando que “o macaco só olha no rabo do outro”³¹⁹. Em compensação, a última intervenção de Faustino é responsiva, sem deixar de ser, à sua maneira, ofensiva, à semelhança da primeira de Diogo. Pelos vistos, Faustino não sabe diferenciar porco de leitão, sendo que Diogo não cuida de ver a diferença entre animais domésticos e não domésticos com base nas regras de condômino que ele mesmo sufragou.

Note-se que o empate técnico só é plenamente possível graças à omissão do narrador, o qual cede a palavra às personagens e remete-se ao completo silêncio do princípio ao fim do diálogo, como que em autorretirado nos fundos do placo, rindo em surdina, depois de ter

³¹⁹ O adágio, conhecido e muito citado em Angola, assemelha-se, no que toca à sentença moral, ao dito cristão que manda atirar a primeira pedra quem nunca pecou. Ele se tornou ainda mais conhecido ao ser musicado na voz de Carlos Burity, um músico popular que, aliás, aparece mencionado em um dos episódios da novela: “[...] mas como os miúdos inventavam violas com latas para imitar Carlos Buriti [sic] naquela antiga ‘com estas especulação alguém há-de pagar’”. RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 59.

introduzido a cena ao público. Uma espécie de neutralidade interessada, não na vitória de um dos vizinhos, mas no triunfo da polêmica em si, deixando que ela aconteça sem modelações ou comentários que pudessem ser, para bem ou para mal, o fiel da balança. A ausência do narrador funciona, assim, como uma renúncia de interferência subjectiva do discurso narrativo e, no mais, como um apelo ao leitor: “caro leitor, julgue você mesmo de que lado estará a razão”. O que faz com que o impasse ficcional, plasmado na irredutibilidade das partes em confronto, se transmuta em vacilo real, na medida em que a mencionada dúvida transborda para a leitura sob espectro de indecisão judicativa, se não mesmo de impotência de ajuizar. Posto na condição de juiz, já que o narrador abdicou do papel de mediador, também o leitor se acha não menos confundido. É certo, de resto, que o último visado não é quem lê o diálogo, e sim as relações sociais implicadas, cuja figuração das ambivalências extremas encontra na dramatização da narrativa a melhor fórmula. A perplexidade na leitura consiste no efeito colateral de uma escolha estética, que não é arbitrária, já que a matéria impõe o seu meio preferencial de expressão.

Entregue aos solavancos das falas e dos arremessos dos pontos de vista respectivos, o andamento do diálogo resume-se, portanto, numa dupla inscrição, a saber: o movimento e o imobilismo, tendo os dois pesos iguais. O movimento radica na alternância dos papéis de emissor e receptor (ora vexas tu, ora vexo eu), e no que isso implica de mudança discursiva reativa (ironia, cinismo, acento peremptório, tom interrogativo etc.), além de estar presente na mutação dos tópicos: de porco no elevador, o diálogo vai dar em sutilezas taxonômicas, no império da lei, na democracia participativa de condomínio, na diferença de tratamento reservado a animais domésticos e não domésticos, até desaguar nas denúncias de uso indevido do patrimônio público e de insalubridade no prédio. Por sua vez, o imobilismo resulta da inconsequência do movimento, que, por ser essencialmente truncado, não esgota os ciclos que abre, ao jeito de promessas defraudadas ou mesmo de uma sociedade que não completa os ciclos históricos que abre. As

intervenções retornam ao ponto de partida, pondo e repondo a situação primeira. Entre avanços e recuos, viravoltas sucessivas, o despropósito passa a ser virtuoso, o melhor argumento não para em pé, o corretor acaba corrigido, o infrator torna-se o denunciante, e vice-versa. O movimento incorpora o imobilismo, tanto quanto o imobilismo não se concretiza sem o movimento.

A dualidade contraditória tem na repetição o seu balão de oxigênio, aquilo que garante que ela se renove e perdure a cada fala, de modo que a linguagem capta e estiliza, com certa perfeição, o que em fim de contas está em jogo no enfrentamento entre as duas personagens: o choque entre mudança e permanência. O novo, sugerido pelas regras recentemente aprovadas por unanimidade em assembleia de moradores do prédio, tenta impor-se sobre o velho, no caso os hábitos de coabitação pré-existent, que resistem a todo custo, até mesmo na conduta da esposa de quem pretende impor a norma. Ao ficar de fora do quadro de referência das novas regras, a presença do porco no elevador passa a ser uma contravenção indefensável. Aplicadas às circunstâncias, contudo, as novas regras é que passam a ser impróprias elas mesmas, uma vez desconjuntadas da vida prática, que ainda assim não deixa de fazer má figura. Sendo óbvio que elas existem e devem ter efetividade na conduta dos moradores, a verdade é que só lhes resta aceitar a sua inoperância, ou melhor, repor os antigos padrões de coabitação em lugar de aboli-los. Noutras palavras, a coabitação conflitante entre os vizinhos aparece, por meio do diálogo, como um sintoma da coexistência contraditória entre o novo e o velho.

Em vista da explanação desenvolvida, do padrão agudo da prosa e do acento confiante, Faustino insere-se no quadrante do *dever*, do esclarecimento, da norma, enfim, do novo. Para ele, o que ficou unanimemente assente na assembleia de moradores tem como que o caráter de um imperativo categórico, acima de quaisquer considerações de ordem contingencial, no caso desqualificadas. Pondo de parte a redundância, o agravo começa em baixa e termina em alta voltagem. Na sua primeira alocução, um falso questionamento serve para encobrir

uma denúncia de conduta desviante e, em compensação, a altivez moral de quem pergunta-denuncia. Em seguida, Faustino chama o vizinho de analfabeto jurídico com todas as letras possíveis. E como se não bastasse, depois um didatismo benevolente, à luz do qual Diogo passa por mentecapto ou, na melhor das hipóteses, por *pirraceiro*, surge uma reprovação peremptória, o rompante “Nada disso”, que é uma das muitas maneiras de mandar o interlocutor estar caladinho. Aí o ar professoral ressurgue, mas já sem réstia de clamor, e sim com detalhes que conduzem a um enquadramento sentencioso. A impositação é pronunciada de cabo a rabo, retirando sua provável autoridade do jargão, ou seja, da codificação de um saber a que só os iniciados têm acesso: “em matéria de interpretação de leis”, “Votação por unanimidade”, “está previsto”, “não tem direito”, “cai na alçada da lei”. Porque não é iniciado, Diogo é incapaz de alcançar as implicações do regime de conduta imposto pelas novas regras de uso dos equipamentos do prédio, de que se destaca o elevador e o montacargas.

Desse ângulo, o discurso de Faustino — este mesmo que “só tirava o dedo do botão quando o elevador aparecia”, por pressa? ou por não saber usá-lo? — verbaliza a arrogância da Razão, segundo qual os animais, enquanto índice da Natureza, são coisas indistintas, sujeitas ao seu império. O leitão tem validade tangível senão como integrante de uma unidade classificatória, no caso taxonômica, fora da qual se torna suspeito, objetivamente inexistente. Segundo Adorno e Horkheimer, não foi outro o trajeto empreendido pelo entendimento humano até a ciência moderna, em cujo contexto renunciou ao sentido e substituiu “o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade”³²⁰. Desde então, o esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os dominados: conhece-os na medida em que pode manipulá-los, ou seja, na medida em que eles se deixam capturar pela unidade. O

³²⁰ ADORNO, Theodor. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido de Almeida, Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 20.

preço a pagar é a alienação daquilo sobre o qual se exerce o poder³²¹, como mostra o fato de Faustino desconhecer ou resistir levar em conta a diferença entre leitão e porco, ou mesmo a distância entre a norma e a realidade, no caso as condições apresentadas pelo edifício.

As reações de Diogo, em contrapartida, são tão acintosas quanto as ofensas a que respondem. Elas apontam para uma adesão ao *ser* em contraste com o *dever*, a fatividade em contraste com a abstração, as circunstâncias em contraste com a norma e ao velho *habitus* em contraste com a novidade. Ao linguajar especializado e universalizante de Faustino, Diogo contrapõe o vocabulário local, terra-terra e cotidiano (“embambas”, “catolotolo”). Ao analfabetismo jurídico apodado pelo primeiro, o segundo contrapõe o analfabetismo da experiência empírica e o embuste silogístico. Se Faustino é *expert* “em matéria de interpretação de leis”, em se tratando da diversidade ontológica do mundo, Diogo é guru. Se o primeiro retira sua autoridade da racionalidade normativa e do saber totalitário, o segundo a retira da praticidade da vida. Nesse sentido, “Mas leitão é coisa?” serve de resposta à medida à “Porco no elevador?”. O tom escandalizado da pergunta (“Mas”) sugere a presença de um raciocínio aberrante, a que se faz necessário expor ao ridículo. Do mesmo modo que a exposição metódica contida na última alocução de Diogo, em que os argumentos são organizados em dois blocos distintos no conteúdo e similares na forma (“Primeiro” + “E” + “?”; “Em segundo” + “E” + “?”) faz jus ao mencionado ar professoral da última alocução de Faustino, que fica assim desacreditada no que respeita à suposta imparcialidade na aplicação da norma: o primeiro alvo do enquadramento jurídico deveria ser a família do mesmo vizinho, proprietária de embambas que danificaram o monta-cargas e terão trazido catolotolo no prédio.

As sucessivas interrogações de Diogo (cinco, no total, contra duas do vizinho) desmancham a ilustração, apesar de não servirem para convencimento algum. Mas é por intermédio da última intervenção que o *juridiques* inverossímil de Faustino mostra derradeiramente seus limites,

³²¹ Id. Ibid., p. 21.

uma vez que a parcialidade é posta a nu: o vizinho ignora, dentre outras coisas, que a causa da presença do porco no elevador é a inoperância do monta-cargas, e que esta foi causada pelo uso e abuso de sua mulher. A justeza da colocação, entretanto, não lhe retira a impressão de desculpa de mau-pagador: se o monta-cargas está avariado, o que impediu Diogo de usar a escada? Provavelmente, a opção pelo elevador deveu-se à dificuldade imaginável que é transportar um porco amarrado a uma corda pelos lances de escada até o sétimo piso; mas aí o assunto muda de figura.

Apesar das curvas e contracurvas mentais, Faustino e Diogo não são Estragon e Vladimir, a dupla de inseparáveis vagabundos de **Esperando Godot** (1952), de Samuel Beckett,³²² que espera inutilmente sem saber exatamente por quem espera. De igual modo, o elevador não é um espaço físico de interação social zero ou um “não lugar”, para falar com Marc Augé.³²³ Ou seja, o diálogo não chega a ser absurdo ou esquizofrênico, na medida em que não se traduz em tentativa de camuflar a mínima margem de ação das personagens, de encobrir a dificuldade de passagem do tempo ou, ainda, de “superar a solidão humana através da posse [um] do outro”.³²⁴ Sem prejuízo do aspecto apalhaçado e da falta de consequência prática imediata, as falas não são propriamente desprovidas de sentido. Que Diogo e Faustino estão

³²² SAMUEL, Beckett. **Esperando Godot**. Trad. Fábio Souza Andrade, São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

³²³ Augé, que foi quem utilizou o termo pela primeira vez, concebe o “não lugar” em contraste com o “lugar antropológico”, sendo aquele o espaço físico-social construídos sob a égide da modernidade capitalista onde os indivíduos experimentam diversas formas de solidão, associadas à “contratualidade solitária”. É seu principal exemplo, as superfícies comerciais, nas quais se circula de um correr de prateleiras para outro e dialoga-se tão-somente com as etiquetas. AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Trad. Maria Lúcia Pereira, Campinas: Papirus, 2012. Para uma abordagem sucinta sobre a possibilidade de aplicação do termo a determinados espaços da sociedade contemporânea, ver SÁ, Teresa. “Lugares e não lugares em Marc Augé”, in **Tempo social – revista de sociologia da USP**, n. 2, v. 26, nov. 2014, 209-29.

³²⁴ ROSENFELD, Anatol. **Brecht e o teatro épico**. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 102. A passagem citada comenta **Na selva das grandes cidades** (1921/23), uma das peças do jovem Brecht, que, segundo o crítico, antecipa, de certo como, o teatro do absurdo, visando a analisar a situação existencial do homem no mundo contemporâneo (entre as duas Grandes Guerras), bem ao contrário da sua obra posterior, que se filia a um realismo estilizado.

longe de se entender, e que essa aparente impossibilidade se funda numa antítese discursiva que convoca a comicidade de circo, é inquestionável. Todavia, o intercâmbio verbal acaba sendo possível como manifestação de um conflito objetivo, centrado na disputa pela regulação da sociabilidade no prédio, espaço em que o elevador é apenas uma ínfima mas importante parcela. As falas de cada um fazem sentido porque ensejam interesses contraditórios concretos, ainda que desprovidas de sensatez, interesses que requerem localização no tempo e no espaço.

Em vez do teatro do absurdo, essa interlocução tensa, que não é mais do que duas visões de mundo em choque, está mais próximo do teatro tradicional, também chamado aristotélico, em que a ação se desenrola no *aqui* e *agora*, sem a manipulação de uma entidade externa ao ato, embora se admitam apartes. Daí não ser acaso a escassez de voz narrativa que se intrometesse no frente-a-frente entre os vizinhos, pois essa ausência permite que haja algo como que uma fruição dramática da cena.

O diálogo dramático é, precisamente, o recurso literário mais adequado para apresentar vontades contraditórias que defendem valores e posições antagônicas. Tradicionalmente, o que em essência não pode ser articulado através do diálogo não existe para o teatro rigoroso, dramático. Desse modo, toda a realidade é reduzida ao diálogo interindividual, apoiado pela cenografia que tenta reproduzir o ambiente em que as personagens dialogam e atuam.³²⁵

Digamos, em suma, que as falas de Diogo e Faustino colocam em destaque, desde a abertura da narrativa, as oposições binárias com que Manuel Rui trabalha artisticamente, mormente campo/cidade; norma/infração; legalismo/pragmatismo; tradicional/moderno; natureza/razão; público/privado. Os episódios subsequentes, maior parte dos quais também dominados por diálogos rixos entre as personagens, mostram que tais oposições não estão inscritas em “cenário esqualido mapeado por uma estrada de terra sem nome, onde

³²⁵ Id. Ibid., p. 32.

se vê apenas uma árvore, uma pedra e uma lua ocasional”,³²⁶ mas sim numa situação histórico-social de que fazem ver os descentramentos estruturais.

3.3. Porco no apartamento: “Mãe! O pai trouxe leitão!”

Mal o elevador chega ao sétimo piso, o porco é arrastado, por meio de uma corda ao pescoço, do interior do aparelho para o interior do apartamento — para nunca mais ser visto em vida pela vizinhança. As crianças celebram a chegada do animal, em manifestação de efusiva surpresa infante, como a frase acima bem capta. Em seguida, a pergunta que Zeca dirige ao pai (“Mas vamos comer o leitão, não é?”³²⁷) e a resposta que obtém (“Vamos criar. Engordar. Depois é muita carne”³²⁸) afastam, em definitivo, a hipótese de o porco vir a ser um animal de estimação por excentricidade, ou um totem por força da cultura tradicional, e fazem entrever um contexto de escassez alimentar, em que a carne, em particular, andara ausente da dieta familiar, que no caso não é vegetariana.

A perspectiva de engordar o porco remete para o conhecido hábito campesino de criar animais no quintal ou em outras adjacências da casa, mormente gado suíno e caprino e galináceos, animais que, sem serem de estimação, como o cão e o gato, servem para o auto-sustento da prole. É claro que, distante do espaço rural e em pleno asfalto, se propor criar um leitão num apartamento de não mais de três cômodos com o objetivo de consumi-lo depois de grande aponto, sem apelo, para uma inadaptação aos bons costumes citadinos. Já se vista pelo ângulo das estratégias de sobrevivência, a iniciativa não deixa, entretanto, de apontar para uma solução engenhosa, de que a recriação popular é capaz em momento de generalizada crise, alimentar ou qualquer outra. O que aparece como uma conduta de mão única, desabonatória para

³²⁶ ANDRADE, Fábio. “Godot em dois tempos (Posfácio)”, in SAMUEL, Beckett. **Esperando Godot**. op. cit., p. 124.

³²⁷ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 17.

³²⁸ Id. Ibid.

quem a sanciona, logo se mostra passível de dupla via interpretativa, com ganhos, além de perdas.

Se a ideia de Diogo de criar um leitão em seu condomínio causa algum espanto por revelar algo de fugidio na narrativa, seu caráter insólito reside na precipitação de uma possibilidade concreta da realidade angolana. Essa situação, transposta para o texto literário, causa um espanto que em seu chão real já não tem vez.³²⁹

Mas, em termos concretos, como seria possível a uma família partilhar um ressinto fechado de moradia com um porco, espécie animal pouco afeita aos ditames, sobretudo higiénicos, da domesticação? Quando Dona Liloca, a mulher, explicita semelhante indagação, procurando saber “Como é que a gente vai criar um porco aqui no sétimo andar?”,³³⁰ Diogo enuncia com entusiasmo sua engenhosidade, embasada numa espécie de *filosofia da barriga*: “Vamos estudar um plano. Comida, restos de hotel. A seguir é só educar ele a não gritar. E como panquê³³¹ nem um porco grita. É lei da vida”.³³² A proposta, ainda assim, não convence a senhora. Em monólogo interior, ela magica em relação à aludida possibilidade, ademais num “Prédio tudo de gentes escrituraria, secretária. Funcionários de ministérios. Um assessor popular³³³, e até um seguras³³⁴ que andava num carro com duas antenas, fora os militantes do Partido³³⁵?”³³⁶ No entanto, a despeito dos tremeliques da mulher, o plano fora executado e com sucesso, já que, para o marido, a “Revolução começa na barriga”.³³⁷ Pessoalmente falando, significa que, para Diogo, tudo vale a pena quando a fome não é pequena.

³²⁹ BORTOLETO, Bruno. op. cit., 33.

³³⁰ Id. Ibid.

³³¹ Comida.

³³² RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**, op. cit., p. 17.

³³³ Juiz que exercia função num Tribunal de Comarca durante o Partido Único, mesmo sem formação em Direito.

³³⁴ Agente dos serviços de segurança do Estado.

³³⁵ MPLA-PT.

³³⁶ Id. Ibid., p. 18.

³³⁷ Id. Ibid., p. 63.

A esta altura, o leitor torna-se cômico de que o frente-a-frente de há pouco, travado entre os vizinhos no elevador, não resultou de mero capricho por parte do morador do sétimo piso, na tentativa de afrontar as normas consagradas em sede da assembleia de moradores. Isso, em todo o caso, não anula o efeito prática de sua conduta, que de fato subverte a ordem moral estabelecida no edifício e fragiliza o controle legalista malgrado exercido por Faustino. Os dados de conjuntura cultural, político e econômica, que até então estiveram apenas sugestivos, pouco a pouco vão fazendo morada, compondo o pano de fundo das relações sociais entre as personagens. A mudança de cenário, de espaço de representação, do elevador para o apartamento, acarreta a transição da leitura, isto é, alavanca o virar da página (da 14 para 15 em diante),³³⁸ donde a prosa expande o referente da realidade e entra decisivamente em pauta.

Com a mencionada transição, apercebemo-nos, pois, que a ação da narrativa não é ambientada num espaço alegórico, a exemplo daquela ilha (ao que tudo indica, do Mussulo) projetada por Manuel Rui em **Memória de mar**. A cidade de **Quem me dera ser onda**, pelo contrário, possui predicados imediatamente reconhecíveis. É a capital de uma ex-colônia portuguesa a sul do Saara que, após a emancipação política, se vê transformada em a) refúgio dos que abandonaram o interior o país perseguidos pelos os obuses de um longo conflito armado iniciada mesmo antes de 11 de novembro de 1975; b) palco de instabilidade econômica, de racionamento dos produtos alimentares de primeira necessidade e de filas intermináveis à porta das Lojas de Abastecimento³³⁹; c) centro de construção de um regime monopartidário marxista-leninista; d) sede das Comissões de Moradores implantadas em bairros e edifícios com a função de órgãos de regulação paraestatal;

³³⁸ É importante constatar que, em algumas edições, como a da Ama Angola, já por nos referida, o *virar da página* foi mantido, mesmo sem a existência de ilustrações, que, no caso da edição original, permitem a expansão do texto da narrativa. Naquela edição, o diálogo entre os vizinhos no elevador começa e termina na página 9, dando-se início à temporada do porco no apartamento na página 10.

³³⁹ Também chamadas de “Lojas do Povo”, esses centros logísticos serviam, principalmente, para a distribuição de bens alimentares e outros, subsidiados pelo Estado, à população.

e) espaço privilegiado de circulação de palavras de ordem revolucionárias e de *slogans* socialistas; f) ponto de irradiação da *cultura do desenrasca*³⁴⁰ etc.

Como comenta Tania Macêdo, sob essa nova focalização espacial, passam a estar ausentes os desejos de construção da nação presentes nos primeiros momentos da independência, para dar lugar a uma urbe em que se desenham os variados *esquemas*.³⁴¹ Trata-se da Luanda que podemos chamar de “socialista”, diferente de uma Luanda mais remota, como a *do chico-espertismo*³⁴² em “Estória do ladrão e do papagaio” (1965), de Luandino Vieira,³⁴³ ou *do munhungo*³⁴⁴ em **Tempo de munhungo** (1970), de Arnaldo Santos.³⁴⁵

Assim, não é difícil concluirmos que o edifício em que a cena de abertura e muitas outras se desenrolam corresponde, decerto, a um daqueles muitos patrimônios que, com sua desocupação e partida em massa da comunidade colonial portuguesa por consequência do clima de violência vivido, sobretudo na capital, às vésperas da consagração da independência, viriam a ser confiscados pelo novo Estado e, tempos depois, habitados um tanto ou quanto indiscriminadamente por famílias angolanas nativas, algumas de baixa renda outra despossuídas, grande parte delas originárias de regiões rurais distantes.³⁴⁶ De modo que a

³⁴⁰ A expressão serve, ainda hoje, em Angola, para designar as várias maneiras não formais ou extraoficiais pelas quais as populações mais carenciadas sobrevivem econômica e financeiramente.

³⁴¹ MACÊDO, Tania. **Luanda, cidade e literatura**. São Paulo / Luanda: Editora Unesp / Nzila, 2008, p. 196.

³⁴² Algo como o “malandragem angolana”.

³⁴³ VIEIRA, Luandino. “Estória do ladrão e do papagaio”, in **Luuanda**, Luanda: Texto Editores, 2015, p. 79-146.

³⁴⁴ Vagabundagem.

³⁴⁵ SANTOS, Arnaldo. **Tempo de munhungo. Crônicas**. Luanda: UEA, s/d.

³⁴⁶ Num testemunho recente, publicado em alusão ao 43º aniversário da independência nacional, Rui Ramos, então professor primário, dá conta que, poucos dias antes do içar da bandeira do novo país, “A comunidade portuguesa fugia das casas que ocupava [...] com seus haveres, corriam para o Porto ou para o Aeroporto. Os meus pais e eu ficávamos à janela, vendo essa azáfama, esse desespero de quem sabe que tem de ir embora. Muitos diziam “vou, mas vou voltar”, uma expectativa que já não tinha bases reais: era uma ilusão.” Já depois do raiar do dia 11 de novembro, “A cidade do asfalto, essa, parecia fantasma, havia um estranho silêncio, como se tivéssemos acordado noutra planeta, aquela parte era até agora dos outros e o povo ainda tinha medo de se

galeria das principais personagens da novela (bastante diversificada), com incidência sobre a família de Diogo, nos aparece alguém de configurar, a rigor das condições econômicas de que dispõem, uma “pequena burguesia”, ao contrário do que a classificação do EDITOR dá como favas contadas, pese embora tais personagens não coubessem na categoria de proletariado.

Nesse sentido, a iniciativa de Diogo não chega a ser assim tão caricata, em se tratando de uma *cidade ruralizada* como era a Luanda do imediato pós-independência. Haveria tanta diferença assim entre criar um porco e pilar dendê ou *kizaca*³⁴⁷ no interior de um apartamento, com as batidas do pilão a estremecer quase um prédio inteiro? Sem excluir a referência da realidade, a pergunta tem razão de ser nos termos da própria narrativa, pois aparece sugerida mais à frente, na cena em que a mulher de Faustino é surpreendida pelo fiscal do Instituto de Habitação com o chão “todo coberto de dendém”.³⁴⁸

Em meio à euforia no seio familiar, com a casa de repente transformada com a presença do porco, o bate-boca entre os vizinhos ganha outra dimensão, ao assumir características de guerra-fria, com cada uma das partes fazendo recurso à calúnia e à difamação, além do jogo de espionagem. Depois de acomodar o animal “na varanda larga que dava para rua”, atando “a corda do leitão na barra que separava as persianas”, Diogo incumbe os filhos de ouvirem o que se parla em casa de Nazário, o síndico do prédio, a quem provavelmente Faustino iria dar queixa do ocorrido no elevador. As crianças transmitem ao pai “o rabo da conversa” que apanham, de que se destaca a intenção dos vizinhos acionarem a fiscalização do Estado. O brio com que Ruca e Zeca cumprem a missão, deixa no ar a suspeita de que já tivessem servido de alcoviteiros, do pai ou por conta própria, em ocasiões similares. A probabilidade de serem crianças que põe o bedelho em assuntos em

apropriar desse espaço que lhe tinha sido retirado.” RAMOS, Rui. “Novembro, camaradas!”, in **Jornal de Angola** (edição especial: domingo 11 de novembro), n. 15444, ano 43, nov. 2018, p. 4.

³⁴⁷ Folha de mandioqueira.

³⁴⁸ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., 24.

que são e não chamadas se confirma poucas páginas a seguir, onde o raio das travessuras sugere muito mais do que meninice.

Faustino não se vê um morador qualquer, como os demais, pretensão que afronta o ideal igualitarista. No diálogo com Nazário, faz praça de ser Assessor Popular — aquele mencionado acima por Dona Liloca —, e diz não “admitir” o “desrespeito pela disciplina” no edifício, em referência ao desacato de Diogo. Confunde status social com estatuto de moradia, em que, até prova em contrário, todos vizinhos são iguais. Percebe-se que exerce influência de mando sobre o síndico. É dele a proposta, ou melhor, a ordem propositiva de mandar o fiscal do Instituto de Habitação em casa de Diogo com a finalidade de “descobrir esse porco para lhe multar ou mesmo correr com esta gente do prédio”.³⁴⁹ Seu discurso não é só bazófia, mas também, repetindo a desmesura legalista, burocraticamente prepotente e de altivez moral. O recurso ao “gajo” contrasta, entretanto, com o “camarada” pronunciado por duas vezes no diálogo do elevador. Mesma coisa para “esta gente”, em alusão a Diogo e à sua família, contrastante com “a gente”, usado naquela outra circunstância para designar a assembleia de moradores, de que ambos haviam participado. A dissonância vocabular mostra que o tratamento respeitoso e a proximidade comunalista (camaradagem e “gente da gente”), ainda que como mero formalismo, valem apenas para espaço público, a exemplo do elevador. Para o espaço privado, valem as marcas de distinção desagregadora — as quais, inclusive, fazem lembrar o linguajar do colonizador, que designava por “esta gente” os *indígenas* e por “gajo” o contratado que na roça de café fizesse *corpo mole*.³⁵⁰ Os espaços têm sua funcionalidade, na maior parte das vezes de complementariedade oposta, ou de oposição complementar. Do que resulta algo como um socialismo e uma unidade nacional *para inglês ver*, que, como todo o verniz, se desmanchava no ar da vida doméstica.

³⁴⁹ Id. Ibid., p. 16.

³⁵⁰ Numa cena posterior, noutro lugar e situação, a palavra “gajo” reaparece, saída da boca de um dos colegas de Ruca e Zeca, mas já para designar o porco. Id. Ibid., p. 27.

Diferente do vizinho, que puxa dos galões, Digo é um *fala barato*, mas seu analfabetismo político tem a realidade “agarrada pelos chifres”, para usar a bela metáfora tauromáquica de Walter Benjamin.³⁵¹ De forma análoga, na *privacy* do lar, em que só os filhos e a mulher o podem ouvir, destrava a língua, chamando Faustino de “cabrão” e “catete de merda”, ofensas que, na mesma frase, vêm antes e depois da suspeita, meio invejosa meio oportuna, de que não tenha sido por mérito de percurso que outro foi retificado à militante do MPLA,³⁵² ao contrário do que deveria ser. Fica latente que, para ter conseguido acesso ao Partido do Trabalho e obtido o respectivo cartão de militante, Faustino passou pela *porta do cavalo*: ou prestou falsa informação sobre sua vida político-ideológica pretérita, ou usou de compadrio, ou até mesmo subornou algum dirigente. Quanto ao cargo de Assessor Popular, para Diogo está fora de dúvida que o vizinho “apanhou boleia³⁵³ na revolução”, por ter ascendido de maneira supersônica de requerimentista a Juiz da 2ª Vera do Tribunal da Comarca de Luanda.³⁵⁴

No confinamento do elevador, Diogo jamais ousara mencionar a origem étnico-regional de seu interlocutor, coisa que agora faz com à-vontade aos ouvidos da família. É verdade que, ali, sugere o enraizamento rural do vizinho, ao trazer à baila as “embambas” da mulher. Nada que se aquilate, entretanto, ao extremo “catete de merda”,³⁵⁵ reiterado, na página seguinte, pelo “advogado de tuge³⁵⁶”. Quando a mulher o chama atenção para a conotação tribalista de seu acometimento, Diogo, como já nos habitou no diálogo de abertura, sai-se com uma contraofensiva: “Ele [Faustino] é que está a fazer tribalismo. E

³⁵¹ BENJAMIN, Walter. **Linguagem, tradução e literatura (filosofia, teoria e crítica)**. Trad. João Barrento, Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 119.

³⁵² “Retificação” foi o processo por meio do qual, nos finais de 1970, o MPLA confirmou seus militantes, através de prova documental ou testemunhos sobre a idoneidade político-ideológica do candidato.

³⁵³ Pegou carona.

³⁵⁴ Id. Ibid., p. 53.

³⁵⁵ Essa ambivalência de conduta aparece representada em outras obras, mas

³⁵⁶ Merda, mas, não raro, utilizado na acepção de *falso*.

com o porco. Só porque é meu”.³⁵⁷ Ora, como é possível discriminar etnicamente um porco?! A acusação, aparentemente disparatada, desprovida de sentido real e imaginário, traz ao decima a dualidade de critérios das regras sufragadas pela assembleia de moradores, de acordo com as quais cão, gato e passarinho, espécies animais outras, são positivamente discriminados, em desfavor do porco. Por outro lado, ela sugere que a dualidade de critérios é generalizada, e que ele, Diogo, é o único morador injustiçado, por não fazer parte do *métier* étnico-regional e burocrático dos vizinhos, os tais escriturários, secretários, funcionários de ministérios. Só entre estes há os “sempre os mesmos que falam nessas reuniões de moradores”,³⁵⁸ em que o morador do sétimo piso decide nunca pôr os pés. Prova disso é que o porco se transforma num cavalo-de-batalha para Faustino e Nazário quando há enguiços maiores no edifício com os quais se deviam preocupar, como a falta de abastecimento de água, além dos mosquitos: “Que tratem mas é de resolver o problema da água.”³⁵⁹ O que devia incomodar a Comissão de Moradores são as precárias *condições materiais de existência* no edifício, e não “chatear a vida de um porco”³⁶⁰ — pese embora não permitir que animais rústicos sejam criados em apartamento concorra, ao menos em parte, para o cuidado da saúde dos moradores. Se assim não acontece, é porque, na mente de Diogo, o conluio dos vizinhos contra si pretende manter as desigualdades sociais e o nivelamento étnico-regional entre os moradores, constante do fato de que em casa de uns se come carne e doutros apenas peixe frito: “Em casa dele passa³⁶¹ avos, dendém, carne e ontem quatro ‘ramalho eanes’³⁶². Quando era ‘morteiro’³⁶³ eu vi três caixas. Se cada pessoa só tem direito

³⁵⁷ Id. Ibid., p. 17.

³⁵⁸ Id. Ibid., 18.

³⁵⁹ Id. Ibid., 19.

³⁶⁰ Id. Ibid., p. 53.

³⁶¹ Entra.

³⁶² Vinho de origem portuguesa, cujo nome da marca é jocosamente substituído por Ramalho Eanes, nome do primeiro presidente português eleito depois do golpe militar de 25 de abril de 1974.

³⁶³ Vinho apelidado com o nome da peça de artilharia.

a uma, como é que um juiz açambarca dessa maneira?”³⁶⁴ Em última análise, o porco passa a estar no centro de uma luta de classes apimentada com clivagens étnico-regionais, deixando de ser o mote de uma mera escaramuça de condomínio.

Vê-se que, a Diogo, não faltam argumentos, pois os tem para dar e vender. Não obstante, suas cabriolas retóricas (“Ismo é peixefritismo, fungismo e outros ismos da barriga da gente.”³⁶⁵) servem de desconversa, não justificam porquê chama o outro de “catete”, se concordarmos que o “merda” fica por conta da língua podre, que todos temos em determinadas circunstâncias. A narrativa não fornece sequer indícios que permitam aferir sua origem étnico-regional, mas abunda de Catete, como o escritor e nacionalista Uanhenga Xitu, já se presume que não seja. Não está fora de cogitação, em todo o caso, que seja malanjino,³⁶⁶ dada a rivalidade histórica que opõe o povo da terra da Nzinga Mbandi, visto como insubordinado, ao povo da terra de Agostinho Neto, visto como *calcinha*³⁶⁷ de nariz empinado.³⁶⁸ É igualmente deduzível que não seja militante do MPLA, a fazer fé na declinação ínvada de sua frase, bem como nas palavras da mulher acima citadas. E se não esquecermos que a ofensa em causa vem coroar, como a cereja no topo do bolo, a suspeita contida em “ainda vou descobrir como lhe rectificaram”,³⁶⁹ é fácil concluir que a manifestação de tribalismo de Diogo, expressamente condenável à luz da divisa “um

³⁶⁴ Id. Ibid., p. 53-4.

³⁶⁵ Id. Ibid., p. 17.

³⁶⁶ Natural de Malanje, norte de Angola.

³⁶⁷ Homem nativo assimilado ao figurino lusitano.

³⁶⁸ Em **O cão e os caluandas**, essa inimizada histórica é assim esclarecida por uma das personagens, que não esconde sua parcialidade na versão dos fatos: “Este Malaquias é assim mesmo. Um sonhador. Conheci-o na maka que nos opôs em 57. Não se lembra talvez, mas nesse ano houve a mais monumental pancadaria entre malanjinos e catetenses, aqui em Luanda. Tudo no seio da Igreja Protestante. Muito boa gente esteve nela, hoje até alguns somos importantes. Os malanjinos meteram-se connosco e apanharam de criar bicho. Queriam dominar a Igreja, quando nós tínhamos sido os primeiros a aderir, os que lhe demos força. As gentes de Catete não se deixam pisar, são homens bíblicos. [...] os malanjinos escondem, mas esperam a desforra. Digo-lhe, deixem os malanjinos tentar levantar a cabeça que lha cortamos de vez.” PEPETELA. **O cão e os calús**. op. cit., p. 30.

³⁶⁹ Id. Ibid.

só povo, uma só nação”,³⁷⁰ dá vazão ao mal-estar em relação a dita supremacia dos *catetes* nas fileiras do MPLA. Trata-se, por um lado, de uma denúncia de atropelo do primado da igualdade social e nacional, diante do qual a região de origem e a etnia não contam senão como bloqueios no processo de construção da nação socialista, e, por outro, de um atentado ao mencionado primado, pois o denunciante pratica o que denuncia. Um jogo de espelhos, em que a carne vira peixe e o peixe vira carne. Digamos, em termos mais palatáveis, que Diogo manifesta um *tribalismo anti-tribalista*, sendo a inversa igualmente verdadeira.³⁷¹

De maneira menos bombástica, porque fazendo parte do percurso ascensional do protagonista, esse rol de revelações verbalizadas por Diogo, de que a revolução não lida assim tão mal com a mutação da identidade pessoal, o compadrio étnico-regional e a *gasosa*³⁷², acomodando em sua carona revolucionários de última hora, condensam um passo decisivo de **Predadores** (2005), de Pepetela. A ação do episódio situa-se, temporalmente, há escassos dias da proclamação da independência. Caposso, natural de Calulo, sul de Angola,³⁷³ então com 20 anos de idade, decide, a despeito de sua aparente inaptidão, ingressar na militância política. Após tentativas malogradas, algumas das quais em companhia do amigo Sebastião Lopes, com quem aprende

³⁷⁰ Divisa utilizada pelo MPLA, desde os tempos da luta armada de libertação nacional, em princípios de década de 1960. Num discurso datado de julho de 1976 e proferido no Largo 1º de Maio, em Luanda, Nito Alves, então Ministro da Administração Interna, diz: “Os sentimentos tribais e raciais — valores baixos da cultura capitalista — repugnam qualquer consciência emancipada, consciência de novo tipo, e há que se explicar à não que o tribalismo e racismo são elementos da ideologia burguesa nacional.” ALVES, Nito. **Discurso do camarada Nito Alves, Ministro da Administração Interna, no comício de encerramento da campanha eleitoral para os órgãos do poder popular**. Luanda: DIPN-MPLA mai. 1976, p. 26.

³⁷¹ “A reconciliação Nacional significa, também nós trabalharmos pela Unidade da Nação, a unidade de todos os angolanos, trabalharmos, ainda para acabar as taras, com as dificuldades de relações que nós temos entre grupos etnias diferentes, entre raças diferentes, entre regiões diferentes, entre áreas, sejam de que natureza forem, diferentes.” NETO, Agostinho. “‘O fundamento não é só a aprendizagem da ciência e da técnica é também a absorção das ideias do partido’ – Discurso proferido pelo camarada presidente Agostinho Neto, durante o encontro com os estudantes angolanos na Escola ‘Saydi Mongas’, em Cuba, 26/01/79”, in **Discursos**. Luanda: MPLA-DEPPI, 1980, p. 58.

³⁷² Suborno.

³⁷³ Atual no município da província do Kwanza Sul.

o bê-á-bá do marxismo mas dele só assimila o invólucro das palavras, finalmente acha uma brecha para sua admissão no Departamento de Massas do MPLA. Em prolepse, a voz sarcástica do narrador — ela mesma imbuída de constante desfaçatez, como que transpondo *in orato* os desmandos perpetrados por Caposso *in actu* —, resume da seguinte maneira os fatos que *a posteriori* serão narrados:

Muitos militantes, sobretudo os que vieram da guerrilha, tinham nomes de guerra, alguns de gente gloriosa do passado, outros nem tanto. Ele escolheu para si próprio o de Vladimiro, adaptação portuguesa da Vladimir Ilitch Lenine, pois claro. Manteve o Caposso, foi a única coisa que conservou da verdadeira identificação. Pois até mudou o local de nascimento por essa altura, quando teve o primeiro cartão do MPA. [...] Calulo, a terra onde nasceu no Cuanza-Sul, não lhe pareceu granjear muito prestígio. O que estava a dar era Catete, terra do primeiro presidente da República,³⁷⁴ do maior Herói da luta, Hoji ya Henda,³⁷⁵ e de alguns responsáveis importantes. A terra onde se nasce pode suscitar solidariedades e apoio, já se sabe. Não há nada melhor do que chegar ao pé de um muata³⁷⁶ e dizer meu pai manda os cumprimentos, sou fulano de tal, da família tal, morávamos mesmo perto da casa da sua família, o que prova um sorriso cúmplice e, se possível, uma decisão positiva num requerimento ou na nomeação surpreendente. [...] De maneira que foi registado como Vladimiro Caposso, natural de Catete. Só lhe faltou acrescentar na profissão poeta, para se aconchegar ainda mais ao primeiro presidente [...].³⁷⁷

Mas, para que fosse bem-sucedido em seus contrabandos identitários, não valeu apenas a lábia. Caposso teve de “tapar buracos” e “evitar infiltrações” com “algumas notas” que tinha no bolso,³⁷⁸ remanescentes do comércio da fuba³⁷⁹ a que se dedicava na loja do musseque Marçal,³⁸⁰ propriedade herdada por procuração selada e reconhecida em cartório após a partida às pressas de sô Amílcar, o comerciante português seu antigo patrão.

³⁷⁴ António Agostinho Neto.

³⁷⁵ Nacionalista angolano natural de Catete.

³⁷⁶ Chefe ou dirigente.

³⁷⁷ PEPETELA, **Predadores**, São Paulo: Língua Geral, 2008, p. 134.

³⁷⁸ Id. Ibid., p. 73-74.

³⁷⁹ Farinha de mandioca.

³⁸⁰ Bairro suburbano de Luanda, situado a norte do território.

É como se, mais de duas décadas depois, as farsas do passado não tivessem perdido o estatuto de irmãs mais-velhas das farsas do presente, permanecendo na memória não como velharia ou desventuras de outrora, mas com valor explicativo mais do que comprovado para a atualidade, ao menos para a obra de dois dos maiores autores angolanos, para não falar da ficção nacional como um todo.

Reatando com **Quem me dera ser onda**, as investidas de Diogo não se limitam a destapar o véu da conduta de Faustino e, autotraiçoeiramente, da sua própria, com as insinuações ordinárias que vimos até aqui. Ainda no diálogo com a mulher, a propósito de como criar o porco no apartamento, Dona Liloca, sempre receosa, pondera que “Isto ainda vai dar uma maka³⁸¹ com o Instituto de Habitação”,³⁸² como de fato deu, ao que o marido retruca: “— Qual Instituto qual merca, bando de corruptos que arranjam casas só prós amigos. Eu sempre paguei renda. E casas que não têm porco estão mais porcas do que esta.”³⁸³ O desanque não podia mais arrasador. Antes generalizada à vizinhança do edifício, as infrações de Faustino são agora generalizadas à ordem vigente através de um organismo do Estado. Diogo já havia dado sinais de que avançaria a linha, levando por tabela o principal órgão de informação do país, a Rádio Nacional: “É por isso que isto [o país, a sociedade, a nação] não anda prá frente e eu é que devia falar na rádio e não esses berenguéis simonescos.”³⁸⁴ Era mesmo no médio dos relatos de futebol que eu ia falar em panquês, e ismo da barriga.”³⁸⁵ Fato consumadíssimo, o elemento novo são as “casas” *arranjadas* “só prós os amigos”, logo exposto ao autoelogio da boa conduta, que incorre na presunção gabarola e não deixa de ser um destacamento em face de quem nem sempre pagou renda de casa e, portanto, já viveu ou vive na

³⁸¹ No sentido de problema.

³⁸² RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 18.

³⁸³ Id. Ibid.

³⁸⁴ Referência a dois conhecidos e veteranos radialistas que atuaram na Rádio Nacional de Angola, Manuel Berenguel e Francisco Simons, o primeiro deles locutor de desporto.

³⁸⁵ Id. Ibid., p. 17.

ilegalidade. Assim, como anteparo da novidade, o velho assunto ressurgiu com o “Eu sempre paguei renda”, um elemento a mais a reforçar a cogitação de sua naturalidade malanjina, na medida em que o desaforo parece visar a falsificação do senso comum bastante difundido segundo o qual “malanjino não paga venda”.³⁸⁶ Ao distanciar-se positivamente da rótulo da identidade étnico-regional, Diogo parece reavivar o fantasma do tribalismo, por ele convocado, sendo que, no caso, negar um preconceito é também uma maneira de reconhecê-lo e reforçá-lo. Quer dizer, então, que Diogo é uma exceção dentre os malanjinhas?

De qualquer modo, o conchavo amiguista vem juntar-se ao temário do compadrio étnico-regional, deixando claro que Estado e Partido se merecem, daí serem uma coisa só, mesmo que um domine o outro, a exemplo da dominação masculino numa união em matrimônio consagrado pela Santa Igreja, em que ambos se tornam uma única carne. Na verdade, quem diz *amigos*, diz parentela, conterrâneos, concubinas etc., tudo menos as massas proletárias anônimas tão glorificadas nos discursos de 1º de maio no largo com o mesmo nome. Estas, por sua vez, são obrigadas a virar-se, a fazer puxadinhos onde podem, o que é outra forma ilegal de viver, contrária ao princípio da construção popular dirigida.³⁸⁷ O “bando de corruptos”, a que Diogo se refere, dispõe das habitações do Estado como se de um bem privado se tratasse, em desacordo com a lógica da distribuição equitativa, de a

³⁸⁶ De acordo com testemunhos fornecidos por pessoas próximas com mais de 60 anos e que residem em Luanda ao menos desde 1974, esse dito pejorativo surge durante as vagas de ocupações de moradias desocupadas pela pequena-burguesia colonial por altura da independência.

³⁸⁷ “Cada um apanha duas chapas de zinco, dois adobes, três pedras e faz a sua casa. E faz a sua casa de maneira a tapar a rua, a tapar o acesso a determinados locais. Enfim está-se a fazer uma aplicação muito má do princípio que nós temos admitido [...]. Quer dizer que não constroem a licença do Ministério da Construção e vamos tendo a cidade tapada em várias ruas. Não pode ser! [...] Não vamos construir de maneira selvagem, de uma maneira anárquica. Temos de construir de maneira que tudo esteja ordenado, porque senão o tractor vai passar por cima. Não teremos outro remédio. Vamos pôr os tractores em cima dessas casas que estão a tapar as ruas e aqueles que já começaram é melhor parar.” NETO, Agostinho. “Imperialismo só existe um, aquele que explora os povos de todo o mundo’ — Discurso proferido pelo camarada presidente Dr. Agostinho Neto, por ocasião da passagem do 18º aniversário do início da luta armada. 4/2/79”, in **Discursos**. Luanda: MPLA-DEPPI, 1980, p. 79.

cada um segundo suas necessidades. À semelhança da Comissão de Moradores, o Instituto de Habitação não cumpre seu papel fiscalizador, fechando os olhos para contravenções mais gritantes, embora afirmar que as casas dos vizinhos “estão mais porcas” do que a sua seja, em simultâneo, reconhecer a (menor) sujeira que se tem debaixo do teto.

Como diz Fanon, tais atos indecorosos, praticados por aqueles que “arranjam casas só prós amigos”, “explicam amplamente a facilidade com a qual, nos jovens países independentes, passa-se da nação à etnia, do Estado à tribo”.³⁸⁸ Mas por mais atentatório que seja ao bem comum, isso não impede que, quando chega à casa de Diogo, o fiscal do Instituto de Habitação empurre a porta num “safanão”, apresente-se investido de “autoridade” e exija às crianças que o tratem por “camarada”.³⁸⁹ As tinturas indecorosas não mancham a fachada progressista do Estado, nem apagam a chama vanguardista do Partido, mas sim convivem com elas no exercício pleno de sua autoridade.

3.4. Zeca, Ruca e Beto: miúdos doutro tempo

Com a entrada das crianças em cena, a narrativa, até então circunscrita ao despeito adulto, torna-se desenvolta. Os eventos tomam um rumo provavelmente diverso daquele que tomariam se dependentes apenas do truca-a-truca verbal entre Faustino e Diogo. Muito embora sua intervenção se mostre incapaz de alterar a execução da sentença do porco, as personagens infantis asseguram a continuidade da dinâmica da ação narrativa, trazendo o pulsar da realidade para dentro das páginas do livro. Digamos que o clima meio sisudo meio burlesco que preside à micro-guerrilha urbana despoletada pela vinda do porco ao edifício ganha, assim, brilho e cor, além de contornos sociais abrangentes, que, do ângulo estrita da oposição entre legalismo e pragmatismo, dificilmente se revelariam.

³⁸⁸ FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. op. cit., p. 179.

³⁸⁹ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 20-1.

Do ponto de vista da técnica de caracterização, Ruca e Zeca, a quem logo se junta Beto, o filho do Presidente da Comissão de Moradores, não são fáceis de definir. Os traços superficiais, que redundam em caricatura, estão neles pronunciados, em particular na recorrência de truques e trapagens, visando fins efêmeros. Mas, nem por isso, seu comportamento deixa de nos surpreender, por vezes até de maneira convincente.³⁹⁰ Determinada pela condição etária, sua visão sobre a vida e o mundo permanece ingênua, mesmo quando tende a afrontar a ordem patriarcal ou dos valores morais instituídos, o que não impede que o resultado de suas intervenções seja diferente do previsível e que, em função disso, sua atitude se altere, pois, assim como no bom romance realista, nem tudo está dado à partida.

Vistos sob a conjugação desses traços caricaturais e volúveis, os três meninos estão muito aquém de coincidir com os heróis da ficção angolana pré e pós-independência de cariz infanto-juvenil.

Comparados ao emblemático herói da narrativa didática de Pepetela, **As aventuras de Ngunga** (1973),³⁹¹ os irmãos e o vizinho não são, por certo, recomendáveis. A exemplaridade daquele quando menino diverge deveras com as transgressões que esses, volta e meia, cometem. Sobretudo Zeca e Ruca não se coíbem em destronar os mais velhos mais, os quais, aliás, fazem por merecer. No entanto, Ngunga é uma personagem insípida, quase inverossímil porque mediana. Sua trajetória linear, de menino órfão à guerrilheiro destemido, corresponde a uma concepção maniqueísta da história, própria da retórica anticolonialista e anti-imperialista — com qual Pepetela irá romper ainda em **Mayombe** e, cinco anos depois, **O cão e os caluandas**.³⁹² Já o trio

³⁹⁰ Como ocorre no caso das chamadas “personagens esféricas”. Ver FORSTER, E. M. **Aspects of the novel**. Edward Arnold: London, 1949, p. 75.

³⁹¹ PEPETELA. **As aventuras de Ngunga**. Luanda: Edições 70 / UEA, 1977. Segundo Cremilda Lima, o livro “marca o ponto de partida da literatura infantil no nosso País”. LIMA, Cremilda. “Panorama da literatura infantil actual em Angola”, in **Mensagem – revista angolana de cultura**, n. 6, Portugal, 1991, p. 64.

³⁹² Até certo ponto, a narrativa sobre as andanças do cão pastor-alemão transfere, para o contexto pós-independência, as contradições ideológicas vivenciadas no cenário da luta armada de libertação nacional. As oposições entre nacionalismo e racismo, identidade nacional e identidade étnica ou, ainda, entre heroísmo e oportunismo são

de **Quem me dera ser onda** se mostra mais condizente com a realidade, no que essa tem de mais ambíguo e contraditório. O respeito, senão mesmo o medo, que os adultos inspiram jamais se torna num obstáculo para que lhes desnudem a arbitrariedade no exercício da autoridade, sem deixar de pagar tributo à deseducação, mas também à inteligência.

Ainda assim, nem os arroubos de Lili, nem a sensibilidade de Rita, as personagens principais de **O círculo de giz de bombô** (1979), de Henrique Guerra, encontram respaldo na conduta de Ruca, Zeca e Beto. Enquanto a primeira é desmedidamente ambiciosa, a segunda mostra ter um senso de justiça desproporcional ao entorno social, o que é próprio da configuração salomónica à luz do qual as duas personagens foram forjadas.³⁹³

O melhor termo de comparação provavelmente seja os *monas*³⁹⁴ Beto e Xico, de “Estória da galinha e do ovo”, conto de Luandino Vieira já cima referido, quer pela impertinência com que participam nos assuntos de gente adulta, quer pelos estratagemas utilizados em benefício de seu amor pelos animais, no caso uma galinha Cabíri. A diferença é que esses dois, sendo de um tempo anterior à independência, não dispõem do jargão socialista para manusear a torto e a direito, ao passo que aqueles três, talvez por serem miúdos do asfalto e não do musseque, acabam não dispondo, no derradeiro momento, de suficiente habilidade para livrar o suíno do apetite inquebrantável de pai Diogo. Inversamente ao destino de “carnaval da vitória”, que termina na grelha sob altas brasas de carvão, galinha Cabíri

retomadas no espaço da urbe luandense dos anos 80. Neste, o elemento novo passa a ser o socialismo, investido na função de ideologia de Estado.

³⁹³ Na nota explicativa à mais recente reedição do livro, o autor diz: “A ideia desta história foi motivada pela leitura de uma adaptação de Afonso Sastre de ‘O Círculo de Giz Caucasiano’ [de Bertolt Brecht]. Escrito em 1979, em situação sociopolítica diferente da actual, a mensagem da parábola salomônica nela contida permanece hoje tão verdadeira como na época.” GUERRA, Henrique. **O círculo de giz de bombô**. Luanda: Amo Angola, 2015.

³⁹⁴ Crianças.

é salva por Xico e Beto das mãos dos soldados da polícia colonial que pretendiam fazer dela “um churrasco sem pagar”.³⁹⁵

Assim, sem prejuízo de representarem o “novo”, Zeca, Ruca e Beto já não asseguram a continuidade da tradição cultural, transmitida por via do saber das gerações mais velhas, muito menos se constituem em arautos da liberdade e da promessa de futura, características das personagens infantis do período da luta de libertação nacional.³⁹⁶ Ou seja, já não se trata de pioneiros³⁹⁷ no sentido oficial do termo. Se é verdade que sua conduta pode ser, em determinada medida, encarada como “veículo de ensinamento”,³⁹⁸ não é menos verdade que esse ensinamento só pode se referir à complexidade das circunstâncias que a mencionada conduta condensa. O “didatismo” a ser extraído dos confrontos entre as crianças e os adultos situa-se no plano formal, pois, dispensando a mera empatia, o leitor enxerga que uns e outros estão moldados à imagem e semelhança dos desacertos da experiência social.

A sensação de ambivalência que experimentamos — uma espécie de gosto agri-doce na boca — diante do comportamento dos três meninos afigura-se um indício do mal-estar vivido no quadro das relações cotidianas. O mesmo não acontece, por exemplo, em relação aos protagonistas de “Cinco dias depois da independência” (1977), do próprio Manuel Rui, em que, fruto da alienação imposta pela azafama da

³⁹⁵ “E Beto, parecia era gato, passou o corpo magro no buraco das aduelas, desaparecendo, nas corridas, por detrás da quitanda [bancada de comercial]. Xico esticou as orelhas com atenção esperando mesmo esse sinal que ia salvar a Cabíri. E foi isso que as pessoas, banzadas [confusas], ouviram quando o sargento queria ainda esquivar a galinha dos braços compridos e magros de nga Zefa. [...] Ainda com as mãos nos olhos magoados da luz, o sargento e os soldados saíram resmungando a ocasião perdida de um churrasco sem pagar.” VIEIRA, Luandino. “Estória da galinha e do ovo”, op. cit., 174-75.

³⁹⁶ Para uma análise das personagens infantis na literatura angolana, ver MACEDO, Tania. “Monandengues, pioneiros e catorzinhas: crianças de Angola” in CHAVES, Rita et al. (orgs.) **A kinda e a missanga. Encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo / Luanda: Cultura Acadêmica / Nzila, 2007, p. 357-73.

³⁹⁷ Forma com que, em Angola, logo depois da independência, designavam-se as crianças, encaradas como pioneiros do novo tempo e do “Homem Novo”. Em particular, o termo seria (e ainda serve) para designar o braço infantil do MPLA, a Organização do Pioneiro Angolano (OPA).

³⁹⁸ MATA, Inocência. “A representação satírica do real na literatura angolana”, in **Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta**. Lisboa: Mar além, 2001, p. 150.

guerra civil, os meninos-soltados se imaginam nas vestes de um batalhão das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), com fim trágico.³⁹⁹ Isso significa que, cumprida a etapa da libertação nacional e superada a adesão algo acrítica à retórica anti-imperialista, a nova matéria solicitou nova forma de expressão. Quer admita quer não, o autor soube fazer essa travessia.

O protagonismo de Ruca e Zeca tem início quando o fiscal do Instituto de Habitação, convocado certamente por Nazário, comparece para inspecionar o apartamento da família. É também o primeiro momento em que as crianças descumprem uma ordem expressa e reiterada do pai, de que não abrissem a porta ao fiscal. Quando este, após o safanão na porta, entra, “Ele [Ruca] e o irmão tremiam, arrependidos. Não estavam a cumprir as orientações do pai. Nem sequer deviam ter aberto a porte.”⁴⁰⁰ Mas, assim como Diogo, que num momento de aperto alimentar transgride as regras trazendo o porco de engorda para casa e ultraja os vizinhos, as crianças desenrascam mentiras, ofensas e *mujimbo*⁴⁰¹ com o fito de se verem livres do intruso. Tal pai tais filhos.

A primeira mentira, onde se invoca a figura do “primo Cinquenta, que trabalha na segurança”, visa, no mínimo, intimidar e, no máximo, aterrorizar. Por que não um agente da Organização da Defesa Popular

³⁹⁹ A tragédia infantil em Manuel Rui vai se repetir, no mínimo, com Kalakata, em “O rei dos papagaios”, conto que faz parte de **1 morto & os vivos** (1993), e com Sónia, em **Janela de Sónia** (2008).

⁴⁰⁰ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 21.

⁴⁰¹ Boatos. Mas a palavra tem conteúdo específico, cujo percurso é explicado por outra personagem de Manuel Rui, Adérito, em **Crónica de um mujimbo**: “Mujimbo é uma palavra chokwé que significa mensagem. Agora escreve-se cokwé, essa é demais! Mas continuando. A nossa malta da primeira guerra de libertação, frente leste, principalmente o pessoal de origem urbana, deslumbrou-se com o vocabulário. Mujimbo passou a ser notícia. Contaram-me. Um camarada ia de uma base a outra e, mal chegava, chovia a pergunta: quais os mujimbo que você traz? Ele narrava. E passavam mensagens, notícias, intrigas, tudo. Dependia da pessoa. **Que até podia produzir mentiras**. A palavra foi-se deturbandando até que mujimbo passou a coincidir com **a novidade ainda não oficial ou até o boato**.” RUI, Manuel. **Crónica de um mujimbo**, Lisboa: Cotovia, 1999, p. 99-100.

(ODP),⁴⁰² um policial ou um soldado do exército, em vez de um *seguras*? Antenado com o clima de medo em que sociedade angolana pós-independência se encontra mergulhada ainda em finais da década de 1970 e princípios de 80, Ruca sabe que um fiscal de habitação é um mero mortal perante um agente da Segurança do Estado, que põe na cadeia, e até mata, quem quiser. A escolha desta figura tem, assim, pouco de inocente. A vivacidade infantil como que resulta da apreensão dos receios e traumas sociais. Por isso, não seria temerário sugerir que, por trás da aparente fertilidade imaginativa, inscreve-se a memória traumática dos infaustos acontecimentos de 27 de maio de 1977,⁴⁰³ a partir dos quais o papel da Segurança do Estado — no caso, da Direcção de Informação e Segurança de Angola (DISA) — foi determinante na perpetuação do terror. E porque o fiscal entra portadentro sem se identificar sequer (“Você não pode entrar assim dentro da casa das pessoas.”⁴⁰⁴), nada mais à altura do que um *seguras*, que tem, esse sim, livre-trânsito para fazer buscas e capturas em qualquer lugar e a qualquer hora do dia, à semelhança do que ocorreu um pouco por todo o país na sequência do “27 de maio”.⁴⁰⁵

Desse modo, não encontra suficiente embasamento na narrativa a percepção de que os garotos destronam o poder instituído, personificado na figura do fiscal do Instituto de Habitação, através de suas inventivas carnavalizantes. O que eles fazem, na verdade, é usar a imagem e o

⁴⁰² Foi um exército não convencional criado por nacionalistas que assaltaram as cadeias coloniais de Luanda a 4 de fevereiro de 1961. Depois da independência, essa organização continuou a existir como braço paramilitar, sob o controlo do MPLA-PT.

⁴⁰³ Segundo a versão oficial, foi uma tentativa de golpe de Estado, protagonizada por uma fracção pro-soviética do Movimento, encabeçada por Nito Alves, ex-ministro da Administração Interna e ex-membro do Comitê Central. Ver MPLA. **Angola: a tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 77. (informação do Bureau Político do MPLA, 12 de julho de 1977)**. Lisboa: Edições “Avante!”, 1977. Na versão dos visados, tratou-se de uma conspiração interna urdida por membros da cúpula que rodeavam Agostinho Neto, tendo como chefe-de-fila Lúcio Lara, encarado como socialdemocrata, o que nos termos da querela político-ideológica de então, significava antissoviético. Ver TALI, Jean-Michel Mabeko. op. cit., p. 181-228. Independentemente das duas (e mais possíveis), o facto histórico, mormente as mortes e desaparecimentos são incontestáveis, donde o trauma nacional.

⁴⁰⁴ Id. Ibid., p. 20.

⁴⁰⁵ MARQUEZ, Inácio. **Memórias de um golpe: 27 de maio de 1977 em Angola**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

nome das instituições a favor de seus propósitos. É o que se repete, de forma contraditória, quando, desesperados ante à iminência da matança do porco, Ruca, Zeca e Beto elaboram um cartaz cuja assinatura atribuem-na a um fictício “fiscal”, de nome “Loló Madaleno”.⁴⁰⁶ Dependendo das circunstâncias, essa manipulação da autoridade do poder público, de que não faltam as palavras de ordem, tem efeito deslegitimador ou legitimador, senão os dois ao mesmo tempo.

Em todo o caso, só depois de uma breve ronda pelo apartamento é que o fiscal, parando junto à porta da casa de banho, atenta para a insinuação de Ruca, agora reafirmada pelo irmão:

Quem está ali?

— É o primo Cinquenta da segurança, trabalhou de noite, na casa dele não têm água e veio aqui tomar banho.

— Da segurança?

— Sim – reafirmou Zeca. E o fiscal começou a andar para a porta.⁴⁰⁷

O medo se evidencia tanto na redundância da pergunta (como alguém que ouvisse algo de tão grave e não quisesse confiar em seus próprios ouvidos), quanto nos passos de recuo. No momento em que decide ir embora, o fiscal confirma o que a mentira das crianças sugere: o familiarismo, desde que bem-posto, é um fator decisivo da relação entre o indivíduo e o Estado. E quanto mais alto for o posto que o familiar ocupa no aparelho estatal, maior liberdade há para descumprir regras, ou para se desobrigar a cumpri-las, pouco importando se tal familiar tem ou não água em casa para tomar banho.

Ainda na mesma cena, depois da mentira de Ruca, é Zeca quem toma a dianteira, para dirigir um insulto ao fiscal, chamando-o de “porco”, nos mesmos termos utilizados, mais tarde, pelo pai contra o responsável pela Comissão de Moradores. Porque não se sente ofendido e nem se deixa intimidar, talvez pela habitação no confronto com crianças ordinárias, o fiscal continua abnegado no cumprimento de seu dever de inspecionar, vasculhando os compartimentos da casa. Não encontra

⁴⁰⁶ RUI. Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 69.

⁴⁰⁷ Id. Ibid., p. 21.

nada, mas diz haver cheiro de porco no ar. É aí que entra a segunda mentira de Ruca, seguida de difamação e doutras referências insultuosas, sempre com a coparticipação de Zeca. De acusador, vizinho Faustino passa, mais uma vez, a acusado:

— Cheira porque é o vizinho camarada Faustino que costuma ter porco — afirmou Ruca mostrando convicção. — Se o senhor é ladrão de porcos, pode ir lá.

— Senhor não, camarada. E não sou ladrão sou fiscal.

— Ai é? Então tem de ir lá mesmo, que a dona também faz quitanda de dendém⁴⁰⁸...

— E fazem caporoto⁴⁰⁹ à noite — acrescentou Zeca.

— Para venderem ao sábado cada búlgaro⁴¹⁰ cem kwanzas sem troco — completou Ruca.

Como se observa, os dois irmãos botam abaixo o ideal-tipo de criança. Com eles, cai-por-terra a máxima segundo a qual “da boca das crianças nunca sai mentira”. Para a época, o fato revela-se ainda mais escandaloso uma vez que um dos principais deveres revolucionários ensinados às crianças nas escolas primárias durante a vigência do Partido Único era falar a verdade, ou, quando muito, omiti-la, seguindo o bom exemplo de “Pioneiro Augusto Ngangula”, uma personagem mítica que, como prova de seu patriotismo, se deixou fuzilar para não revelar ao “inimigo” onde se localizava a base militar do MPLA.⁴¹¹ Não por caso, invocando a sinceridade como “o primeiro princípio do marxismo”, o primeiro-oficial, em **O cão e os caluandas**, confessa que os antigos colonizadores portugueses “lá nisso de administração sabiam fazer as coisas”, sem que essa confissão ponha propriamente em causa seu

⁴⁰⁸ Dendê.

⁴⁰⁹ Bebida caseira, ainda hoje muito comum nos *musseques* de Luanda, produzido com destilado de cana-de-açúcar.

⁴¹⁰ Tipo de bidon proveniente da Bulgária, que tinha as mais variadas utilidades.

⁴¹¹ Uma versão possível seria: “O pioneiro Augusto Ngangula vivia numa aldeia do Moxico. Estudava numa escola do MPLA. No dia 1 de dezembro, ia muito contente para a escola. Levava os seus livros e ia com todo cuidado por causa da tropa colonial. Quando esta viu o pioneiro, começou a fazer-lhe perguntas. Os soldados queriam saber onde ficavam as bases do MPLA. Queriam matar os nossos guerrilheiros. Ngangula nada respondeu e os soldados bateram-no. Ainda assim, ele não falou. Então os soldados mataram-no. É por isso que o dia 1 de dezembro é o dia pioneiro angolano”. Essa estória era “ensinada” pelos professores nas escolas primárias durante os anos 80 como um fato histórico, com o intuito de incutir patriotismo nas crianças. No entanto, há quem ateste o contrário, isto é, que Ngangula fora uma figura real. Ver TUTA, António Francisco. **Malamu Xalala**. Luanda: Mayamba, 2011.

nacionalismo, muito menos o ilibado de seus contrabandos burocráticos (*esquema* das duas grades de Cuca⁴¹² por semana, do peixe, da carne, das verduras, da roupa etc.) e preconceitos para com a gente do campo, a quem chama de “camponeses ignorantes que apanharam a boleia da independência para viver numa cidade”.⁴¹³

Imputar com convicção a outrem as infrações que cometemos ultrapassa o âmbito da travessura, chegando a ser uma maldade que deixa peso na consciência. Se há algo que os irmãos não demonstram ao longo da narrativa é arrependimento ou remorso, ao contrário do sentimento de mágoa que guardam do pai pelo tratamento violento que dá ao porco. Tal como na alusão ao “primo Cinquenta”, eles sabem que as infrações que imputam aos vizinhos são práticas transgressivas combatidas pelo discurso oficial. Do contrário, não fariam delas recurso. Fazer quitanda de dendém e de caporoto num apartamento podia configurar crime de sabotagem econômica, mais do que uma simples transgressão administrativa e quebra da decência urbana, já que se trata de um mercado paralelo, quer dizer, fora da vigilância da autoridade tributária, sanitária e financeira do Estado monopartidário. Para mais, configurava um crime ideológico, na medida em que visa o lucro individual (capitalista), e não coletivo (socialista ou comunistas). O que mais comprova que Ruca e Zeca não estão alheios a esses cálculos é o enredo que montam, o qual está composto por todas as categorias básicas da narrativa: personagens (Faustino e esposa), ação (venda de dendém e caporoto, além da criação de porco), espaço (apartamento), tempo (“à noite” e “ao sábado”). Por um instante que seja, o fiscal dá-se por satisfeito, achando ter cumprido com êxito sua missão. Pelos vistos, a mentira convence-o, apesar de, na sequência, ser assaltado por uma pequena hesitação.

Mas foi preciso uma última investida da dupla para que o fiscal abandonasse o apartamento: o simulacro da ligação telefônica à casa da professora, denunciando o fiscal como sendo o suposto “ladão que

⁴¹² Uma das mais antigas marcas de cerveja fabricada em Angola.

⁴¹³ PEPETELA, **O cão e os caluandas**. op. cit., p. 21.

esteve na nossa escola e matou dois pioneiros.”⁴¹⁴ Percebe-se que, com essa calúnia gravíssima, as crianças passam da conta, posto que uma coisa é acusar injustamente os vizinhos da prática de sabotagem econômica, outra é acusar injustamente o fiscal da prática de roubo e assassinato. Do crime ideológico ao crime de sangue vai uma grande distância. Cômico de que, para o crime de assassinato, a pena de morte é reconhecida *de facto* — embora não *de jure* porque ausente da Lei Constitucional de 1975⁴¹⁵ —, o fiscal decide abandonar imediatamente o apartamento. Ocorre que, mal sai de uma confusão, ele se envolve em outra, em casa de Faustino, uma vez que acreditou nas mentiras da dupla.

No passo seguinte, Ruca e Zeca recrutam Beto e, juntos, promovem a disseminação do *mujimbo* do “ladrão”, causando uma completa algazarra no prédio, pois os vizinhos se mobilizam. Fato notório é que, em meio a toda a confusão, as mentiras e tentativas de intimidação se repetem, agora pela boca das personagens adultas. Quando o fiscal chega à sua casa, a esposa de Faustino invoca a autoridade do marido que se encontra ausente: “— Mas nesta casa? O meu marido assessor popular no tribunal e você é que vem fiscalizar a investigar que temos um porco em casa? É quê, afinal?”⁴¹⁶ A manifestação de espanto deixa explícito que, em casa de um Assessor Popular, ninguém devia ousar fazer inspeção. Mas, também aqui, o fiscal não se deixa intimidar logo à partida, antes responde à senhora com certa ironia: “— Pior um porco. Na casa de um responsável. Porque a verdade é que cheira.”⁴¹⁷ Assim como os garotos, não tendo funcionado o recurso da autoridade familiarista para destronar o agente do Estado, a senhora faz recurso ao confronto direto, difamando o fiscal:

— Bandido! Seu bandido o dendê é a minha sobra
que manda de Ambrizete só para agente comer e ainda

⁴¹⁴ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 22.

⁴¹⁵ “E nós temos dito, eu não disse ainda publicamente mas di-lo-ei agora: Aqui, no nosso país, quem mata morre! Quem mata é condenado à morte!” p. 39.

⁴¹⁶ Id. Ibid., p. 23.

⁴¹⁷ Id. Ibid.

dar nos amigos. Fora daqui. — E a primeira coisa que apanhou foi uma frigideira. O fiscal abaixou-se instintivamente, a frigideira bateu na parede mas a dona tomou a vassoura e o homem fugiu de raspão porta fora, no fim do corredor de apartamentos foi logo na escada sem viajar mais no elevador. Quando ia no quinto andar, Zeca gritou escondido no vão da escada:

— Aguarrem⁴¹⁸ o gatuno.⁴¹⁹

Já embaixo do prédio, os moradores formam uma barricada em torno do fiscal, a quem também lançam insultos. A exemplo das crianças, um deles atesta que o homem não é fiscal, mas sim “o gatuno” da semana passada”.⁴²⁰ Outro diz que foi ele “que roubou a aparelhagem”.⁴²¹ Outro, ainda, aventa a possibilidade de seu cartão ser falso. As calúnias e *mujimbos* (o não oficial) opõem-se à palavra do fiscal (o oficial). Em quem acreditar? Aliás, como diz acima um dos moradores, nada, além de um cartão de identidade institucional falsificável no mercado paralelo, garante que “o fiscal” seja, de fato, um fiscal. São dúvidas inerentes à cena, mais ainda, às indecisões da experiência social a que ela se reporta.

Vale lembrar que, logo a seguir à “aberrida” levada pelo fiscal em casa de Diogo, Ruca e Zeca rebatizam o porco, substituindo-lhe o nome “carnaval” por “carnaval da vitória”: — Agora o nome do porco não é só ‘carnaval’. — Então? — É ‘carnaval da vitória!’⁴²² Com isso, o porco é transformado num espólio de guerra. A alusão a história recente do país é clara, a despeito dos contrassensos sub-reptícios. A primeira nomeação do porco advém do fato de pai Diogo ter levado a melhor sobre Faustino, que tentou impedir a viagem do suíno no elevador. Quanto à nova nomeação, ela faz analogia à vitória sobre o exército invasor sul-africano no sul de Angola alcançada no contexto da chamada “2ª Guerra de Libertação Nacional”, a 27 de março de 1976. Invoca, portanto, o memorável discurso de Agostinho Neto que anuncia a

⁴¹⁸ Apanhar.

⁴¹⁹ Id. Ibid., p. 24.

⁴²⁰ Id. Ibid., p. 25.

⁴²¹ Id. Ibid.

⁴²² Id. Ibid., p. 23.

retomadas dos festejos do Carnaval, no musseque Cazenga,⁴²³ a 14 de janeiro de 1978:

Querem o Carnaval ou não? (sim, responde o povo). Então vamos organizar, esse ano, o Carnaval. Não o Carnaval dos 'tugas'⁴²⁴ que era só bailes. Vamos fazer o Carnaval na rua como fazíamos antigamente. É preciso estudar as canções, aquelas piadas que dizem do Golfe contra o Cazenga, Cazenga contra Sambizanga, do Sambizanga contra o Bairro Operário, este o Carnaval que queremos.⁴²⁵

Assim, um evento que marca de forma indelével à vida da jovem nação serve para nomear um porco que “chafurdava nos areais vadios” e, logo em seguida, aburguesou-se! Como explicar tamanho contrassenso? Afora a carnavalização, cujos sentidos já foram atentados pela crítica,⁴²⁶ esse ato encerra um significado ligado à lógica interna da narrativa.

As nomeações do porco, sobretudo “carnaval da vitória”, sinalizam a metamorfose verificada na atitude das crianças em relação ao animal. É daí que nasce o afeto por ele, pois Ruca e Zeca passam a encará-lo, primeiro, como vítima de um conflito entre o pai e os vizinhos e, depois, como vítima do próprio pai. O antropomorfismo que evidenciam⁴²⁷ *consubstancia-se numa espécie de versão em quadradinho da história nacional*. De modo que “carnaval da vitória” deixa de ser visto, pelas crianças, como um suplemento alimentar, para se tornar numa conquista a ser defendida. No dia seguinte, durante o recreio escolar, Ruca, fazendo jus à sua capacidade inventiva já demonstrada, narra o que ocorrera em casa como se duma guerra se tratasse, concluindo nos seguintes termos: “— primeiro o porco

⁴²³ Então o mais populoso musseque de Luanda.

⁴²⁴ Colonos portugueses.

⁴²⁵ NETO, Agostinho. “Discurso no Cazenga – 14/01/1978”, in *Revista Carnaval de Luanda*, 2011/2012, p. 3.

⁴²⁶ Ver, por exemplo, SALGADO, Maria Teresa. “Carnavalizar é preciso: uma leitura da paródia em Quem me dera ser onda”, in **Mulemba**, v. 1, n. 5, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2011, p. 67-78.

⁴²⁷ Sobre o conceito, ver DUNKER, Christian. “Teoria psicanalítica do amor pelos animais”. Disponível: <
http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/7_DUNKER.%20C.I.L.%20Teoria%20da%20psican%C3%A1tica%20do%20amor%20pelos%20animais.pdf>.
Acesso: 2 abr. 2018.

chamava-se ‘carnaval, mas depois da nossa guerra com o bandido, como a gente ganhou, agora o nome fica ‘carnaval da vitória’.”⁴²⁸

Isto é, num primeiro momento, o fiscal passa a representar as forças imperialistas estrangeiras (exército sul-africano) que se ingere no conflito entre irmãos (Digo e vizinhos Faustino e Nazário), conflito esse em que quem arca com as consequências é o povo (o porco). Mas, depois, é o pai quem se torna o “inimigo” a abater, porque quer matar o porco “só por causa da carne”.⁴²⁹ Essa mudança, com efeito, explica o desencontro de motivos entre os filhos e o pai, sendo verdade que esse último jamais perde de vista a razão por que trocara o porco por “cinco grades” de cerveja.

As crianças vão praticar diversos outros atos de desobediência e violação de regras morais ao longa da narrativa, mas sempre causando algum contrassenso. Seja em casa, como quando falsificam um ofício do tribunal⁴³⁰ ou quando corrigem gramatical e politicamente Nazário,⁴³¹ seja na rua, como quando mentem ao agente da ordem pública dizendo que o porco é do “camarada ministro”,⁴³² seja ainda na escola, como quando Ruca faz uma redação na qual chama o pai de “reacionário” e “pequeno-burguês”,⁴³³ o desrespeito da norma traz consigo um fundo verdade, a bem da instabilidade do sentido de leitura.

Nesse contexto, quando surrupiam, em casa de Faustino, o papel com o timbre do Tribunal da Câmara de Luanda — também conhecido como “Tribunal Popular” —, as crianças parecem dizer que a *justiça socialista* é imprestável, pois não serve para alimentar o povo que passa fome. A utilidade que lhe dão, servindo falsamente de requisição de carne para “os cães polícias da cadeia do Tribunal”,⁴³⁴ é pragmática. No

⁴²⁸ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 27.

⁴²⁹ Id. Ibid., p. 46.

⁴³⁰ Id. Ibid., p. 61.

⁴³¹ Id. Ibid., p. 29.

⁴³² Id. Ibid., p. 39.

⁴³³ Id. Ibid., p. 46.

⁴³⁴ Id. Ibid., p. 62.

entanto, seu pragmatismo, de que pai Diogo se beneficia comendo a carne de primeira proveniente do Hotel Trópico,⁴³⁵ não existe sem a contravenção que comete, ainda que dando melhor utilidade ao papel.

Semelhante ambiguidade ocorre quando têm a ousadia de dar uma lição gramatical e político-ideológica ao responsável pela Comissão de Moradores:

— Desculpe camarada Nazário, mas suíno é com ésse, disciplina é antes de vigilância e antes da luta continua tem de pôr pelo Poder Popular e no fim acaba ano da criação da Assembleia do Povo e Congresso Extraordinário do Partido!

— Onde isto chegou! — Nazário falava com a mão direita a ameaçar chapa —, miúdos a mandarem bocas nos mais-velhos. Se fôssemos nós vocês não tinham nem independência nem escola.⁴³⁶

O cartaz estampa a ignorância de quem tem a obrigação de conhecer a *ordem* das palavras de ordem, mas, à luz da tradição cultural bantu, as crianças não têm permissão para “mandarem bocas nos mais-velhos”. Ruca e o irmão fazem praça de serem crianças politicamente instruídas, o que está conforme com o que se espera do “Homem Novo”, mas em desconformidade com os preceitos da cultura local. Por outro lado, os mais velhos têm autoridade histórica — advinda da conquista da libertação para a nação —, além de moral, mesmo que tal autoridade seja uma farsa, como as crianças dizem ser o caso de Nazário, que não enfrentou às tropas da FNLA durante os confrontos militares em 1975, em Luanda, “basou⁴³⁷ de casa e só veio quando acabaram os bombardeamentos”.⁴³⁸

3.5. “A preocupação de um pai de família” angolano

Os traços que conferem particularidade ao perfil de Diogo, e através dos quais ele se define, aparecem difundidos da primeira à última página do livro. Todos os episódios em referência envolvem o

⁴³⁵ Id. Ibid., p. 63.

⁴³⁶ Id. Ibid., p. 29.

⁴³⁷ Fugiu.

⁴³⁸ Id. Ibid., 29.

porco, como se de um duplo se tratasse. Quer estejamos diante do vizinho, quer estejamos em presença do pai de família, quer ainda se trate das duas facetas operadas num mesmo instante, a relação direta e indireta com o animal deixa entrever a fisionomia da personagem, com tudo do que ela é composta.

Em que medida “carnaval da vitória” faz lembrar Odradeck, aquela criatura estranhíssima, quase indefinível, criada por Kafka em “A preocupação de um pai de família” (1921)⁴³⁹? Curiosamente, as semelhanças entre ambos não são poucas. Em meio aos detalhes da prosa miúda e cotidiana, os dois seres veem-se no centro de cenas simples da vida privada, algo caricaturais. A alegria que despertam nos mais-pequenos contrasta com a aversão, misto de desprezo e inveja, que sua presença (talvez mesmo, *existência*) inspira nos adultos. De objeto de defesa, logo nos primeiros parágrafos, tornam-se pedra no sapato. Sua existência utopia revela-se subversiva, atentatória contra a autoridade doméstica de inspiração sacrossanta, catalisando as contradições no vocabulário, na mente e no mundo dos respectivos pais de família. Daí serem alvos do poder discricionário, da campanha difamatória na versão de quem detém a última palavra dentro de casa. A questão, no fundo, acaba sendo de vida ou morte, ou, para falar com o próprio Diogo, de “luta de classes!”⁴⁴⁰.

No entanto, Odradeck não tem utilidade externa — ao menos, não se lhe reconhece —, ao contrário de “Carnaval da Vitória”. Enquanto o primeiro, na sua condição de aparente artefato produzido por meio de materiais residuais, constitui-se na negação da vida burguesa, mormente de sua doxa mercantilista e adereços luxuriantes, o segundo é a fonte de superação de carências materiais no quadro de uma vida coletivizada e atravessada por um conflito armado nos cafundós do capitalismo.

⁴³⁹ KAFKA, Franz. “A preocupação de um pai de família”, in **Um médico rural**. Trad. Modesto Carone, São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 43-45.

⁴⁴⁰ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 32. Este paralelo foi beneficiado pela interpretação que Roberto Schwarz faz do conto de Kafka, a seguir à sua tradução, em SCHWARZ, Roberto. “Atribulação de um pai de família”, in **O pai de família e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 23-28.

Ademais, é ponto assente que, à revelia do destrato e além da reconhecida completude, Odradeck sairá vencedor de luta com o pai de família burguês (“[...] a idéia de que ainda por cima ele deva me sobreviver me é quase dolorosa.”⁴⁴¹). Destino diverso tem “Carnaval da Vitória”, que é morto ao cabo da novela, sem que a intervenção das crianças o consiga salvar do destino anunciado. Em consequência disso, as duas figuras tutorias não se interpenetram. A urbanidade, espelhada no discurso ponderado e objetivo, do pai de família de Kafka está em sentido inverso das descomposturas de seu par angolano, que diz tudo mais alguma coisa que lhe vêm à alma sem olhar a esmo. Não obstante, o picante é que este surpreende pela positiva e aquele pela negativa. Por detrás do breve show de esclarecimento e das palavras bem-postas pelo anonimato da voz narrativa, enorme maldade se arquiteta⁴⁴², ao passo que por debaixo dos panos sujos de ofensas — às regras de coabitação, à integridade moral de outrem, aos cânones da ideologia oficial, etc. — certa luz se desperta.

Vimos que, quando adentra o elevador, Diogo tem um curto-circuito com o vizinho por causa da presença ilegal do animal no interior do aparelho. Até aí, já sabemos que o morador do sétimo piso não deixa seus créditos em mãos alheias. Ele surge como respondão, obstinado, incumpridor das normas, indiscreto, dublê de metódico, mas sem deixar, até certo ponto, de ser cínico. Acresce que é mesmo *faltador* de respeito, na medida em que se refere em termos pouco decorosos à mulher do vizinho cujo nome não foi chamado à liça. Além do mais, diz, nas entrelinhas, que o responsável máximo pelo prédio, que também não se faz presente, é incompetente, porque, supostamente, não cuida adequadamente da limpeza do edifício, infestado de mosquitos vetores de catolotolo. Um mar só de defeitos, que são virtudes por outro lado, uma vez que surgem em reação espontânea às ofensas igualmente

⁴⁴¹ KAFKA, Franz. “A preocupação de um pai de família”, in **Um médico rural**. op. cit. p. 45.

⁴⁴² “Responsável por todos os títulos, o pai de família é partidário inconfesso da destruição.” SCHWARZ, Roberto. “Atribulação de um pai de família”, in **O pai de família e outros ensaios**. op. cit. p. 28.

graves que lhe são dirigidas por Faustino. Bem contextualizados, os julgamentos morais perdem sua pose desinteressada e pisam terra firme. Virtude e defeito, descompostura e capacidade de virar o jogo a seu favor, contravenção e denúncia de outrem reúnem-se numa única personagem.

No espaço do apartamento, o mesmo quadro de ambivalências se prolonga e amplia. As primeiras páginas apresentam um pai esmerado, que, assim como a mulher, dona Liloca, faz o possível para não faltar pão à mesa da família. Não faltam provas disso. Basta lembrar que a presença do porco em casa é uma tentativa de diversificação da dieta da família, farta de comer peixe frito quase diariamente. Num primeiro instante, os interesses em torno do porco convergirem, os filhos adoram o pai, e este tem apressos por aqueles. Os momentos de alegria são notáveis, e têm seu lado idílico, pese embora as vicissitudes. Após Zeca e Ruca contarem aos pais as fintas bem-sucedidas que infringiram ao fiscal da habitação que veio vistoriar o apartamento, à caça do porco,

Digo abraçou a mulher e os filhos, gargalharam todos aquela primeira manhã clandestina do porco, e a dona arranhou sandes de peixe frito para os miúdos, que foram a correr nas aulas sem esquecerem o saco de plástico para a comida de 'carnaval da vitória'.⁴⁴³

Observe-se que a exposição da dimensão risonha da vida familiar, por mais esparsa que seja, não afasta a condição econômica precária ("sandos de peixe frito"), muito menos o compromisso com os estudos e outras tarefas, executadas com alegria e vivacidade. Mas isso só aconteceu, talvez, porque as crianças, astutas como são, omitiram, no relato aos pais, parte da história, a qual inclui "a mentira má" que utilizaram contra o vizinho Faustino⁴⁴⁴. Ora, um ponto de que Diogo não abre mão na educação dos filhos é a disciplina, o que, para ele, quer dizer cumprimento escrupuloso de suas ordens. Não era "para brincadeiras nessas coisas de desobediência."⁴⁴⁵ Atitude que, de resto,

⁴⁴³ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**, op. cit., p. 26.

⁴⁴⁴ Id. Ibid., p. 26.

⁴⁴⁵ Id. Ibid., p. 40.

não deixa de ser contrassenso em alguém que abertamente descumpra as regras de coabitação no prédio. Dois espaços e duas personalidades: o Diogo vizinho do elevador não se confunde com o Diogo o pai de família. Por isso, excede-se, revelando as figuras do pai-ogro e do marido autoritário. Em uma das cenas mais dramáticas do livro, Diogo bate nos filhos com uma “correia velha” — ao que parece, de bicicleta danificada —, por terem desobedecido a determinação de não levar o porco para rua. Enquanto desanca nos miúdos, o pai de família ordena à mulher que levante o volume do rádio no máximo, para que os choros não sejam ouvidos para lá das paredes do apartamento⁴⁴⁶, o exato mesmo que havia feito poucas páginas atrás, quando, na outra cena dramática, esfregou o focinho do porco com jindungo⁴⁴⁷. Analogamente, os castigos e as ameaças de violência endereços aos filhos não se distinguem de que o porco é submetido. Aos filhos, diz “dou-vos o tratamento!” e, ao porco, “espera que eu te digo”, “tiro-te a fala”, sendo que “dar” e “tirar”, apesar de verbos antônimos, estabelecem, para todos os efeitos, relação de sinonímia. A vida prática une o que a gramática separa. O mesmo vale para os qualificativos com que designa os filhos e o porco em momentos de desaforo. “Bandidos”, “chanfrados”, “lumpenagem”, “quadrilha” e “vadiagem”, por um lado, e “mal-cheiro”, “íngrato”, “pequeno-burguês” e “burguês”, por outro, são todos qualificativos sociais grupos sociais detestáveis, inimigos internos da classe revolucionária, tão odiosos quanto o principal inimigo externo, o imperialismo, e seus lacaios internos. É missão da revolução

Com esse passo, Manuel Rui introduzia na esfera privada o vocabulário da esfera pública e, nos conflitos domésticos, as ressonâncias ideológicas dos conflitos sociais, deixando sugerido o quanto as impropriedades do discurso oficial se reproduziam, tal e qual, até mesmo no campo das relações afetivas. E nesse campo, as semelhanças entre o tratamento destinado as crianças e ao porco são qualquer coisa menos casuais; elas apontam para as associações fáceis

⁴⁴⁶ Id. Ibid., p. 41-2.

⁴⁴⁷ Pimenta.

a que a verborreia socialista estava sujeita na falta de termos de comparação reais.

Outro ponto em que Diogo faz figura pouco simpática é no uso constante de termos de baixo-calão. O leque é pouco variado (“merda” e “porra”), mas sempre pronunciado com vigor. Não há quem, em casa, escape a suas ofensas. Nesse quesito, Diogo é similar a Henrique Feijó, o protagonista de **Crónica de um mujimbo**. Algo esquizoide, Feijó, em suas inconsciências, usa e abusa de palavrões. A qualquer momento, sai-lhe um “Porra!”, dirigido contra quem quer que seja: ao filho à mesa do jantar, à mulher, aos colegas de trabalho e a si próprio (em monólogos furibundos no meio da rua ou entre as quatro paredes do gabinete).⁴⁴⁸

Porque fala barato, Diogo é um peixe que morre pela boca. Quase tudo o que diz contra os outros volta contra si próprio, como um bate-volta da contradição. Por exemplo, ele se diz “revolucionário da cidade”, mas seu desprezo pelos problemas particulares do campo, como a falta de cerveja (!), constitui um acinte à aliança operário-camponês.⁴⁴⁹ Ainda assim, sua urbanidade — ou sua não-ruralidade — é em toda a linha questionável, não só por criar um porco no apartamento, mas também porque padece de superstições. Quanto se descuida e deixa escapar a garrafa de cerveja, o porco é que paga: “— Parece que o azar entrou em casa desde que hospedámos o porco.”⁴⁵⁰

Ele é useiro e vezeiro em associações aparentemente desprovidas de proporção e nexos, transparecendo, para a leitura imediata, uma mente em desequilíbrio. Volta e meia, socorre-se de metáforas drásticas, sugestões cortantes e colocações que resvalam para a agressão moral. Estas são como que requisitos de grande parte de suas intervenções ao longo da novela, tendo sempre o suíno como

⁴⁴⁸ Ver RUI, Manuel. **Crónica de um mujimbo**. Lisboa: Cotovia, 1991.

⁴⁴⁹ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 67.

⁴⁵⁰ Id. Ibid., p. 67.

termo de uma comparação qualquer, conforme o momento e a circunstância. Vejamos a seguir alguns exemplos

Subliminarmente, Diogo compara a vizinha, com suas “embambas para cima e para baixo”, a uma formiga tonta que acarreta areia fora do carreiro. Em contrapartida, quem fala, puxando o porco por uma corda para dentro e fora do elevador, se oferece como exemplo de circulação orientada pelas regras de trânsito. Também o porco se difere, pela positiva, das embambas, que, por sua vez, têm alguma coisa a ver com a presença dos mosquitos do catolotolo no edifício. A propósito, “embambas” e “catolotolo” são palavras compagináveis, a julgar pela mesma origem kimbundu e, por consequência, pela exceção que fazem no interior de um discurso em português. As duas remetem, no caso com discriminação subjacente, ao mundo rural em relação de incompatibilidade com a civilização urbana.

Já em casa, Diogo sugere que há, no prédio, moradores que não pagam renda ao Estado pela ocupação dos imóveis, ou seja, vizinhos que vivem na ilegalidade, porventura aqueles mesmos em cujas casas não têm porco mas estão mais porcas que a sua⁴⁵¹. Pelos vistos, ninguém tem moral para dar lição a ninguém. Acusação pela acusação, ficam elas por elas, ou, se se quiser, o roto pelo rasgado. Porém, há sempre quem sai melhor na fotografia, por mais paradoxal que o triunfo seja. Criar um porco num apartamento, violando as regras de coabitação previamente estabelecidas, não impede que se seja um morador cumpridor de seus deveres (para com o Estado) ou que se dê uma lição de urbanidade (no caso, de asseio) aos demais vizinhos — tal como Ruca e Zeca já o haviam feito em relação às palavras de ordem. E por que razão, senão por mera oposição abstrata, uma coisa impediria a outra? Mesmo na prática, o desimpedimento não redundaria em dualidade estanque. O morador exemplar, pagador de suas contas e asseado, só existe na condição de auto-de-defesa da infração. Melhor dizendo, em Diogo, a falta do prevaricador apoia-se, legitimamente, na correção do bom cidadão, de modo que, numa relação de dependência, a falta não

⁴⁵¹ Id. Ibid., p. 18.

vai sem a correção, não sendo menos verdade que a correção seria inútil sem a falta. Não obstante, uma vez que a presença do porco no apartamento atende à perspectiva de satisfação de uma necessidade humana básica, que é matar a fome, a infração é relativizada e a contradição quase deixa de fazer sentido. Afinal, não foram os jovens Marx e Engels, em ajuste de contas com o ranço idealista alemão, quem disseram que

“O primeiro pressuposto de toda a existência humana [...] é que todos os homens devem estar em condições de viver para ‘fazer a história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais.”⁴⁵²

Mais tarde, entretanto, depois de lhe dirigir uma dentada malograda à mão, o porco passa para o polo negativo de comparação. Leva com um “Ingrato como vocês”⁴⁵³ — onde o “vocês” são os filhos, que “andaram na vadiagem” com o animal⁴⁵⁴. Sem mediação nem ressalvas, os defeitos morais valem tanto para os homens quanto para os animais, sendo condenáveis em uns e outros. Tanto assim que a conduta das crianças se equipara à conduta do suíno. É como se Diogo, revelando-se do materialista científico por vias inesperadas, quisesse dizer que só o trabalho alça o homem de sua condição animal.

Noutro momento, quando o síndico do prédio lhe aparece à porta, querendo tirar satisfação da presença do porco no apartamento, das *makas*⁴⁵⁵ com o fiscal e da alegada deseducação dos filhos, Diogo invoca uma série de enormidades, sempre no sentido da fuga para frente. Primeiro, insinua uma contra-acusação contra Nazário, a de este ser perito em práticas de adivinhação — as quais, por um lado, fazem má figura diante da cultura citadina, em que, querendo ou não, os vizinhos estão inseridos, e, por outro, são condenáveis à luz da ideologia

⁴⁵² MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle *et al.* São Paulo: Boitempo, 2007, p. 87.

⁴⁵³ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 42.

⁴⁵⁴ Id. Ibid.

⁴⁵⁵ Problemas.

oficial⁴⁵⁶. Pois “só uma pessoa que vive com porco é que sabe se porco vive com essa pessoa.”⁴⁵⁷ Se Nazário, que não viu com os próprios olhos e apenas ouviu dizer, tem tanta certeza de que há um porco em casa do vizinho, é porque dispõe de poderes sobrenaturais, que ninguém ou poucos dispõem, o que, bem visto, se traduz numa afronta ao socialismo científico, orientado pela concepção materialista da história, a base sobre a qual todo “Homem Novo” deveria fundar seu raciocínio.⁴⁵⁸ A existir quem seja capaz de adivinhar o futuro, ver muito para lá da materialidade das coisas, do que valeria o conhecimento objetivo das contradições da realidade, tão recomendado pelo marxismo?⁴⁵⁹

Em um *volte-face* semelhante ao da abertura da narrativa, de acusado, o vizinho do sétimo piso passa a acusador. Quem desrespeita a decisão da assembleia de moradores passa, assim, a assumir a função de advogado de plantão ao serviço da ideologia oficial, sendo que essa nova função não se incomoda de ser a calção da contravenção. A inversão de papéis é inopinada, embora não implique trocar uma posição pela outra, como o camaleão que muda de cor, mas não se desveste da própria pele. Para mais, a frase acusatória de Diogo

⁴⁵⁶ Num texto em que denega o misticismo tradicional, Henrique Abranches inclui a prática da adivinhação no feiticismo: “O feiticismo é um freio eficaz contra a Revolução ideológica, de que o nosso Povo necessita para atingir os objectivos a que se propôs. Ele é a negação da interpretação científica dos fenómenos naturais e sociais e só pode engendrar, no melhor dos casos, soluções empíricas e, no pior dos casos, actos de desespero, de desânimo, de alarmismo, de triunfalismo e profundas perturbações da organização do Povo em trono do MPLA e do Governo.” ABRANCHES, Henrique. “Sobre a mística tradicional”, in **Reflexões sobre a cultura nacional**. Luanda: UEA, 1980, 27-30.

⁴⁵⁷ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 51.

⁴⁵⁸ “Para defender a Revolução é, portanto, preciso estar absolutamente consciente da ideologia que nós estamos a seguir. É preciso conhecer o marxismo-leninismo. É preciso saber quais são os fundamentos políticos da nossa política, da nossa orientação, em todos os domínios.” NETO, Agostinho. “Discurso proferido ao Batalhão Presidencial, no dia 1 de julho de 1978”, in Tudo pelo povo: **selecção dos discursos do camarada Presidente no período de 1962-1975**. op. cit., p. 134.

⁴⁵⁹ “[...] o marxismo surge como uma expressão da vida social, prática e real, no seu conjunto, no seu movimento histórico, com os seus problemas e as suas contradições, incluindo pois a possibilidade de *superar* a actual estrutura. [...] Neste sentido, o marxismo apresenta-se como uma *sociologia científica* com consequências políticas, enquanto a concepção do mundo oposta ao marxismo constitui uma *política* abstractamente justificada por uma *metafísica*.” LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. Trad. J. Guinsburg, Amadora: Livraria Bertrand, 1974, p. 19-20, itálico do autor.

guarda outro sentido — ou melhor, é passível de mais uma interpretação —, que, em todo o caso, não se opõe ao primeiro, semeando ambiguidade dentro da ambiguidade: quem sabe se Nazário vive ou não com porco em casa, de sorte que só ele saberia quem vive ou não com porco em casa dentre os vizinhos? E seria o corpo com quem Nazário vive ou não real ou figurado? Cabe ao ofendido responder: “O problema é seu.”⁴⁶⁰

Num segundo passo, mas ainda no mesmo parágrafo, Diogo faz uma outra contra-acusação grave em forma de indireta dirigida ao interlocutor, com colações sucessivas e a seco pelo meio, ao afirmar que “[...] só quem anda a denunciar nos bófia aqui é que sabe se fiscal veio. Chamador de bófia é pidesco⁴⁶¹ do antigamento do colono pequena-burguesia contra-revolucionária como o meu porco mas acabam sempre na faca e...”⁴⁶² De maneira explícita, o fiscal é comparado ao bófia (agente da polícia política do regime monopartidário, ex-DISA⁴⁶³), o “chamador de bófia” do tempo pós-independência é equiparado ao informante da PIDE (membro da “pequena-burguesia contra-revolucionária”) do tempo colonial, sendo estes últimos igualados ao porco. A artimanha antes usada pelos filhos, que caluniam o fiscal de “ladrão”, *mujimbando*⁴⁶⁴ aos ouvidos de toda a vizinhança, é agora usada pelo pai, com uma diferença importante: para Zeca e Ruca, a persona friccionada do “primo Cinquenta, que trabalha na segurança”,⁴⁶⁵ surge como o protetor que virá salvar o porco das garras do fiscal, enquanto, para Diogo, que tem a mente menos fértil porém mais corrompida pelas contradições da realidade, fiscal, bófia e PIDE dá tudo no mesmo. O raciocínio é perverso em toda a linha e as conclusões que dele se tiram, absurdas ao extremo, sem prejuízo da acutilância

⁴⁶⁰ RUI. Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., 51.

⁴⁶¹ Relativo à Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

⁴⁶² Id. Ibid., p. 51.

⁴⁶³ Direcção de Informação e Segurança de Angola, a primeira denominação da política angolana, criada logo a seguir à independência.

⁴⁶⁴ Espalhando mujimbo.

⁴⁶⁵ Id. Ibid., p. 21.

analítica, de as observações da realidade em **Quem me dera ser onda** saem reforçadas. Para falar de modo mais preciso, todo fiscal é bófia, todo bófia é PIDE, logo, todo fiscal é PIDE, do mesmo modo que todo chamador de bófias é pidesco, todo pidesco é porco, logo, todo chamador de bófias é porco. O silogismo — método argumentativo que Diogo reprovava em Faustino, quando o vizinho tenta deduzir do leitão o porco, nas primeiras linhas do livro — parte de uma falácia gritante, na medida em que uma coisa é denunciar uma contravenção prejudicial ao patrimônio público junto das autoridades nacionais, respondendo à demanda oficial “da disciplina e do controlo”, outra bem distinta é prestar-se ao papel, moralmente reprovável, de X-9 das autoridades coloniais, contra seus compatriotas.

O estrago almejado pela insídia não poderia ser maior. Aliás, antes ainda, a designação “bófia” já traz uma conotação pejorativa, de que Diogo astutamente se vale. Mas, como estamos no terreno do simbólico, a falácia não se esgota em si mesma, posto que desnuda os possíveis canais de contato entre as vigilâncias do presente e do passado. É a memória traumática, longínqua e recente, que fala pela língua sem freio e visivelmente desmiolada de Diogo.⁴⁶⁶ A perversidade, por maioria de razão, recai sobre a história do país, a qual, vista pelo binóculo popular, parece andar num movimento circular repetitivo, pondo e repondo momentos de crise. O fantasma do “27 de maio” retorna (“o bófia”), mas com a diferença de ser comparado ao fantasma da violência colonial (“o PIDE”). Quanto mais não seja pelo fato de que, até princípios dos anos 80, a sociedade angolana, em geral, e luandense, em particular, ainda vivia os sintomas da ferida aberta (e que demora a sarar...) pelas sinistras consequências daqueles acontecimentos, em cuja oportunidade, por mais insignificante que fosse o ressentimento,

⁴⁶⁶ “O MPLA não esperara o episódio nitista para instalar um sistema estatal repressivo. A existência da DISA e dos seus métodos repressivos o atestam.” TALI, Jean-Michel Mabeko. op. cit., p. 219. Exemplos dos referidos métodos estão na repressão das dissidências internas e dos sectores sociais da extrema-esquerda.

vizinho mandava vizinho para o “Campo da Revolução”.⁴⁶⁷ É verdade que tais acontecimentos não estão mencionados sequer *en passant*, nem aqui, nem, salvo engano, em outro lugar do conjunto da obra de Manuel Rui (porque seria literariamente inoportuno e politicamente incorreto? porque Manuel Rui Monteiro esteve envolvido neles pelo lado dos “vencedores”?⁴⁶⁸ porque o autor acaba sendo um negacionista omissos?), mas é justamente uma das qualidades da boa arte literária falar por sua mudez, por suas ausências.

Assim, no que respeita à dimensão implícita das associações, o tempo pós-independência guarda certa parecença estrutural com o tempo que o antecede, o passado que não passou. Daí por que o mesmo antídoto para os dois tempos. Se o fim do passado colonial teve início com ação das catanas, a 4 de fevereiro de 1961,⁴⁶⁹ sua reminiscência no presente pós-independência terá fim com ação da faca, o fim merecido de todos os porcos (e) burgueses.

3.6. “carnaval da vitória”: um porco pequeno-burguês?

Não faltou, por parte da crítica, quem não visse na adaptação do porco às novas condições de vida um processo de aburguesamento. A transferência para o apartamento e as mudanças de comportamento daí advindas corresponderiam, assim, a uma alegoria das transformações ocasionadas pela mobilidade vertical ascendente, ou seja, da alteração progressiva do estatuto de classe, o que estaria em oposição à sociedade de iguais visada pela finalidade teleológica da revolução.

Para Inocência Mata, o porco é uma das personagens da novela que possibilita a apresentação generalizada das “motivações do

⁴⁶⁷ Local onde, segundo testemunhos, foram fuzilados os indivíduos acusados de participação na suposta intentona golpista. Ver, dentre outros, MICHEL. Francisco. **Nuvem negra – o drama do 27 de maio de 1977**. Lisboa: Clássica, 2007.

⁴⁶⁸ Como já referimos no Capítulo 2, Manuel Rui Monteiro fez parte da chamada Comissão das Lágrimas, cuja tarefa era identificar indivíduos que tivessem participado de suposta tentativa de golpe de Estado.

⁴⁶⁹ Datada em que se celebra o início da luta armada de libertação nacional.

comportamento da chamada pequena-burguesia”.⁴⁷⁰ À semelhança de Diogo, a quem nada demove da vontade de comer carne de primeira, nem mesmo as diligências dos filhos, aspirando assim a distinção alimentar que ostenta o vizinho Faustino, o nacional “foi exigindo cada vez mais bem-estar (música, banho, açúcar, ‘festinhas’ na barriga; em suma ‘aburguesou-se!’).”⁴⁷¹ E é, justamente, por via do desmonte dessas motivações que “o texto se torna didático”.⁴⁷²

Maria Teresa Salgado, por sua vez, sustenta que “carnaval da vitória” remete para uma paródia de Napoleão, o porco protagonista de **A revolução dos bichos** (1945), sendo essa reatualização/refuncionalização apenas um dos aspetos que aproxima a novela de Manuel Rui da de Georg Orwell. O paralelo entre os dois suínos encontra razão de ser no fato de ambos “trazerem, dentro de si mesmos, os pólos contraditórios”,⁴⁷³ embora desempenhem, aparentemente, papéis opostos nas respectivas narrativas. Assim como o porco do autor inglês, que começa revolucionário e acaba ditador, o porco do autor angolano passa de símbolo da subversão do poder instituído para alegoria do comportamento pequeno-burguês.

Nesse aspecto, “Carnaval da Vitória” parece desempenhar uma função elucidativa na história, uma vez que exerce várias funções, podendo ser visto inicialmente como símbolo da vitória, por atuar como subversor das normas vigentes. Seu caráter simbólico faz-se, contudo, provisório, pois logo se percebe o quanto é contraditória a sua ação: seu comportamento ‘pequeno-burguês’ choca-se com a atitude subversora que protagoniza. ‘Carnaval da Vitória’, Diogo, o poder em vigor terminam por se mostrar idênticos. [...] O porco surge como imagem alegórica de toda a situação social aludida.⁴⁷⁴

⁴⁷⁰ MATA, Inocência. “A representação satírica do real na literatura angolana”, in **Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta**. Lisboa: Mar além, 2001, p. 157.

⁴⁷¹ Id. Ibid.

⁴⁷² Id. Ibid.

⁴⁷³ SALGADO, Maria Teresa. “A presença do cômico nas literaturas africanas de língua portuguesa”, in LEÃO. Ângela Vaz (org.). **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**. Minas Gerais: Editora PUC Minas, 2003, p. 120-21.

⁴⁷⁴ Id. Ibid.

Noutro lugar, fazendo recurso do arsenal teórico bakhtiniano sobre o cômico na cultura popular, Salgado identifica o corpo de 'carnaval da vitória' como o lugar no qual se opera a transição do simbólico para o alegórico:

A metamorfose de 'Carnaval da Vitória' responde ao papel dinâmico e ambivalente da cultura popular, remetendo às imagens do corpo grotesco em transformação [...]. A mudança ocorrida em 'Carnaval da Vitória' aponta para a permanente interação do mundo com os seres. O fato desse tratar de um porco só exacerba o caráter dinâmico da interação. Tão importante quanto este perfil mutante do corpo grotesco são também as suas partes que permite a comunicação com o mundo.⁴⁷⁵

É certo que, no quadro do convívio doméstico e urbano, o porco muda bastante, em função do (novo) tratamento que recebe. A dado passo, o narrador faz questão de introduzir uma analepse — a única de toda a narrativa, diga-se de passagem — para mostrar isso mesmo, além de servir de explicação da transação por meio da qual o animal passou a ser propriedade de Diogo. É como se só a conduta do porco devesse ser explicada com base em sua origem, à maneira determinista do romance naturalista.⁴⁷⁶

Depois de deixar a beira-mar da Corimba, onde se acostumara às “dietas mais improvisadas, cuja base fundamental eram as espinhas”,⁴⁷⁷ “carnaval da vitória” “Comia de um hotel de primeira; nos restos vinham panados, saladas mistas, camarões maioneses lagostas, bolo inglês.”⁴⁷⁸ Ou seja, de arruaceiro, que metia o focinho em tudo, ele se tornou num bicho “culto, quase protocolar”, inclusive iniciado nos gostos musicais. Com a habituação, passa a fazer exigências, as quais incendeiam a fúria

⁴⁷⁵ SALGADO, Maria Teresa. “Carnavalizar é preciso: uma leitura da paródia em Quem me dera ser onda”, in **Mulemba**, v. 1, n. 5, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2011, p. 67-78.

⁴⁷⁶ “A analepse pode constituir um processo de ilustração do passado de uma personagem relevante, no quadro de uma estratégia ideológica de tipo naturalista e determinista (é o que ocorre, por exemplo, com a personagem Amaro, no capítulo III d’O Crime do Padre Amaro e com Camille e Thérèse, no capítulo II de Thérèse Raquin de Zola)”. REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina. **Dicionário de narratologia**. 7 ed., Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p. 31.

⁴⁷⁷ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 31.

⁴⁷⁸ Id. Ibid., 32.

de Diogo, que anseia cada vez mais pela chagada de 27 de março, dia consagrado ao Carnaval,⁴⁷⁹ e passá-lo na faca.

No entanto, se atentarmos para os meandros da narrativa, veremos que resulta claro que todas as mudanças por que passa “carnaval da vitória” são apenas resultado de um processo de domesticação a que a família, em especial Ruca e Zeca, submetem o animal. Os jeitos e trejeitos que adquire, bem como a dieta e a higienização “com sabão brasileiro”⁴⁸⁰ a que se acostuma, derivam, aliás, dos estratagemas postos em prática para camuflar sua presença no apartamento. Foi um processo que levou seu tempo, pois um porco é um porco, mas que culminou na adaptação do animal às novas condições. Na verdade, toda nova postura que o animal assume explica-se no contexto do desenvolvido dos instintos dos animais domésticos: “Maneirava vénias de obséquio com o focinho e aprendera a acenar com a pata direita, além de se pôr de papo o ar à mínima cócega que um dos miúdos lhe oferecesse na barrica.”⁴⁸¹

Assim, embora tenha pertinência, a tese do aburguesamento não encontra respaldo na mudança de comportamento do porco, e sim nas vozes que nos falam desse aburguesamento. E elas são duas: a de Diogo e do narrador. Ambos movem uma campanha contra o porco, o qual, porque não fala, não tem como se defender. O epíteto de pequeno-burguês que o atribuem é uma prova a mais do uso impróprio a que as noções-chaves do pensamento socialista se submetem nas circunstâncias locais, ou melhor, nas mãos de um pai de família pouco ou nada instruído, acossado pela carestia alimentar e enquadrado pelas regras, em que a carne é privilégio de quem açambarca, como Faustino. Do mesmo modo que é desprovido de sentido dizer que alguém faz tribalismo contra um porco, é impróprio afirmar que um porco é pequeno-burguês. Todavia, a impropriedade tem seu cabimento, pois, por aquilo

⁴⁷⁹ Desde 27 de março de 1978, data da realização do primeiro Carnaval após a independência, o Carnaval tinha data única.

⁴⁸⁰ Id. Ibid.

⁴⁸¹ Id. Ibid., 37.

que come e pelo tratamento que recebe, “carnaval da vitória” é, sem dúvida, um animal privilegiado, donde seu estatuto de pequeno-burguês dentro da sua espécie. Sob essa maneira de ver contra-intuitiva, a mencionada campanha promovida por Diogo e o narrador chega a ser um marxismo-leninismo *avant la lettre*, pois se propõe acabar com a desigualdade de classes até no reino animal.

Os ataques de Diogo contra o porco são, vezes sem conta, explícitas, não sendo, por isso, difícil de as indicar. Elas têm início quando o pai de família percebe que o porco adquirira novos hábitos, e só terminam no dia em que o animal é abatido. Na cabeça de Diogo, “carnaval da vitória” tornara-se um parasita, que apenas come, faz as delícias da meninada e dorme: “Estás-te aburguesar — dizia o chefe de família Diogo. — Quem te viu e quem te vê. É a luta de classes!”⁴⁸² Noutro passo,

bastou só um pequeno ronco de “carnaval da vitória” para Diogo passar ao ataque: — Cala-te porco pequeno-burguês que na Corimba só cheiravas espinhas de peixe. Agora tens casa, não pagas renda e comes do Trópico tudo eu é que aguento. Mas falta pouco. No teu comba⁴⁸³ vamos comer a tua própria carne.⁴⁸⁴

Enquanto para os filhos, o porco passa a ser um bichinho de estimação a ponto de ser tratado como o mais novo membro da família, para o pai o animal se transforma em inimigo de classe. O ódio social, aqui, advém da inveja, também ela de classe, uma vez que o porco come carne e Diogo, por enquanto não. Por engordar, o porco também causa inveja, pois quem engorda, como o burguês típico, é parasita que vive às expensas do trabalho das classes exploradas. Algo de semelhante aos sentimentos contraditórios que o pastor-alemão de **O cão e os caluandas** desperta entre pai (autoritário) e filhos (politizados), no episódio “O primeiro oficial”:

Nunca ladrava. Nem um gato passava no quintal à noite para o obrigar a ladrar? Não é isso é que estava nas tintas. [...] Aí bravei. Já era demais. Comia a minha comida e não servia

⁴⁸² Id. Ibid., 32.

⁴⁸³ Óbito.

⁴⁸⁴ Id. Ibid., p. 67.

para nada. Amarrei-o com uma grande corda à mangueira. De dia ficava amarrado, à noite ficava solto. E carreguei-lhe no gindungo na comida do almoço. Na passagem lhe conto que tive de vuzumunar⁴⁸⁵ umas chapadas num dos miúdos que protestou contra a prisão do cão. Pois é, esses kandengues de agora, com as porcarias que andam a aprender na escola e nas ruas, já refilam com os pais: que o povo tem direito à palavra e eles são o povo. Veja lá. Na minha casa, não. Eu falo e o resto ouve. Quem traz o dinheiro para casa?⁴⁸⁶

Importa notar que, no caso de “carnaval da vitória”, isso só acontece porque a família recorre a vários estratagemas para esconder o animal da vizinhança, estratagemas esses concebidos pelo próprio Diogo, através de sua *filosofia da barricada*, e postos em prática pelos filhos. Os índices de aburguesamento (a comida recheada e diversificada do Hotel Trópico, as audiências de programas radiofônicos e de música por meio do auscultador, bem como os dengos na barricada) resulta da necessidade de dar prosseguimento à contravenção. Digamos que Diogo não calculou algumas das consequências mais óbvias de criar um porco no sétimo piso de um prédio e numa casa com crianças. Daí transformá-lo em saco de pancada física e doutrinária, transferindo para o animal a luta de classes que não é capaz de levar a cabo na realidade. Em diversas cenas, é possível vermos que os filhos e a mulher alternam com o porco essa função, demonstrando como o autoritarismo patriarcal impõe uma nota específica aos propósitos socialistas.

Assim, Dona Liloca é apodada de pequena-burguesia quando reclama do monopólio de audiência da Rádio por parte do porco.⁴⁸⁷ Depois, o marido utiliza a mesma expressão porque ela teve a veleidade de expô-lo diante de suas contradições, questionando-o se no tempo do colono ele comia carne todos os dias.⁴⁸⁸ No entanto, poucas páginas à frente, é Diogo quem defende os matadouros do país como herança positiva do colonialismo, apelando, no mesmo parágrafo, para o gosto

⁴⁸⁵ Dar.

⁴⁸⁶ PEPETELA. **O cão e os calús**. op. cit., p. 24-5.

⁴⁸⁷ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 34.

⁴⁸⁸ Id. Ibid. p. 57.

pela carne de porco dos irmãos cubanos. Tudo isso para dar a entender à família que seu plano — de matar o porco por altura do Carnaval — continua firme, sem dispensar a linguagem belicista da época. É como se Diogo condensasse, num único parágrafo, três segmentos do processo histórico nacional, designadamente colonialismo, presença internacionalista cubana e guerra civil, tendo a inveja pelo porco como argamassa:

Matadouros o tuga deixou. Vejam só: um povo revolucionário como o de Cuba tem a mesma opinião, como bué de porco. — E virando-se para 'carnaval da vitória': — Por isso espera, o dia do teu fuzilamento já vem aí, falta pouco, que eu não sustento porcos a comida do Trópico. Era o que faltava. Vais lerpar.⁴⁸⁹ — E repetiu o gesto de corta pescoço.⁴⁹⁰

Já as manifestações de inveja do narrador são mais sutis, carecendo de alguma minudência no olhar. A mencionada analepse abre com uma injúria contra o porco: “‘Carnaval da vitória’ era dos seres vivos que mais benefícios haviam tirado com a revolução.”⁴⁹¹ Veja-se a intencionalidade maldosa por trás de “seres vivos”. O mais exato seria falar em “animais”, uma vez que “seres vivos” inclui o Homem, o qual, assim, fica equiparado — na verdade, rebaixado — ao porco. Por “benefícios” se deve entender tudo aquilo que a maioria dos “seres vivos” não tem acesso, sendo possível concluir que “carnaval da vitória” se transformara num porco contrarrevolucionário. A acusação não poderia ser mais estapafúrdica, com a ressalva de que ela reflete os usos e abusos a que a luta de classes se fez sujeita.

Noutras passagens em que se refere ao porco, a fala do narrador é recheada de acentos exagerados, sempre pejorativos, vindo logo a seguir às invectivas de Diogo, como que lhes dando certificação de qualidade diante do leitor:

Mas que o porco vivia, isso sim. Pancar⁴⁹², dormir, ouvir música e fazer **porcarias malcheirosas: de porco.** De manhã, manhãzinha, Zeca e Ruca retiravam com a pá do lixo

⁴⁸⁹ Pagar, no caso, com a vida.

⁴⁹⁰ Id. Ibid. p. 63.

⁴⁹¹ Id. Ibid., p. 31.

⁴⁹² Comer.

cocó dele e iam depressa, balde na mão, despejar lá em baixo [sic] no contentor. 'Isso ninguém pode ver, é uma prova', recomendava o pai. Depois, mangueiravam, vassouravam a varanda e 'carnaval da vitória' lavado também que era com sabão brasileiro e tudo, tantos éfese e érres⁴⁹³ que **vivia que nem um embaixador!** E os miúdos mimoseavam-lhe festas, acariciavam-lhe a barriga até ele, domesticado, se estatelar quase a dormir e depois responder pelo nome: 'carnaval da vitória'!⁴⁹⁴

O resumo da rotina diária do porco, chega a ser despropositado. Afinal, que vida há de levar um porco de engorda num apartamento? A que vêm “as porcarias malcheirosas: de porco”? Acaso o leitor não sabe que porco tem necessidades fisiológicas? E o que dizer da associação entre porco e embaixador? São alusões que servem para vexar

Por conseguinte, ao contrário do que sua ausência na primeira cena deixou a entender, o narrador aparece agora como um tipo social ao mesmo grau que as personagens. Parte do que o leitor introjeta é resultado de suas manobras silenciosas, tomando partido do elo mais forte em prejuízo do mais fraco. Daí que não se lhe deve dar nem todo o crédito do mundo, nem toda a invisibilidade que, de fato, ele não tem.

3.7. “Mas entre! A casa é sua”⁴⁹⁵

No último episódio de **Quem me dera ser onda**, por fim o porco é abatido e sua carne servida em banquete. Tudo acontece no interior do apartamento do sétimo piso, conforme Diogo idealizara, para contrariedade de Ruca, Zeca e vizinho Beto, cuja expressão de derradeiro desalento, ainda assim prenhe de sonho,⁴⁹⁶ encerra a narrativa e dá título ao livro. Um desfecho à maneira de final aberto, que, nas entrelinhas, promete a vitória dos vencidos, no caso as crianças, numa provável continuação.

⁴⁹³ Salamaleques.

⁴⁹⁴ Id. Ibid., p. 32, negrito nosso.

⁴⁹⁵ Id. Ibid., p. p. 77.

⁴⁹⁶ Ou, na belíssima frase do livro, “daquela fúria linda que as vagas da Chicala [praia localizada no extremo sul da ilha de Luanda] pintam sempre na calma do mar”. RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 78.

No entanto, apesar de revestido de certa poesia, ambiguidade e dramaticidade, o desenlace do “estica-e-puxa familiar”⁴⁹⁷ — a afeição das crianças, que tornam o animal no “amigo mais íntimo”,⁴⁹⁸ e o pragmatismo de Diogo, ciente de que porco é para criar, abater e comer, e não para amar — não surpreende. A bem da verdade narrativa, o churrasco do porco foi a crônica de uma morte anunciada desde as primeiras páginas do livro, já que, de imediato, mal adentrara o apartamento com o leitão arrastado “pela corda”,⁴⁹⁹ o patriarca colocara a família, em particular Zeca e Ruca, ao corrente do propósito da presença do animal em casa: “Plano, sempre plano. Vamos criar. Engordar. Depois é muita carne”.⁵⁰⁰

À medida que a ação avança, tal plano não se altera. Pelo contrário, com a mão-de-obra dos próprios filhos, Diogo cumpre escrupulosamente aquelas etapas, contra tudo e todos, até mesmo contra a opinião da mulher, que, a dada altura, sugere a antecipação do abate, como que já prevendo a futura derrota das crianças no braço-de-ferro com o pai.⁵⁰¹ O que mudou, sim, foi a atitude das crianças em relação ao porco. Num primeiro momento, o animal é visto com olhos gulosos (“Mas vamos comer leitão, não é?”⁵⁰²), para, pouco tempo depois, ser tratado como bicho de estimação, alvo de investimento afetivo (“Os dois miúdos tratavam o porco como membro da família”⁵⁰³). O suíno passou a estar “já na vida do coração deles”,⁵⁰⁴ enquanto o pai sempre “aferia o porco de maneira diferente. Para ele era tudo carne, peso, contabilidade no orçamento familiar”.⁵⁰⁵ Por isso, a diferença do tratamento destinado a “carnaval da vitória” no seio da família resulta

⁴⁹⁷ A expressão é emprestada de MURARO, Andrea. op. cit., p. 10.

⁴⁹⁸ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 36.

⁴⁹⁹ Id. Ibid., 16.

⁵⁰⁰ Id. Ibid., p. 17.

⁵⁰¹ Id. Ibid., p. 36.

⁵⁰² Id. Ibid.

⁵⁰³ Id., Ibid., p. 35.

⁵⁰⁴ Id. Ibid., p. 36.

⁵⁰⁵ Id. Ibid., p. 35.

única e exclusivamente da mudança de atitude das crianças, momento a partir do qual o desencontro de motivos final se desenha.

Trata-se, em termos de representação, de uma *consumação*, com respaldo no encadeamento das sequências narrativas. Do contrário e ademais, seria inverossímil que duas ou três crianças, ainda que passavelmente imaginativas, algo irreverentes e manipuladoras, levassem a melhor de um patriarca violento e contumaz.

Do contrário, haveria um quê de falsete e, conseqüentemente, desmonte da ossatura realista caso o porco escapasse da faca de Diogo por estratagemas dos filhos e do amiguinho-vizinho Beto, pois a fantasia triunfaria sobre a noção prática da vida, noção a que, como vimos mostrando, a novela adere e exercita ela mesma no plano da forma. Até porque, ao menos do ponto de vista da composição, a concorrência de interesses entre pai e filhos não chega a configurar propriamente uma *tensão*, uma oposição entre visões de mundo distintas que colidem e revelam-se uma à outra. Mas mesmo que se considere o contrário, ou seja, que haja alguma tensão na relação entre pai e filhos, essa jamais se transforma em confrontação, pela simples razão de que não convenceria que duas crianças, de cerca de nove e onze anos de idade, dispusessem de maturidade suficiente para travar um conflito sem tréguas com o pai. Ao longo da narrativa, o máximo que as crianças conseguem é ficarem tristes ou magoadas com as atitudes do pai.⁵⁰⁶

De uma perspectiva psicológica, como sugerimos atrás, a atitude das crianças, em defesa da sobrevivência do porco, pode ser definida como um antropomorfismo infantil, consistindo na atribuição de predicados humanos ao suíno, predicados esses que elas não encontram no seio da família, tais como companheirismo, carência e fidelidade.

O porco transformara-se no objeto amado. Ele passa a ser o equivalente, por um lado, do irmão mais novo, que é protegido (mimado, acariciado, a quem se dá banho etc.⁵⁰⁷), e, por outro, do irmão mais

⁵⁰⁶ Id. Ibid., p. 33.

⁵⁰⁷ Id. Ibid.

velho, que se solidariza e protege. A esse propósito, veja-se a cena em que o porco reage em defesa das crianças que apanham do pai, diferente da reação da mãe, que, sob ordem do marido, contribui para abafar o choro das crianças, aumentando o volume do rádio.⁵⁰⁸

Sob essa perspectiva, o triunfo dos objetivos de Diogo representa, no contexto dos vários confrontos e das forças em movimento no interior da novela, a vitória da vida prática quer sobre as normas de condomínio e a disciplina socialista, defendidas por Faustino e Nazário, quer sobre as fantasias das crianças. Daí que, a despeito de seus traços em certos aspectos visto como treloucado, Diogo saí triunfal.

Aliás, é interessante notar que, ao contrário das crianças, cuja tarefa de alimentar e cuidar do leitão gerou a afeição pelo animal, a objetividade de Diogo resultará, em parte, dos maus-tratos que destinou ao porco. Estes, diferentemente do que possam parecer à primeira vista, tiveram a função realista de lembrar às crianças, e ao próprio Diogo, que o porco estava a ser criado para matar a fome da família, e não para aburguesar-se e tornar-se um bichinho de estimação. Antes de serem considerados como atos desumanos, de violência contra um animal indefeso, deve ser visto como defesa da integridade humana contra as ilusões da doutrina de Faustino e Nazário e do mundo do faz de conta dos garotos.

Nesse sentido, trata-se de uma consumação realista. Feitas as contas, Diogo aplaca como a personagem positiva do livro, situada claramente acima das demais, incluída Dona Liloa, sua esposa, que é cândida, mãe dedicada, batalhadora e solidária para com os filhos, mas submissa. A simpatia pelas crianças, despertada em muitos leitores, e que ainda hoje mais ou menos chama a atenção, é de outra ordem. Ela não surge do cotejo direto com a conduta de Diogo, mas da relação que as crianças mantêm com as suas próprias fantasias, as quais não deixam de ter seu fundo de realidade.

Mas vejamos como, de fato, tudo acaba:

⁵⁰⁸ Id. Ibid., p. 42.

— Viva, camarado Nazário. Então o carnaval?

— Pior que o ano passado.

— **Mas entre! A casa é sua.**

Nazário transpôs a porta e num relance verificou três mulheres afanosas na cozinha e dois homens abancados a comer e a beber.

— Liloca traz um prato para o camarada Nazário atacar umas febras.

— **Ai isso não vou perdoar. Só o cheiro diz tudo.**

— Olhe, camarada Nazário, nem vale a pena apresentações. É tudo família. **E se fizéssemos uma farra?** Só o que falta é aparelhagem.

— Mas isso tem o Faustino.

— Então convida-se o Faustino, os membros da comissão de moradores e todos os camaradas que fizeram serviço ontem e hoje à porta do prédio. Foi uma grande iniciativa.

— Dou a minha moção sem reservas. É preciso unir os moradores do prédio porque a unidade deve começar na base.⁵⁰⁹

Os vizinhos fazem-se de esquecidos, não querem se lembrar de tudo quanto vinha ocorrendo no seu seio. Os dois fingem que o porco, as ofensas pessoais e a violação das regras de condomínio nunca existiram. Ao que tudo indica, Diogo sempre teve razão: num país com carência alimentar, a “revolução começa na barriga”.

Ao final, a linguagem protocolar de Nazário, que quase se diria emprestada de um manual de propaganda político-ideológica da época, equipara a “farra” a um Congresso do MPLA-PT, onde o que mais se fazia era aprovar “moços sem reservas”. Noutras palavras, o socialismo e as regras são postos no bolso. Não são para jogar fora, mas servem a fins outros. É como se Nazário dissesse que, aqui, nas circunstâncias angolanas, a luta de classes não funciona, ou funciona conforme nos dá jeito, com sentido invertido.

⁵⁰⁹ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 77, negrito nosso.

Considerações finais

Ao longo da exposição que agora finda, propusemos e procuramos sustentar uma leitura alternativa da novela **Quem me dera ser onda**, cujo argumento central importa aqui recuperar para efeitos de aclaração sumária.

A nosso ver, a singularidade maior dessa narrativa encontra-se na dupla face da conduta das personagens. Como numa sucessão vertiginosa de vira-casacas, tudo resulta no seu contrário. Bem vistas as coisas, ser e parecer mudam de posição a todo instante, fazendo lembrar a imagem do pato-lebre. Esse estado mudadiço não apenas sintetiza a matéria social figurada, mas também passa a ser, ele mesmo, uma regra de composição, isto é, forma literária.

Nesse sentido, cabe ao leitor, por sua conta e risco, ser exigente, enxergar além do riso algo fácil que as cenas invariavelmente proporcionam. Uma vez desvendadas as dimensões intangíveis, tudo o resto, na sequência, mais ou menos se encaixa. E o que seria tão-somente uma distorção caricata, emerge como reelaboração meticulosa da realidade, diante da qual há que não deixar nada ao leu no exame do conjunto, sob pena de ficar a ver navios.

Tanto no pensamento quanto nos discursos, as personagens estão numa batalha constante, umas contra as outras e, não raro, contra si próprias — sem excluir o porco como alvo e reagente. Há uma espécie de lógica confrontacional que as move. Os confrontos vão desde o fla-flu por causa da presença de um porco no elevador do prédio até o despique no que respeita ao domínio das palavras de ordem, não sem antes passarem por manifestações de luta de classes caucionadas por inimizades étnicas, invejas regionais e desigualdades de acesso a bens de consumo alimentar. De modo que, quem acusa o outro de pequeno-burguês, comporta-se como tal ou aspira sê-lo, ao passo que quem deve e pretende fazer cumprir as regras de condomínio claudica no uso das palavras de ordem. Também quem corrige as agressões ao bem-

escrever, não economiza nas mentiras e trapaças e, mais grave, falta com o respeito aos mais velhos.

Ou seja, não há quem não transgrida alguma norma, quem não faça feio diante de um padrão moral de conduta externo. Mesmo Dona Liloca, relegada aos papéis tradicionais de esposa submissa ao marido autoritário e mãe que toma as dores dos filhos, vê-se envolvida, no mínimo como cúmplice, na transgressão praticada por Diogo ao manter um porco clandestino em casa. Suas oscilações entre ser obediente ao mando do marido e satisfazer os anseios dos filhos sugerem, em si mesmas, uma experiência de vida recheada de contradições. Também a permissiva professora dos garotos, que, segundo um dos colegas, se “dá a [...] arrogâncias surrealísticas”,⁵¹⁰ sanciona os desaforos ideologicamente impróprios de Ruca na redação escolar.

No entanto, essas personagens estão longe de representarem seres moralmente defeituosos ou o produto de excrecências que deveriam e poderiam ser extirpadas do processo revolucionário. Na verdade, elas mostram, através de suas falas e seus gestos, que a norma pode compactuar com a infração, ou melhor, que as ideias estrangeiras libertárias podem conviver com o tribalismo, com as vantagens que as relações familiaristas oferecem, com o patriarcalismo ou ainda com o culto da personalidade do chefe. O jogo de cintura que essa peculiar coexistência permite corresponde, assim, a uma especificidade histórico-social, e não a contratempos de percurso passíveis de serem ultrapassados desde que haja espírito de missão autoral. Posta a questão nesses termos, não há nada a aperfeiçoar, utopia a reinventar ou distopia a contrapor.

As acusações de Diogo contra Faustino, bem como o desmonte que Ruca e Zeca fazem das autoridades (do fiscal, do pai e do responsável pela Comissão de Moradores) levaram parte da crítica a considerar que Manuel Rui denuncia, dentre outros aspetos negativos, a corrupção e o autoritarismo que grassavam no contexto do

⁵¹⁰ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 61.

monopartidarismo. Todavia, vimos que Diogo usa constantemente a injúria, e, portanto, nem a própria mulher sempre acredita em suas versões dos fatos. Se é verdade que nas assembleias de moradores são sempre os mesmos que intervêm, assim como se dizia das reuniões do Comité Central do MPLA-PT, não é menos verdade que, em casa, Diogo impera e não admite contestação, também como se dizia de Agostinho Neto à frente do Estado monopartidário. Os filhos também difamam os vizinhos, ofendem gratuitamente o fiscal e descumprem as ordens do próprio pai, além de se profissionalizarem em falsificação de cartazes e documentos oficiais, com a ajuda de Beto. No fundo, uns são a contraface dos outros, sendo que todos são a cara e a coroa da sociedade.

Na novela de Manuel Rui, é possível ser-se tudo e mais alguma coisa: a) violar regras estabelecidas e não ter a casa porca como a de alguns vizinhos; b) pousar de Assessor Popular e ter o chão de casa cheio de dendê proveniente do Ambrizete; c) impor sua autoridade de responsável pela Comissão de Moradores e querer patar⁵¹¹ em casa do vizinho; d) ser o melhor aluno em redação para falsificar documentos oficiais etc. Por sua vez, o socialismo pode servir a vários padrões: desde os ressentimentos regionais e o antropomorfismo infantil até o abuso de autoridade paternal e Estatal.

Em lugar da correção de comportamentos, a satirização aponta para a ausência completa de saída. Noutras palavras, os desajustes remetem para um impasse histórico, o qual a novela oferece uma adequada figuração. Isso fica reforçado no epílogo, através da confraternização dos vizinhos. O *muzongué*⁵¹² que Diogo promove em seu apartamento, justamente a 27 de março, assinala o fim do conflito principal da narrativa, mas não o soluciona. Como haveria solução para uma encruzilhada que já se tornou num parâmetro das relações sociais nacional? Por isso, o *porreirismo* de Diogo (“— Diogo é assim. Tanta coisa com o porco e se calhar fica contente se os vizinhos lhe acabarem

⁵¹¹ Participar de um almoço ou uma festa sem ter sido convidado.

⁵¹² Convívio ou confraternização com comida, bebida e música.

hoje com a carne.”⁵¹³) acaba sendo um *jeitinho* à angolana, isto é, um “peculiar modo nacional de livrar-se de problemas, ou de falsificá-los”.⁵¹⁴

Mas nem tudo parece ir tão bem na figuração de **Quem me dera ser onda**. Por exemplo, a opção pelo português angolanizado (ou apenas falado em Luanda) volte e meia é perturbada pela chamada norma culta (do português de Portugal), que irrompe por intermédio de determinadas construções frásicas. Tais *deslizes linguísticos* se verificam na fala do narrador tanto quando nas das personagens, gerando certa incoerência de registros.

Assim, o narrador que diz “conduziram ‘carnaval da vitória’ até na casa de banho”,⁵¹⁵ “antes de ir no emprego”,⁵¹⁶ e “os miúdos a verem se aproximar...”,⁵¹⁷ transferindo para a língua portuguesa a regra de topicalização das línguas bantu, é o mesmo que diz “desceram as escadas até ao segundo andar”,⁵¹⁸ “Por fim chegaram à varanda”,⁵¹⁹ e “E iniciava-se nos gostos musicais”,⁵²⁰ prestando obediência à norma escrita. Já Diogo, que usa sempre a ênclise (“Estás-te a aburguesa”,⁵²¹ “Põe-te já a mexer”⁵²² e “Lembra-me a ver se te compro...”⁵²³), destoa gramaticalmente de seu meio, em particular da mulher e dos filhos, o que desconfece uniformidade ao núcleo familiar.

De qualquer modo, é oportuno indagar se essas ambivalências, fruto de descuido ou não da parte do autor, não seriam, elas também, o modo pelo qual **Quem me dera ser onda** apreende a comédia nacional

⁵¹³ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 77.

⁵¹⁴ OLIVEIRA, Francisco. “Jeitinho e jeito”, in **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 138.

⁵¹⁵ RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. op. cit., p. 20.

⁵¹⁶ Id. Ibid.

⁵¹⁷ Id. Ibid., p. 60.

⁵¹⁸ Id. Ibid., p. 16.

⁵¹⁹ Id. Ibid., p. 24.

⁵²⁰ Id. Ibid., p. 32.

⁵²¹ Id. Ibid.

⁵²² Id. Ibid., p. 56.

⁵²³ Id. Ibid., p. 63.

no plano da língua, dando o testemunho de um país que a duras penas se libertou da dominação colonial, mas ainda se vê dividido entre seguir um rumo próprio e a relativa continuidade da dependência cultural em relação a seu ex-colonizador.

Em última análise, podemos afirmar que Manuel Rui inventou uma moldura estética ajustada à condição de Angola pós-independência na ordem mundial bipolar, não sem suas heranças do passado recente e longínquo. É certo que, hoje, a situação não é a mesma, posto que o mundo mudou muito, mas nem por isso o país deu o salto qualitativo, para os patamares mais elevados do desenvolvimento desigual e combinado. A impressão de que o socialismo esteve fora do lugar cedeu, de fato, passagem à impressão de que as ideias clássicas do capitalismo estejam fora do lugar. Naquela que podemos considerar, por mais irônico que pareça, como a passagem mais lúcida de todas suas alocuções públicas ainda no cargo de Presidente da República, José Eduardo dos Santos diz:

Neste processo de luta contra a corrupção, há uma confusão deliberada feita por organizações de países ocidentais para intimidar os africanos que pretendem constituir activos e ter acesso à riqueza, porque de um modo geral se cria a imagem de que o homem africano rico é corrupto ou suspeito de corrupção. Não há razão para nos deixarmos intimidar. A acumulação primitiva do capital nos países ocidentais ocorreu há centenas de anos e nessa altura as suas regras de jogo eram outras. A acumulação primitiva de capital que tem lugar hoje em África deve ser adequada à nossa realidade.⁵²⁴

No que à crítica literária diz respeito, resta saber em que medida Manuel Rui, em **Janela de Sónia**, bem como antes Pepetela, em **Predadores**, deram resposta formal ao novo mal-estar.

⁵²⁴ SANTOS, José Eduardo dos. **Mensagem sobre o estado da nação**. Luanda, 15 out. 2013. Disponível: <<https://www.voaportugues.com/a/leia-na-integra-o-discurso-do-presidente-jose-eduardo-dos-santos/1771017.html>>. Acesso: 2 nov. 2013.

Referências bibliográficas

A) Obras literárias

SAMUEL, Beckett. **Esperando Godot**. Trad. Fábio Souza Andrade, São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRECHT, Bertolt. "Poemas de um Manual para Habitantes das Cidades", in **Poemas 1913-1956**. 6 ed., Trad. Paulo César de Souza, São Paulo: Editora 34, 2001.

DOSTOIEVSKI, Fiódor. **O crocodilo e notas de inverno sobre impressões de verão**. Trad. Boris Schnaiderman, São Paulo: Editora 34.

GUERRA, Henrique. **O círculo de giz de bombô**. Luanda: Amo Angola, 2015.

GÓGOL, Nikolai. **A briga dos dois Ivans**. 2 ed., Trad. Graziela Schneider, São Paulo: Grua, 2014.

KAFKA, Franz. "A preocupação de um pai de família", in **Um médico rural**. op. cit. p. 44-47.

NETO, Agostinho. **Sagrada esperança**. Luanda: UEA, 1994.

PEPETELA. **As aventuras de Ngunga**. Luanda: Edições 70 / UEA, 1977.

_____. **O cão e os calús**. Luanda: UEA, 1988.

_____. **Predadores**, São Paulo: Língua Geral, 2008.

RUI, Manuel. **Sim camarada**. Luanda: UEA, 1977.

_____. **Quem me dera ser onda**. Luanda: INALD, 1982.

_____. **Crónica de um mujimbo**. Lisboa: Cotovia, 1991.

_____. **1 morto & os vivos**. Lisboa: Cotovia, 1993.

_____. **Nda nda kaile ekimba / Quem me dera ser onda**. Trad. Jaka Jamba, Luanda: Nzila, 2000.

_____. **Janela de Sónia**. Luanda: Editorial Nzila, 2008.

_____. **Quem me dera ser onda**. Luanda: Amo Angola, 2013.

SANTOS, Arnaldo. "Na m'banza do Miranda", in **Na m'banza do Miranda**. Luanda: INALD, 1984, p. 10-26.

_____. SANTOS, Arnaldo. **Tempo de munhungo. Crónicas**. Luanda: UEA, s/d.

VIEIRA, Luandino. **Luuanda**, Luanda: Texto Editores, 2015.

ZÓSCHENKO, Mikhail. "A crise", Trad. Denise Seales, in GOMIDE, Bruno B. (org.), **Nova antologia do conto russo (1792-1998)**. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 443-47.

B) Fortuna crítica da novela e da literatura angolana

BORTOLETO, Bruno. "Revolução, camarada porco", in **Via Atlântica**, n. 27, São Paulo, jun. 2015, p. 31-44.

Bonavena, E. "Manuel RUI: Crónica de um mujimbo (Chronique d'une rumeur)", Luanda: Éd. UEA (Union des Écrivains Angolais), 1989", in **Notre librairie – revue du livre**: Afrique, Caraïbes, Océan Indien, n. 115, Paris: Clef, Octobre-Décembre 1993, p. 129-130.

CARVALHO, Alberto. "A quem, *Quem me dera ser onda?*", in **Angolê**, n. 1, Mar. 1990, p. 26-29.

CARVALHO FILHO, Sílvio de Almeida. **Angola: nação e literatura (1975-1985)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994, p. 258.

_____. "O imaginário social sobre a nação na literatura angolana (1975-1985)", in **Atas do Iº seminário das literaturas africanas de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras – UFRJ, 1996, p. 16-20.

CHAVES, Rita. **A formação do romance angolano. Entre intenções e gestos**. São Paulo: Via Atlântica, 1999.

ERVEDOSA, Carlos, **Roteiro da literatura angolana**. 4 ed., Luanda: UEA, s/d, p. 26.

FERRAZ, Salma e TENFEN, Jonas. "Quem me dera ser onda" in **IPOTESI**, v. 14, n. 2, Juiz de Fora, jul.-dez. 2010, p. 239-241.

FERREIRA, Carla. "Na filiação da palavra pedagógica. Uma leitura de 'Quem dera ser onda' de Manuel Rui Monteiro", in **Latitudes – cahiers lusophones**, n. 41-2, Paris, jan. 2012, p. 78-87.

FERREIRA, Manuel. "Recensão crítica a 'Cinco vezes onze poemas em novembro', de Manuel Rui", in **Revista Colóquio/Letras**. Recensões críticas, n. 89, jan., 1986, p. 117-118.

_____. "Recensão crítica a 'Yaka', de Pepetela; 'O cão e os caluandas', de Pepetela", in **Revista Colóquio/Letras**. Recensões críticas, n. 96, mar., 1987, p. 129-131.

FERREIRA, Manuel. "Recensão crítica a 'Capitão de Mar e Terra', de Teixeira de Sousa; 'Xaguate', de Teixeira de Sousa", in **Revista Colóquio/Letras**. Recensões críticas, n. 103, mar., 1988, p. 100-102.

HAMILTON, Russel. "A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial", in **Via Atlântica**, n. 3, São Paulo: FFLCH, 1999, p. 12-22.

Helena Riaúzova, **Dez anos de literatura angolana: ensaio sobre a moderna literatura angolana (1975-1985)**. Luanda: UEA, 1986.

KANDJIMBO, Luís. "Literatura angolana e alteridade do discurso crítico", in **Apologia de Kalitangi. Ensaio e crítica**. Luanda: INALD, 1997, p. 149-51.

_____. “Para uma breve história da ficção narrativa angolana”, in **Revista de Filologia Romântica**. Anejo 2, n. 11, 2001, p. 161-84.

LARANJEIRA, Pires. “A inovação na literatura angolana”, in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 54, Luanda, 27 jul. 1982, p. 3 e 7.

_____. “Questão de formação das literaturas de língua portuguesa”, in **Revista Colóquio/Letras**. Ensaio, n. 110/111, jul. 1989, p. 66-73.

_____. “Recensão crítica a ‘Crónica de um mujimbo’, de Manuel Rui”, in **Revista Colóquio/Letras**. Recensões críticas, n. 31, jan. 1994, p. 250.

_____. (com a colaboração de Inocência Mata e Elsa Rodrigues dos Santos). **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

_____. “Literatura, cânone e poder político”, in **Mar além – revista de cultura e literatura dos países de língua oficial portuguesa**, n. 1, fev. 2002, p. 36-41.

Lavra & Oficina, n. 7, Luanda, jul.-dez. 1982, p. 30.

LIMA, Cremilda. “Panorama da literatura infantil actual em Angola”, in **Mensagem – revista angolana de cultura**, n. 6, Portugal, 1991, p. 59-69.

LIMA, Isabel Pires de. “Em busca de uma nova pátria: o romance de Portugal e de Angola após a descolonização”, in **Via Atlântica**, n. 1, São Paulo: FFLCH, mar. 1997, p. 129-141.

MACÊDO, Tania. “Monandengues, pioneiros e catorzinhas: crianças de Angola” in CHAVES, Rita *et al.* (orgs.) **A kinda e a missanga. Encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo / Luanda: Cultura Acadêmica / Nzila, 2007, p. 357-73.

_____. **Luanda, cidade e literatura**. São Paulo / Luanda: Editora Unesp / Nzila, 2008.

MARTINHO, Ana Maria. “Ideologia e expressão literária em ‘Quem me dera ser onda’ de Manuel Rui”. **África - arte e cultura**, 2 série, n. 13, Lisboa: ALAC, 1986, p. 43-51.

MATA, Inocência. “A representação satírica do real na literatura angolana”, in **Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta**. Lisboa: Mar além, 2001, p. 148-54.

_____. **Ficção e história na literatura angolana – o caso de Pepetela**. Luanda, Mayamba, 2010.

MESTRE, David. [Orelha do livro], in RUI, Manuel. **11 poema em novembro (ano dois)**. Luanda: UEA, 1977.

_____. “Nota a propósito da difusão do livro de autores africanos em Angola”, in **África – literatura, arte e cultura**, v. 2, n. 9, Ano II, Lisboa: África Editora, jul.-set. 1980, p. 504-05.

_____. “Recensão crítica a ‘Memória de mar’, de Manuel Rui”, in **Revista Colóquio/Letras**. Recensões críticas, n. 62, Lisboa, jan. 1981, p. 98.

MIGUEL, Maria Helena e ALVES, Maria António. **Convergências – manual universitário de português**. 2 ed., Luanda: Nzila, 2008.

MURARO, Andrea. **Luanda: entre camaradas e mujimbos**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Marta de. **Na(rra)ção satírica e humorística: uma leitura da obra de Manuel Rui**. Porto: CEAUP, 2008.

PEREIRA, Maria Luiza. “Identidade em questão e questões de identidade em duas obras de Manuel Rui”, in CHAVES, Rita et al. (orgs.) **A kinda e a missanga. Encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo / Luanda: Cultura Acadêmica / Nzila, 2007.

RUI, Manuel. “Vida e cultura das palavras” (Texto no contexto – crónicas), in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 4, Luanda, 5 jul. 1981, p. 2.

_____. “O visto está visto!” (Texto no contexto – crónicas), in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 59, Luanda, 1 ago. 1982, p. 1,4.

_____. “Prefácio”, in SANTOS, Arnaldo. **Na m’banza do Miranda**, Luanda: INALD, 1984, p. 7-9.

_____. “Évolution de la langue et de l’écriture”, in **Notre librairie – Revue du livre: Afrique, Caraïbes, Océan Indien**, n. 115, Paris: Clef, Octobre-Décembre 1993, p. 37.

SALGADO, Maria Teresa. “A presença do cômico nas literaturas africanas de língua portuguesa”, in LEÃO. Ângela Vaz (org.). **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**. Minas Gerais: Editora PUC Minas, 2003, p. 101-35.

_____. “Carnavalizar é preciso: uma leitura da paródia em Quem me dera ser onda”, in **Mulemba**, v. 1, n. 5, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2011, p. 67-78.

SOARES, Francisco. **Notícia da literatura angolana**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, p. 268.

_____. “Companheiros e camaradas: teoria e crítica literária em Angola na actualidade”. Disponível: <<http://triplov.com>>. Acesso: 26 set. 2015.

C) Teoria e crítica literárias

ABRANTES, José Mena. “Crise da ‘intelligentsia’ ou crise pouca inteligência. A propósito de reacções à crítica a um filme de Resnais”, in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 4, Luanda, 5 jul. 1981, p. 3.

ANDRADE, Homero Freitas de. “O realismo socialista e suas (in)definições”, in **Literatura e sociedade**, n. 13, São Paulo: USP, 2010-1, p. 152-65.

ADORNO, Theodor. W. “Palestra sobre lírica e sociedade”, in **Notas de Literatura I**. Trad. Jorge de Almeida, São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2003, p. 65-89.

BENJAMIN, Walter. “As *afinidades eletivas* de Goethe”, in **Ensaios reunidos: escritos sobre Goethe**. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2009

_____. **Linguagem, tradução e literatura (filosofia, teoria e crítica)**. Trad. João Barrento, Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 119.

BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois liberalismos”, in **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 194-246.

_____. “Liberalismo ou escravidão: um falso dilema?”, in **Ideologia e contraideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 303-12.

CANDIDO, Antonio. “Prefácio”, in **O discurso e a cidade**. 3. ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 9-11.

_____. “Sobre Roberto Schwarz”, in CAVASCO, M. e OHATA, M. (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 13-17.

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. Trad. Pérola de Carvalho, São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. “Autor, texto e interpretação”, in **Confissões de um jovem romancista**. Trad. Marcelo Pen, São Paulo: Cosacnaify, 2013, p. 33-41.

FIGUEIREDO, Ruben. “A ficção da indiferença”, in TCHEKHOV, Anton. **O assassino e outras histórias**. trad. Ruben Figueiredo, São Paulo: Cosacnaify, 2002, p. 7-11.

FORSTER, E. M. **Aspects of the novel**. Edward Arnold: London, 1949.

ENGELS, Friedrich. “Carta a M. Harkness, inícios de abril de 1888”, in MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura (textos escolhidos)**. Trad. José Paulo Netto e Miguel Makoto Yoshida, São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 67-9.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Trad. Álvaro Faleiros, São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

JAMESON, Fredric. **Marxismo e forma. Teorias dialéticas da literatura no século XX**. Trad. I. Simon, São Paulo: Hucitec, 1985.

LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LUKÁCS, György. “Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels”, in **Arte e sociedade. Escritos estéticos 1932-1967**. Trad. C. Coutinho e J. Netto, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 87-119.

_____. “A fisionomia intelectual dos personagens artísticos”, in **Marxismo e teoria da literatura**. 2 ed., Trad. Carlos N. Coutinho, São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 187-230.

LUKÁCS, Gyorgy. “Questão da sátira”, in **Arte e sociedade. Escritos estéticos 1932-1967**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 163-78.

MARQUES, António Soares. “A função da ilustração na literatura infanto-juvenil”, in **Máthesis**, n. 3, Viseu, 1994, p. 239-49.

PAULME, Denise. **Morphologie du conte africain**. Paris: Gallimard, 1976.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina. **Dicionário de narratologia**. 7 ed., Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

REIS, Carlos. **Técnicas de análise textual**. 3 ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1992.

ROBIN, Régine. **Le réalisme socialiste. Une esthétique impossible**. Paris: Payot, 1986.

ROSÁRIO, Lourenço Joaquim da Costa. **A narrativa africana de expressão oral**. Lisboa / Luanda: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Angolê-Artes e Letras, 1989.

ROSENFELD, Anatol. **Brecht e o teatro épico**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”, in **Novos estudos. CEBRAP**. n. 3, São Paulo, 1973, p. 150-61.

_____. **Seqüências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. “Atribulação de um pai de família”, in **O pai de família e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 23-28.

_____. **Que horas são?** 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. “Por que ‘ideias fora do lugar?’”, in **Martinha versus Lucrécia. Ensaio e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 165-72.

TROTSKY, Leon. “Os companheiros literários de viagem da revolução”, in **Literatura e revolução**. Trad. Luiz A. Bandeira, Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 63-100.

D) Filosofia e ciências sociais

ABRANCHES, Henrique. “Encorajar a linha justa instituindo uma cultura ao serviço do povo”, in **África – literatura, arte e cultura**, v. 1, n. 3, ano 1, Lisboa: África Editora, jul., 1978, p. 45-8.

_____. “Sobre a mística tradicional”, in **Reflexões sobre a cultura nacional**. Luanda: UEA, 1980, 27-30.

ABRANTES, José Mena. “Crise da ‘intelligentsia’ ou crise pouca inteligência. A propósito de reacções à crítica a um filme de Resnais”, in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 4, Luanda, 5 jul. 1981, p. 3.

ADORNO, Theodor. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido de Almeida, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALENCASTRO, Luiz. F. de. **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALEKSIEVITCH, S. **O fim do homem soviético. Um tempo de desencanto**. Trad. António Pescada, Porto: Porto Editora, 2015

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Trad. Maria F. R. Loureiro, Campinas: Editora Unicamp, 2015.

ANDERSSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental. Nas trilhas do materialismo histórico**. Trad. Fábio Fernandes, São Paulo: Boitempo, 2018

ANDRADE, Mário Pinto de. **As origens do nacionalismo angolano**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do século XXI**. Trad. Beatriz Medina, São Paulo: Boitempo, 2008.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Trad. Maria Lúcia Pereira, Campinas: Papirus, 2012.

BARBEITOS, Arlindo. **Angola-Portugal. Representação de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades**. Luanda: Kilombelombe, 2011.

BENDER, Gerard. **Angola sob domínio português: mito e realidade**. Luanda: Mayamba, 2013.

BENOT, Yves. **Ideologia das independências africanas**. v. 1, Trad. Carlos da V. Ferreira, Lisboa: Sá da Costa, 1981.

BITTENCOURT, Marcelo. “Angola: tradição, modernidade e cultura política”, in REIS, Daniel Aarão (org.) *et al.*, **Tradições e modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 141-47.

BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l’art. Genèse et structure du champ littéraire**. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

_____. “O mercado dos bens simbólicos”, in **A economia das trocas simbólicas**. 6 ed., Trad. Sérgio Miceli *et al.*, São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 99-181.

_____. “Modos de produção e modos de percepção artísticas”, in **A economia das trocas simbólicas**. 6 ed., Trad. Sérgio Miceli *et al.*, São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 268-336.

- BOXER, C. R. **O império marítimo português 1415-1825**. Trad. Inês S. Duarte, Lisboa: Edições 70, 2014, p. 111.
- BRITO JÚNIOR, M. M. de. “O oportunismo”, in **Semanário angolense**, n. 91, Luanda, set. 1976, p. 36.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “A originalidade da cópia: a CEPAL e a idéia de desenvolvimento”, in **As idéias e seu lugar. Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 17-56.
- CARREIRA, Iko. **O pensamento estratégico de Agostinho Neto**. Lisboa: Dom Quixote, 1996.
- CHAOHUA, Wang. “China’s first revolution”, in **New left**, n. 106, jul-aug., 2017, p. 125-140.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. **O terceiro império português (1825-1910)**. Lisboa: Teorema, 1990.
- DAVIES, R. W. e WHEATCROFT, Stephen. **The years of hunger: soviet agriculture, 1931-33**. New York: Basingstoke, 2004.
- DROZ, Jacques. **O socialismo democrático**. Trad. Sílvia Cunha, Luanda/Mangualde: Mulemba/ Pedagogo, 2014.
- DUNKER, Christian. “Teoria psicanalítica do amor pelos animais”. Disponível: http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/7_DUNKER,%20C.I.L.%20Teoria%20da%20psican%C3%A1litica%20do%20amor%20pelos%20animais.pdf>. Acesso: 2 abr. 2018.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9 ed., Trad. Eduardo Lúcio Nogueira, Editorial Presença, 2004.
- ENGELS, Fiedrich. “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”, in MARX, Karl e ENGELS, Fiedrich. **Obras escolhidas**. v. 3, São Paulo: Alfa Omega, 1990, p. 171-207.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Elnice Albergaria Rocha, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.
- FERNANDES, Florestan. “Apresentação”, in LENIN, V. I. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. 2 ed., Trad. Marcelo Braz, São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 267-278.
- FERREIRA, Manuel Ennes. **A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)**. Lisboa: Edições Cosmos / Instituto da Defesa Nacional, 1999.
- FERRONHA, António (org.). **Cartas de D. Afonso Rei do Congo**. Lisboa: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- FIGUEIREDO, Ruben. “A ficção da indiferença”, in TCHEKHOV, Anton. **O assassino e outras histórias**. Trad. Ruben Figueiredo, São Paulo: Cosacnaify, 2002, p. 7-11.
- FITZPATRICK, Sheila. **A revolução russa**. Trad. José G. Couto, São Paulo: Todavia, 2017.

FRANK, Joseph. "O populismo russo", in **Pelo prisma russo. Ensaios sobre literatura e cultura**. Trad. Paula C. Rolim e Francisco Achcar, São Paulo: Edusp, 1992, p. 91-97

GERAS, Norman. **The legacy of Rosa Luxemburg**. London: New Left Books, 1976.

GUNN, Gillian. "The angolan economy: a history of contradictions", in KELLER, E. e ROTHCHILD, D. (ed.). **Afro-marxist regimes: ideology and public policy**. Bould: Lynne Rienner, 1987, p. 110-33.

HABERMAS, Jürgen. "Que significa socialismo hoje? Revolução recuperada e necessidade de revisão de esquerda", Trad. Márcio Suzuki, in **Novos estudos. CEBRAP**, n. 30, São Paulo, jul. 1991, p. 43-61.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991**. 2 ed., Trad. Marcos Santarrita, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **A era do capital 1848-1875**. 14 ed., Trad. Luciano C. Neto, São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 259.

_____. **A era dos impérios 1875-1914**. 12 ed., Trad. Sieni Campos e Yolanda de Toledo, São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HODGES, Tony. **Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem**. Trad. Francisco R. Soares *et al.*, Cascais: Principia, 2001.

JIKA (Gilberto Teixeira da Silva). **Reflexões sobre a luta de libertação nacional**. Luanda: UEA, 1979.

KANDJIMBO, Luís. "Angolanidade: o conceito e o pressuposto", in **Apologia de Kalitangi. Ensaio e crítica**. Luanda: INALD, 1997, p. 15-23.

KAUTSKY, Karl. **A ditadura do proletariado**. Trad. Eduardo Sucupira Filho, São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

KHOMIAKOV, Aleksei. "Algumas palavras sobre a 'Carta filosófica'. (Carta à senhora N.)", Trad. Denise Sales, in GOMIDE, Bruno B. (org.), **Antologia do pensamento crítico russo (1802-1901)**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 89-97.

KIRIÊIEVSKI, Ivan. "Sobre o caráter da ilustração da Europa e a sua relação com a ilustração da Rússia. (Carta ao conde Ie. Ie. Komaróvski)", Trad. Denise Sales, in GOMIDE, Bruno B. (org.), **Antologia do pensamento crítico russo (1802-1901)**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 189-234.

KRACAUER, Siegfried. **O ornamento da massa: ensaios**. Trad. Carlos Eduardo Machado e Marlene Holzhausen, São Paulo: Cosac Naify, 2009.

LABAN, Michel (coord.). **Viriato da Cruz: cartas de Pequim**. Luanda: Chá de Caxinde, 2003, p. 70-71.

LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. Trad. J. Guinsburg, Amadora: Livraria Bertrand, 1974.

LÊNIN, Vladimir. **Teses de abril e cartas de longe**. s/t, Belo Horizonte: Veja, 1979.

_____. Ilitch. **Estado e revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. Trad. Paula Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEWIN, Moshe. **Le siècle soviétique**, Paris: Fayard/Le Monde Diplomatique, 2003.

LIPIETZ, Alain. "As crises do marxismo. Da teoria social ao princípio esperança", in **Novos estudos. CEBRAP**, n. 30, São Paulo, jul. 1991, p. 99-110.

LOPES, Carlos *et al.* **A caminho da cidade: migração interna, urbanização e saúde em Angola**. Lisboa: Observatório ACP das Migrações, 2013.

LOPO, Júlio Castro. **Para a história do jornalismo em Angola**. Luanda: Museu de Angola, 1952.

LOSURDO, Domenico. **Luta de classes. Uma história política e filosófica**. Trad. Silvia De Bernardinis, São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. Trad. Ana Maria Chiarini e Diogo Silveira Ferreira, São Paulo: Boitempo, 2018.

LOURENÇO, João Pedro da Cunha. "O discurso contestatário dos africanos na imprensa: reflexões à volta da 'Carta Aberta ao Bacharel Balthazar Britto Rocha D'Aguiam'", in **Actas do III Encontro Internacional de História de Angola**. v. 2, Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2014, p. 29-46.

LÖWY, Michel. LÖWY, Michael. **Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva)**. Trad. Paulo Neves, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. "Trotsky, profeta da Revolução de Outubro", Trad. Juarez Duayer, in **Revista Outubro**, n. 3, fev. 1999, p. 53-61.

LUXEMBURGO, Rosa. "Questões de organização da social-democracia russa", in **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos (1899-1914)**. v. 1, Trad. Isabel Loureiro, São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 152-175.

_____. "A revolução russa", in **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos (1914-1919)**. v. 2, Trad. Isabel Loureiro, São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 175-212.

MARCUM, John A. **The angolan revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)**. v. 2, Cambridge and London: The Mit Press, 1978.

MARQUEZ, Inácio. **Memórias de um golpe: 27 de maio de 1977 em Angola**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira. **O brasil e as colónias portuguesas**. 3. ed., Lisboa: Guimarães Editores, 1887.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. “Prefácio à edição russa de 1882”, in **Manifesto do partido comunista**, 8 ed., Marco A. Nogueira e Leandro Konder, Petrópolis: Vozes, 1998, p. 43-44.

_____. “Prefácio à edição russa de 1882”, in **Manifesto do Partido Comunista**. 8 ed., Trad. Marco A. Nogueira e Leandro Konder, Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle *et al.* São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboço da crítica da economia política**. Trad. Mario Duayer e Nélío Schneider, São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, Achille. “As formas africanas de auto-inscrição”, Trad. Patrícia Farias, in **Estudos afro-asiáticos**, Ano 23, n. 1, 2001, p. 171-209.

MELO, Aníbal João. “Três flagrantes burocráticos” (Câmara escura – crónica), in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 99, Luanda, 5 jul. 1983, p. 8.

MENEZES, Solival. **Mama Angola. Sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.

MILLER, Joseph. **Way of death. Merchant capitalismo and the angolan slave trade, 1730-1830**. Madison: University of Wisconsin Press, 1996.

MICHEL, Francisco. **Nuvem negra – o drama do 27 de maio de 1977**. Lisboa: Clássica, 2007.

MONTY. **Luta de libertação, exército nacional e revolução**. Luanda: UEA, 1978.

MORMANN, Marissa J. **Intonations: a social history of music and nation in Luanda, Angola. From 1945 to recent times**. Ohio: Ohio University Press, 2008.

MPLA. **História do MPLA (1940-1960)**, v. 1, Luanda: CDIH, 2014.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Trad. Ana Medeiros, Luanda / Mangualde: Mulemba / Pedago, 2013.

_____. **A ideia de África**. Trad. Ana Medeiros, Luanda / Mangualde: Mulemba / Pedago, 2014.

NETO, Maria da Conceição. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola do século XX”, in **Lusotopie**, n. 4, 1997, p. 327-57.

NGUVULE, A. **Política educacional em Angola (1976-2005). Organização, desenvolvimento e perspectiva**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP-Universidade de São Paulo, 2006.

NYERERE, Julius. **Ujamaa. Essays on socialism**. London: Oxford University Press, 1968.

OLIVEIRA, Francisco de. OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. “A navegação venturosa”, in **A navegação venturosa. Ensaio sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 11-38.

_____. “O momento Lênin”, in **Novos Estudos. CEBRAP**, n. 75, São Paulo, jul. 2006, p. 23-47.

_____. “Jetinho e jeitão”, in **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 138.

OLIVEIRA, Mário António de. “Literatura angolana. Contributo para uma definição”, in **Ultramar**, v. 1, n. 15, Lisboa, 1961, p. 88-96.

OLIVEIRA, Mário António de. “Para uma perspectiva crioula da literatura angolana. *História de uma traição*”, in **Reler África**. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1990. 349-54.

PACHECO, Carlos. **Agostinho Neto, o perfil de um ditador. A história do MPLA em carne viva**. v. 1 e 2, Lisboa: Veja, 2016.

PEREIRA, José de Fontes. “A independência de Angola (I)”, in **O futuro d’Angola**, n. 46, Luanda, set. 1886, p. 1.

_____. “A independência de Angola (II)”, in **O futuro d’Angola**, n. 47, Luanda, set. 1886, p. 1.

PEREIRA, José Nunes. **O paradoxo angolano: uma política externa em contexto de crise (1975-994)**. Luanda: Kilombelombe, 2015.

PESTANA, Nelson. PESTANA, Nelson. **L’Etat em Angola: discours et pratiques**. These de doctorat représenté sur la Université de Montpellier I, Montpellier: Université de Montpellier I, 2002.

_____. “O nacionalismo angolano oitocentista”, in **A escrita da diferença (colectânea de textos académicos)**. Luanda: CEIC, 2011, p. 11-29.

_____. “O nacionalismo angolano e longa duração”, in **Lucere. Revista Académica da UCAN**. Luanda: Angola Catholic University Press, set. 2014, p. 241-2537.

_____. “O Partido Comunista de Angola, de Viriato da Cruz”, in **Lucere. Revista Académica da UCAN**. Luanda: Angola Catholic University Press, dez. 2016, p. 133-50.

POMERANZ, Lenina. **Do socialismo soviético ao capitalismo: a transformação da sistémica da Rússia**. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2018.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo. Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SAID, Edward. “Traveling theory”, in **The world, the text, and the critic**. Massachusetts: Harvard University Press, 1983, p. 226-47.

_____. “Reconsiderando a teoria itinerante”, Trad. Manuela Ribeiro Sanches, in SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). **Descolonizar a ‘Europa’: antropologia, artes, literatura e história na pós-colonialidade**. Lisboa: Cotovia, p. 25-42.

SAUNDERS, A. C. **A social history of black slave and freedmen in Portugal 1441-1555**. Cambridge: Cambridge Press, 1982.

SERREANO, Carlos. **Angola. Nascimento de uma nação. Um estudo sobre a construção da identidade nacional**. Luanda: Kilombelombe, 2008.

SPENCE, Jonhathan D. **Em busca da China moderna. Quatro séculos de história**. Trad. Tomás R. Bueno e Pedro M. Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAMOS, Rui. “Novembro, camaradas!”, in **Jornal de Angola** (edição especial: domingo 11 de novembro), n. 15444, ano 43, nov. 2018, p. 4.

ROCHA, Edmundo. **Angola – contributo ao estudo do nacionalismo moderno angolano (período 1950-1964). Testemunho e estudo documental**. Luanda: Kilombelombe, 2002.

_____. *et al.* (coord.). **Angola – Viriato da Cruz, o homem e o mito**. Luanda / Lisboa: Chá de Caxinde / Prefácio, 2008.

ROCHA, Manuel Alves. “As políticas económicas em Angola desde a independência”, in **As transformações económicas estruturais na África subsaariana**. Luanda: Mayamba / CEIC-UCAN, 2013, p. 135-58.

_____. “Apresentação”, in **Lucere. Revista Académica da UCAN**. Luanda: Angola Catholic University Press, dez. 2016, p. 15-19.

RUI, Manuel. “Vida e cultura das palavras” (Texto no contexto – crónicas), in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 4, Luanda, 5 jul. 1981, p. 2.

_____. “O visto está visto!” (Texto no contexto – crónicas), in **Vida & Cultura – suplemento cultural do Jornal de Angola**, n. 59, Luanda, 1 ago. 1982, p. 1,4.

SÁ, Teresa. “Lugares e não lugares em Marc Augé”, in **Tempo social – revista de sociologia da USP**, n. 2, v. 26, nov. 2014, 209-29.

SARTRE, Jean-Paul. **L’être et le néant**. Paris: Gallimard, 1943.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Tudo o que é sólido se desfaz no ar: o marxismo também?”, in **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 12 ed., São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Rosa Cruz e. “O nacionalismo angolano. Um projecto em construção no século XIX?”, in MATA, Inocência e PADILHA, Laura Cavalcante (org.). **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Colibri, 2000, p. 231-77.

STEVENS, Christopher. “The Soviet Union and Angola”, in **African affairs**, v. 75, n. 299, 1976, p. 137-51.

STRADA, Vittorio. “O ‘marxismo legal’, na Rússia”, in HOBBSBAWM, Eric. (org.), **História do marxismo. O marxismo na época da segunda internacional (segunda parte)**. v. 3, Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 86-105.

SZELÉNYI, Iván. “Capitalisms after Communism”, in **New left**, n. 106, nov.-dez. 2015, p. 39-51.

TALI, Jean-Michel M. **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante a si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política**. v. 2, Trad. Manuel Ruas, Luanda: Editorial Nzila, 2001, p. 151.

THAIM, Iba D. e MULINA, James Mulira. (com a colaboração de Christophe Wondji). “A África e os países socialistas”, in **História geral da África**. 2 ed., Trad. Luís H. P. Mendoza, São Paulo: Cortez, 2011, p. 967-85.

TROTSKY, Leon. **História da revolução russa**. Trad. E. Huggins, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 3 v.

_____. “Prefácio à edição francesa”, in **A revolução permanente**. Trad. Hermínio Sarcchetta, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **A revolução russa**. Trad. Daniela Jinkings, São Paulo: Boitempo, 2017.

TCHAADÁIEV, Piotr. “Primeira carta filosófica”, Trad. Cecília Rosas, in GOMIDE, Bruno B. (org.), **Antologia do pensamento crítico russo (1802-1901)**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 67-84.

TORRES, Adelino, “Prefácio”, in FERREIRA, Manuel Ennes. **A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)**. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, 1999, p. XXV-XXXVI.

TUTA, António Francisco. **Malamu Xalala**. Luanda: Mayamba, 2011.

ULIANOV, V.L. (LENIN), **Duas táticas da social-democracia**, São Paulo: Livramento, 1975.

VENTURI, Franco. **Roots of revolution**. Trad. Frances Haskeel, New York, 1961.

VERA CRUZ, Elisabeth Ceita. **O Estatuto do Indiginato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa. O caso Angola**. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.

VIDAL, Nuno. “O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista”, in **Estudos ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, set.-dez. 2016, p. 815-54.

WHEELER, Douglas. “An early angolan protest: radical journalism of José de Fontes Pereira (1823-1891)”, in ROTBERG, Robert e MAZRUI, Ali (ed.). **The tradition of protest in black Africa**. London: Oxford, 1970, p. 123-36.

ŽIŽEK, Slavoj. **As portas da revolução: escritos de Lênin de 1917**. Trad. Daniela Jinkings, São Paulo: Boitempo, 2005.

E) Documentos, entrevistas e discursos

Discurso do camarada Nito Alves, Ministro da Administração Interna, no comício de encerramento da campanha eleitoral para os órgãos do poder popular. Luanda: DIPN-MPLA mai. 1976.

CAMPOS, Graça. “Cinquenta e sete perguntas ao homem, ao jurista e ao escritor. Entrevista”, in **Semanário angolense**, ano 5, n. 272, jul. 2008, p. 16-24.

I Congresso Ordinário do MPLA (4 a 10 de dezembro de 1977), Luanda: Secretariado do Bureau Político, 2012.

Constituição da República de Angola. Luanda: Plural Editores, 2010.

LABAN, Michel. **Angola. Encontro com os escritores.** Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991.

_____. **Mário Pinto de Andrade: uma entrevista.** Lisboa: João Sá da Costa, 1997.

“Lei Constitucional” in **Diário da República**, n. 31, 1ª série, de 1978.

MPLA. Angola: a tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 77. (informação do Bureau Político do MPLA, 12 de julho de 1977).

NETO, Agostinho. **Tudo pelo povo: selecção de discursos do camarada presidente no período de 1962-1978.** Luanda: Edições MINDEF, 1980.

_____. **Discursos.** Luanda: MPLA-DEPPI, 1980.

_____. **Ainda o meu sonho (Discursos sobre a cultura nacional).** Luanda: Ministério da Cultura, 2009, p. 13-22.

Revista Carnaval de Luanda, 2011/2012.

RIBEIRO, Maria Calafate. “A heritage of one’s own: a conversation with Ana Paula Tavares”, p. 148. Disponível: <ces.uc.pt>. Acesso: 5 abr. 2019.

RUI, Manuel. “Inquérito ao escritor. Responde Manuel Rui”, in **Lavra & Oficina – gazeta da UEA**, n. 17, 18 fev.-mar. 1980, p. 6-7.

_____. RUI, Manuel. “Não troco este país por outro” (Entrevista realizada por Isaque Cori), in **Jornal de Angola**, 11 nov. 2018. Disponível:

<http://jornaldeangola.sapo.ao/entrevista/nao_troco_este_pais_por_outro>. Acesso: 15 fev. 2019.

SANTOS, José Eduardo dos. “Mensagem de ano novo do Chefe de Estado angolano: ‘adaptar à nossa realidade actual o princípio do controlo operário da produção e distribuição’”, in **Jornal de Angola**, ano 4, n. 1797, Luanda, 1981, p.1-3.

_____. **Mensagem sobre o estado da nação.** Luanda, 15 out. 2013. Disponível: <<https://www.voaportugues.com/a/leia-na-integra-o-discurso-do-presidente-jose-eduardo-dos-santos/1771017.html>>.

Acesso: 2 nov. 2013.

“Texto da Proclamação da Independência de Angola – 11 de Novembro de 1975”, in MPLA. **História do MPLA (1967-1976)**. v. 2, 2014, p. 451.

VARELA, João Manuel. “Um poeta singularmente plural. ‘Os nossos países não precisam de cantautistas mas de verdadeiros poetas!’ Entrevista de David Mestre”, in **Vida & Cultura – suplemento cultural do ‘Jornal de Angola’**, n. 51, Luanda, 6 jul. 1982, p. 5 e 21.

ANEXOS

Anexo 1 – Capa da edição angolana de **Quem me dera ser onda**. INALD, 1982.

Anexo 2 – Capa da edição portuguesa de **Quem me dera ser onda**.
(Caminho, 1991)

Anexo 3 – Capa da edição portuguesa de **Quem me dera ser onda**.
Cotovia, 1991.

Anexo 4 – Capa da edição finlandesa de **Quem me dera ser onda**, Finnish, 1991.

Anexo 5 – Capa da edição francesa de **Quem me dera ser onda**, DAPPER, 1999.

Anexo 6 – Capa da edição italiana de **Quem me dera ser onda**. La Nuova Frontiera, 2008.

Anexo 7 – Capa da edição brasileira de **Quem me dera ser onda**. Gryphus, 2005.

Anexo 8 – Capa da edição portuguesa de **Quem me dera ser onda**.
Guerra & Paz, 2016.

Anexo 9 – Capa da edição brasileira de **Quem me dera ser onda**. Gryphus, 2018.